

8º CONFERENCIA LATINOAMERICANA y CARIBEÑA de CIENCIAS SOCIALES

LAS LUCHAS POR LA IGUALDAD,
LA JUSTICIA SOCIAL Y LA DEMOCRACIA
EN UN MUNDO TURBULENTO

PRIMER FORO MUNDIAL DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

Buenos Aires | 19 al 23 de noviembre de 2018

Resúmenes de ponencias por campo temático

14 | Estudios sobre la democracia



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - C.L.A.C.S.O.

Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento : ponencias del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-580-8

1. Ciencias Sociales y Humanidades. 2. América Latina. I. Título
CDD 301

Resumen de ponencia

A ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIAS CONTRA PRESIDENTES DA REPÚBLICA NO BRASIL: COMO JULGAM OS DEPUTADOS FEDERAIS?

*Tito Lívio Cabral Renovato Silva

Desde a redemocratização conquistada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil assistiu a dois processos de impeachment que culminaram no afastamento de dois presidentes da República. Em dezembro de 1992, após um processo que durava desde 29 de setembro, o Senado Federal cassou o mandato do presidente Fernando Collor de Mello.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff (PT), reeleita em 2014 para o cargo de presidente, tem seu mandato cassado pelo Senado Federal, mas não tem seus direitos políticos suspensos por oito anos, como determina o dispositivo constitucional. O processo foi iniciado em 02 de dezembro de 2015, quando o deputado Eduardo Cunha (PMDB), no uso da discricionariedade que lhe confere o Regimento Interno da Câmara dos Deputados - órgão que tem a competência privativa para instruir o processo - recebe a denúncia de crime de responsabilidade contra a presidente.

Assim, o ex-deputado federal e presidente nacional do PMDB Michel Temer, reeleito vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff, assumiu interinamente a presidência em 12 de maio de 2016, quando o Senado Federal, em sessão plenária, decidiu por prosseguir com o processo de afastamento. Michel Temer assumiu a presidência definitivamente no final de agosto, após a decisão final da respectiva casa legislativa, conforme determina o art. 79 da Constituição de 1988.

As características dos processos de impeachment que culminaram ou não no afastamento dos chefes do Executivo de países da América Latina são discutidas por diversos cientistas políticos, a exemplo de Pérez-Liñán (2000; 2008), sobretudo no sistema presidencialista brasileiro, classificado por Abranches (1988) como sendo um “presidencialismo de coalizão”. Trata-se de um problema que envolve temas caros da Ciência Política, como a relação entre os poderes Executivo e Legislativo no processo decisório, etc. (AMES, 2003; FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001; AMORIM NETO, 2006; 2007).

Com base nesses estudos, Barbosa, Melo e Tarouco (2017) apresentaram três características regulares que caracterizam o processo de afastamento de um presidente: primeiro, o indício da prática de crime de responsabilidade ou de crime comum, conforme definidos pela Lei nº 1.079/50. Em segundo lugar, o descontentamento popular em função de uma crise econômica ou política, quando o presidente da República, na maioria das vezes, encontra-se envolvido ou citado em algum escândalo de repercussão nacional. Em terceiro lugar, os problemas de governabilidade quando o governo não possui uma base parlamentar que assegure a aprovação de medidas necessárias para solucionar os problemas financeiros do país. Foram verificados empiricamente casos em que há a comprovação do cometimento de crime de responsabilidade, mas, por ter uma base parlamentar que lhe garanta os

votos suficientes para barrar a denúncia, o presidente não é afastado do cargo. Todavia, segundo Barbosa, Melo e Tarouco (2017, p. 70), esses casos se configuram como exceção à regra.

Todavia, presenciamos no cenário político atual um desses casos excepcionais. Em 2017, duas denúncias foram apresentadas pelo então Procurador-Geral da República Rodrigo Janot contra o presidente Michel Temer, no contexto da Operação Lava-Jato, empreendida pela Polícia Federal. Pela primeira vez na história brasileira, um presidente da República é denunciado pela prática de crimes comuns, ou seja, aqueles que estão tipificados no Código Penal vigente. Na primeira denúncia, Michel Temer foi denunciado por corrupção passiva e, na segunda, por organização criminosa e obstrução da justiça, em conjunto com os ministros Eliseu Padilha e Wellington Moreira Franco. O percentual de aprovação do seu governo chegou a aproximadamente 3% durante a avaliação das denúncias pela Câmara dos Deputados. A primeira denúncia foi rejeitada na Câmara em 02 de agosto de 2017, quando 263 deputados votaram de acordo com o relatório do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que declarava a improcedência da denúncia e solicitava o seu arquivamento. Em 25 de outubro do mesmo ano, a segunda denúncia foi arquivada conforme solicitava o parecer do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), aprovado por 251 deputados. Trata-se de uma situação ímpar, como asseverou Barbosa, Melo e Tarouco (2017), para a Ciência Política, de analisar as relações empreendidas por dois chefes do Poder Executivo durante uma mesma legislatura.

Para responder a esse problema, conjecturamos que o governo Dilma Rousseff não tinha uma base parlamentar ampla para rejeitar a denúncia de crime de responsabilidade, ao contrário do governo de Michel Temer. Logo, nossa hipótese é a de que uma pequena base parlamentar na Câmara permite que uma denúncia contra o presidente da República seja aprovada, enquanto que uma maioria parlamentar garante a rejeição daquela. Assim, há uma relação negativa entre o tamanho da base parlamentar e a possibilidade de admissibilidade de uma denúncia contra o presidente da República.

.....

* Tito Lívio Cabral Renovato Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE UFCG. CAMPINA GRANDE, Brasil

Resumen de ponencia

A AMPLITUDE DO DISCURSO SOBRE DEMOCRACIA NA IMPRENSA POPULAR PORTUGUESA.

*Marcelo Machado Valadares

É corrente definir os meios de comunicação como defensores da democracia e levar esta ideia como um paradigma quando se fala em jornalismo. Entretanto, refletindo e apurando o olhar, pode-se questionar a que tipo de democracia está se referindo esta defesa. Refere-se a uma democracia participativa, com ampla participação popular, que coloca diferentes atores sociais em debate? É uma democracia representativa, que constantemente incentiva ações participativas, envolvendo a sociedade civil? Ou à uma democracia representativa, onde a participação popular só é acionada a cada ano de eleição? Também, pode-se indagar sobre quais as intenções estão no topo das prioridades jornalísticas: vender jornal e defender seus anunciantes ou potencializar os debates políticos e públicos com intuito de fortalecer a democracia, acima de qualquer outra intensão?

A partir destes questionamentos, que no contexto deste trabalho foram feitos em um período conturbado para a democracia portuguesa, outra pergunta veio para reger esta pesquisa: O que é democracia para a imprensa? Como respostas, vieram ainda mais perguntas: Seria ela um cenário já constituído, estabelecido por uma norma e seguida a risca pelos cidadãos. Ou seria algo ainda em formação e conflito? Teria a democracia na imprensa uma ideologia? Qual?

Ampliando ainda mais os problemas colocados, pensou-se na questão dos media populares, mais especificamente os jornais. Neste cenário, buscou-se questionar a sua dúbia função ao carregar a palavra popular, que joga no cenário de análise o seu papel político e social. Por este motivo, surgiu a curiosidade de entender como um jornal comercial, assumidamente destinado para o “povo”, trata da democracia. Buscou-se entender quais os contextos, os personagens e as ideologias que a imprensa destaca. Este artigo tem como objetivo demonstrar e discutir aspectos despolitizantes em textos do jornalismo que se referem à democracia. Analisa-se temas ligados ao contexto português, discutindo tópicos que foram politicamente relevantes no início do século XXI. A pesquisa fundamenta-se na necessidade de debate da relação entre imprensa e democracia. Defende-se que boa parte da despolitização do discurso sobre democracia na imprensa é provido de uma super valorização à representação (onde os cidadãos são pouco ativos na construção do debate político), vinculada a um apagamento da participação por meio dos cidadãos.

Este texto é a compilação do resultado de uma tese de doutorado defendida pelo programa doutoral Democracia no século XXI, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Os resultados alcançados irromperam da análise de textos retirados da imprensa popular comercial, especificamente, com os jornais diários “Correio da Manhã” e “Jornal de Notícias”. Escolheu-se estas publicações por possuírem características de imprensa popular, sendo que as suas emergências não

remontam a ações populares, ou seja, não emergem de um ato direto do povo. Por isso, considera-se estes meios como instrumentos construído e executado por uma elite simbólica, que visa um público específico, caracterizado pelo termo popular, no sentido estrito.

Foi a partir destas questões que esta pesquisa foi se desenvolvendo. Escolheu-se o contexto português e o período de transformações no pensamento e na abordagem sobre a democracia, no princípio do século XXI. Este artigo analisa a amplitude da democracia em textos publicados na imprensa popular de Portugal. Exploram-se, aqui, algumas abordagens que retiram temas de seus contextos históricos, sociais e políticos e\ou evitam a identificação de agentes de poder inseridos em determinados acontecimentos. Buscou-se debater e apontar instrumentos que são utilizados para que a leitura sobre a democracia fique perdida meio a distintos ruídos. Este texto utiliza-se da análise de conteúdo e de discurso como ferramenta para refletir sobre o que se diz acerca de democracia na imprensa e, de forma paralela, aborda a relação dos media na eleição de uma visão hegemônica de democracia, ou seja, baseada em um conceito fundamentado em uma ideologia representativa e liberal.

.....

*** Marcelo Machado Valadares**

Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra - CES/UC. Coimbra, Portugal

Resumen de ponencia

A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: COLONIALIDADE, AUTOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

*Elisa Bertilla

O Texto Constitucional brasileiro de 1988 é conhecido como Constituição Cidadã. O país, cujos fundamentos da Administração Pública se originaram na herança colonial escravagista de exploração, tendo minado pedras preciosas, metal e vidas negras, além de ter instituído um sistema burocrático eurocêntrico, que durante anos não se voltou para as demandas populares, atendo-se aos interesses da elite, promulgou uma carta com a ambição de democratizar um Estado que passara por décadas de governos autocráticos.

Após anos de fraude eleitoral, militarismo, tortura e exílio, o Brasil se encontrava diante de um cenário político inspirador: o movimento Diretas Já levou milhares de pessoas às ruas clamando por uma realidade diferente daquela imposta pelos militares: haveria eleições diretas com concorrência ampla entre partidos políticos, homens e mulheres teriam direitos iguais, a Guerra Fria se aproximava do fim. O otimismo de uma nova realidade é transparente na Constituição, que traz um rol de direitos fundamentais e garantias individuais extensos, para que não se repitam os anos sombrios evidenciados na memória e no patrimônio da experiência política nacional.

A herança colonial, contudo, ainda é muito forte, enraizada, como dito por Sérgio Buarque de Hollanda, seja nos preconceitos cotidianos, na configuração de uma elite fenotipicamente europeia ou na presença do “homem cordial”, que tem um modo próprio de se comportar: o jeitinho brasileiro.

O fim do militarismo representou para esses homens e mulheres brasileiros uma conquista. Foi necessário ir à rua manifestar o desejo de mudança do regime de governo e se rebelar para viabilizar a independência do modelo autocrático imposto pelas grandes potências internacionais no período da Guerra Fria. Os valores convergiam para uma tomada de decisão em prol de um regime de governo diverso daquela realidade em que não havia liberdade política, liberdade de ir e vir, tampouco liberdade de participar das decisões, fossem elas individuais, coletivas ou políticas. Nesse cenário, portanto, que emergiu expressamente o direito de escolha, defendido por Amartya Sen, evidenciado na conquista da participação popular de forma efetiva no que tange aos rumos que a sociedade deve tomar.

O processo de redemocratização, iniciado há pouco mais de trinta anos, passa por crises constantes até os dias atuais: instabilidade da moeda nacional, desemprego elevado, altos índices de violência e a crise do presidencialismo de coalizão que culminou, no início de 2016, no golpe político que ensejou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Nesse cenário nebuloso, faz-se necessário evidenciar a importância da participação popular para a manutenção do regime democrático e da

permanência da garantia dos direitos fundamentais especialmente das minorias políticas.

Com relação à democracia, tem-se que o modelo de democracia ateniense, por exemplo, implicava participação direta dos que eram considerados cidadãos nas decisões políticas. Todavia, outros modelos de democracia foram sendo construídos, como a democracia representativa, modelo esse que é adotado no Brasil hodiernamente, em que representantes são eleitos por aquelas pessoas aptas a exercerem seu direito de voto e atuam em nome da população.

A representação também implica participação - assim como ocorria no modelo ateniense -, mas essa participação não ocorre apenas pelo ato de votar, mas pela responsabilidade atribuída ao cidadão que deve escolher e fiscalizar os seus representantes, participando ativamente dos processos democráticos, para que seus interesses individuais e coletivos sejam respeitados, conforme os preceitos constitucionais.

Diante do exposto, objetiva-se compreender como ocorreu o processo de construção da participação democrática na sociedade brasileira e como essa participação se manifesta nos dias atuais, especialmente após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Para tanto, recorta-se, enquanto participação democrática, o descrito por Robert Dahl ao formular os pontos constituintes de uma poliarquia, focando na presença popular nos processos democráticos de decisão política como viabilizadores do próprio regime. Também se faz imprescindível a análise da influência da colonialidade e do autoritarismo dos governos militares de 1964 a 1985 para a construção da ideia de participação política no Brasil. Em continuação, analisa-se como os direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, após o início da redemocratização, são garantidores dessa participação, sendo a mesma salutar para a manutenção do regime democrático.

Por derradeiro, faz-se uma análise das manifestações populares como influenciadoras das tomadas de decisões políticas, com destaques para as manifestações promovidas pelo Movimento Vem Pra Rua e pelo Movimento Brasil Livre.

.....

* Elisa Bertilla

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC MINAS. Belo Horizonte, Brasil

Resumen de ponencia

A CRISE DO CONTRATO SOCIAL DA MODERNIDADE - A EMERGÊNCIA DO FASCISMO SOCIAL.

*Fernando Da Rocha Rodrigues

O destacado sociólogo português Boaventura Sousa Santos (2006) compôs uma contraposição analítica para pensar a racionalidade política e social da modernidade no mundo ocidental com a ideia de que, “o mundo contemporâneo experencia uma crise contratualista”. Ao mostrar a evidente tensão entre emancipação social e regulação, bem comum e interesses individuais, vontade geral e vontade individual, exclusão e inclusão, o autor se propôs discutir essas dicotomias dialeticamente, e para tal, retoma, como ponto de reflexão, as teorias contratualistas de Hobbes (2003), Rousseau (1757) e Locke (1979), demonstrando que a lógica do contrato social ora pensando anteriormente, e sua legitimação permanecem, porém em diversos movimentos articulados na sociedade atual.

A maioria dos contratualistas partem da lógica que o Estado deveria existir para emancipar a sociedade e protege-la da característica malévola da natureza humana. Se, como pensava Hobbes, o homem é livre e mau, existe a necessidade de se limitar essa liberdade e domar a maldade. Portanto, o estado de natureza precisava ser talhado, e caminharia, inevitavelmente, para o estado societário de vivência social, amparado pelos olhos atentos do Estado recém-formado. Nesse caso, o homem perderia seu direito à liberdade individual, por um lado e ganharia o direito à liberdade política por outro lado. De acordo com Santos (2006, p.317)

O procedimento lógico que estabelece o carácter inovador da sociedade civil reside, como é sabido, na contraposição entre esta e o estado de natureza ou estado natural. Não surpreende, pois, que as diferenças bem conhecidas na concepção do contrato social entre Hobbes, Locke e Rousseau se espelhem em diferentes concepções do estado natural ou estado de natureza. Quanto mais violento e anárquico é o estado de natureza, maiores são os poderes investidos no Estado saído do contrato social. As diferenças a este respeito entre Hobbes (1946), por um lado, e Locke (1952) e Rousseau, por outro, são enormes. Comum a todos eles, no entanto, são a ideia de que a opção de abandonar o estado natural para constituir a sociedade civil e o Estado moderno é uma opção radical e irreversível. Nesse sentido, o Estado seria o “pelego” de regulação e regulamentação do desenvolvimento social devendo representar a todos os indivíduos, sem distinção de classe ou características específicas, como o que já se sabe acerca dos valores fundantes do, “liberdade, igualdade, fraternidade”. Nesse aspecto é que se encontra a discrepância valorativa do Estado em sua formação e no que se refere a aceção de grupos e pessoas, daí o problema central, a crise dos valores sociais, conforme já fora dito acima. Isto posto, pode-se apontar que então, a funcionalidade do contrato social está intimamente concatenada com: o bem comum e vontade geral, dinheiro e mercadoria como concretizações deste sistema, pois se compara e mensura por esses elementos, e os espaços e tempos geográficos de

controle, define sobre a violência legítima e o bem-estar social. O autor privilegia o espaço-tempo estatal, nacional. Afirmo o autor, se apropriando de ideias acerca das temporalidades como horizonte de experiência e horizonte de expectativa, (conforme já fora trabalhado por Reinhart Koselleck (2006) como a proposta do tempo em espiral, portanto o horizonte de experiência refere-se ao passado, posto que, o horizonte de expectativa refere-se ao futuro); afirma que o tempo no qual se desenvolve os movimentos contemporâneos distancia-se absolutamente da perspectiva temporal estatal-nacional, como se pode observar os tempos do ciberespaço, que tem como característica a instantaneidade e os espaços estranhos como a questão ecológica, como derrubada das florestas, questões indígenas ou biodiversidades pela sua extensão e complexidade.

Nesse sentido, os problemas da contratualização moderna se consiste numa crise, posto que, as questões relacionadas aos processos de exclusão sobre os de inclusão, na medida em que o Estado privilegia certos grupos e se coloca em oposição a outros. Eis a questão principal do contratualismo moderno, a exclusão de alguns grupos, que sem legitimidade, são lançados a própria sorte sem o devido respaldo do Estado que concomitantemente os lança para o estado de natureza pura. Para o Santos (2006, p.321)

Por via desta divergência e das antinomias inerentes ao contrato social entre autonomia individual e justiça social, entre liberdade e igualdade, as lutas pela prossecução do bem comum foram sempre lutas por definições alternativas do bem comum. Essas lutas foram-se cristalizando em contratualizações parcelares, mediante a institucionalização dos conflitos, a concertação social, a negociação coletiva.

Dentre os aspectos que corroboram a transformação/adaptação do processo contratual, resultaram em três grandes constelações institucionais, essas, imbricadas no espaço-tempo nacional estatal: a socialização da economia, a politização do Estado, a nacionalização da identidade cultural.

A socialização da economia, instrumento da luta de classes, estão intimamente ligadas as transformações do capitalismo e não da superação deste. A regulação do tempo de trabalho, a regularização de salários etc. são exemplos da socialização da economia - fase da transformação da economia que se observa não coexistindo apenas o elemento "capital", evidente que fatores como regulações, fatores de produção e mercado são considerados, mas, o fenômeno é também composto por trabalhadores, pessoas e classes com necessidades básicas, interesses intrínsecos e legítimos, e, em suma, direitos da cidadania, as vezes negligenciado pelo Estado.

Sob a gerência do Estado como fator decisivo da politização e socialização deste. Isso só foi possível no estado democrático - conforme aponta Foucault in o governo de si e dos outros. O Estado moderno anda lado ao lado com o capitalismo. Isto ocorrera devido a própria expansão da capacidade reguladora do Estado, que acabou por produzir as máximas: "Estado-Providência no centro do sistema mundial e o Estado Desenvolvimentista na periferia e semiperiferia do sistema mundial" Santos (2006 p.322). O Estado aos poucos, foi se constituindo em campo de luta e força política e nesse sentido, ele próprio se politizou.

.....

*** Fernando Da Rocha Rodrigues**

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais . Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

A IDEIA DE REPÚBLICA E O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA IMPRENSA DE OPOSIÇÃO DA CORTE ENTRE 1870 E 1880

*Mariana Nunes De Carvalho

Este trabalho tem como objetivo apresentar as ideias de República e o conceito de democracia defendidos e discutidos na imprensa explicitamente de oposição do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1880.

Esta década é considerada pela historiografia brasileira o início da crise do regime monarquista brasileiro que culminou com a sua derrubada em 1889, com a proclamação da República. Portanto, este artigo analisa os projetos republicanos e os sentidos das palavras República e Democracia apresentados na imprensa em um momento em que o sistema político e representativo brasileiro começava a entrar em colapso.

Apresentarei o resultado da análise preliminar de quatro jornais com discurso explicitamente oposicionista e republicano que circularam nesta década e que, juntos, são pouco debatidos pela historiografia. São eles: A Republica, O Republicano, A Liberdade e Jornal do Povo: Folha Democrática. Exceto A Republica, os demais praticamente não são discutidos pela historiografia, não aparecendo referência nos principais compendios sobre a imprensa, talvez por possuírem como principal característica a efemeridade. Esses jornais selecionados se opõem ao regime vigente na época, a monarquia, mas circularam em um período em que o debate ainda estava começando. Foi na década seguinte que houve um boom nas publicações republicanas. Juntamente com os projetos republicanos, investigo também as propostas relacionadas aos direitos civis reverberadas nestes jornais, como o debate sobre a abolição da escravidão, cujo processo estava em curso (foi em 1871 que D. Pedro II promulgou a Lei da Livre Útero) eo direito de voto.

Parte-se do pressuposto de que a fala contida nestes periódicos e a ideia de República defendida por estes está diretamente relacionada ao conceito de democracia, além dos de liberalismo e cidadania, aí incluindo o debate sobre a participação política e relações de trabalho. A análise do discurso proferido nestes jornais enfatizará as propostas políticas dos redatores em substituição à monarquia e aprofundará a investigação dos sentidos que estes conceitos ganharam nesse período. Acredita-se que estas expressões tiveram seu sentido ampliado no âmbito das manifestações políticas que marcaram estes anos, uma vez que a sociedade vinha sofrendo mudanças estruturais, oriundas da intensa atividade econômica do período, quando surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, e o país ia em direção a uma modernização capitalista.

Também observei como o discurso destes jornais se voltava para a figura do Imperador. Parto do pressuposto que a fala não apenas ia contra o Imperador, mas também mas também contra o status quo imperial. A partir da leitura e análise destes

periódicos, recupero a linguagem que se falava no Brasil daquele tempo, refutando a ideia de que apenas a linguagem erudita do oitocentos nos chegou através dos impressos. Assim, ditados, expressões populares, até mesmo chulas, que eram elementos da linguagem popular do Brasil do final do século XIX foram conservados nas páginas desses jornais, nos proporcionando a possibilidade de identificar muitas permanências, falares que chegaram até nossos dias, indo além do linguajar cientificista importado que impregnava o discurso na imprensa naquele período. Longe de ser inovador, o debate sobre as ideias circulantes na década de 1870 foi detectado pelos próprios contemporâneos, que associaram a sua formação à divulgação das novas escolas europeias de pensamento.

Ângela Alonso afirma que a oratória inflamada era uma das características românticas que o movimento intelectual preservou. O estilo dos seus escritos se inspirou, em parte, no tom jacobino e na retórica clássica dos panfletos políticos do Primeiro Reinado e da Regência.

Para a construção deste trabalho, enfatiza-se, como objeto e fonte, o trabalho com periódico (o jornal). Parto do pressuposto da existência de uma dimensão política nas propostas estéticas construídas pelo redator, na medida em que, como produtores de bens simbólicos, eles estão sempre elaborando interpretações da realidade social que tem uma dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de comunicação social. Outro fator para a utilização de tal fonte é considerar o jornal como fonte completa e complexa, uma vez que ali convergiam posições e opiniões diversas e representativas. Também corresponde ao período de formação da grande imprensa nacional.

Para examinar o discurso político implícito nos jornais, utilizo o conceito de linguagem, explicitado por J.G.A. Pocock. Ao lado de Quentin Skinner, Pocock é um importante membro da Escola de Cambridge e ambos contribuíram para a construção de novos paradigmas no campo da História das Ideias e do Pensamento político. Para o autor, a linguagem é entendida como contexto e também permite compreender que o modo pelo qual determinado ato de enunciação é realizado está diretamente relacionado aos moldes do discurso institucionalizado. Segundo esse autor, a linguagem é composta de inúmeros artifícios retóricos, de afetos e de um vocabulário político específico que lhe confere uma identidade própria além da produção de um discurso peculiar. Um outro ponto relevante de seu trabalho diz respeito à criação e difusão de linguagens que, segundo o autor, condicionam-se à autoridade das elites intelectuais. Ele salienta que o historiador deve se preocupar em desvelar linguagens latentes nos textos que tem diante de si, tarefa esta que será posta em prática durante a análise do discurso proferido pelos intelectuais de então.

Outro referencial teórico é Reinhart Koselleck e a sua História dos Conceitos. Segundo SOUZA (2006), a história dos conceitos propõe uma análise das mudanças ocorridas no conteúdo e a utilização dos conceitos para um entendimento mais profundo das transformações históricas de duração mais ampla. Para ele, a história dos conceitos não apenas contribui para a história social, como esta não pode ser praticada sem aquela. Para ele os conceitos não devem ser jamais tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma dada realidade social, um contexto, a serviço da compreensão histórica. Isso significa que todo contexto está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos / contextos. A palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto, o conteúdo por ela

designado altera-se. Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (eigentlich) articulado ao momento de sua utilização. Koselleck também afirma que a história dos conceitos (Begriffsgeschichte) se explica também pelo esforço em compreender o fenômeno da modernidade em sua historicidade própria. O conceito é, ao mesmo tempo, produto e sujeito histórico e deve ser compreendido simultaneamente como fato e indicador, sendo possível perguntar sobre o campo de experiência histórica aberto por qualquer conceito e quais caminhos levaram a sua constituição e embate com outros discursos e linguagens políticas.

Portanto, democracia, cidadania, liberalismo e república são conceitos que atravessam diversos períodos históricos, mas que possuem sentidos distintos, de acordo com o contexto político que estão inseridos. Em síntese, esta apresentação mostrará, a partir da metodologia demonstrada aqui, as ideias de república propostas pelos redatores de tais jornais de oposição, e como o conceito de democracia acompanhava estes projetos, bem como os conceitos de cidadania e liberalismo, e os sentidos que estas palavras apresentavam dentro deste cenário.

.....

*** Mariana Nunes De Carvalho**

Centro de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CCS/UERJ. Maracanã, Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

A LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB O PRISMA DOS SISTEMAS DELIBERATIVOS

*Gabriel Vieira De Moura

Desde meados do séc. XIX, principalmente, a partir do advento do sufrágio (masculino), a representação política vem constituindo as democracias liberais contemporâneas. Nesse período seu caráter democrático esteve limitado a ideia da responsividade das decisões políticas que estariam sob o crivo do interesse geral, a partir do voto, que era compreendido como um mecanismo de autorização e accountability, concedendo legitimidade a essa relação (NASSTROM, 2014, p.1). A concepção de representação política centrada na dinâmica eleitoral a reduz a um ato fundacional e restritivo. Para além, a representação política centrada na competição eleitoral limita o número de vozes, questões e interesse a serem ouvidos. Não reconhecendo, portanto, as diversas relações que a representação democrática possibilita entre o Estado e a sociedade (NASTROON, 2014); bem como, a crescente de formas de representação política não eleitorais, como a criação de canais variados de interação entre Estado e sociedade civil no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA, 2014).

A previsão constitucional de novos arranjos democráticos possibilitou, na década de 90, a instituição de milhares de conselhos gestores no Brasil, nos três níveis da federação. Abers e Keck (2008) afirmam que a participação nos Conselhos ocorre geralmente pela indicação de representante por parte das organizações da sociedade de cada setor e do Estado assumindo, assim, um caráter representativo (ABERS, KECK, 2008).

Nos últimos anos a agenda de pesquisa tem se centrado em compreender esses espaços como formas de representação política não eleitoral (LAVALLE, HOUTZARGER e CASTELLO, 2006), o que gera questionamentos acerca da legitimidade da representação política nesses espaços. Essas formas de representação política não eleitoral se diferenciam por não apresentarem requisitos explícitos de autorização por parte dos representados; não há o monopólio territorial da representação. Tais aspectos apontam para a necessidade de novas análises sobre os princípios constitutivos da representação centrada na autorização e accountability (AVRITZER, 2007, p.444).

Para Almeida (2014) a literatura avançou em certos aspectos nesse campo, mas ficaram alguns gaps, principalmente, a necessidade de se pensar a representação não restrita aos atores, possibilitando uma análise das interações das instituições participativas com arenas e atores. Nesse sentido, este artigo propõe o deslocamento da compreensão da legitimidade da representação para uma dimensão discursiva, que se dá por meio da interação entre diferentes arenas, possibilitando trocas discursivas diversas, tornando o processo de representação accountable e legítimo (MENDONÇA,

2008, p.129). Objetiva-se analisar os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), sob o prisma da legitimidade da representação política, a qual será considerada a partir da teoria de sistemas deliberativos.

Os sistemas deliberativos são considerados como um conjunto de arenas que se distinguem, mas com partes que são interdependentes, havendo certa divisão de funções e trabalho, e, para além, se conectam de uma certa maneira a formar um todo. (MANSBRIGDE et al, 2012, p.4). No entanto, como coloca Almeida e Cunha (2016, p.3), ainda não está claro “quais fatores promovem essa interação, e nem quais são os impactos que essa conexão tem na representação democrática”. Dado o cenário, as autoras ressaltam a importância de dois fatores: i) desenho institucional; e, ii) circulação de atores (ALMEIDA, CUNHA, 2016, p.3). No mesmo sentido, a fim de compreender a conexão das arenas deliberativas, Mendonça (2013, p. 1) propõe critérios indutores da conexão das arenas, dentre eles: “o design e as normas que constituem instituições participativas” (MENDONÇA, 2013, p.1).

A escolha pelos CMAS se deu por sua relevância na política pública de Assistência Social, tendo elevada instituição nos municípios brasileiros e por estarem inseridos em um Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os CMAS estão instituídos e em funcionamento em pelo menos 5.359 municípios, a partir de dados do CENSO SUAS 2016 (BRASIL, 2016). Esses espaços foram previstos como instâncias deliberativas do SUAS, com composição paritária entre governo e sociedade civil, que está presente nas três esferas federativas.

Assim, considera-se que os CMAS estão inseridos em um sistema único, no qual os conselhos se integram com diferentes arenas da política pública. O desenho institucional pode ser um aspecto relevante para análise sistêmica dessas arenas, bem como as normas que o delineiam.

Diante desse contexto, trabalhou-se com o seguinte problema de pesquisa: Como a legitimidade da representação política se faz presente nos Conselhos Municipais de Assistência Social, quando os consideramos em sistemas deliberativos?

Essa pesquisa analisou como os CMAS se conectam com diferentes arenas: i) micro esfera: órgão gestor da política; ii) macro esfera: sociedade civil, para além dos conselheiros que compõem os conselhos; iii) mista: conferências e conselhos de políticas públicas. Parte-se da hipótese que a legitimidade da representação se faz presente por meio da interação do CMAS com as diferentes arenas da política, que é induzida pelo desenho institucional e as normas que definem a estrutura e o funcionamento dessas instâncias. Para isso, serão analisados dados secundários oriundos do CENSO SUAS de 2010 a 2016 e normativos da política.

O artigo aborda as teorias deliberativas sistêmicas (HENDRIKS, 2006; MENDONÇA, 2008; ALMEIDA, CUNHA, 2016). Após isso, apresenta uma descrição dos CMAS e como está colocado o seu desenho institucional e as normativas que os regulamenta; e por fim, a apresenta a análise dos resultados da pesquisa empírica.

O estudo parte de análise quali e quantitativa. Utilizou-se o método de análise de conteúdo temática para verificar, a partir das principais normativas da política, a conexão dos CMAS com outras arenas. Tomamos como referência a teoria dos sistemas deliberativos, e especificamente, as conexões entre as arenas propostas por Hendriks (2006), categorizando a relação entre as esferas mistas, micro e macro discursivas da política.

Para verificação do processo indutor dos normativos, utilizou-se o método quantitativo

de análise estatística descritiva dos dados, considerando as frequências das variáveis selecionadas. Para tanto foram selecionadas variáveis dos questionários do CENSO SUAS dos CMAS, que representam a conexão dessas instâncias com as arenas micro e macro da política, de acordo com os normativos analisados.

Os resultados obtidos com a análise do desenho institucional e das normativas do SUAS, nos permite elaborar algumas hipóteses quanto a capacidade indutora do desenho institucional e das normas que orientam a política de assistência social, bem como, da legitimidade da representação política a partir da interação ou não entre as arenas e atores da política. O desenho institucional da política alicerçado em um sistema único é relevante sob o aspecto de possibilitar uma interação contínua entre as esferas micro e mistas, que foi observado a partir de variáveis que denotam a interação entre os CMAS e o órgão gestor da política: aprovação dos planos de assistência social por parte dos CMAS; deliberação das propostas orçamentárias por parte do CMAS; ações de fiscalização dos CMAS; apreciação de relatórios de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social pelo CMAS..

Os dados demonstram que há uma interação efetiva entre os Conselhos e os órgãos gestores da política, conforme está estabelecido nos normativos e o desenho institucional da política. Essa interação entre as arenas mistas e macro possibilita uma confrontação de ideias, principalmente, considerando o caráter dos Conselhos, que são compostos por conselheiros governamentais e da sociedade civil. A interação torna os representantes dessas arenas mais *accountables*, no sentido de dar maior pluralidade e capacidade de revisão das suas representações (MENDONÇA, 2008, p.129).

Ao considerar o caráter indutor do desenho institucional e das normas na relação entre a esfera mista e a esfera macro, analisou-se como os CMAS estão tratando a transparência das suas ações e como interagem com a sociedade civil fora dessas instâncias, aspectos que são essenciais para que se estabeleça uma ampla interlocução com a esfera macro e permita uma *accountability* dos representantes, utilizou-se como variáveis: como as atas dos CMAS são publicizadas; se o conselho realiza reuniões ampliadas; se realiza reuniões descentralizadas e ações de mobilização social.

Apesar dos normativos e o desenho institucional denotarem uma indução da interação entre os CMAS e a sociedade civil, os dados analisados demonstram uma limitação na relação discursiva entre essas arenas, o que dificulta o processo de *accountability* dos representantes nos CMAS. Como ressalta Mendonça (2008) os discursos devem ser construídos de forma ampla e aberta à permanente confrontação, para que permita uma pluralidade e capacidade de ajuste a representação.

Nesse sentido, sob a perspectiva da legitimidade proposta neste artigo, podemos afirmar que ela se mostra mais efetiva na relação dos Conselhos com o órgão gestor (esfera micro), carecendo maior desenvolvimento quando observada sob a ótica da relação entre os CMAS e a Sociedade Civil (esfera macro).

.....

*** Gabriel Vieira De Moura**

Universidade de Brasília UNB. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

ACTITUDES Y PRÁCTICAS POLÍTICAS EN PARAGUAY. EVOLUCIÓN DEL SISTEMA DE PARTIDOS PARAGUAYO DESDE LA VUELTA A LA DEMOCRACIA.

Centro de Estudios y Educación Popular Germinal - CEEPG (Paraguay)

*Marcello Lachi

El sistema de partidos del Paraguay, en más de cien años de historia, demuestra especificidades que lo diferencian de manera importante de los sistemas vigentes en los cercanos países de la región, siendo una de éstas la alta tasa de afiliación partidaria que se registra en el país.

Así, según datos electorales actuales, más del 80% de los electores está afiliado a uno o más partidos, siendo los principales partidos de afiliación el Colorado (ANR) y el Liberal (PLRA), es decir, los partidos tradicionales. Específicamente, la ANR registra la afiliación de más de 2 millones de ciudadanos (alrededor del 50% del electorado), mientras el PLRA registra un millón y doscientos mil afiliados (alrededor del 30% del electorado). No sorprende entonces que, desde la vuelta de la democracia en 1989, estos dos partidos hayan mantenido conjuntamente más de dos tercios de la representación parlamentaria, y que el Partido Colorado por sí solo haya detentado casi ininterrumpidamente la presidencia del país. La única excepción ha sido el periodo 2008-2013 con la gestión Lugo-Franco, que se sostuvo en una coalición que tenía como fuerza principal al Partido Liberal.

Ahora bien, ¿qué determina este alto grado de afiliación partidaria y la siempre previsible victoria estos partidos? Estudios anteriores sobre las actitudes políticas del electorado paraguayo, tales como el de Nichols (1970) y el de Morínigo y Silvero (1986), han llamado la atención sobre el fenómeno de la “identidad partidaria”, donde la toma de decisiones políticas se sustenta en la existencia de un vínculo afectivo del elector hacia un determinado partido. Se trata de un vínculo afectivo en cuanto es construido sobre una base psicológica y de contigüidad familiar, y no se sustenta sobre una afinidad ideológica o programática, sino más bien sobre un sentimiento de pertenencia y apego.

El estudio que llevamos adelante con el Centro de Estudios y Educación Popular Germinal busca justamente ahondar la comprensión acerca de este fenómeno, verificando si el mismo es realmente característico y determinante del sistema político paraguayo, resultando ser el elemento central que impulsa a la gran mayoría de los electores en la toma de decisiones en campo político y electoral. Por ello buscamos identificar cómo se construye la identidad partidaria en Paraguay, y como la misma ha incidido y continúa incidiendo de manera determinante en las actitudes y prácticas políticas de la gran mayoría de los electores paraguayos. Para ello hemos realizado una encuesta nacional y 4 encuestas departamentales (en departamentos con características socioeconómicas diferentes entre sí), así como varios focus groups con

milитantes y activistas de base de los partidos tradicionales, y una serie de entrevistas con líderes políticos nacionales de todo el arco parlamentario.

El trabajo realizado nos ha permitido comprobar que la gran cantidad de afiliaciones registradas a los partidos tradicionales no se estructuran sobre la base de una construcción personal del electorado al llegar a la mayoría edad, como teorizaron para el caso estadounidense Campbell, Converse, Miller y Stokes (1960), sino más bien se determinan por adscripción, pasando como una herencia familiar de padres a hijos, y a la casi totalidad de los miembros de una familia (aunque con algunas excepciones), que están afilados al mismo partido. Esta afiliación “familiar” se sustenta entonces sobre elementos afectivos y psicológicos, y no políticos ni ideológicos, y permite al afiliado-elector desarrollar un sentido de “pertenencia” que, dependiendo de su intensidad, define su disponibilidad de votar por “su partido” en los procesos electorales (internos y generales), y eso independientemente de sus programas o propuestas.

De hecho, a través de una serie específica de preguntas realizadas a través de las encuestas, hemos podido verificar que la afiliación partidaria no tiene ninguna coincidencia con el posicionamiento ideológico de cada elector. Así, estando la afiliación basada sobre elementos afectivos e identitarios familiares, es posible encontrar en los afiliados de cada partido tradicional posiciones tanto progresistas como conservadoras, pero que finalmente quedan totalmente desligadas de las decisiones electorales (en elecciones internas al partido o generales), ya que éstas se sustentan casi exclusivamente en afectividad y relacionamientos personales con los candidatos.

Esta fidelidad al voto llega a más de dos terceras partes de sus afiliados-electores en los partidos Colorado y Liberal, desligando totalmente al candidato de cualquier obligación a “rendir cuentas” o “cumplir programas”, porque el voto que reciben no tiene más que una limitada conexión con su actitudes y discursos, estando más bien relacionado con su inserción en esta lógica identitario-afectiva.

Esa condición finalmente instala a la clientela y la prebenda electoral como elemento central del proceso de construcción del consenso que determina los votos necesarios para ganar elecciones. De este modo, en lugar de las propuestas, lo determinante para acceder a cargos públicos es que el candidato prometa - y cumpla - “ayudar” a cada elector tomado individualmente, lo que ocurre a través de una red de activistas que operan localmente. Cabe además apuntar que no se trata de una estructura netamente “comercial”, es decir, basada sobre el simple intercambio de favores contra votos, sino más bien es parte integral de la cultura política del sistema, elemento esencial de la identidad partidaria, dado que la clientela solo puede proporcionarla el candidato del partido del afiliado y no de otro, que por su parte ni siquiera aceptaría una clientela que no proceda de su partido.

Y tampoco resulta ser, como en otros países, un instrumento dirigido hacia los sectores sociales más pobres y necesitados, dado que el 80% de los electores paraguayos (independientemente de su nivel educativo o status social) consideran que resolver los problemas “específicos” de los afiliados, a través de una clientela o una prebenda, es una “obligación moral” del candidato, algo irrenunciable y que revela su “compromiso” con el pueblo.

De esta se puede afirmar que el sistema político paraguayo se sustenta en esta estructura de identidad afectiva donde las propuestas y los programas no tienen

incidencia alguna (excepto en aquella parte minoritaria de la sociedad que no se reconoce en estos dos partidos tradicionales), y lo que cuenta es cómo el candidato resuelve los problemas de “su pueblo”. Una realidad donde lo que permite la construcción de los liderazgos en un partido tradicional no es el carisma, la propuesta política o la visión de estadista del candidato, sino más bien la manera en la cual éste pudo construir una serie de relaciones identitarias y afectivas con los electores de su partido, para de esta manera sobreponerse a los otros líderes partidarios. Y la misma competición electoral no se centra en una confrontación de visiones políticas y esquemas ideológicos, sino más bien en convencer a los afiliados que vayan a votar, algo que se consigue instalando una red prebendaria vasta y cumplidora. De esta forma la contienda electoral acaba siendo sustancialmente rígida, reducida a dos alternativas en los cargos uninominales (Presidente, Gobernador, Intendente): entre un candidato del partido Colorado (de afiliación mayoritaria) y un candidato de una alianza entre el partido Liberal y los sectores no tradicionales; imposibilitando otras alternativas y manteniendo al sistema político paraguayo en una estabilidad que resulta mucho más similar a un verdadero estancamiento.

.....

*** Marcello Lachi**

Centro de Estudios y Educación Popular Germinal - CEEPG. Asunción, Paraguay

Resumen de ponencia

ALTERNANCIA EN LOS PODERES EJECUTIVO Y LEGISLATIVO EN LA REPÚBLICA DE ECUADOR Y COLOMBIA

*Anabel Cristina Castro Torres

La alternancia es un principio de la república, el cual permite la consecución de la democracia en un Estado; a su vez este principio es indispensable para determinar el cambio interno en la dirección de un gobierno, evitando caer en un sistema autocrático o de excesivo poder que genera una transgresión del sistema presidencialista. La alternancia es un principio importante que puede ser aplicado en cualquier sistema de gobierno, pero que generalmente es aplicado y estudiado en el sistema presidencial, por ende, en un primer momento se analizará a la alternancia relacionándola con el principio democrático, con la finalidad de determinar si puede existir democracia sin alternancia y alternancia sin democracia; de igual manera dentro de este primer punto se analizará a la alternancia en cuanto a su contenido terminológico, debido a la confusión en el ámbito político de dicho término entre la alternabilidad y la alternancia, generando un cierto grado de ambigüedad; finalmente dentro de este primer acercamiento se analizará a la concepción misma del principio de alternancia en el marco jurídico y político.

En un segundo apartado se analizará a la alternancia en cuanto al papel que desempeña en las funciones del Estado, ante esta circunstancia surgen ciertos cuestionamientos como ¿Qué papel ocupa el principio de alternancia en el sistema denominado república? ¿Qué incidencia tiene el principio de alternancia en la clásica división de poderes, en el Estado ecuatoriano y colombiano? En el marco de estas interrogantes, la presente investigación pretende realizar un análisis de la alternancia de manera minuciosa en el poder Ejecutivo en cuanto al caso del presidente y vicepresidente de la república y en el poder Legislativo en el caso de los asambleístas o diputados de estos dos países, partiendo de la clásica teoría de la división de poderes planteada por los teóricos políticos, en la cual se analizará a la alternancia como un mecanismo de cambio y limitación del poder.

Este principio, será estudiado desde dos puntos de análisis, como son: 1. La limitación en el tiempo de un cargo público y 2. La reelección y sus diferentes tipos en un cargo público. En cuanto a la limitación en el tiempo, esto hace referencia al periodo para el cual los funcionarios públicos de estas funciones han sido electos, este análisis también denominado de temporalidad será realizado en base a lo que establece la ley de cada Estado para estas circunstancias, por ejemplo, en el caso de la función ejecutiva, se revisará a detalle los años para los cuales la ley faculta al presidente y vicepresidente de la república ejercer sus funciones; por otro lado, en cuanto a la segunda perspectiva denominada reelección, será objeto de análisis el tema de la continuación en el cargo público en estas funciones estatales y los parámetros permitidos por la normativa de cada país.

En cuanto a la metodología que será utilizada, el presente trabajo se centrará en dos ejes o dimensiones de análisis para abarcar el estudio de la alternancia en estas funciones, como son la dimensión estática y la dimensión dinámica. Mediante la dimensión estática, se pretende realizar un estudio conceptual y teórico del principio de alternancia, tomando en cuenta las diversas acepciones de este principio; por otro lado, mediante la dimensión dinámica, se realizará un análisis histórico-comparativo del principio de alternancia en la función ejecutiva y legislativa, en base a las dos perspectivas de análisis antes mencionadas como son la temporalidad y la reelección, con el objetivo de determinar cómo se ha manejado este tema históricamente en las funciones del Estado; finalmente mediante la presente investigación se efectuará una comparación de estos procesos en los que se evidencia la alternancia en los dos Estados y de este modo se podrá establecer la efectividad de este principio retrospectivamente y en la actualidad. Las dos dimensiones que servirán como ejes de investigación, se cimentarán esencialmente en el estudio de las cartas fundamentales de la república de Ecuador y Colombia.

.....

*** Anabel Cristina Castro Torres**

Dirección de Investigación de la Universidad de Cuenca. Universidad de Cuenca - DIUC. Cuenca, Ecuador

Resumen de ponencia

ANÁLISIS CATEGORIAL DE LOS ENUNCIADOS UTILIZADOS EN LOS DISCURSOS INSTITUCIONALES DE LOS PROGRAMAS EDUCATIVOS DE FORMACIÓN PARA LA DEMOCRACIA EN LA EDUCACION MEDIA COLOMBIANA.

*Carlos Perea Sandoval

ANÁLISIS CATEGORIAL DE LOS ENUNCIADOS UTILIZADOS EN LOS DISCURSOS INSTITUCIONALES DE LOS PROGRAMAS EDUCATIVOS DE FORMACIÓN PARA LA DEMOCRACIA EN LA EDUCACION MEDIA COLOMBIANA.

La ponencia que se presenta es un avance del proyecto de investigación: “La formación de liderazgo: Los discursos y prácticas de los proyectos de educación para la democracia que se implementan en la educación media de los colegios del área metropolitana de Bucaramanga”, en el cual se establece como objetivo específico tipificar las ideas y significados contenidos en los enunciados que configuran los discursos legales relacionados con los proyectos de educación para la democracia y tipificar las categorías y subcategorías derivadas de las prácticas de gobierno escolar y las prácticas de liderazgo juvenil.

Como avance de la investigación propuesta se ha desarrollado la tipificación de los enunciados “Instrucción cívica” y “subjektividades para la democracia”, avances presentados por Perea y Riveros (2017) en el XV Congreso Internacional de Humanidades realizado en Tunja (Colombia). Como continuidad se presenta, en esta ponencia la tipificación de los enunciados “Identidades colectivas” y “Esfera de los público”.

Es preciso aclarar que la delimitación del análisis categorial del campo discursivo de los lineamientos curriculares del área de Constitución Política y Democracia, que se asume en la investigación, asume el concepto de enunciado, desde una concepción sociojurídica entendiendo que “un enunciado tiene un carácter de acontecimiento que surge de procesos históricos y culturales, que son apropiados por la institucionalidad otorgándoles un estatus de poder a partir de cierto patrón de organización interna” (Perea, 2011, p.29).

Esta definición de enunciado orienta la selección y caracterización de los enunciados que constituirán el archivo de la arqueología que se adelanta en la investigación:

Enunciado 1. Instrucción Cívica

Enunciado 2. Subjektividades para la democracia

Enunciado 3. Identidades colectivas

Enunciado 4. Esfera de lo público

Se toma como opción metodológica el análisis categorial de los discursos. Metodología

diseñada por los investigadores a partir de la teoría del cierre categorial, expuesta por Lombrana (1992) y adaptada a la investigación en las ciencias sociales por Meneses y Perea (2017). En esta propuesta metodológica se integran los fundamentos epistemológicos propuestos por Foucault (1997) y el análisis crítico del discurso propuesto T. Van Dijk (2003). Ahora bien, este componente del proyecto será integrado posteriormente a un proceso de teorización encaminado a caracterizar la incidencia que tienen en la formación de liderazgo juvenil los proyectos de educación para la democracia implementados por las instituciones del Área Metropolitana de Bucaramanga. Ello implica ya no solo análisis del discurso, sino un trabajo de campo que usará la teoría fundamentada, como herramienta para la investigación social cualitativa, en procura de teorizar incluyendo el punto de vista de los miembros de las comunidades académicas implicadas en el estudio.

Se profundiza la investigación en la pregunta sobre la producción de una subjetividad a través de técnicas gubernamentales y modalidades de control de la población, identificando las estrategias discursivas que se manifiestan en el entramado de los discursos de poder. El uso metodológico de este tipo de análisis permite adentrarse en los procedimientos de control y delimitación del discurso, determinar las unidades del discurso, el acontecimiento, el enunciado, las relaciones forma- tiempo, forma- tipo de encadenamiento, grupos de enunciado- coherencia conceptual. Así mismo, a partir de la interrelación entre funtores (el funtor es un operador que relaciona, en este caso, las categorías políticas y jurídicas en discursos y prácticas pedagógicas) se consigue centrar la atención en indagaciones relativas al modo en que el abuso del poder, el dominio y la desigualdad son practicados y reproducidos por los textos y el habla en el contexto social y político de la escuela.

.....

*** Carlos Perea Sandoval**

Grupo de Investigación en Desarrollo Humano. Departamento de Humanidades. . Departamento de Humanidades. Universidad Santo Tomás - GIDH - USTABUCA. Bucaramanga. Santander., Colombia

Resumen de ponencia

AS CONTRIBUIÇÕES POLÍTICAS DO LIBERALISMO CLÁSSICO NO CAMPO DEMOCRÁTICO

*Alline Laura De Freitas Ohara

O Liberalismo dos Antigos segundo Benjamin Constant (1767-1830) consistia na distribuição do poder político entre todos os cidadãos de uma mesma pátria, isto para eles era a chamada liberdade, e difere do objetivo dos modernos: a segurança das fruições privadas, uma liberdade às garantias acordadas pelas instituições para aquelas fruições. Consequentemente a atual democracia que conhecemos entra em colapso, uma vez que se distancia das bases liberais que estabelece ao Estado funções e poderes limitados, e liberdade aos indivíduos na participação ativa e constante no poder coletivo. Pelo que a participação no Poder tornou-se restrita a uma representatividade cujos interesses não correspondem ao interesse público, ao que retrocede uma forma autocrática de governo em que determinado grupo dominante subjuga os demais. Assim a Democracia moderna prevê uma falsa liberdade a seus cidadãos, uma vez que os mesmos não detém peso de influência nas decisões do estado resguardada apenas aos governantes que escolheram para representa-los por meio do voto.

Para Norberto Bobbio não existe democracia sem os legados do liberalismo clássico, no entanto este processo passou por uma tensão entre a teoria e a prática.

“um governo democrático não dá vida necessariamente a um estado liberal, ao contrário, o estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal.” (BOBBIO, 2005:8)

Em contrapartida é equívoca a crença de que na antiguidade os homens desfrutavam da liberdade, pois a liberdade era um conceito exclusivamente político e não estava relacionada a vontade de alguns poucos ou apenas um no que diz respeito aos direitos individuais que para os gregos carregavam um significado negativo.

Aristóteles definiu o homem como animal político (...) era parte constituinte de sua totalidade social específica, que tinha suas bases na sociedade.(...) Para os gregos, “homem” e “cidadão” significavam exatamente a mesma coisa, assim como participar da vida da polis, de sua cidade, significava viver. (...)”Nos tempos antigos, o homem nunca era claramente reconhecido como uma pessoa...Somente o século XIX obteve vitória geral com o princípio “o homem é uma pessoa” Os antigos não reconheciam e não poderiam reconhecer o indivíduo como uma pessoa e, ao mesmo tempo, como “eu privado” com direito ao respeito, pela razão óbvia de que esse conceito veio com o cristianismo e foi subsequentemente desenvolvido pela renascença, pelo protestantismo e pela escola moderna do direito natural. (SARTORI,1987:43).

A concepção do Estado Liberal surge com o rompimento do Absolutismo e fim dos vínculos feudais. Governos centralizados dão lugar a governos moderados sobretudo baseados nas leis naturais do homem: um estado de liberdade em que o indivíduo não

está sujeito a vontade arbitrária de outrem.

As conquistas sociais permitiram na sociedade o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, de que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (ONU, 1948).

É nesse sentido que o legado do liberalismo se esvai na democracia moderna provocando a desafeição dos cidadãos comuns, já que não é possível afirmar que o Estado tem garantido o bem estar da população. Antes um bem estar de poucos, e o bem estar do mercado, privilegiando o individualismo competitivo e uma oligarquia na representatividade que zela pelos próprios interesses distanciando-se de seus representados. Desta maneira a classe política perdeu a credibilidade com o povo, e o estado acaba por violar o sentido da representatividade democrática.

É certo que há um verdadeiro impasse na questão empírica no respeito à vontade popular e suas reivindicações particulares, ao mesmo tempo em que se conflitam aspectos da singularidade e do coletivo, do privado e do público, da liberdade e igualdade.

O atual debate sobre a democracia representativa e seus limites, representa a justificativa desta pesquisa, pois além de constituir numa oportunidade para o aprimoramento científico e o desenvolvimento acadêmico, possibilita uma inserção do aluno e do professor nos principais debates da ciência política mundial.

Logo é objetivo desta pesquisa resgatar a essência do Liberalismo que muito contribuiu na organização civil expondo seus limites e questionando a legitimidade dos atuais modelos de representação democráticos que se desgastaram no decorrer das décadas. Além de demonstrar a necessidade de mudanças na atual conjuntura política para que seja possível fomentar a participação direta dos eleitores nas decisões políticas e conciliar com suas representações no poder, evitando a passividade popular e a perda de sua autonomia.

Bobbio ao discutir Democracia Representativa e Direta cita a afirmação de Jean-Jacques Rousseau de que “a soberania não pode ser representada e, portanto, o povo inglês acredita ser livre mas se engana redondamente, só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez eleito estes, ele volta a ser escravo e não é mais nada”. Esta fala interpela a dissonância entre liberdade e poder no exercício da cidadania.(BOBBIO,1997:41).

Ao debater sobre o desenvolvimento histórico-político da democracia moderna no Ocidente, T. H. Marshall defendeu sua relação com o liberalismo clássico, reconhecendo e garantindo os direitos civis no século XVIII, os direitos políticos no século XIX e finalmente os direitos sociais no século XX (MARSHALL, 2002). O liberalismo clássico foi um movimento revolucionário, que rompeu com as formas de pensamento dominantes, de origem feudal, propondo no seu lugar, um modelo de sociedade centrada nos interesses do indivíduo. O liberalismo inverteu a relação entre indivíduo e sociedade, entendendo a existência social a partir do indivíduo e não mais anterior a ele, garantindo: a noção de direito individual, a liberdade moderna, a divisão e a limitação dos poderes, a representatividade política em larga escala e as salvaguardas democráticas (BOBBIO, 2000, BONAVIDES, 1980; MERQUIOR 1991; SARTORI, 1994; URBINATI, 2010).

Sucessivamente, busca-se focar sobre o instituto da representação política na teoria política liberal, centrada na transferência formal de poder decisório através o processo

de escolha de representantes, livres de tomar as decisões em nome dos representados (PITKIN, 1967). Nesta vertente de pensamento a eleição tem “uma posição de destaque absoluto já que, bifronte, é o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representantes e representados”. O voto é percebido como um momento da autorização para que os profissionais da política decidam em nome do povo, que permanece como titular último da soberania. Existe a convicção que a política seja uma atividade reservada apenas aos representantes, reduzindo o papel do cidadão ao exercício esporádico do voto, identificando a política como assunto de especialistas, existindo os governantes e os governados, os cidadãos e os profissionais da política. (MIGUEL, 2014: 118).

Análises contemporâneas vêm mostrando o desgaste deste modelo de representação, defendendo a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos institucionais que conectam os representantes com a sociedade, incentivando a transferência das informações, a complementaridade de procedimentos representativos clássicos com novas formas de democracia direta e mecanismos para controlar os representantes políticos (MACINTOSH, TAMBOURIS, 2009).

Dada a complexidade do mundo moderno, quase nenhum movimento de protesto questiona a representação como instituição. O que se reivindica é outra forma de representação que possibilite uma maior participação para além do simples ato de votar, defendendo práticas de participação direta no processo de tomada de decisões políticas e mecanismos para controlar as escolhas dos representantes eleitos. O que as pessoas comuns pedem é que os representantes respeitem a vontade dos representados. Esta reivindicação, aparentemente tautológica, questiona a essência e coração da democracia representativa liberal, centrada na separação entre representantes e representados.

Sendo assim a importância, a complexidade e a amplitude da representação política como mecanismo crucial para manutenção do conflito social, é interesse da pesquisa refletir sobre o déficit de controle que está abalando a democracia representativa, sendo consenso na ciência política, o crescente desvio entre as escolhas dos representantes e as expectativas dos representados.

.....

*** Alline Laura De Freitas Ohara**

Fundação Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados - FCH/UFGD. Dourados-MS, Brasil

Resumen de ponencia

ATIVISMO JUDICIAL - A POLITIZAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA NO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

*José Jair Galvão Da Silva

Objeto de nossa investigação junto ao programa de pós-graduação em sociologia da UFC - Universidade Federal do Ceará, a politização do poder judiciário brasileiro no processo de Impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, politização que é caracterizada pelo ativismo político de magistrados, que no uso de suas atribuições profissionais ou usando de sua posição funcional, agem com a intenção de influenciar direta ou indiretamente na arena de decisões políticas, sobre o que temos por hipótese, que a judicialização da política em curso no cenário político nacional segue a vertente da politização do judiciário, e que, ao polarizar os conflitos políticos, incide sobre as relações econômicas e democráticas entre o Estado e a sociedade.

Relativo ao impeachment, processo acatado pelo então Presidente da Câmara dos Deputados (Eduardo Cunha) em 02 de dezembro de 2015, apresentado pelos juristas, Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal, acusando a presidenta Dilma por crime de responsabilidade, por atos administrativos sem a prévia autorização do Legislativo com base na Lei do Impeachment. As chamadas “pedaladas fiscais” foram de fato, atrasos nos repasses do Tesouro Nacional para bancos públicos (Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES) que financiavam políticas públicas como o Programa Bolsa Família e o Programa Plano Safra. A Advocacia Geral da União, alegando inexistência de crime, pediu ao STF a anulação do processo ainda na fase de admissibilidade, tendo essa instância de poder se pronunciado apenas sobre o rito do processo e não pelos supostos fatos que o haviam gerado

Em função da hipótese de pesquisa aventada, de possíveis disputas sobre modelos econômicos (modelo neoliberal versus neodesenvolvimentismo), buscamos compreender o atual estágio do ativismo judicial, caracterizado pela politização da Justiça brasileira, que ocorre tanto pela ação quanto pela omissão do Poder Judiciário, “justificado” pelo combate à corrupção, tema de forte apelo e aceitação popular, mas que, em função da seletividade das investigações e a forma como a grande mídia lhe tem dado visibilidade, dissemina a desconfiança nos políticos, criminaliza a política e fragiliza a democracia, transformando a indignação popular em combustível para o “controle” do jurídico sobre o político.

Entendemos que o Poder Judiciário brasileiro, ao assumir certos aspectos das outras instâncias do poder estatal, afeta as relações políticas, econômicas e consequentemente, as relações sociais, tornando-se, não só objeto de análise da ciência do direito ou da ciência política, como também, um objeto de análise sociológica.

Especificamente como proposta de trabalho à 8ª Conferência Latino-Americana e do Caribe sobre Ciências Sociais, nos atemos à análise do Supremo Tribunal Federal

relativa à denúncia - Inquérito 3893/2015, de 20 de agosto de 2015, apresentada pela Procuradoria Geral da República brasileira, contra o então Deputado federal Eduardo Cunha por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, acatada pela corte em 03 de março de 2016 e julgada em 05 de maio de 2016, sendo reconhecida a culpabilidade do réu, ocasionando o afastamento do mesmo de suas funções parlamentares.

A morosidade (ativismo judicial) do Supremo Tribunal Federal em julgar a ação contra Eduardo Cunha, responsável por acatar o pedido, e conduzir o processo de Impeachment de Dilma Rousseff, foi fator decisivo para o afastamento da presidenta, dado que o substituto de Eduardo Cunha na Presidência da Câmara Federal, Deputado Waldir Maranhão, quatro dias após assumir suas funções como presidente da Câmara, em 05 de maio de 2016, anulou a sessão dos dias 15,16 e 17 de abril que aprovará o Impeachment.

Para o estudo proposto, selecionamos como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: Estado e Sociedade em BAUMAN (2000), FAORO (2001), e HOLANDA (1995); Justiça, Poder e Política em BOURDIEU (1989), SANTOS (1998, 2002), Neoliberalismo e Neodesenvolvimentismo em BRESSER-PEREIRA (2012) e VIANNA et al. (2007); Capitalismo e Democracia em SANTOS (2002) e WOOD (2011), Ativismo Judicial em SANTOS (2003), PROGREBINSCHI (2000) e BARROSO (2009).

.....

* José Jair Galvão Da Silva

Laboratório de Estudos da Violência. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. Ctr. de Humanidades.. Universidade Federal do Ceará - LEV/UFC. Fortaleza, Brasil

Resumen de ponencia

CAMBIOS EN LA EDUCACIÓN Y LA DEMOCRACIA EN ECUADOR (2007-2016)

*Ricardo Restrepo E

Existen intensas posiciones sobre cómo entender la educación y la democracia en la década bajo el gobierno denominado de la Revolución Ciudadana (2007-2016) en Ecuador. Es un debate que además se da en el contexto de retroceso general de los movimientos progresistas del poder a nivel regional. Existen varias tesis sobre el gobierno durante la década pasada en Ecuador, las cuales se pueden agrupar en tres teorías principales. Las dos primeras se constituyen en versiones de la tesis de “la década perdida”. Una, que podemos llamar La Nueva Cleptocracia es que se desmantelaron las instituciones democráticas y de la educación de un estado con un nivel superior al actual en términos de estabilidad, participación masiva en las decisiones públicas, de garantías, de eficiencia y satisfacción social. Esta teoría presupone la existencia previa al 2007 de instituciones democráticas donde primaban los derechos, la estabilidad y las decisiones plurales, colectivas y de interés público, en vez de los intereses de grupos reducidos de gran poder. La teoría implica que el mal manejo y robo del acervo público y social y de oportunidades construido históricamente para el progreso generó una deuda social usurpada por los gobernantes de la Revolución Ciudadana en detrimento de la ciudadanía. Otra, que podemos llamar El Cambio Falso es que si bien se han visto progresos, y las condiciones de los y las ciudadanas han mejorado, esto se debe al boom petrolero y que cualquier gobierno lo hubiera hecho igual o mejor. No hay un cambio progresista real del carácter del gobierno en pro de la ciudadanía y los derechos. Hay un recambio de élites con intereses de grupo similares y que no han generado progreso hacia la universalización de derechos. Según esta teoría, en el peor de los casos la política pública entorpeció el progreso y en mejor de los casos la política pública no ayudó y se dejó pasar una gran oportunidad. La tercera teoría, La Democratización Real, es que si bien los precios del petróleo constituyeron una oportunidad, el nivel de progreso en educación y fortalecimiento de la democracia, en un sentido amplio y robusto, se debieron a una política pública que fortaleció y movilizó las energías públicas hacia la garantía de derechos y su sostenibilidad. Gobiernos alternativos a nivel nacional no hubieran realizado cambios similares estando en el poder y a nivel internacional Ecuador ha estado entre los primeros países de cambio progresista pro derechos. En la presente ponencia nos basamos en la relación entre la política pública y los resultados sociales, educativos, económicos y políticos, sustentados en una amplia gama de indicadores, para testear empíricamente las tres teorías sobre el gobierno progresista del Ecuador entre el 2007 y el 2016. Se analizarán las principales políticas adoptadas, en lo económico y social, y se compararán con los modelos de oligarquización y de democratización identificados por Oxfam. Se realizará una corrección relacionada a los precios de los commodities, y se analizará de forma comparada histórica e

internacionalmente, las políticas y los resultados en indicadores como el PIB por persona, el endeudamiento público, la Pobreza, la Desigualdad medidas por el Índice Gini y el Índice Palma, el Índice de Desarrollo Social, el Índice de Desarrollo Humano, la expectativa de vida, el acceso y la inclusión en los sistemas educativos, desde la infancia hasta la vida universitaria, tasas de homicidios, la transformación de la plataforma económica y la matriz productiva hacia una economía social y ecológica del conocimiento, confianza en lo público, y el Índice de Estado Frágil, entre otros, basado en datos de los institutos nacionales de datos, así como de la CEPAL, y otras fuentes. Se espera que el análisis brinde una luz y sustento basados en evidencia sobre las posiciones políticas e intelectuales sobre la política educativa, la Revolución Ciudadana y las políticas progresistas más generalmente. También se espera contribuir a brindar pistas de cómo mejorar las políticas públicas de los movimientos y gobiernos progresistas, teniendo en mente su reciente retroceso regional y posibilidad de avance.

.....

* Ricardo Restrepo E

Coordinación de Investigación. Universidad Nacional de Educación - UNAE. Cañar, Ecuador

Resumen de ponencia

CAMINHOS E DESCAMINHOS DOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NO BRASIL: DO AUGÉ AO FIM DE UM CICLO?

*Luciano Fedozzi

Após quase três décadas de existência no Brasil, os Orçamentos Participativos (doravante OP) expressam uma fase de maturidade que ultrapassou o experimentalismo. Maturidade esta que não significa consolidação, como será visto. Fato é que o acúmulo empírico e investigativo possibilita realizar uma reflexão de caráter mais realista e crítico sobre as virtudes democráticas, assim como sobre os limites e os desafios desta inovação participativa que ganhou mundo afora. Conforme pesquisa da Rede Brasileira de Orçamentos Participativos (RBOP), o número de municípios que adotaram os OP chegou a 355 nas gestões 2008-2012 (RBOP, 2012). Desde o seu surgimento, em 1989, quando o caso de Porto Alegre se destacou nacional e internacionalmente, o crescimento foi da ordem de 3.450%. A análise sobre a possível contribuição democratizante dos OP é dependente da pluralidade de interpretações sobre os objetivos da adoção dessas instituições participativas, que respondem, por sua vez, às distintas referências teóricas e ideológicas dos sujeitos promotores, e também da análise empírica dos diferentes modelos praticados até hoje (Dagnino, 2004; Goldfrank, 2015). Não obstante, é possível ressaltar alguns elementos que fortalecem a tese da viabilidade da construção de alternativas participativas como forma de democratizar a democracia (Santos, 2002) diante dos supostos hegemônicos das teorias elitistas/realistas da democracia. Dessa forma, o presente trabalho tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, analisar questões relevantes sobre os possíveis elementos democratizantes dos Orçamentos Participativos no Brasil. Ao mesmo tempo, discutir as contradições, dilemas e limites que se apresentaram na longa experiência brasileira. São questões relativas a) ao desenho institucional dos OP (regras do jogo, atores incluídos e excluídos, formas de debate e deliberação, accountability social); b) o lugar que eles ocupam no sistema de gestão pública (central ou periférico, poder real de decisão sobre o orçamento público, graus de transparência); c) os conteúdos discutidos e sua relação com o planejamento urbano (prioridades selecionadas pelos participantes e grau de influência nas formas de ocupação e uso do espaço urbano). Em síntese, são elementos que dizem respeito aos temas da efetividade e da qualidade da participação numa perspectiva transformadora. Os elementos que constituem as práticas dos OP revelam o seu grau de radicalidade democrática. Em segundo lugar, o estudo analisa o novo contexto recente do país que modificou de forma significativa as oportunidades e os incentivos para a adoção e a sustentabilidade dos OP pelos municípios brasileiros. Em primeiro lugar, os efeitos da crise econômica posterior a 2008 que se fizeram sentir na diminuição da capacidade de arrecadação dos municípios. Os entes locais,

juntamente com os entes estaduais, da federação, vem sofrendo forte restrição de recursos provindos da arrecadação. Soma-se a este fator o processo de reversão da desconcentração dos recursos que tinham favorecidos os municípios no período pós-constituição de 1988. As mudanças na repartição tributária da Federação levaram a uma reversão do cenário das finanças locais e estaduais, reativando um ciclo de concentração do bolo tributário em mãos da União que vigorou durante o regime militar. Soma-se a isso, a pressão para que os municípios assumam políticas públicas que não são de sua competência, a exemplo do explosivo tema da segurança pública. Este contexto foi fortemente agravado com a política de austeridade e o ajuste neoliberal em curso após o golpe/impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. É praticamente generalizada a crise fiscal dos municípios e estados, com situações dramáticas onde sequer o pagamento dos servidores públicos é garantido. O segundo fator diz respeito a perda da centralidade política dos OP no campo da esquerda partidária, em especial do PT, o mais identificado com este tipo de instituição participativa. Segundo pesquisa ora em desenvolvimento constata-se associação estatisticamente significativa entre a ideologia partidária dos governos e a adoção dos OP. Municípios com gestão de partidos de esquerda tem 1.869% mais chance de adotar o OP que municípios com gestão de direita e aqueles com gestão de partidos de centro tem 700% mais chance que os de direita. Além da retração do ímpeto de adoção dos OP nas administrações petistas, principalmente após a chegada do partido à presidência da república, houve, recentemente, perda de espaço eleitoral do campo da esquerda nas últimas eleições municipais (2017-2020). O PT perdeu cerca de 60% das prefeituras e hoje não governa nenhuma cidade relevante do país. O conjunto desses elementos de caráter político, econômico e fiscal, somados ao avanço do conservadorismo no país, configuram um novo contexto que se apresenta desfavorável à implementação de práticas participativas mais profundas. O estudo não é conclusivo, mas aponta a hipótese do fim de um ciclo dos OP no Brasil. Pelo menos daqueles de alta intensidade e com potencial contra-hegemônico.

.....

* Luciano Fedozzi

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

CHERÁN UNA PROPUESTA DE PARTICIPACIÓN Y DE GOBIERNO

*Ma. Aidé Hernández

En Cherán, Michoacán están realizándose ya las elecciones municipales, ellos le llaman nombramientos de los 12 K'eris que formaran el Concejo Mayor, órgano que equivaldría al presidente municipal. Hay que señalar que estas elecciones son completamente diferentes a lo que conocemos la mayoría de los mexicanos, de inicio el pueblo de Cherán realiza dos elecciones para nombrar a sus K'eris, una interna para ellos, donde no van ni periodistas ni el Instituto Electoral de Michoacán, y otra donde ya pueden entrar.

Ahora, hay que aclarar que estas elecciones se basan en los requisitos que se establecen en la convocatoria que previamente, por asamblea general se consensan con todo el pueblo. Durante varias sesiones en asamblea general (seis) se discute qué temas podían cambiar respecto a la anterior. De los temas que fueron álgidos me llamaron la atención: el de continuar con el tema de la no reelección, no se quieren fortalecer cacicazgos, que tanto mal le hicieron en el pasado a la comunidad; otro fue el aumento de salario de los k'eris, la respuesta fue rotunda "este puesto no es para hacerse rico, para eso hay otros caminos, este es un puesto para servir a la sociedad, es un compromiso con la comunidad", este tema me pareció trascendental pues uno de los elementos por los que la sociedad ya no cree en los políticos es porque ven los puestos públicos como espacios para enriquecerse; otro tema es hacer efectiva la revocación de mandato, es decir, que aquellos que no estén trabajando por el bien de la comunidad se les quite del puesto, pues se debe privilegiar a la comunidad antes de los intereses individuales; la edad también fue uno de los puntos más importantes, para los cheranenses, el Concejo Mayor debe estar formado por gente mayor, pensando en el antiguo Concejo de los Ancianos, que eran comuneros con experiencia, que conocía a la comunidad, por tanto, se concluyó que la edad conveniente para ser K'eri era de 45 años cumplidos a más; finalmente, la participación de la mujer, aunque hay resistencias, como en todo el país, por la participación de ellas, se consensó que por barrio debía darse la postulación de por lo menos una K'eri.

Bajo esta convocatoria se llevaron a cabo las dos asambleas por barrio para realizar los nombramientos de los K'eris, la primera fue el 20 de mayo de 2018, como ya he comentado en este espacio en Cherán hay 4 barrios, en este sentido, cada uno de ellos debe escoger tres K'eris. La elección en los cuatro barrios se programó para el medio día, sin embargo, las personas empezaron a llegar desde las 11 am. Cuando se consideró que ya había llegado el mayor número de comuneros se dio inicio a la asamblea. El primer punto fue leer la convocatoria, luego se procedió a preguntar fogata por fogata si había propuestas, después, los que fueron nombrados pasaron al frente de la asamblea, se les preguntó si aceptaban, y si así era, se pasaba a la votación, que consistió en que cada comunero se formara detrás del que apoyaba;

después, quienes llevaban la mesa contaban a las personas, hacían públicos los resultados y fin de la elección. Hay que aclarar que por cada barrio hubo en promedio 6 candidatos, 4 hombres y 2 mujeres, de los cuales sólo tres podían ser electos.

No hay posibilidad de fraude, el conteo es en voz alta, no hay forma de mentir en los números; y no cuesta dinero esta elección, pues tanto, la comisión de enlace que son los que organizan todo el debate en la comunidad para lograr la convocatoria, como la mesa de los debates, que son los encargados de llevar la mesa el día de la elección, no reciben paga por su trabajo, es voluntario y completamente por la comunidad, y sin dinero. Este punto es muy importante, pues de acuerdo a declaraciones del Consejo Presidente del Instituto Nacional Electoral para garantizar una elección democrática en México es necesario que los consejeros electorales ganen mucho dinero; de manera contraria, en Cherán la elección más democrática que he visto en México no cuesta ni un peso.

Para la siguiente semana a esta elección, el día 27 de mayo, se dio la segunda elección en donde sólo se ratifican los que ya se habían nombrado previamente, para ello el Instituto Electoral de Michoacán está presente y da aval de una elección limpia, transparente y legítima donde participa la mayoría del pueblo.

En estas elecciones, al igual que en todo México observe que el votante prefiere a un hombre sobre una mujer, aun falta ganar igualdad en este espacio, sin embargo, a pesar de esta resistencia llegaron 3 mujeres a un Concejo Mayor de 12 miembros; también puede ver mayor participación en la segunda elección o nombramiento, lo cual llama la atención, pues la primera es la de la comunidad, sin embargo, los cheranenses dejan ver con este resultado el respeto al Instituto Electoral de Michoacán como el órgano que legitima su elección de usos y costumbres.

Fue muy interesante observar como la comunidad durante semanas se dedica a sus elecciones, pues primero son reuniones para la convocatoria, luego son las elecciones, dos para nombrar a los K'eris, y otra para los que estarán en los consejos operativos, 3 en total; pero aunado a la anterior, hay que señalar que cada una de esta asamblea dura de 3 hasta 5 horas.

Por tanto, la participación de estos mexicanos me parece que es de muy alta consciencia, cuál fue el problema que observé, que no todo el pueblo votó, hubo ausencias, hoy no son significativas, pero se tiene que trabajar para que esto no represente un peligro a futuro, y la democracia participativa que se vive en Cherán siga siendo el ejemplo en México.

.....

* Ma. Aidé Hernández

Universidad de Guanajuato UG. Guanajuato, México

Resumen de ponencia

CIBERNÉTICA PARA EL EMPODERAMIENTO POPULAR

*Cesar Carrero

*Tamayba Lara

A partir de la refundación de la República a través de un proceso constituyente en el año 1999, Venezuela asume un nuevo paradigma de democracia, superando la concepción de representatividad en el ejercicio del poder que rigió los gobiernos de la cuarta República. Este planteamiento resulta novedoso para la historia contemporánea de nuestra nación, aun cuando en la historia precolombina los pueblos originarios habían desarrollado sistemas políticos igualitarios y colectivos, existiendo así condiciones históricas para que un sistema realmente democrático prolifere en la región.

Este paradigma pretende desarrollar a niveles superiores la participación del pueblo en los asuntos públicos, partiendo del fracaso del Estado moderno, en lo que a los intereses de las mayorías se refiere. Desarrollar la participación a niveles superiores pasa por generar métodos y mecanismos que la hagan viable, enfrentando los retos en la construcción del poder popular, desarrollando la voluntad de poder en el seno del pueblo, promoviendo que las instancias de participación trasciendan lo local y construyan una visión de integralidad en la acción popular, estimulando la participación masiva, generando formas de control del ejercicio delegado del poder, entre otros.

La cibernética, con las posibilidades que ofrece para la modelación de procesos sociales, se presenta como una herramienta de gran importancia en la instrumentalización del empoderamiento popular, procurando mecanismos de generación de información sobre los procesos, necesidades y potencialidades de las comunidades organizadas para la construcción de la política pública, superando intermediarios en las relaciones entre la organización popular y el Estado, garantizando transparencia en la gestión pública y una comunicación efectiva entre actores del poder popular para la deliberación, planificación y control de procesos de autogobierno.

En Venezuela, el Gobierno Bolivariano a través del Consejo Federal de Gobierno (CFG), asigna recursos a gobernaciones, alcaldías y a Organizaciones de Base del Poder Popular (OBPP), para compensar los desequilibrios territoriales en la distribución de la riqueza de la nación. Con el objeto de optimizar dicho proceso la institución ha desarrollado el Sistema de Integración Comunal (SINCO), una plataforma digital que tiene como actor protagónico a las OBPP, es decir, a los Consejos Comunales y las Comunas consideradas como instancias estratégicas de participación. Hasta la fecha, cerca de veinticinco mil OBPP se han registrado en la plataforma SINCO para apuntar sus proyectos; sin embargo, dado que en todo el territorio nacional hay más de cuarenta mil Consejos Comunales y más de mil quinientas Comunas formalizadas, existe un gran potencial por desencadenar. Por esta razón, nos hemos planteado aplicar SINCO como modelo cibernético de las OBPP, el Estado y el gobierno, para el

fortalecimiento de la democracia participativa y protagónica. Para lo cual iniciamos una caracterización de las interacciones existentes entre los actores del proceso de organización popular, identificando los elementos que hacen viable la vinculación entre estos, como insumos técnico-políticos y metodológicos para el fortalecimiento y optimización de SINCO Informático, que faciliten la comunicación corresponsable, directa y transparente.

Esta caracterización deberá aportar insumos para la generación de mecanismos de formación y autoformación político, ideológico y técnico, ya que en trabajos exploratorios previos hemos identificado la cuestión del acceso al conocimiento como un aspecto de gran influencia en la consolidación de la organización popular. Así mismo garantizará algunas condiciones necesarias para la conformación de una plataforma orgánica político-tecnológica que propicie la acción conjunta entre las OBPP.

Estos esfuerzos de investigación-acción se desarrollan en alianza con universidades públicas, procurando que la producción académica se coloque al servicio de la integración comunal, entendiendo las complejidades que implica el desarrollo de herramientas tecnológicas soberanas, los retos en la superación de las brechas digitales y la necesidad de garantizar el acceso a las tecnologías de la información. SINCO es una plataforma digital con incidencia nacional, sin embargo el proyecto de investigación se desarrolla actualmente en el Estado Güarico, a través de una alianza institucional entre la Gobernación de Güarico y el CFG, de esta forma los resultados de la experiencia piloto tendrán una repercusión directa en la gestión regional.

.....

*** Cesar Carrero**

Centro de Investigación Social - CEIS. Caracas, Venezuela

*** Tamayba Lara**

Centro de Investigación Social - CEIS. Caracas, Venezuela

Resumen de ponencia

CONSTITUIÇÃO E RESISTÊNCIA: APONTAMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DA RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

*Ricardo Castro

O presente estudo parte da constatação de que o estado de exceção encontra tradução institucional nos ordenamentos constitucionais latino-americanos contemporâneos - vide a realidade de suspensão de direitos e garantias individuais mediante a instituição de “estado de sítio”, “estado de defesa” ou “estado de emergência” na região - para questionar a ausência de ferramentas institucionais que projetem a resistência enquanto alternativa para a solução de crises políticas. É evidente que acenar para a possibilidade de institucionalização constitucional da resistência não importa em negar a resistência enquanto prática social que se impõe legitimamente independentemente da existência de previsão constitucional para tanto. Especificamente no caso brasileiro, por exemplo, percebemos a inocorrência da institucionalização da resistência em todo o seu histórico constitucional (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988). Disso não decorre que nesse país a sociedade civil não tenha se utilizado da ação política extrainstitucional para resistir contra a opressão operacionalizada pelo Estado. Assim, a busca por uma tradução institucional da resistência nos textos constitucionais não nega, mas pelo contrário reafirma a legitimidade da luta de setores sociais marginalizados do processo de tomada de decisão política.

A análise da história constitucional latino-americana revela que raramente a resistência contra a opressão foi reconhecida pelas ordens constitucionais. Naquelas oportunidades em que houve tal reconhecimento, é possível perceber um padrão comum a partir do qual esse processo de institucionalização ocorre: a resistência é afirmada como um dos “direitos” previstos na parte dogmática dos textos constitucionais. É o que se verifica nas seguintes experiências constitucionais: a Constituição de 1853, com as reformas de 1994, na Argentina; as Constituições de 1825 e de 1844, na Costa Rica; as Constituições de 1940 e de 1959, em Cuba; as Constituições de 1886, de 1945, de 1950, de 1962 e de 1983, em El Salvador; as Constituições de 1945, de 1956, de 1965 e de 1985, na Guatemala; as Constituições de 1843, de 1846 e de 1867, no Haiti; as Constituições de 1957 e de 1982, em Honduras; as Constituições de 1814, de 1857 e de 1917, no México; a Constituição de 1992, no Paraguai; as Constituições de 1979 e de 1993, no Peru e a Constituição de 1811, na Venezuela.

Tal padrão de institucionalização constitucional da resistência, entretanto, não apresenta reflexo na parte orgânica dos textos constitucionais, no motor das Constituições, que continua fechado à participação popular. Em função disso, percebe-se um completo bloqueio do potencial emancipador do agir resistente. Em última instância, constata-se que as instituições desenhadas nesses textos constitucionais

limitaram de modo extremo o dispositivo que reconhecia como legítimo o direito à resistência (ou à insurgência).

Para fazer frente a essa realidade, propomos outro olhar sobre a resistência. A ideia é compreendê-la como algo a mais do que um “direito”. Nesse sentido, a proposta é institucionalizar a resistência como “poder”, “potência política”. Para tanto, o movimento necessário deve ser diferente daquele realizado pelas experiências constitucionais latino-americanas destacados acima: em vez de mirar a parte dogmática, devemos ter como alvo o motor das Constituições, isto é, o desenho institucional presente nas engenharias constitucionais. A institucionalização constitucional da resistência enquanto “poder”, desse modo, pressupõe a delimitação de uma “institucionalidade aberta” à participação popular direta.

Na prática, esse segundo padrão de institucionalização da resistência (que a manifeste como “poder”) impõe a reformulação do sistema representativo tal como ele vem sendo praticado nos últimos dois séculos na América Latina. O distanciamento entre representantes e representados é reforçado pela engenharia institucional dominante na região que privilegia os controles endógenos em vez dos controles exógenos sobre o exercício do poder político. A prevalência de mecanismos institucionais de impeachment sobre as ferramentas de participação popular direta - como as consultas para revogação de mandato, por exemplo - indicam nesse sentido. Embora a pretensão do presente estudo não seja definir um tipo ideal de “institucionalidade aberta”, é possível reconhecer que o princípio orientador de sua identidade é o da soberania popular, segundo o qual as decisões políticas de determinada comunidade devem ser tomadas em última instância por todos os que forem por elas afetados. As experiências constitucionais mais recentes - Equador em 2008 e Bolívia em 2009 - marcaram a tentativa de projetar uma institucionalidade aberta à participação popular, em clara confrontação com o desenho institucional liberal-conservador (elitista) hegemônico na história constitucional latino-americana. Nesse sentido, percebeu-se uma preocupação em legitimar a composição e o funcionamento das instituições por intermédio da adoção de procedimentos de eleição e de controle popular diretos. Tomando como exemplo o caso do tribunal constitucional boliviano - Tribunal Constitucional Plurinacional - nota-se a modificação do sistema de composição da corte, que passou a ser integrada por membros eleitos pelo voto popular.

A construção de uma “institucionalidade aberta” - isto é - a institucionalização da resistência enquanto “poder”, não se esgota com a delimitação de um modelo institucional. Ao invés disso, tal construção é experimental, rumo ao aprofundamento democrático das instituições - o que não pode ser garantido por uma receita institucional pré-definida. Para atestarmos isso, voltemos à experiência constitucional boliviana de 2009. É inegável que esse texto constitucional rompeu com importantes dogmas forjados pelo pensamento político conservador ao redefinir a forma de composição da corte constitucional, projetando nela uma institucionalidade aberta. O fato é que tal ruptura não torna este desenho institucional imune a críticas e a cooptações conservadoras.

Levando em consideração o precedente construído pelo Tribunal Constitucional Plurinacional em novembro de 2017, segundo o qual o Presidente Evo Morales poderá ser candidato para um terceiro mandato consecutivo a despeito da literalidade do texto constitucional de 2009 (que veda tal pretensão) e do resultado da consulta

popular promovida em janeiro de 2016 (que confirmou a orientação constitucional), é necessário reconhecer que a projeção de uma institucionalidade aberta está suscetível a falhas, capazes de serem corrigidas mediante práticas experimentalistas. No caso boliviano em concreto, a alteração do modo de composição da corte constitucional - que, ao gozar de legitimidade popular, avaliou ser competente para revisar uma decisão tomada diretamente pelo povo - desacompanhada de instrumentos institucionais capazes de permitirem a revisão das decisões da corte por procedimentos de deliberação popular expôs um ponto sensível da engenharia institucional desenhada em 2009: a rigor, manteve-se a lógica de que as decisões políticas fundamentais estão submetidas a um filtro de baixa consistência democrática. A aposta presente na construção da resistência enquanto “poder”, ou seja, na afirmação da necessidade de se elaborar (experimentalmente) uma “institucionalidade aberta” é a aposta do processo de deliberação política, em que todos tenham oportunidade de interferir no processo de tomada de decisão política da comunidade. No fundo, trata-se de uma realocação de esforços: ao invés de lutar por mais “direitos”, busca-se a construção de mais espaços institucionais abertos à participação política, potencialmente capazes de expor as violações a direitos básicos e de modificar as desigualdades socioeconômicas existentes na comunidade.

Referências bibliográficas

- GARGARELLA, Roberto. La sala de máquinas de la Constitución: dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz, 2014.
- _____. Los fundamentos legales de la desigualdad: el constitucionalismo en América (1776-1860). Madrid: Siglo XXI, 2005.
- _____. El derecho a resistir el derecho. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2005.
- _____. El derecho a la protesta: El primer derecho. Buenos Aires: Ad Hoc, 2005.

.....

* Ricardo Castro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍAS Y PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE JÓVENES EXCOMBATIENTES DE LAS FARC EN PROCESO DE REINCORPORACIÓN

*Lina Mercedes Leguizamón Salazar

El acompañamiento en la transformación de los jóvenes excombatientes en ciudadanos, se convierte en un gran desafío para el Estado, las instituciones y la sociedad en general. Esta ponencia tiene como propósito conocer el proceso de construcción de ciudadanías y de participación política que viven los jóvenes excombatientes de las FARC en la vereda Monte Redondo departamento del Cauca, como Espacio Territorial de Capacitación y Reincorporación, ETCR. Es una investigación cualitativa con diseño etnográfico, privilegia la entrevista semiestructurada y, cuenta con la participación de seis jóvenes excombatientes. Los resultados muestran el tránsito hacia la legalidad; las distintas visiones de ciudadanía y la preferencia por la participación comunitaria por parte de los jóvenes.

Desde el punto de vista de la construcción de paz en Colombia, la posibilidad de lograr la reincorporación política de estos jóvenes, entendida como la participación de ellos en la toma de decisiones y en las estructuras de poder, además de ser un derecho, puede ser el mecanismo que aleje realmente a los jóvenes excombatientes del contexto armado en el que han vivido hasta el momento.

Hay evidencias empíricas de que los “desvinculados” tienen grandes deseos de seguir con sus vidas y gran resiliencia (Blattman y Annan, 2009; Maulden, 2007), incluso más que los adultos (Boyden y Levison, 2000). En efecto, se ha concluido que el mayor impacto psicosocial en esta etapa de reinserción viene del estrés que viven los jóvenes excombatientes fuera de los grupos armados y no de residuos del pasado (Wessells, 2006). Como lo plantea, McEvoy-Levy (2006):

“Cuando los jóvenes han experimentado el poder de las armas, las promesas políticas durante el reclutamiento, y han construido un concepto positivo de sí mismos y una identidad durante un conflicto armado, la transición a la “paz” es muy difícil para ellos, y los conflictos inter-generacionales son muy probables después de la guerra y durante otros períodos de turbulencia social y política. Incluso aquellos que han militado en movimientos de masas no violentos y han estado por fuera de la lucha armada o la violencia política, son discriminados durante las transiciones políticas, en la medida que el poder político queda en manos de los líderes adultos, ancianos o élites externas por intercambios de poder” (McEvoy-Levy, 2006).

Sucede igual en los escenarios de participación política donde los jóvenes terminan siendo subordinados a las élites políticas de los adultos, quienes toman las decisiones.

Esta investigación cuenta con aportes teóricos conceptuales centrales desde (Denissen, 2010; Kymlicka, 2016; Bobbio, 2000; Acosta, Gabrysch y Góngora, 2007). Se entiende por reincorporación política el proceso que puede desarrollarse individualmente, en la medida en que los excombatientes ejercen sus derechos y deberes políticos como ciudadanos en una democracia (Denissen 2010).

Para el caso colombiano, la relevancia de la investigación radica en que aborda un tema de actualidad, la construcción de nuevas ciudadanías y la participación política desde la perspectiva juvenil, como tema novedoso en el marco de la construcción de paz en Colombia, incorpora la reflexión y el debate académico, respecto a las distintas posiciones políticas para garantizar la participación política y el ejercicio de los derechos ciudadanos de los jóvenes excombatientes de las FARC, con ocasión de su proceso de reincorporación a la vida civil. De esta manera, la investigación aporta en la elaboración de la política pública de reincorporación desde una perspectiva diferencial y de derechos humanos, a la vez, arroja elementos a tenerse en cuenta en los procesos de intervención y abordaje en el tránsito de los jóvenes excombatientes a ciudadanos, entre ellos, la relación existente entre formación para la ciudadanía y la apertura democrática en nuestro país.

De la misma manera, la investigación enfrenta la tensión que existe respecto a la participación política de los excombatientes de las FARC, haciendo énfasis en la construcción de nuevas ciudadanías juveniles logradas a raíz de su proceso de reincorporación y los retos que ello plantea no solo frente a la justicia social y la paz, sino frente a la sociedad, que en su mayoría se encuentra permeada por el andamiaje político de los partidos tradicionales, escenario que ha impedido que la contienda democrática se nutra con la participación de más tendencias políticas, como mecanismo que puede aportar a la construcción de la paz.

En cuanto a la metodología, se trata de una investigación cualitativa de diseño etnográfico que privilegia la entrevista semiestructurada. De acuerdo con Salgado (2007), esta investigación fue de tipo cualitativa, ya que tuvo como objetivo conocer la realidad subjetiva desde la experiencia de las participantes, sus significados, percepciones y representaciones, además, buscó entender cómo se han construido sus visiones sobre la ciudadanía y han ejercido su derecho a la participación política en marco de una transición política.

La investigación contó con la participación de seis jóvenes entre los 18 y 28 años de edad, excombatientes de las FARC en proceso de reincorporación residentes en el ETCR de Monte Redondo en Miranda, Cauca. Todos cuentan con más de cinco años de pertenencia a esta organización. Tres de ellos son hombres y tres son mujeres, tres de ellos de origen rural y los otros tres del contexto urbano, de diversas identidades culturales, étnicas y regiones del país.

La investigación describe como ha sido el tránsito hacia la legalidad, proceso en el que los jóvenes empiezan a ser considerados ciudadanos, más allá de retomar sus nombres y portar su cédula de ciudadanía, se enfrentan al reconocimiento y el ejercicio de sus derechos civiles y políticos. Los jóvenes excombatientes consideran la existencia de

distintas visiones de ciudadanía, entre ellas la ciudadanía indígena, campesina y juvenil. En cuanto a participación política, los jóvenes muestran poco interés en la participación electoral, priorizando la representación por parte de sus dirigentes. En el caso de los jóvenes entrevistados, manifiestan sus motivaciones políticas y sus diferentes visiones de la misma, más allá de la participación electoral. A la vez, Los jóvenes prefieren escenarios de participación ciudadana y comunitaria como las juntas veredales y grupos juveniles de intereses artísticos, educativos, culturales y deportivos. Así mismo, los jóvenes expresan otros intereses y proyecciones por fuera de la vida política. Sobre la participación política de la juventud expresan que existe poca participación en cargos de dirección, necesidades de formación en política e intereses de otro tipo por parte de la mayoría de los jóvenes

Para finalizar, interesa señalar que los jóvenes excombatientes son sujetos con posturas y visión social y política diferente y que hoy integran una sociedad donde la juventud no ha sido un actor social relevante. El hecho de transitar de la ilegalidad, donde eran reconocidos como insurgentes, a la legalidad donde son considerados como ciudadanos, más allá de un nombre y una cédula de ciudadanía, implica el ejercicio de sus derechos civiles y políticos. Así mismo, la estigmatización social y política está presente como uno de los mayores desafíos no sólo para los jóvenes, sino para toda la población en proceso de reintegración. Sin embargo, cuando se trata de jóvenes se puede volver aún más desafiante la tarea, debido a la invisibilización y poca participación de los jóvenes en los asuntos políticos de la nación.

La discusión sobre el reconocimiento del joven excombatiente como sujeto político, transformador activo de su realidad, inmerso en un proceso de tránsito a la legalidad y enfrentado a la tensión que existe respecto a la participación política y la construcción de ciudadanías juveniles está a la orden del día.

.....

* Lina Mercedes Leguizamón Salazar

Pontificia Universidad Javeriana Cali PUJ Cali. Cali, Colombia

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO E GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES: ORIGENS DA CRISE POLÍTICA NO BRASIL

*Bruno Borja

*Bruno Duarte

A atual crise política brasileira tem sido objeto de grande debate entre os intérpretes da conjuntura. Sem dúvida, estamos diante de uma ruptura da ordem democrática, com rápido avanço de práticas reacionárias e até fascistas. As eleições deste ano de 2018 aceleraram ainda mais o ritmo da conjuntura, culminando na recente prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diante da instabilidade política e da incerteza quanto aos rumos da democracia brasileira, convém adotar uma postura de distanciamento histórico frente aos fatos correntes e, na medida do possível, tentar compreender o presente enquanto história.

Uma mirada para o século 20 pode nos ajudar a balizar esta análise. No plano mundial este foi o século da hegemonia dos EUA e do pleno desenvolvimento do capitalismo monopolista e financeiro. No Brasil, vivemos a partir dos anos 1930 a afirmação do capitalismo industrial e do domínio da burguesia industrial, consolidados na ideologia e na política desenvolvimentista. A década de 1970 marcaria a crise da hegemonia dos EUA e implicaria numa progressiva mudança no sistema mundial rumo ao neoliberalismo. No Brasil, esta foi a década da crise da ditadura civil-militar que vigorava desde de 1964, dando início ao processo de abertura democrática. No entanto, a democracia só viria a se efetivar com a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições diretas para presidente em 1989.

O Partido dos Trabalhadores (PT) se formou neste período histórico, a partir do movimento sindical do final dos anos 1970 - o que ficou conhecido como Novo Sindicalismo. Tendo no movimento organizado da classe trabalhadora sua base social histórica, o PT buscou elaborar uma estratégia política para a chegada ao poder. Conhecida como Estratégia Democrático-Popular, esta consistia em articular as forças políticas populares, num arco de alianças que ia dos trabalhadores urbanos e rurais até setores da pequena-burguesia, excluindo a grande burguesia. Uma série de derrotas nas eleições presidenciais fez com que o partido aos poucos fizesse maiores concessões em sua política de alianças, abrindo para a grande burguesia. Isto se consolida na chapa para as eleições presidenciais de 2002, com Lula, líder do movimento sindical e do PT, tendo como vice-presidente José Alencar, grande industrial filiado ao Partido Liberal. Assim, a chapa expressou o conteúdo do governo de conciliação de classes que estava por vir.

Desde os anos 1970, Florestan Fernandes no livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) vinha tentando interpretar o tradicional autoritarismo político brasileiro, definindo o padrão de dominação autocrático. Este consiste na dominação autorreferenciada da burguesia, sem maiores considerações às demandas populares,

configurando uma democracia restrita e impermeável à participação ativa da classe trabalhadora. Escrevendo ainda no período ditatorial, Florestan avaliava que a burguesia tinha um problema de hegemonia, isto é, entre coerção e consenso, usava preferencialmente a coerção direta como forma de governo. O Estado autocrático burguês da ditadura brasileira apelaria sempre para a violência, sem alcançar um nítido consenso de seus governados.

Entendendo a instabilidade de tal prática de governo, Florestan afirmou que a burguesia em algum momento teria de retornar ao regime democrático, o que criaria para ela a necessidade de construir uma hegemonia, legitimada pelo consenso popular. A partir disso, o autor elabora o conceito de democracia de cooptação: a burguesia no controle do Estado democrático desenvolveria práticas de cooptação de setores da classe trabalhadora, inserindo-os nos marcos da ordem burguesa, a fim de consolidar seu poder sem recorrer à violência extrema de caráter ditatorial. Isso contemplaria algumas demandas populares e geraria o apassivamento dos trabalhadores, sem contudo ameaçar o domínio burguês e o desenvolvimento do capitalismo dependente.

Esta previsão de Florestan viria a ter pleno funcionamento a partir de 2003, com o governo de conciliação de classes liderado pelo PT. Mesmo reconhecendo os méritos dos recentes governos Lula e Dilma Rousseff, é preciso buscar as origens da atual crise política brasileira em suas práticas de poder. A democracia de cooptação se efetivou como um governo de conciliação de classes, inserindo setores populares na ordem capitalista, atendendo minimamente suas demandas e gerando o apassivamento de suas frações mais radicalizadas. Deste modo, foi alcançado um ambiente de ordem social e tranquilidade para os negócios da burguesia.

Os expedientes utilizados para a cooptação foram muitos, mas todos têm em geral um caráter neoliberal: inserção social via mercado, facilitando a entrada no mercado de trabalho e aumentando o poder de compra dos setores populares. Algumas medidas são exemplares: aumento contínuo do salário mínimo para os inseridos no mercado de trabalho formal; programas sociais de transferência de renda para os excluídos do mercado de trabalho formal (Programa Bolsa Família); programas de financiamento para compra de moradia (Programa Minha Casa Minha Vida) e para entrada em cursos universitários e de formação técnica e profissional (Programa Universidade para Todos [ProUni] e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego [Pronatec]); financiamento público com juros baixos para crédito ao consumidor; dentre outros. Esta conjunção de políticas para entrada no mercado de trabalho, financiamento do consumo popular e políticas assistencialistas focalizadas permitiu que o governo alcançasse uma histórica redução da pobreza no Brasil. Mas por outro lado, serviu de meio de cooptação e apassivamento do movimento social e sindical. Tais políticas de inserção social via mercado foram também de grande importância para a burguesia brasileira, pois vieram consolidar um mercado interno de consumo de massa, favorecendo o crescimento econômico e a acumulação de capital. Estava selado, assim, o governo de conciliação de classes via democracia de cooptação.

O que se pretende aqui, não é negar a validade e a importância histórica dos governos do Partido dos Trabalhadores - sem dúvida os que mais contribuíram para a melhoria das condições de vida da população brasileira. Mas buscar nas contradições do governo de conciliação de classes as origens da atual crise política. Pois esta conciliação foi viável somente enquanto as condições para o crescimento econômico

se mantiveram. Tratando-se de um país de capitalismo dependente, tais condições ficam à mercê dos movimentos cíclicos da economia mundial e não se sustentam por longo prazo.

Esta forma de governo vigorou plenamente enquanto comércio mundial estava em alta e garantiu preços elevados para as commodities, dando margem para que aumentassem conjuntamente lucros e salários na economia brasileira. Com a crise mundial de 2008, surgem os problemas. A crise, cujo epicentro foram os EUA, não atinge diretamente a economia brasileira num primeiro momento. O comércio com China e o dinamismo alcançado pelo mercado interno brasileiro, apoiado por políticas anticíclicas, garantem a continuidade do crescimento. Mas a partir de 2013 a conjuntura muda radicalmente e se observa o refluxo da economia.

Instalada a crise econômica, começam os problemas da conciliação de classes com o aumento do conflito distributivo. Isto é, agora não seria mais possível dar continuidade ao aumento de lucros e salários conjuntamente. O progressivo ganho de direitos por parte dos trabalhadores na época de bonança, se reverte num contínuo ataque por parte da burguesia. Estava desfeita a conciliação e a luta de classes voltava à ordem do dia. O movimento sindical retoma suas atividades já a partir de 2012, depois de quase 10 anos de passividade, e o governo PT vai perdendo controle da sua base social histórica. Cresce também a insatisfação por parte da burguesia que, não afã de recompor suas taxas de lucro, quer reduzir salários, encargos trabalhistas e impostos. Junho de 2013 marca o estopim da polarização política na sociedade brasileira. É muito sintomático que após uma década de conciliação de classes e crescimento econômico, cheguemos a uma conjuntura de polarização política e recessão econômica. O governo Dilma chega cambaleante para as eleições de 2014, vencendo o pleito por mínima margem de diferença. Ao assumir o novo mandato em 2015, Dilma executa um drástico ajuste fiscal, agravando a crise econômica.

Segue-se nova onda insatisfação por parte dos trabalhadores, que sofrem diretamente o impacto do ajuste, e por parte da burguesia, que já não está disposta à conciliação de classes. Nesta conjuntura, o PT perde sua hegemonia política e fica sem base social que o sustente no governo. O partido que havia sido muito funcional para resolver o problema de hegemonia da burguesia e que operou a democracia de cooptação, estava agora sem apoio consistente de nenhum dos dois lados da luta de classes. O golpe de 2016 veio consolidar esta perda de hegemonia. Tramado pela própria base parlamentar de sustentação do governo, com decisivo apoio midiático e do poder judiciário, o golpe desencadeou uma avalanche de práticas neoliberais, de posturas reacionárias e de cunho fascista. A burguesia brasileira mostra sua face autoritária. Ataque à constituição e aos direitos conquistados pelos trabalhadores, contrarreforma do Estado, militarização da questão social, judicialização da política. Eis alguns elementos que o golpe liberou como a abertura da caixa de Pandora. Os recentes acontecimentos da intervenção militar no estado do Rio de Janeiro e da prisão do ex-presidente Lula (é bom lembrar: o candidato que lidera as pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018) fazem parte deste processo. Sim, o golpe ainda está em processo.

.....

*** Bruno Borja**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Nova Iguaçu, Brasil

*** Bruno Duarte**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Nova Iguaçu, Brasil

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO

*Cristiano Engelke

O presente trabalho parte de referenciais teóricos da “teoria decolonial”, a partir do chamado “giro decolonial” e os trabalhos do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). De acordo com Mignolo (2006), a lógica da colonialidade operaria em três níveis, a saber: colonialidade do poder (colonialidade da economia e da política); colonialidade do saber (epistêmico, filosófico, científico e a relação de línguas e conhecimento); e, por fim, colonialidade do ser (subjetividade, controle da sexualidade e dos papéis atribuídos aos gêneros).

Como destacado por Ballestrin (2015) e por Pereira da Silva, Baltar e Lourenço (2017), um diálogo entre decolonialidade e democracia é necessário e urgente. Desta forma, este trabalho busca também contribuir para preencher essa lacuna teórica, visando assim perceber melhor essa relação e quais as possibilidades de se ter democracias decoloniais.

Ainda de acordo com Ballestrin (2015), há uma “ausência de mão dupla” ao se pensar a relação entre as teorias críticas da colonialidade e a teoria democrática contemporânea. A autora destaca a necessidade de se considerar outras experiências não ocidentais e não liberais que possam ser somadas ao repertório pluriversal da democracia. A persistência da colonialidade em regimes democráticos, assim, demonstra a importância de se compreender ainda mais esta relação entre colonialidade e democracia.

Por outro lado, as teorias democráticas não consideram a sua possibilidade de decolonização. Tratando da relação entre as teorias pós-coloniais e as teorias democráticas, o trabalho de Pereira da Silva, Baltar e Lourenço (2017) pontuam a necessidade dessa interlocução, destacando que a abordagem meramente institucionalista e formalista não dará conta de seus novos desafios.

Mignolo destaca também ser necessário superar a perspectiva imperial/colonial da democracia percebida como universal, e que a democracia deve passar a ser vista a partir de uma perspectiva decolonial, constituindo assim uma “democracia pluriversal”, em outras palavras, “el horizonte es uno, pero los caminos para llegar a él son variados, variadas lenguas, variadas formas e intereses en el conocimiento, variadas religiones, variadas subjetividades, variadas formas de sexualidad, etc”. (MIGNOLO apud BALLESTRIN, 2015, p. 203). Esta seria uma possibilidade em aberto, que gera determinadas críticas para pensarmos essa relação necessária entre democracia e decolonialidade.

Como consequência, trazer a perspectiva da teoria decolonial para tratar da democracia abre a possibilidade de aproximação com projetos emancipatórios, pensando novas formas de organização social e política. Conforme trataram recentemente Silva e Leite (2017): “a decolonialidade apresenta potencial

emancipatório ao permitir construir, mediante sua própria racionalidade, a transcendência para novos modos de vida que dialoguem simetricamente com a pluriculturalidade global”. (SILVA; LEITE, 2017, p. 19)

Importante salientar que nesse diálogo se busca pensar possibilidades de democracia não-hegemônica, o que reforça a necessidade de perceber a democracia para além da superação da ideia de bem comum percebido de forma homogênea, mas sim de uma diversidade de formas de democracia, algo próximo do que Leonardo Avritzer e Boaventura de Sousa Santos (2015) chamam de “demodiversidade”, compreendida como a “coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas”. (AVRITZER; SANTOS, 2002, p. 71)

Cabe ainda destacar o atual momento de retrocesso democrático vivido atualmente no Brasil (SOUZA, 2016; MIGUEL, 2017; CASARA 2017), bem como na América Latina e em parte do mundo ocidental. A crença em outras democracias possíveis que considerem a superação da colonialidade do saber, do ser e do poder só tem sentido se tiver como fundamento a ideia de muitos mundos coexistindo e reconhecendo o caráter provisório de qualquer mundo possível.

Este trabalho pontua para necessidade de atentarmos para novas formas de agressões e golpes à democracia. Assim, de acordo com Pereira da Silva, Baltar e Lourenço (2017), vem ocorrendo na América Latina o “neogolpismo”, que são golpes aparentemente legais e sem necessidade do uso da força, como ocorrido recentemente no Paraguai, Brasil e Honduras.

Assim sendo, o objetivo central do presente trabalho é compreender as possibilidades de articulação entre as teorias democráticas contemporâneas e as teorias pós-coloniais e decoloniais, com vistas a uma construção teórica que permita ampliar tanto as teorias democráticas quanto as teorias críticas da colonialidade.

Ainda como objetivos deste trabalho, busca-se: compreender e analisar o chamado pensamento pós-colonial e decolonial; compreender e analisar modelos de democracia predominantes na Ciência Política contemporânea; e ainda construir possíveis articulações entre democracia e o pensamento pós-colonial/decolonial, buscando contribuir com a construção teórica da democracia, bem como com as teorias da decolonialidade.

Para cumprir com seus objetivos, o presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: como é possível articular a democracia - compreendida como um conceito e um modelo político eurocêntrico, colonial e imperial - com princípios decoloniais - oposição à universalização eurocêntrica e colonial -, buscando uma nova construção política? A partir da impossibilidade da democracia como modelo universal a ser seguido, como ela pode ser reconstruída ou substituída por modelos mais próximos da superação das opressões coloniais? Seria possível construir novo modelo de democracia fundamentado nos mesmos princípios e valores, sem realizar um trabalho de desobediência epistêmica?

Para cumprir com seus objetivos, a pesquisa foi fundamentalmente bibliográfica, buscando aprofundar o conhecimento construído acerca das teorias da decolonialidade (e suas influências, em especial as teorias pós-coloniais) e das teorias contemporâneas da democracia.

Em tempos de “pós-democracia” (CASARA, 2017; CROUCH, 2004), acredita-se ser cada vez mais relevante buscar novas formulações e articulações em torno da democracia a partir de uma perspectiva do sul global, em uma visão que se coaduna com as

chamadas “epistemologias do Sul” (SANTOS; MENESES, 2010), com as teorias pós-coloniais e decoloniais. Assim sendo, é de grande importância reconhecer que a ciência política e as ciências sociais em geral são hegemonizadas por uma visão restrita do que é democracia, como alertam Pereira da Silva, Baltar e Lourenço (2017). De acordo com Miglievich-Ribeiro, não é casual que as vertentes pós-coloniais “cerquem hoje com fôlego renovado a sociologia e, também, a ciência política, relendo eventos históricos e seus discursos legitimadores, quiçá, reescrevendo-os”. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 75-76).

Buscando atingir os objetivos deste trabalho, pode-se concluir como resultados a possibilidade de articulação teórica entre democracia e decolonialidade. Mais que isto, fica claro que ainda é preciso avançar nessa pesquisa (esta é apenas uma aproximação inicial com o problema de pesquisa), mas já torna-se possível inferir que a democracia torna-se um conceito bem difícil de ser colocado em prática ao se articular com as teorias decoloniais, o que permite sugerir novas elaborações que indiquem novos modelos políticos que incluam as diversas perspectivas não eurocêntricas e liberais que tem amplo domínio no que diz respeito a modelos democráticos na teoria contemporânea. Ainda fica em aberto para trabalhos futuros a possibilidade de se construir novo conceito que vá além da democracia. Será possível essa elaboração e, mais ainda, terá uma consequência na prática política? Eis os desafios que o presente trabalho apenas inicia a construção.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. “Colonialidade e Democracia”, *Revista de Estudos Políticos*. n. 1, vol. 5; 2015.
- CASARA, Rubens. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CROUCH, Colin. “Post-democracy”. Cambridge: Polity Press, 2004.
- LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1990.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- MIGNOLO, Walter. “El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial”. In: MIGNOLO, Walter; MALDONADO-TORRES, Nelson; SHIWY, Freya. *Des-colonialidad del ser y del saber. (vídeos indígenas y los límites coloniales de la izquierda)*. Buenos Aires: Del Signo, 2006.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas: Dossiê Diálogos do Sul*, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 66-80, jan.-abr. 2014.
- PEREIRA DA SILVA, Fabrício; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. *Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites o conceito de democracia na América Latina*. 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 a 28 de julho de 2017.
- SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os*

caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
SANTOS, Boventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
SILVA, Raquel Katllyn; LEITE, Alexandre César. Decolonialidade e seu potencial emancipatório para a América Latina. 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 a 28 de julho de 2017.

.....

* Cristiano Engelke

Universidade Federal de Pelotas UFPEL. Pelotas, Brasil

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO: EXPRESSÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA NAS CIDADES E DESAFIOS AO APROFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO

*Larissa De Almeida Nogueira Cervi

O presente trabalho busca debater possíveis correspondências entre o *homo economicus*, a razão neoliberal e a mercantilização das esferas da vida, como discutido, entre outros, por Wendy Brown em *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution* (2015), com padrões de segregação socioespacial em regiões metropolitanas brasileiras (especificamente, São Paulo e Brasília), a partir da identificação do surgimento de "enclaves fortificados" por Teresa Caldeira, desenvolvida em seu livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, de 2000. Entende-se que a visão de cidadãos e cidadãs como *homo economicus*, provocada e difundida pela razão neoliberal, provocou transformações sociais importantes que afetam a democracia como realidade e como ficção, isto é, como experiência de organização política e social, no Ocidente, e como horizonte, como forma de organização almejada. Ainda que, na contemporaneidade, a concepção de democracia que se sustenta (e se experimenta) seja a liberal, a virada do neoliberalismo, como coloca Brown (2015), significou uma mercantilização de todas as esferas da vida, transformando homens e mulheres em *homo economicus*, em todo o tempo e em todos os lugares. Nesse sentido, o neoliberalismo, diferentemente do liberalismo, dificulta a emergência e a coexistência de relações humanas e sociais para além do mercado, provocando um esvaziamento do sentido de democracia e um processo de desdemocratização.

Entende-se, aqui, que essa relação está também expressa no espaço físico, geográfico, e nas transformações pelas quais esse espaço passa. Henri Lefebvre, em suas obras *O direito à cidade* (2001 [1968]) e *Espaço e política* (2008), tem contribuições fundamentais para o debate aqui proposto. Lefebvre enxerga o espaço urbano como um espaço socialmente produzido, isto é, que não está dado, mas é construído pela ação humana. A partir dessa premissa, o autor desenvolve o conceito de direito à cidade, cunhado em sua obra *Le droit à la ville*, de 1968. Em linhas gerais, o direito à cidade significa a apropriação do espaço urbano pelo seu valor de uso, em detrimento de seu valor de troca, isto é, das relações comerciais, da mercantilização da terra urbana e do consumo de bens, serviços, produtos e signos urbanos. Na perspectiva do autor, a cidade é vista como um espaço de manifestação da obra de homens e mulheres, de sua ação e transformação no mundo, expressas na cidade. Não se trata de um direito a ser outorgado por lei, mas uma forma de produção do espaço calcada na capacidade criadora e transformadora das pessoas e contrária às relações baseadas na exploração e dominação, reproduzidas nas e pelas cidades capitalistas. A cidade, assim, não é um mero espaço onde as relações sociais se dão. Logo, a produção do espaço não é uma ação técnico-administrativa, instrumental, mas política

e social (LEFEBVRE, 2008, pp. 143-4). A cidade é parte do cotidiano das pessoas e a organização espacial tem efeitos nas relações sociais, o que demanda que mudanças no sistema político não possam “abolir o urbano” (LEFEBVRE, 2001, p. 100), isto é, devem passar necessariamente pela mediação da cidade. O autor ainda coloca como central em seu debate a cidade como local do encontro, inclusive entre diferentes grupos, ideias e posições político-ideológicas, o que é fundamental para a construção da democracia, a partir de uma concepção mais abrangente, que alcança as relações sociais e significa também a superação das desigualdades, enxergando outros atores sociais para além do Estado.

A escolha de olhar para as cidades e a segregação socioespacial para analisar neoliberalismo e democracia está relacionada à relevância da urbanização, processo que se propagou consideravelmente ao redor do mundo, inclusive no Brasil, propagação essa em estreita relação com o desenvolvimento econômico capitalista, como demonstrado extensivamente por David Harvey, e que acompanhou a expansão de regimes democráticos no Ocidente. É notório, assim, que grande parte da população de países ocidentais contemporâneos (e, dentre essas, a brasileira) viva em espaços urbanos, sob regimes identificados como democráticos. Logo, a democracia experimentada pela maioria das pessoas (nesse trabalho, especificamente, as brasileiras) é construída diariamente nas cidades.

Realidade de metrópoles, cidades grandes e médias no Brasil e na América Latina, a segregação tem sido analisada por diferentes lentes, mas que parecem ter um ponto em comum: a noção de que há uma segmentação do tecido urbano em diversos espaços, de forma a torna-los socialmente mais homogêneos - ao menos, os mais ricos. Nesse contexto, ao olhar para São Paulo, Teresa Caldeira (2000) identifica a percepção e o medo do crime e da violência como propulsores de uma nova forma de segregação, que se expande: a dos “enclaves fortificados” (2000, pp. 258-9), cuja principal referência são os condomínios residenciais fechados. A segregação seria vista, então, como um processo de isolamento realizado por meio de serviços e equipamentos de segurança privada, que determinam claramente as fronteiras e as regras de inclusão e exclusão.

Temos, assim, uma sociedade que se organiza nos espaços urbanos a partir do isolamento e da exclusão, produzidos pelo medo do crime e da violência, o que provoca variados efeitos para essa sociedade. Entre eles, o principal é o fortalecimento de privilégios, que são invisibilizados para a própria parcela da população que os detêm. Ainda, a segregação dificulta a comunicação e o entendimento entre diferentes grupos, o que interfere de maneira profunda na democracia, ao menos em termos teóricos. Somado a isso, esse isolamento espacial que marca as experimentações cotidianas do espaço urbano, produzindo experiências completamente distintas, aliado às dificuldades de comunicação e entendimento, contribui para a estigmatização de territórios e de pessoas que neles vivem, que, em geral, já sofrem discriminações, provocadas pelo racismo e pela estrutura de classes. Da forma como é organizado, o espaço urbano permite a reprodução de estereótipos de raça e classe sem mencionar esses elementos - “lugar de gente perigosa”, “berço de criminosos”, “território ingovernável”, entre outros.

A formação de enclaves fortificados pelas classes mais ricas representa a predominância de uma perspectiva individualista, própria da razão neoliberal, que condiciona também as transformações do espaço urbano e dos padrões de segregação

socioespacial. Trata-se de uma busca de soluções individuais para o espaço urbano, que é um espaço essencialmente coletivo, alimentada pelo mercado (imobiliário e da segurança privada, principalmente).

Nesse contexto, entende-se que a vida cotidiana nas cidades, que tem sido subordinada a dinâmicas de isolamento e exclusão pela própria configuração do espaço urbano e de suas transformações, além de ter sido altamente mercantilizada, dificulta o alcance de uma sociedade democrática, em que a igualdade de direitos e a inclusão das diferenças seja possibilitada. Sendo um dos processos que condiciona relações sociais e tida como o principal espaço de experimentação do cotidiano democrático, o espaço urbano e a forma como é produzido tornam-se, assim, importantes aspectos a serem trabalhados na busca por um aprofundamento democrático e na análise de transformações do espaço público.

Propõe-se, nesse contexto, analisar o padrão de segregação socioespacial de enclaves fortificados na região metropolitana de Brasília, com o intuito de identificar se essa racionalidade neoliberal se manifesta nos discursos de moradores e moradoras de condomínios residenciais privados. É válido notar que a pesquisa já avançou na discussão dessa correspondência entre razão neoliberal e segregação socioespacial - e suas implicações para a concepção de democracia - no que se refere à região metropolitana de São Paulo, por meio da densa pesquisa qualitativa de Caldeira (2000), como exposto anteriormente. O que se trabalha, nesse momento, é a análise dessa relação, que não é somente entre razão neoliberal e segregação socioespacial, mas especialmente entre democracia e cidade, na região metropolitana de Brasília, entendendo a relevância desse local que, além de capital política do Brasil, apresenta profundas segregação socioespacial e desigualdades sociais.

.....

* Larissa De Almeida Nogueira Cervi

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília IPOL/UnB. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E ESFERAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO DA INFLUÊNCIA DA POPULAÇÃO PARTICIPANTE SOBRE AS DECISÕES DE POLÍTICA URBANA LOCAL À LUZ DOS CONCEITOS HABERMASIANOS

*Julia Birchal Domingues

O presente artigo consiste no estudo de caso do processo participativo que ocorreu entre outubro de 2014 e junho de 2015 na cidade de Belo Horizonte, MG, Brasil para a elaboração do plano urbanístico da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos / Pedro I + Leste-Oeste (OUC ACLO). Trata-se de um plano que impacta cerca de 10% do território do município, incluindo áreas centrais e alguns dos principais eixos viários da cidade, de forma que apresenta grande potencial de impacto socioespacial. A premissa principal do projeto da OUC ACLO é o adensamento populacional e construtivo do entorno de dois eixos de transporte coletivo.

De início, empenha-se na apresentação do histórico do instrumento Operação Urbana Consorciada no Brasil, com o objetivo de destacar os principais pontos de crítica em torno na aplicação do instrumento. Além disso, é feito um histórico da sua regulamentação e implementação em Belo Horizonte, aproximando-se, assim, do estudo de caso em tela. (FIX, 2001, 2003; MARICATO; FERREIRA, 2002; FERREIRA; FIX, 2001; COTA, 2011; COTA; COSTA, 2009; MONTEIRO, 2013).

A OUC ACLO é então apresentada, com destaque para a forte resistência da sociedade civil, em razão da ausência de participação popular na sua elaboração e a consequente não contemplação das demandas e especificidades locais. O plano inicialmente foi elaborado de maneira conjunta entre a Prefeitura de Belo Horizonte e um consórcio de construtoras. O Ministério Público foi acionado e a resistência culminou em uma Ação Civil Pública que forçou a Prefeitura a retomar a elaboração do plano com participação popular. (PBH, 2013, 2014, 2015; DOMINGUES, 2015, 2017a, 2017b)

O processo participativo, que contou com um total de 38 eventos e variados, foi acompanhado pela autora na condição de observadora participante. Além disso, para o desenvolvimento da pesquisa, foram conduzidas entrevistas qualitativas com 37 agentes que participaram do processo, entre os meses de setembro e novembro de 2015. A esse respeito, são tecidas reflexões metodológicas a respeito do trabalho de campo, a sobretudo no que toca a necessidade de constante atenção para se “estranhar o familiar” e o impacto do pesquisador sobre seu objeto (VELHO, 2013; BABBIE, 2008).

Uma vez apresentados o caso em estudo e as desenvolvidas as considerações metodológicas, parte-se para o delineamento teórico que orienta as análises desenvolvidas na sequência. O debate em torno da democracia participativa enquanto prática democrática contra-hegemônica protagonizada pelo sul global é desenvolvido (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Em seguida, são apresentados os conceitos de esfera pública e opinião pública elaborados por Habermas, um dos filósofos contra-hegemônicos elencados por Santos e Avritzer (2002), relacionando-os com a prática da razão comunicativa e da democracia deliberativa. De acordo com o filósofo, as esferas públicas políticas são espaços comunicativos de formação da opinião pública. Em momentos de crise, eles são capazes de fomentar debates na esfera da sociedade civil que geram um poder comunicativo capaz de incidir sobre a atuação do governo, quebrando suas rotinas (HABERMAS, 1997). Ainda de acordo com o filósofo, “Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identifica-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatiza-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar” (HABERMAS, 1997, p. 9)

Passa-se, então a apontar algumas relações entre as ideias de Habermas e o processo participativo da OUC ACLO. Em primeiro lugar, é possível dizer que a constituição do processo participativo para discussão do projeto se deu como consequência de pressão da sociedade civil sobre o poder público, em razão de uma consciência de crise: um projeto de grande potencial de impacto sobre seu cotidiano, avaliado como negativo, estava em vias de ser aprovado sem que a população tivesse sido envolvida.

Na sequência, debruça-se sobre o estudo das entrevistas realizadas com agentes que integraram o processo participativo. O principal objetivo é averiguar em que medida, na percepção dos participantes, tal processo democrático se configurou como uma esfera pública qualificada, de acordo com o conceito habermasiano. Isto é, procura-se averiguar em que medida a população participante pôde pautar o processo e pressionar as decisões políticas a partir da formação de uma opinião pública.

Referências:

BABBIE, Earl (2005). The basics of social research. Belmont: Thomson Wadsworth, 2008.

COTA, Daniela Abritta; COSTA, Geraldo Magela. Parceria Público Privada como um instrumento de planejamento no Brasil: Operação Urbana em São Paulo e em Belo Horizonte. In: 12do Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideu, Uruguai. Anais do 12do Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideu, 2009, 15f.

COTA, Daniela Abritta. De instrumento de regulação à ferramenta de arrecadação: a

prática das Operações Urbanas em Belo Horizonte, MG, Brasil. In: Revista Geográfica de América Central, Vol. 2, Nº. 47E, 2011.

DOMINGUES, Júlia Birchal. “Bem comum e individualismo: critérios acionados pelo discurso técnico no planejamento urbano - um estudo de caso”. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVII ENANPUR), 17, 2017, São Paulo. Anais XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017a.

_____. Possibilidades e limites da construção democrática da política urbana municipal: a perspectiva dos agentes do processo participativo da OUC ACLO. In: II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (II ENEPCP), 2017, Brasília - DF. II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas: Democracia e direitos - Dimensões das políticas públicas e sociais, 2017b.

_____. Retratos da participação: Registros e relatos do processo participativo da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos / Pedro I + Leste-Oeste. 2015. 198 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker; FIX, Mariana. A urbanização e o falso milagre do CEPAC. In: Folha de São Paulo, Tendências e Debates, terça 17 de abril de 2001.

FIX, Mariana. A "Fórmula Mágica" da Parceria Público-Privada: Operações Urbanas em São Paulo. Publicado em Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro, Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2003, pp. 185-198.

_____. Parceiros da exclusão. São Paulo: Boitempo, 2001.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org.). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Editora Annablume, 2007. (p. 113-140)

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João Sette Whitaker. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, Letícia Marques (org.). Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre/São Paulo: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Livia Oliveira. Operação urbana consorciada em Belo Horizonte: a recomposição das margens de um “abismo de mobilidade” conformado pelas avenidas Antônio Carlos e Dom Pedro I. In: Anais do XV ENANPUR, Recife, maio, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH). Plano Urbanístico Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste / Vale do Arrudas. PBH, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, outubro de 2013.

_____. Plano Urbanístico Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste. PBH, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, outubro 2014.

_____. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste: Caderno de textos, tabelas e figuras. PBH, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, setembro 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (p. 39-82)

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto ser antropólogo? In: VELHO, Gilberto (coord). O Desafio da Cidade: Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. (p. 37-56)

VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

.....

*** Julia Birchal Domingues**

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional . Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA PROTEGIDA, POVO EM RISCO

*Maria Luiza Franco Busse

A partir de Karl Polanyi e Giorgio Agamben, uma análise da constituição política liberal-democrata das sociedades ocidentais desde a Revolução Francesa até o presente mais recente e a implicação desse modelo na emergência de governos autoritários e fascistas.

Ao longo da História liberal o conceito de "democracia protegida", retirado de Agamben, está assegurado em artigos na forma jurídica das Constituições. E foram, e ainda são, esses dispositivos constitucionais em nome do "estado de necessidade interna" para a salvaguarda da segurança e da ordem pública que vêm servindo de suporte de legalidade aos estados de exceção, ao fascismo, e ao capitalismo que no seu estágio financeiro prescinde cada vez mais da democracia que inclui o povo como cidadão de direitos e oportunidades iguais.

A democracia do capital, agora financeiro, protegida pelos artigos constitucionais, faz emergir por dentro das instituições o mais reacionário, violento e atrasado lado do liberalismo. Fascismo e nazismo são produtos dessa realidade. São sentidos que nascem e dormem no berço do capitalismo e despertam nas crises do Estado liberal.

Quando as tentativas de êxito do mercado autorregulável esbarram nas suas irremediáveis contradições internas, acirrando-se ao paroxismo, o fascismo se toma de organizador da ordem em defesa da propriedade privada e do extermínio da oposição das esquerdas, dos trabalhadores como classe e de seus representantes formais e informais.

Ao contrário do que se pensa o fascismo não depende das grandes massas. Essa percepção advém da propaganda em larga escala que apresentava gigantescas manifestações favoráveis sempre com a eficiência de ocultar o alistamento compulsório e a adesão sob pena de tortura e desaparecimento. O que faz a força do fascismo é o acolhimento e a recepção conivente por parte dos que ocupam postos institucionais de relevância. Foi assim com Mussolini, então chefe de um pequeno agrupamento, chamado pelo rei Vitor Emanuel para ser primeiro-ministro da Itália. O mesmo se deu na Espanha em 1923, quando o general Primo de Rivera, sem nenhuma base popular, instaurou a ditadura fascista com o beneplácito do rei Afonso XIII.

Na Alemanha de 1932, Hitler derrotado nas urnas é nomeado chanceler da República de Weimar pelo presidente Hindenburg atendendo a pedido declarado em carta pública assinada por industriais e banqueiros, os mais altos representantes da coligação industrial-financeira do país. O aristocrata militar Hindenburg classificou o ato de "a nova força na velha grandeza". Nos 12 anos em que governou a Alemanha, Hitler nunca se ocupou em revogar a Constituição de República alemã de Weimar porque o artigo 48 lhe garantia todos os mandos, assim estabelecendo:

"Se, no Reich alemão, a segurança e a ordem pública estiverem seriamente conturbadas ou ameaçadas, o presidente do Reich pode tomar as medidas necessárias para o restabelecimento da segurança e da ordem pública, eventualmente com a ajuda

das forças armadas. Para esse fim, ele pode suspender total ou parcialmente os direitos fundamentais estabelecidos nos artigos 114, 115, 117, 118, 123, 124 e 153". A partir do que é possível chamar de gênese da política de revogação da inclusão de direitos e bem estar do povo pobre e trabalhador como categoria e classe de representação de si e para si mesmo, o texto faz um recorte na violência material e simbólica que atinge o Brasil desde o golpe de 2016 que destituiu pela via da democracia protegida do liberal-capitalismo financeiro a presidente Dilma Rousseff eleita pelo voto direto de 54 milhões de brasileiros.

Desde então, na política, na ética e na estética o Brasil vem praticando ações fascistas. Pelas mãos do judiciário, a política vira polícia, a ética é golpeada e a estética se degenera.

Uma rádio é invadida pela polícia federal para prender o apresentador, a correspondência de um jornalista é violada pela Receita Federal, juiz aprova tratamento para a [curaçá gay](#), outro suspende peça com transexual, um outro ganhou fama no mundo por prender sem provas, o ministério da Educação proíbe aula na Universidade de Brasília sobre o golpe de 2016 e as conseqüências para a democracia, e no melhor escopo da intolerância e do desprezo fascista ao conhecimento, o professor da Universidade Federal do Estado de São Paulo, Elisaldo Carlini, 87 anos, especialista reconhecido em psicofarmacologia é chamado a depor na Polícia Federal acusado pelo Ministério Público de fazer apologia ao crime por defender a liberação e uso da maconha para fins medicinais.

O fascismo não ama o amor e odeia a diferença. Só admite o seu igual. Também não tem local e data. Está em toda parte. Seu nome é legião, como ensinou Roland Barthes. Tem por hábito atrair os chamados cidadãos e cidadãs de boa vontade e princípios virtuosos que salivam de prazer ao assistir prisões e condenações arbitrárias, tudo em nome do combate à corrupção que de tão íntima nas suas bocas cheias de cuspe moralista tem os erros suprimidos na fala ágil que passa a dizer ["corrupção"](#).

O curador de uma exposição cobriu com pano preto os quadros eróticos. Disse que era para proteger da luz. Na rádio, disseram que o apresentador se ausentou por problemas na garganta. Na violação da correspondência, não disseram nada. A imprensa golpista e a Associação Brasileira de Imprensa também não. O usurpador Temer disse que o Brasil desistiu espontaneamente do programa nuclear. Mentira. O coordenador, almirante Othon, foi preso e condenado a 43 anos de detenção, a maior pena já imputada pelos tribunais fascistas, acusado de corrupção.

Concordando com Agamben e Polanyi, em resumo o que se pode observar é que a democracia protetora dos direitos exclusivos do mercado autorregulável e da globalização imperialista e neocolonial já transformou em risco a sobrevivência do povo pobre e trabalhador.

.....

*** Maria Luiza Franco Busse**

NÚCLEO DE FORMAÇÃO MARISA LETÍCIA NUMAR. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA Y PARTICIPACIÓN EN EL ACUERDO FINAL PARA LA TERMINACIÓN DEL CONFLICTO: HERRAMIENTAS PARA EL FORTALECIMIENTO DE LOS SECTORES SUBALTERNOS EN COLOMBIA

*Sebastián Alfredo Forero Ramírez

DEMOCRACIA Y PARTICIPACIÓN EN EL ACUERDO FINAL PARA LA TERMINACIÓN DEL CONFLICTO: HERRAMIENTAS PARA EL FORTALECIMIENTO DE LOS SECTORES SUBALTERNOS EN COLOMBIA

La sociedad colombiana vive un momento de inflexión política sin precedentes, después de más de 50 años de confrontación armada el Gobierno de Colombia y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP) llegaron a un acuerdo final que estableció la hoja de ruta para el fin del conflicto armado en Colombia. De igual forma, en la actualidad se viene desarrollando con ciertas dificultades el proceso de diálogo del gobierno con el Ejército de Liberación Nacional (ELN), lo cual da una perspectiva más integral del giro hacia la paz completa en el país caribeño.

Ante tal situación, la construcción de una paz estable y duradera en el país pasa fundamentalmente por la participación y el apoyo amplio de la población para que su implementación sea efectiva, implementación en la cual la población afectada por la guerra, las víctimas y la sociedad en su conjunto deben ser el centro. Por lo cual, este no es un proceso de aplicación de meros instrumentos jurídicos e institucionales, sino que exige la participación más amplia y diversa en su desarrollo, buscando en esa dinámica generar dialécticamente un cambio de paradigma de la concepción de la política y del conflicto, de la diferencia y del reconocimiento del otro para afianzar con bases sólidas la paz estable y duradera que se plantea en los acuerdos.

Si bien determinados sectores dominantes de clase que gobiernan el país han hecho una labor fundamental para que los acuerdos hayan llegado a feliz término, el régimen político, económico y social que sustentan es claramente autoritario, regresivo económicamente y abismalmente desigual. Dentro del mismo, la clase dominante se encuentra fracturada frente a la consolidación de la paz, como fue evidenciado en el plebiscito mencionado. De un lado, el sector abanderado del proceso de paz, en cabeza del presidente Juan Manuel Santos, y del otro lado se encuentra un sector radicalmente opuesto liderado por Álvaro Uribe Vélez.

A pesar de los distintos conflictos, modificaciones y reticencias de sectores dominantes (téngase en cuenta que tras la victoria del 'NO' en el plebiscito del 2 de octubre, hubo modificaciones en el acuerdo), el Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto resulta un documento para resolver de cierta manera las causas que generaron el conflicto y lograr democratizar el país. Hay que tener en cuenta, que toda negociación de paz es una pugna entre fuerzas que, siendo enemigas en la confrontación armada,

por la vía del diálogo, velan porque sus propuestas basadas una idea particular de país queden registradas en los acuerdos que de allí deriven. La negociación de paz de La Habana no fue la excepción, por lo cual, ni se trata de una “revolución por decreto” de las FARC, ni se trata de un simple documento sin alcances.

Las nuevas articulaciones en el orden hegemónico han significado retrocesos importantes que afectan seriamente el espíritu del Acuerdo Final dejándolo lacerado en varios de sus puntos más virtuosos a través del sabotaje parlamentario o desde el poder judicial, en aspectos relacionados con la participación de las víctimas y las organizaciones sociales en una nueva era de paz. No obstante, en las circunstancias actuales el Acuerdo Final para la Terminación del conflicto sigue jugando un papel preponderante como punto dinamizador y de impulso, no solo como documento, sino como signo de posibilidad para la participación y el ejercicio político hacia el cambio social.

Por lo cual, el objetivo de esta ponencia es analizar y presentar los elementos fundamentales del Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto que permiten abrir espacios a la participación política y la democratización del país. Lo anterior, con la intención de dilucidar el margen de posibilidad que tiene el acuerdo en el propósito de la transformación social y cultural a partir de la subalternidad. Así, no solo se tendrán en cuenta elementos relativos a la apertura del sistema político-institucional, sino que en ellos se conectan aquellos aspectos que permitan el empoderamiento del campesinado, de las mujeres, de las comunidades indígenas, negritudes y las víctimas del conflicto. Hay que tener en cuenta la aprobación de un número de leyes que le dan aplicabilidad a partes importantes del acuerdo, por lo cual también se tendrán en cuenta dichos instrumentos jurídico-normativos.

Por ende, se trata de identificar y examinar los puntos que permitan reconocer la crítica que surge de los sectores excluidos de la sociedad, y posibilite su participación protagónica en la resolución de las crisis acumuladas históricamente, por tanto, de la posibilidad de construir mecanismos de empoderamiento social surgidos desde el ámbito popular que cuestionen el orden social vigente. Por lo cual, no basta con mirar simplemente los aspectos que tocan el ámbito de la apertura democrática dentro del sistema político institucional colombiano, sino como la democracia y la participación se desarrollan en el seno de la aplicación de la integridad del acuerdo en las distintas esferas de la vida social.

De tal forma que, el enfoque metodológico del presente trabajo es cualitativo con un alcance analítico, ya que su objeto de estudio es el Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y su correspondiente Plan Marco de Implementación. Por lo cual, para desarrollar el presente trabajo, se hace importante remitirse a fuentes tanto académicas, jurídicas como de prensa colombiana e internacional.

Referencias bibliográficas fundamentales

Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto, Mesa de Conversaciones, 24 de noviembre de 2016.

Plan Marco de Implementación del Acuerdo Final, Gobierno de Colombia, y Comisión de Seguimiento, Impulso y Verificación del Acuerdo Final (CSIVI), 2018

.....

*** Sebastián Alfredo Forero Ramírez**

Red Iberoamericana de Investigación en Imaginarios y Representaciones - RIIR. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA Y PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE EX-COMBATIENTES DE LAS GUERRILLAS EN COLOMBIA

*Adriana Michelle Páez Gil

*Erick Salomón Chávez López

El 24 de noviembre de 2016 se firmó en Bogotá, Colombia, el “Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera”. Este pacto ha suscitado la aparición de inéditas y complejas discusiones alrededor del proyecto político colombiano, entre ellas el debate sobre la necesidad de un nuevo marco para garantizar la participación política de actores tradicionalmente considerados marginales o por fuera del sistema de deliberación legítimamente reconocido por el Estado. Ahora bien, son dos los puntos del Acuerdo que hacen énfasis en esta cuestión: por un lado, el punto 2 denominado “participación política”; por el otro, el punto 3 denominado “fin del conflicto”.

En esta ponencia proponemos una lectura de ambos puntos del acuerdo desde una apuesta de transformación profunda; esto es: orientados a una redistribución de lo político entendido como el escenario y ordenamiento de lo común, lo público, su asignación de funciones, lugares, sujetos, modos de visibilidad e interlocución (Rancière, 1996). Desde este punto de vista, la potencia transformadora de la interpretación de estos puntos acordados descansa en (y se ve amenazada por) la mutua determinación de lo social y lo político; es decir, depende del reconocimiento de una condicionalidad doble entre los poderes en la esfera política y los poderes en el campo social y económico. Hay en esto un contundente rechazo a la interpretación ingenua según la cual lo político constituye una esfera independiente, autónoma, y regulada de conformidad con un proceso confiable y certero de sufragio. Por el contrario, según lo anterior, cualquier proyecto honesto de reinversión política debe involucrar también las jerarquías sociales y económicas que están a la base y se sirven de las anquilosadas dinámicas electorales (De Santos, 2017).

Siguiendo esta idea, la discusión que proponen los puntos relativos a la participación política y reincorporación de 14.178 excombatientes en Colombia no debe reducirse, pues, a la mera presencia en espacios estatales de acción, es decir, debe evitarse la simplicidad de una mirada integracionista según la cual los y las excombatientes requieren espacios para articularse dentro del sistema de gobierno electoral, sino que debe invitar a pensar formas de reconfigurar el espacio político mismo. No solo se juega aquí la posibilidad de agregar personas al bando de “representantes” en la lógica de gobierno de nuestras democracias liberales. Late, aún más, la potencia para delinear nuevas fronteras, formas de escucha y de habla, donde puedan valer las voces y formas de comunidad de quienes han estado históricamente fuera del reparto de lo político.

Se abre entonces una aparente disyuntiva para los excombatientes que aspiran a construir un proyecto político transformador: optar por la movilización social o por la reincorporación. Disyuntiva porque las lógicas de reintegración a la vida legal que ya se han implementado desde hace trece años en Colombia están atravesadas por un individualismo inherente a las políticas del Estado. El efecto político de este proceso ha sido la desarticulación colectiva y el abandono de experiencias comunitarias de vocación transformadora de los y las excombatientes, en beneficio de una adhesión a ciertas lógicas de “normalización” de subjetividades según el perfil de ciudadanía de nuestros contextos neoliberales, capitalistas y de mandato masculino (Segato, 2003); lógicas tales como: la integración a intensas dinámicas laborales en el sector de servicios y a entornos de vivienda en los cinturones de miseria de las urbes; el ejercicio de roles familiares y de género según el canon masculinista dominante, o el acceso burocratizado a la oferta de salud y justicia. Tal despotenciamiento político sin duda amenaza el proyecto de mudar la forma de incidencia y de lucha de las FARC, pero en términos más generales habla de las formas de “inclusión” y cambio político de nuestras democracias. Las preguntas que con ello se abren, entonces, son: ¿cuáles caminos se abren para la efectiva participación política de los y las excombatientes de los grupos armados en Colombia, más allá de su adherencia a alguno de los peldaños del sistema de administración de gobierno? ¿Cuál es el potencial transformador que se puede abrir para estos y otros sujetos liminares del proyecto político imperante, a partir de la experiencia de negociación de paz en Colombia?

Esta ponencia pretende abordar tales preguntas a la luz de la experiencia histórica del proceso de reintegración que ha llevado a cabo la Agencia para la Reincorporación y Normalización (antes Agencia Colombiana para la Reintegración) desde 2013, en diálogo con herramientas conceptuales tomadas del movimiento social y la teoría política contemporánea. La apuesta de este proyecto de reflexión es responder a interrogantes más amplios acerca de la superación de desigualdades profundas en nuestras sociedades, y la posibilidad de crear iniciativas sociales que impulsen políticas amplias, diversas y equitativas.

.....

*** Adriana Michelle Páez Gil**

Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia

*** Erick Salomón Chávez López**

Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA Y POPULISMO

*Maria Susana Bonetto

Si bien se reconoce la orientación de las teorías políticas en la explicación, interpretación y crítica de la lectura de los procesos políticos, no se puede desconocer que su utilización está vinculada a una posición política y a las tradiciones que esta recupera, con un inescindible recorte interpretativo de un determinado contexto histórico-social. Por eso se destaca que este trabajo se plantea desde una mirada regional que pretende ser descolonizada y crítica (en su más amplio sentido). Así también, en las actuales circunstancias de avance mundial del capitalismo financiero y gobiernos neoliberales, se entiende que innovar es mantener una comprometida interrelación con las perspectivas de la decolonización y las miradas críticas del posmarxismo regional y europeo.

Nuestra preocupación, desde hace un tiempo se orienta al estudio de la democracia. Esta cuestión desde el ascenso al poder del actual gobierno, ha logrado con destacable aceptación, construir la idea que ellos representan la democracia "liberal republicana" y el anterior gobierno así como otros que se opusieron al neoliberalismo en la región, fueron gobiernos "populistas" con toda la carga de descalificación y descrédito que sobre el particular han expandido los medios dominantes. En ese marco es posible interrogarse cuán cercano a la democracia se encuentra el neoliberalismo y en la misma línea interrogarse sobre democracia y populismo. El tema se desarrollará a partir de una genealogía de dos tradiciones democráticas que con sus reformulaciones y contingentes discursos han signado el devenir democrático en la región: la "liberal republicana" y la "democrática-popular".

La perspectiva dominante en los estudios políticos considera que la democracia tiene una vigencia mundial, superior a cualquier otro período de la historia mundial. Así también se entiende que la democracia liberal no es sólo la universal sino que constituye la única "marca registrada de la democracia", por ello la mayor parte del debate viene del liberalismo y vuelve hacia él. Por el contrario, en esta propuesta se asume la "pluridiversidad de la democracia" y se la aborda desde un determinado contexto histórico-social y regional.

Este trabajo asume un recorte temporal para analizar la democracia desde su transición y consolidación en la región, hasta el presente, y lo hace a partir del análisis de la tradición "liberal republicana" iniciada en la transición y de la "nacional popular" emergente en el contexto del nuevo siglo en los gobiernos denominados por Arditi "de la nueva izquierda latinoamericana".

Bibliografía básica

- Arditi, Benjamín. (2009) La política en los bordes del liberalismo. México, Gedisa
- Boron, Atilio. (2008) Consolidando la explotación. La academia y el Banco Mundial contra el pensamiento crítico. Córdoba. Edit. Espartaco.
- Canovan, Margaret Trust the people. Populism and the two faces of democracy en

Politica Studies Vol. XLVII pag 2-16.

- De Sousa Santos, Boaventura. (2006) Renovar la Teoría Crítica y reinventar la emancipación social. Buenos Aires .CLACSO.
- Dos Santos, Theotonio. (2003) La teoría de la dependencia. Balances y perspectivas Buenos Aires .Edit Plaza Janes
- Fanon, Franz. (1974) Dialéctica de la Liberación. Buenos Aires.I Edit. Pirata
- Lander, Edgardo. (2003) La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas .Buenos Aires CLACSO
- Macpherosn, Crawford Brough (1968). La realidad Democrática .Barcelona Edit. Fontanella
- Mouffe, Chantal. (2009) El retorno de lo político .Buenos Aires F.C.E.
- Rancière, Jacques (1996) El desacuerdo. Política y Filosofía Buenos Aires Nueva Visión
- Tapia, Luis (2008) Política Salvaje. La Paz, Muela del diablo editores.
- Tapia, Luis. (2209) La democracia es cogobierno. La Paz, Muela del diablo editores.
- Tapia, Luis. (2009) Pensando la Democracia geopolíticamente. La Paz CLACSO
- Zizek, Slavoj. (2003) El sublime objeto de la ideología. México, Editorial Siglo XXI.

.....

*** Maria Susana Bonetto**

Centro de Estudios Avanzados . Universidad Nacional de Córdoba - CEA/UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA: A HISTÓRIA EM (RE) CONSTRUÇÃO

*Carolline Ribas

*Karine Fernanda Martins

MEMÓRIA E DEMOCRACIA: A HISTÓRIA EM (RE) CONSTRUÇÃO

Resumo:

Muito se comenta sobre a democracia e suas configurações, do Oriente ao Ocidente, cada forma de intervenção modifica o contexto e influencia outros elos, de modo que o debate pautado pelo discurso ultrapassa barreiras e se globaliza a ponto de que a informação atrela-se ao poder e ao exercício de controle da democracia. O ambiente jurídico pautado pelo debate e formação de ideias as quais originam atos concretos mostra-se capaz de criar um eixo que engloba variáveis socioculturais, um confronto de ideais, épocas e gerações como um conto sem fim. A democracia, apesar de ter sua origem pouco notada, possui um impacto avassalador, sendo movida pelo debate e pela ideia de transformação conforme as necessidades das sociedades e dos poderes. Nesse contexto, o objeto de estudo deste artigo percorre os discursos da antiguidade à contemporaneidade, por meio da análise do poder da retórica e dos grandes influenciadores da democracia. Para tanto, propõe-se trazer à baila o discurso de Hitler cuja manifestação foi capaz de persuadir muitos em prol de um extermínio, sendo que na realidade, por detrás de cada palavra, escondia-se um objetivo pessoal e falseava a democracia. Notou-se que, em decorrência de palavras e ações, mortes se formaram e originaram a segunda guerra, de modo que a mancha da democracia representativa derivaram fragmentos que contaminam a história da formação da democracia. Para sustentar este trabalho, utilizou-se como marco teórico os doutrinadores Wallerstein (2007) e Schumpeter (1977), os quais ampliam as discussões acerca das crises do capitalismo para além das relações sociais, a ponto de questionar as decisões políticas originadas do processo democrático, uma vez que, muitas vezes, tais decisões não representam a vontade do povo. Trabalhe-se de, de forma antagônica, porém complementar, com as visões das teóricas clássicas e modernas da democracia, no intuito de se propor uma nova forma de democracia, ainda que utópica, mas que poderia atender aos anseios sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Poder. Adolf Hitler. Discurso. Reconstrução.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é demonstrar que a democracia é um processo de reconstrução não estável, não existem limites para a democracia, o espaço e o tempo contemplam a história e acarretam novos modelos democráticos, a influência de um discurso e o padecimento de pessoas cuja somatória não se esgota. Adolf Hitler, um jogador, um líder que manchou a história da humanidade com um discurso poderoso que mais tardiamente lhe custaria a vida como forma de propor um recomeço. Procedimentos históricos e analíticos serão abordados no transcorrer deste trabalho,

demonstrando as oratórias influenciadoras e construtoras de elos, a influência negativa de Adolf Hitler, a confusão entre poder e democracia. Toda construção que pautara o método deste trabalho será bibliográfica e exploratório uma vez que se constrói por reflexões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A persuasão do direito esta acorrentada ao debatedor, toda construção surge de uma exposição, o poder e a concretude do bem-estar, segundo Bauman (2004) os elementos que constroem as relações são os mesmo de sua ruína, a questão gira em torno do eixo de consequências jurídico: a legitimidade como a doutrina o nomeia. Para Wallerstein (2007) a tendência é seguir o discurso pautado pelos conceitos existencialistas da Europa, em que os motivos variam entre a figura do medo ao conveniente. Da junção das teorias de Bauman (2004) e Wallerstein (2007) concebem-se traços dos discursos de Hitler, os quais englobam fragilidade humana e medo atrelados por muitos como esperança, em que a legitimação já não dependia de leis, e sim, do encontrado apoio popular.

Definir é limitar, o direito se estrutura como um jogo e vai além ao impor consequências notórias. Verifica-se que em cada poder que se inicia com uma liderança, surge uma democracia, seja ela representativa ou inquisitiva. Hitler, o jogador reconhecido por suas atrocidades, foi capaz de, por meio de discursos criar uma mancha na democracia que como uma fênix renasce de tempos em tempos em algum lugar e desfaz a estabilidade do eixo jurídico. (ROSA, 2015)

METODOLOGIA

Utilizar-se-á, predominantemente, o método revisional crítico sobre o sistema político brasileiro, especialmente no que tange a forma de aquisição de poder, atualmente pela democracia representativa, para a tentativa de produção de um modelo mais eficiente e legítimo. Por meio dela haverá o estudo da estrutura já existente e se buscará alternativas para o seu aperfeiçoamento ou até mesmo uma nova proposta para a sua configuração.

Outro método a ser usado é o historiográfico, por que se levará a cabo uma historiografia do surgimento da democracia desde a Grécia antiga, o que facilitará a compreensão do atual modelo adotado e de suas possíveis modificações, atento às peculiaridades brasileiras.

Há, entretanto, que se fazer uso do método observacional empírico sobre como funcionam e quais efeitos reais decorrem das práticas políticas do Brasil. O direito como ciência social aplicada impõe a análise da realidade e das práticas jurídicas para a busca de um modelo normativo eficiente. Esse método propiciará uma reconstrução do modelo de democracia representativa, que pode não ser a forma de aquisição de poder mais eficaz no contexto contemporâneo para atender às peculiaridades da sociedade participativa e colaborativa.

O quarto e último método que será adotado consiste no comparativo. Isso porque se analisará as formas de aquisição de poder com base nos discursos de Hitler, bem como suas implicações e condicionamentos que demonstram a importância do discurso como meio de se legitimar a democracia. Tal parâmetro será utilizado na pesquisa como forma de se demonstrar que, historicamente, democracia como imposição da vontade da maioria pode ocasionar um retrocesso político e social, de modo que se faz

necessário repensar um modelo que se mostre eficiente diante dos objetivos sociais gerais perquiridos e se adeque à realidade brasileira.

RESULTADOS

Investigou-se que a democracia em sua origem possui traços dos fragmentos advindos por Hitler, e que a mesma já em sua essência emerge contaminada pelo discurso do orador. Cabe salientar que o Direito não se limita a fatos e contextos históricos este são apenas influenciadores do processo democrático, sendo a base da construção uma oratória o processo de legitimação sofre influencias subjetivos, portanto e nítido que o direito transcorre as relações e eixos mesmo diante da fragilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Direito, como um conjunto de normas e princípios, é capaz de alternar as realidades, legitimar o debate político, e, assim, com permite que a influência do orador no jogo processual desestabilize o eixo jurídico, e transforme a fragilidade e pontos obscuros em extermínios. Desse modo, diante da complexidade do sistema político brasileiro, apenas uma análise sistemática e crítica de todo o sistema propiciará a formação de conclusões consistentes sobre o assunto, especialmente na manutenção da segurança jurídica e na preservação da estabilidade das instituições políticas e sociais.

Logo, é necessária uma abordagem histórica reflexiva das instituições públicas no País, bem como sobre a cultura política brasileira, alicerçada na figura de líderes individualistas e carismáticos em prejuízo de debates despersonalizados em torno de ideias. A partir de então, será possível a tomada de conclusões prospectivas sobre um modelo adequado à realidade brasileira.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

ROSA, Alexandre Morais da. A Teoria dos Jogos Aplicada ao Processo Penal. 2 Ed. Rei dos livros 2015.

BAUMAN, Zygmunt. Amor Liquido; sobre a fragilidade dos laços humano. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro, 2004

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. O universalismo europeu: a retorica do poder. Tradução: Beatriz Miranda. São Paulo: Boitempo, 2007

.....

* Caroline Ribas

Universidade Sete Lagoas UNIFEMM BRASIL.. Sete Lagoas, Brasil

*** Karine Fernanda Martins**

Universidade Sete Lagoas UNIFEMM BRASIL.. Sete Lagoas, Brasil

Resumen de ponencia

DEMOCRACIAS E CICLOS DE PROTESTOS: BRASIL E FRANÇA EM PERSPECTIVA COMPARADA

*Teresa Cristina Schneider Marques

1. Introdução

Durante décadas, o confronto entre atores estatais e não-estatais no Brasil girou em torno da interação do Estado com movimentos individuais e os seus mais diversos repertórios de ação coletiva ou de manifestações heterogêneas, mas com menor grau de difusão. Contudo, após 2013, os chamados ciclos de protestos, entendidos enquanto uma “fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados” (TARROW, 2009, p.182) passaram a marcar o cenário nacional. Com efeito, desde então, o Brasil vivenciou ainda o ciclo de protestos pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2015, o ciclo de protestos feministas em 2016, entre outros.

Na França, por sua vez, a ocorrência de ciclos de protestos sempre foi entendida como parte do confronto político no país. Nas últimas décadas, muito embora o país viva uma democracia estável, o cenário político também foi marcado por ciclos de mobilização diversos com diferentes graus de difusão, dentre os quais merecem destaque as mobilizações contra a reforma da previdência em 2009, o ciclo de protestos contra o terrorismo em 2015 e o Nuit Debout que teve o início impulsionado pela oposição à reforma trabalhista em 2016, entre inúmeros outros.

Os estudos que buscaram compreender essa forma de ação coletiva verificaram que ainda que à primeira vista os ciclos aparentam ser simplesmente revoltas esporádicas e caóticas, é possível verificar dinâmicas claras de mobilização e desmobilização nesses processos. Segundo Sidney Tarrow, os ciclos compartilham semelhanças quanto à dinâmica inicial do processo (TARROW, 2009, p.185).

Por outro lado, argumenta que, não raro, os resultados são claramente distintos (TARROW, 2009, p.184), mesmo ao se analisar diferentes ciclos realizados em um mesmo país. A compreensão de tais diferenças exige uma análise que conecte as interações institucionais e não-institucionais. Para os autores, a análise dessa dinâmica pode ajudar a compreender regularidades que ajudam a elucidar as transformações sociais e institucionais perceptíveis ao se analisar os processos de longas duração e que se tornam evidentes em ciclos de protestos (TILLY; TARROW, 2008; TARROW, 2009). Dessa forma, os ciclos se tornam “a linha divisória da mudança social e política”, evidenciando a importância de estudos que se propõem a compreendê-los.

Entretanto, as análises que têm como objetivo a identificação de padrões em ciclos e que buscam ajudar a compreender as variáveis que afetam os processos de mobilização e desmobilização que os compõem, bem como as transformações de repertórios durante os ciclos, são raras entre os cientistas sociais. Muitas vezes, a esses eventos é atribuído um caráter esporádico e as análises focam justamente nas suas particularidades (TRAUGOTT, 1995), entendendo cada ciclo de protesto como um evento único e desconectado do processo histórico (TARROW, 2008).

No Brasil, ainda que diversos estudos recentes tenham se dedicado à compreensão do ciclo de protestos de 2013 (ALONSO; MISCHÉ, 2016; BRINGEL, 2015, SILVA; FERNANDES, 2017, etc.), poucos se dedicaram à análise comparada de ciclos em geral (TATAGIBA, 2014; TRAUGOTT, 1995). A análise comparada pode ajudar a compreender os ciclos de protestos e sua relação com as transformações de regimes políticos. As pesquisas anteriores que pautaram esta proposta evidenciaram que o regime importa por ser a origem das propriedades da estrutura de oportunidades políticas, assim como o espaço e as redes. Nesse sentido, cabe destacar que a transformação da estrutura de oportunidades é evidente, uma vez que “os regimes não apenas se transformam com o tempo no interior de um país, mais também variam entre um país e outro” (TILLY, TARROW, 2008: 101). Sendo assim, a dinâmica relacional que os atores políticos estabelecessem com a “janela” de oportunidades políticas, passa invariavelmente pelas representações do território e pelas transformações graduais do regime político.

Ao mover o olhar sobre os ciclos de protestos para a análise comparada de longa duração, espera-se compreender porque os ciclos de protestos assumem diferentes dinâmicas de desmobilização em distintos lugares, destacando o papel do regime político para as formas por eles assumidas. Dessa forma, espera-se apresentar uma contribuição para os estudos sobre democracia, ao buscar analisar a relação entre a esfera institucional e não institucional. Para tanto, o plano de trabalho proposto buscará analisar por meio da análise de eventos de protestos os ciclos de protestos no Brasil e na França na era democrática recente. Maior enfoque será atribuído sobretudo à análise comparada das dinâmicas de dois ciclos de protestos distintos: o Nuit Debout que ocorreu em 2016 na França e o ciclo de protestos de 2013 no Brasil.

2. Objetivos

O presente artigo se propõe a compreender as dinâmicas de mobilização, desmobilização e os repertórios de ação de dois ciclos de protestos no Brasil e na França a partir de uma análise comparada. Para tanto, parte da Teoria do Processo Político (TPP) que argumenta que os ciclos são processos que evidenciam as transformações sociais e políticas. A análise destaca dois ciclos distintos, o Nuit Debout na França (2016) e Junho de 2013 no Brasil. A hipótese central é a de que os ciclos são afetados pelo grau de consolidação democrática e por outras variáveis, tais como a história pregressa.

3. Metodologia

A pesquisa visa compreender dois níveis históricos nas quais ocorrem as estruturas e os processos. São eles: o nível macro-histórico, que aborda os regimes políticos e demais estruturas institucionais e políticas, e o nível micro-histórico, que aborda as interações das pessoas e grupo entre si e com as macro-estruturas (TILLY, 1984).

Nesse sentido, entre outros documentos - tais como os indicadores da ONG Freedom House -, destacamos os periódicos, cuja análise - ainda em andamento - é feita por meio da técnica conhecida como análise de eventos de protestos. Tal metodologia visa identificar os padrões (e as mudanças) nos repertórios de ação das organizações sociais dentro de um período de tempo delimitado, permitindo a análise de processos de longa, média e curta duração (KUNRATH; ARAÚJO; PEREIRA, 2016, p.314-315). A presente pesquisa parte da análise dos seguintes periódicos: Le Monde na França e a Folha do Estado de São Paulo no Brasil.

4. Resultados

Ambos os ciclos analisados tiveram os inícios incentivados por demandas localizadas - aumento da passagem do transporte urbano no Brasil e reforma trabalhista na França - e apresentaram dinâmicas de difusão semelhantes, alcançando diversas cidades no território nacional, inclusive cidades com menor população. Entretanto, houveram diferenças marcantes quanto aos repertórios de ação e os processos de desmobilização. Enquanto que na França o Nuit débout ficou marcado pela renovação do repertório de ação e pela busca por uma organicidade do movimento, junho de 2013 marcou a retomada de repertórios de ação modulares e pelo seu caráter difuso. Por outro lado, a relação entre os manifestantes e as instituições foram marcadas por dinâmicas claramente distintas, sobretudo quanto à violência empregada pelo Estado no enfrentamento contra os manifestantes, evidenciando os diferentes graus de consolidação do regime democrático nos dois países.

Dessa forma, a pesquisa confirma os ciclos ajudam a edificar o confronto político, entendido a partir do enfrentamento entre o Estado e a sociedade. Os ciclos podem ser considerados relativamente esporádicos, porém, quando ocorrem, representam uma janela de oportunidade que permite que os limites estabelecidos pelas variáveis que ajudam a definir a estrutura de oportunidades políticas sejam ultrapassados pelos manifestantes, evidenciando as transformações políticas e sociais.

5. Principais referências

- ALONSO, Angela. "Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito". *Sociologia & Antropologia*, vol. 2, no 3, pp. 21-41, 2012.
- ALONSO, A. ; MISCHÉ, A.. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 1, p. n/a-n/a, 2016.
- ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ALONSO, Ângela; MIRANDA, Danilo Santos. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco

Qualitativo. CEBRAP: São Paulo, 2017.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013? dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, v. 259, p. 4-17, 2015.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. New York, Cambridge University Press, 2001.

SILVA, C.F.; FERNANDES, E.G.. Ciclo de protestos de 2013: construção midiática das performances de contestação. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, p. 202-215, 2017.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade (Online)*, v. 13, p. 35, 2014.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TRAUGOTT, Mark. *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Politique(s) du conflit: De la grève à la révolution*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

TILLY, Charles. *The politics of collective violence*. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2003.

TILLY, C. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

TILLY, C. *Regimes and Repertoires*. Chicago, University of Chicago Press, 2006.

.....

*** Teresa Cristina Schneider Marques**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGCS/PUCRS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

DEMOCRACIAS TUTELADAS Y DEMOCRACIA RADICAL EN AMÉRICA LATINA.

*Federico Schuster

Los años 80 y 90 del siglo pasado se caracterizaron por el regreso del Estado de derecho en aquellos países que habían sufrido dictaduras y la consolidación de las instituciones democráticas en el conjunto de nuestras naciones. No obstante, con mercados altamente concentrados y una fuerte dependencia del capitalismo transnacional, las democracias latinoamericanas fueron crecientemente sometidas a límites en su ejercicio. No fue esta vez una restricción de los ciudadanos en condiciones de votar o de aquellos que pudieran presentarse como candidatos. Esta vez la restricción fue de agenda. Bajo la forma de democracias tuteladas, las grandes corporaciones nacionales y transnacionales (incluidos los grandes medios de comunicación) presionaron fuertemente a las instituciones políticas para que no escaparan de alternativas neoliberales ni pusieran en cuestión ni sus privilegios. Así, parecía que una política que se saliera de ese corralito impuesto resultaría de allí en más imposible. Con sus más y con sus menos, los primeros quince años del siglo presente abrieron en varios de nuestros países debates hasta entonces ocluidos y mostraron que no era imposible poner en cuestión los límites impuestos. Fue a partir de gobiernos surgidos de las urnas que desafiaron el orden de lo dado e inauguraron nuevos y más amplios horizontes. Con sus diversidades nacionales, estos gobiernos recorrieron caminos tan complejos como ricos e interesantes, aunque no carentes de límites y contradicciones. En este trabajo nos proponemos analizar el escenario que queda tras el reflujo de ese tiempo, ya sea por la derrota de tales gobiernos ya por su debilitamiento o crisis. Las grandes burguesías de nuestros países, las corporaciones transnacionales y nacionales, el capitalismo internacional y las naciones imperialistas pretenden que nada quede vivo de ese pasado reciente e intentan regresar a sistemas políticos con opciones reducidas, siempre internas al neoliberalismo económico y la globalización capitalista. Con herramientas de la historiografía de larga duración y de los métodos prospectivos proponemos algunas líneas de análisis respecto de las posibilidades de una democracia radical para el futuro de la América Latina. Para ello tomaremos en consideración un conjunto de variables y recorreremos sus posibles líneas de tendencia futura (incluyendo por supuesto sus entrecruzamientos) a partir del estudio del pasado y el presente. Las variables en cuestión son: desarrollo y consolidación de las fuerzas sociales y políticas, capacidad de movilización, condiciones económicas, tendencias electorales y marcos culturales (en perspectiva dinámica). El ambiente está dado por los niveles de desarrollo y su sustentabilidad (ambiental, cultural, humana), el estado del sistema - mundo, la estructura social de cada país, los niveles de transnacionalización y dependencia externa de los principales países latinoamericanos. En tales condiciones dadas, se evaluará el desempeño aislado y combinado de las variables propuestas, de modo de construir escenarios políticos de

futuro a corto y mediano plazo. Así, se intentará producir respuestas tentativas a preguntas tales como: ¿es esperable la consolidación de regímenes neoliberales en la mayor parte de nuestros países o existen probabilidades de alguna forma alternativa (llámese popular, progresista o de izquierda)? Tales respuestas no pueden más que expresarse en forma de escenarios posibles o líneas de tendencia, indicando alternativas y asignando probabilidades. No obstante, permiten dar lugar a nuevos procesos heurísticos, clarificar análisis académicos o informar a la acción política. El método de trabajo se apoya en el modelo de análisis causal de G. H. von Wright, dentro de un enfoque, como se dijo, basado en los criterios de la historia de larga duración y los estudios prospectivos. Tales marcos teórico - metodológicos, requieren ser sustentados en información de fuentes estatales y académicas del carácter más confiable que nos sea dado conseguir.

.....

*** Federico Schuster**

Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - IIGG/UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

DERECHO, JUSTICIA Y DEMOCRACIA: LOS TRES PASOS DE LA CIVILIZACIÓN EN CUBA

*René Fidel González García

Promovida como colofón de un importante replanteamiento económico y social, la reforma de la actual constitución cubana ha quedado en un limbo político ajeno a cualquier urgencia. La sociedad cubana, sin embargo, experimenta cambios sociales que determinarán en el corto plazo desafíos muy concretos en el área del reconocimiento, ejercicio y garantía de los derechos humanos. En esa ruta, la construcción de una jurisdicción constitucional, será una cota trascendental al empoderamiento de su ciudadanía, la democratización de la sociedad y la conservación de las estructuras de civilización logradas. ¿qué papel puede jugar la identidad ciudadana? ¿basta una reforma de la Constitución actual, o será preciso una constituyente? ¿cuál cultura política es necesaria para ello? ¿cuáles praxis ciudadanas deberán desarrollarse? ¿qué se le opone? Son algunas de las preguntas iniciales de un debate aún por asumir, de una realidad en ciernes. Para algunos de nuestros políticos, analistas o académicos, es necesaria desde hace tiempo, como parte de sus deseos de modernización y perfeccionamiento de nuestra sociedad, o como imperativo de los cambios que se hacen necesarios introducir, una nueva Constitución o una reforma de la vigente. Si esto último es con seguridad imprescindible, con la salvaguarda de control al poder que implica el referéndum, lo segundo pudiera ser útil y sin dudas, mucho más factible para un nuevo equipo de gobierno. Lo que ocurre es que ambas opciones, para nada descabelladas y por el contrario, ubicadas angustiosamente en el horizonte político cubano, serían un fracaso de consecuencias enormes y claramente previsibles en materia política, si obedecen a una lógica circular de reconstitución del poder, y no entrañan en todas sus dimensiones, por un lado, nuevas formas de hacer política en Cuba, y por el otro, la eficacia jurídica de la Constitución. Es quizás ya imprescindible entender que es Cuba una sociedad plural y vital, a contrapelo de prohibiciones, trabas, censuras, arbitrariedades, obstáculos, interferencias e interdicciones más o menos intensas, y haciendo un uso extensivo de la inteligencia, el humor, la buena fe, y no poca paciencia, en ella el tejido asociativo de hombres y mujeres crece y se desarrolla constantemente. Las minorías, tendencias, orientaciones, y prácticas que en ella se integran e interrelacionan, a veces sin demasiada conciencia del proceso de legitimación inclusiva que desarrollan al interior de la sociedad cubana, deberán expandirse en los próximos años lo suficiente como para desbordar los escenarios mayormente sociales en los que hoy intentan articularse, para convertirse, a un mismo tiempo que agencias de transformación y de acción de los individuos, y en actores políticos cada vez más importantes. Es quizá por lo mismo, una sociedad ávida de conocer su Derecho, de hacerlo, desarrollarlo, e instrumentarlo -una de las claves de su eficacia- como cotidiano garante y medio de armonización y consecución de sus

aspiraciones y metas más caras. El menosprecio, subalternidad y escaso desarrollo y garantía jurídica y judicial de los derechos civiles y políticos, ya sea consciente o no, o como pretexto de negligencia, o sacrificio inevitable de una vía rápida - pretendidamente apacible- para el desarrollo de los derechos socio económicos y culturales, es en sentido estricto una deformación de libertades y derechos que supone la falacia, o la ingenuidad más supina, porque son aquellos siempre, la condición primera para la defensa de estos últimos y la matriz misma de la identidad y la práctica ciudadana. Cuando además, no se debería olvidar que no hay auténtica ni verdadera realización colectiva si no nace de la realización personal, y es en esa realización, en la que resulta estar la raíz misma de la articulación política del socialismo. En este sentido la definición y aprobación por la Asamblea Nacional del Poder Popular de un plan legislativo que cubra algunas de las trascendentales e increíblemente insatisfechas y pospuestas reservas legislativas contenidas en el texto constitucional cubano actual, debería conducir a la creación de un Tribunal Constitucional ad hoc como resultado de la promulgación de sendas leyes de Control Constitucional y de Derechos Ciudadanos, y con ello el surgimiento de una jurisdicción constitucional y un conjunto institucional de garantía de los derechos de la ciudadanía, ambos hoy inexistentes, y definitivamente vitales no ya sólo para la defensa de la Ley suprema del Estado y la sociedad cubana, sino también para evitar la conculcación de los derechos de la ciudadanía y la solución de disímiles conflictos que se manifiestan en la complejidad de las relaciones sociales. No hay que subestimar en modo alguno tres escenarios a los que los cambios estructurales, y las alternativas políticas que de una u otra manera se ventilan en Cuba, puedan conducir en los próximos treinta años: la perpetuación de un modelo estatista insuficientemente democrático y rehén en materia socioeconómica de sus necesidades de legitimización social; una restauración capitalista neoliberal; y la refundación socialista. Significativamente, si una refundación socialista sería impensable y absolutamente irrealizable sin una ciudadanía autónoma y proactiva, capaz de ampliar y democratizar cada vez más, -desde abajo hacia arriba, de lo social a lo político, de las estructuras asociativas a las estructuras gubernamentales-, los espacios e interacciones de la sociedad cubana con sus ejercicios de participación, la continuidad, o el desarrollo de las dos primeras alternativas políticas más arriba mencionadas, e incluso, de una tercera que fuere fruto de una posible simbiosis entre ambas, tratarían a toda costa de prescindir, descarrilar, limitar y manipular los ejercicios de ciudadanía de la población, y sin tal límite, serían orquestadas e implementadas por sectores burocráticos superiores e intermedios con el apoyo de clases, grupos y segmentos sociales afines, surgidos o potenciados después de un tiempo histórico relativamente corto. El objetivo de la ponencia será pues repensar los caminos presentes y futuros de la Revolución cubana a partir de su tensión en la triada Democracia-Justicia-Derecho, como constitutiva del proyecto político.

.....

*** René Fidel González García**

Centro Memorial Martin Luther King CMMLK. La Habana, Cuba

Resumen de ponencia

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

*Aida Maria Monteiro Silva

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS e as políticas públicas na formação dos profissionais

Aida Maria Monteiro Silva - UFPE/Brasil
Red Latinoamericana e Caribenha de Educação em DH

Este trabalho tem como objetivo identificar políticas públicas com foco na Educação em Direitos Humanos e a contribuição para o fortalecimento da democracia. O estudo embasado na pesquisa qualitativa, documental, tomou como referências leis e pactos em âmbito nacional e internacional nessa área, e no diálogo com estudos de Dallari, Comparato, Bobbio, Benevides, Candau, Silva e Tavares de forma a explicitar as categorias: democracia, direitos humanos, cidadania, educação em direitos humanos e políticas públicas.

A Educação em Direitos Humanos é muito recente no Brasil, principalmente em relação aos marcos legais e às políticas públicas direcionadas à formação dos (as) profissionais de todas as áreas de conhecimento. Ela surge, no cenário nacional, nos processos das lutas pela redemocratização da sociedade, no enfrentamento das violações, torturas e assassinatos no período da ditadura civil e militar - 1964-1985. Nesses processos, é possível destacar a formulação de leis e orientações de políticas públicas, a exemplo da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-1996 (BRASIL, 1996); dos Programas Nacionais de Direitos Humanos-PNDH, em três edições (BRASIL/SDH, PNDH 1-1996; PNDH 2-2002; PNDH 3-2010); do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos-PNEDH (BRASIL/SDH/CNEDH, 2003, 2006); das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, MEC/CNE, 2012), e dos Planos Nacionais de Educação que trazem recomendações para a inserção dessa temática nos Planos Estaduais, Municipais de Educação e nos projetos pedagógicos das instituições educacionais (BRASIL, MEC, 2010, 2014).

Esses documentos estão referendados em recomendações internacionais, dos quais o Brasil é signatário: a Declaração e Programa de Ação de Viena - Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (ONU, 1993); e o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, (ONU, 2005).

No entanto, apenas a afirmação nos marcos legal não garante a sua efetivação, uma vez que esse processo envolve diferentes campos de ação. Segundo CANDAU et al. (2013) a efetivação dessa ação “implica em quatro movimentos a serem desenvolvidos no processo educativo: saber/conhecer os direitos, desenvolver uma autoestima

positiva, promover a capacidade autoargumentativa e ser um(a) cidadão(ã) ativo(a) e participativo(a)” (2013, p. 41).

Silva e Tavares (2011) mostram que esses movimentos destacados por Candau et al estão em fase inicial no Brasil, considerando que os projetos institucionais, geralmente trabalham essa temática como ações pontuais, com eventos que não garantem a continuidade e a sistematização dos conhecimentos, demonstrando fragilidade na formação profissional.

Assim, refletir sobre a educação fundamentada no paradigma dos direitos humanos é um grande desafio, até porque esses conteúdos não fizeram parte, durante décadas, da formação dos profissionais nas diferentes áreas de conhecimento. A educação, nessa perspectiva, requer a definição de concepções e de valores na direção de uma educação humanizadora, baseada no respeito ao outro e nas suas diferenças, na diversidade de condições, de escolhas, de opções, e na dignidade do ser humano, independentemente de raça, cor, etnia, condição de classe social, gênero, opção política, religiosa e orientação sexual (SILVA, 2011).

A democracia é entendida como o regime político alicerçado nos pilares da liberdade, da igualdade, na vontade da maioria da população e no respeito integral aos direitos de todas as pessoas, sem qualquer distinção de raça, cor, etnia, gerações, gênero, orientação sexual, condições físicas, opções políticas e religiosas (DALARI, 1998). Embora reconhecendo a fragilidade da democracia no Brasil, principalmente no que se refere às desigualdades nos campos social, econômico e cultural, entendemos que esse regime contribui para a efetivação dos direitos, pela possibilidade do conflito, do pensamento diferente e/ou divergente e das mudanças no campo político. Dessa forma, concordamos com Bobbio (1992) quando afirma.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos (1992, p.7).

Nesse entendimento, a concepção de direitos humanos engloba os princípios de liberdade e de igualdade de direitos para todos(as), de forma a possibilitar o exercício da cidadania ativa. Os direitos humanos independem do reconhecimento formal dos poderes políticos - por isso são universais, históricos e interdependentes -, e devem ser garantidos pelas políticas públicas, sendo as mesmas entendidas como ao conjunto de ações que atendem às necessidades e interesses da maioria da população que assegurem vida digna para todas as pessoas.

Para Comparato a dignidade (1999) é uma prerrogativa inerente ao ser humano pela sua condição de perceber a diferença na igualdade de direitos (1999, p.1).

Para Dallari (1998), a ideia de cidadania está intimamente relacionada às condições básicas para participar da vida pública, ou seja, “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo” (1998, p.14). Isso mostra que o processo de construção da cidadania está relacionada ao exercício dos direitos, o que se denomina de cidadania ativa.

Benevides (1991), por sua vez, nos ajuda a entender que

A cidadania ativa é um princípio democrático, e não um receituário político, que pode ser ampliado como medida ou propaganda de governo sem continuidade institucional. Não é “um favor” e muito menos, uma imagem retórica. É a realização concreta da soberania popular (1991, p. 19).

No Brasil, o grande marco para se pensar a formação em direitos humanos foi a Constituição de 1988, ao garantir um conjunto de direitos, em especial, os direitos sociais com destaque para o direito à educação, direito subjetivo e instrumento para a formação da cidadania e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL/MEC, 1996), embasada na Constituição define a Educação como espaço de formação da cidadania.

Porém, a Educação em Direitos Humanos, como política pública, só foi assumida pelo Estado brasileiro em 2003, quando foi constituído o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instância de assessoria à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Coube a esse Comitê elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos-PNEDH (BRASIL/SDH/CNEDH, 2003, 2006), com a participação da sociedade, através de audiências e de consultas públicas, em eventos nacionais e internacionais.

Conforme estabelece o PNEDH (2006), a educação em direitos humanos é compreendida como

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as dimensões de apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivos, sociais, éticos e políticos; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva. (BRASIL/SDH/CNEDH, 2006, p.25).

Em 2012 foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos pelo Conselho Nacional de Educação, direcionadas aos sistemas de ensino com objetivo de orientar a implantação de políticas públicas nessas áreas.

A educação, nessa compreensão, não se restringe a eventos ou atividades pontuais, mas como parte integrante dos currículos e das vivências no ambiente escolar, a ser materializada no Projeto Político-Pedagógico e nas práticas pedagógicas das instituições de ensino, em todos os níveis.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria . A Cidadania Ativa, São Paulo, Ática, 1991.
- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.
- _____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.
- _____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos1. Brasília, 1996.
- _____. Programa Nacional de Direitos Humanos 2. Brasília, 2002.
- _____. Programa Nacional de Direitos Humanos 3. Brasília, 2010.
- _____. LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- _____. MEC. Conferência Nacional de Educação. Brasília, 2010.

- _____. MEC. Conferência Nacional de Educação. Brasília, 2014.
- _____. MEC/CNE. Diretrizes Nacionais Para Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.
- CANDAU, Vera et al. Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores(as). São Paulo, Cortez, 2013.
- COMPARATO, Fábio. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DALARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Proyecto revisado del plan de acción para la primera etapa (2005-2007) del Programa Mundial para la Educación en Derechos Humanos. 2005.
- _____. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1993, Viena. Declaração e Programa de Ação de Viena. Viena, 1993.
- SILVA, Aida Maria Monteiro e TAVARES, Celma. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), 2011

.....

* Aida Maria Monteiro Silva

Universidade Federal de Pernambuco UFPE. RECIFE, Brasil

Resumen de ponencia

EL CAPITALISMO ACTUAL Y LOS LÍMITES DE LA DEMOCRACIA LIBERAL

*Víctor Manuel Figueroa Sepúlveda

En el curso de las últimas décadas la democracia liberal ha contraído sus alcances potenciales de modo notorio. Esto es claramente perceptible en el desenvolvimiento de los países desarrollados y particularmente en Estados Unidos (un país que siendo el de mayor desarrollo se presenta como referencia obligada cuando se analizan tendencias de la sociedad), aun si se observan solo los retrocesos en relación con el respeto de derechos sociales conquistados a través de largas y dolorosas luchas sociales. El curso de las cosas hizo inevitable una contracción conceptual de este régimen político, a cuyo diseño contribuyeron algunos de sus más connotados partidarios. Éste, en efecto, fue reducido al precario ejercicio de procedimientos electorales. Ni la lógica ni la realidad brindaron apoyo al voluntarioso esfuerzo por rescatar para la noción de la democracia liberal unos rasgos normativos que, en el plano de la práctica, se desdibujaban sin remedio.

Este proceso ha sido percibido de manera más o menos generalizada en el ámbito de la ciencia social, sin desconocer la persistencia de un cierto optimismo que no parece estimar necesario detenerse en encontrar fundamentos sólidos que lo respalden. Pero las causas y la valoración del mismo en su contexto reclaman mayor atención.

La observación más inmediata y generalizada descarga las culpas sobre la conducción neoliberal que ha dominado durante este periodo. El “pensamiento único”, por aspirar a ser precisamente eso, una ideología imbatible, inevitablemente dominante, carece de empatía con valores pluralistas e igualitarios. Al mismo tiempo, en su práctica, el neoliberalismo ha hecho todo lo posible por dejar estampado en el devenir de la sociedad su desprecio por la igualdad. El maltrecho estado de la democracia aparece como una enfermedad adquirida, no como un mal endémico de la sociedad capitalista. Se trataría de una situación patológica susceptible de tratamiento mediante un nuevo estilo de conducción de la sociedad, uno que recapturaría los espacios para el despliegue de la participación social y la ampliación de los derechos sociales y políticos. La concepción de una correlación positiva entre el desarrollo económico y la expansión de la democracia, fuertemente anclada en la reflexión social de las últimas décadas, otorgaba cierta consistencia a este postulado.

Semejante enfoque se enfrenta a serios cuestionamientos: 1) El ejercicio más o menos amplio de la democracia liberal había entrado en contradicción con las necesidades de la acumulación ya antes de la introducción del neoliberalismo. El “desorden social” que acompañaba al agotamiento de la “época dorada” en Estados Unidos fue denunciado desde el seno de la élite intelectual dominante por pensadores como S. Huntington, cuyas ideas estuvieron en la base del proyecto de reordenamiento mundial impulsado por la Comisión Trilateral. El neoliberalismo buscó resolver esta contradicción y así liberar al capitalismo de las trabas creadas por su propia democracia; dio forma a la

movilización de un potente mecanismo de autodefensa de la sociedad del capital. La ofensiva anti-democrática vino a satisfacer necesidades del sistema capitalista, y no simplemente a realizar convicciones ideológicas de algún sector de la sociedad. De hecho, también han participado en ello agentes socialdemócratas. 2) El hecho de que el actual periodo represente un periodo superior del desenvolvimiento capitalista, implica que en realidad no existe una correlación positiva entre el desarrollo económico y la expansión de la democracia. El propio desenvolvimiento social ha puesto en serio cuestionamiento el paradigma abierto por S. Lipset y que atrajo las preocupaciones de un buen número de pensadores sociales por un buen tiempo. Lo que puede apreciarse con claridad en este momento es que la expansión de la democracia y el desarrollo económico se están desenvolviendo en franco conflicto. La variable “desarrollo” está desmintiendo su supuesta linealidad respecto de su impacto en relaciones sociales clave y, por tanto, sobre las relaciones políticas. Este es el sello definitorio del presente periodo del capitalismo.

Para explicar este fenómeno fundamental es necesario recurrir a los rasgos de la acumulación en esta etapa. Y aquí sobresalen: a) La desorbitante concentración del poder económico, la que, a su vez, corre a parejas con la que se condicionar recíprocamente: la del poder político. El poder económico moviliza y controla el poder político; éste último refuerza y expande la fuerza del primero, y simultáneamente reduce el registro de privilegiados. La alta esfera se comprime en un grupo cada vez más pequeño y poderoso. b) La asombrosa desigualdad social que aleja cada vez más a los poderosos del resto de la sociedad. La concentración del poder (económico y político) es su causa más inmediata. Dentro de la población vinculada directamente a los procesos de acumulación, algunos sectores apenas participan en la distribución de la riqueza nuevamente creada y son objetos de un empobrecimiento relativo en relación con las élites económicas. Otros, la gran masa de la población, simplemente no acceden a mejores niveles de bienestar o son empujados hacia abajo en la escalera social y sometidos a procesos de empobrecimiento absoluto. c) La exclusión y el empobrecimiento de amplios sectores para los cuales el progreso tecnológico, en su versión y uso capitalistas, tan dado a la apertura de grietas sociales y a la creación de desempleo, carece de promesas de bienestar. El capital recurre a la máquina inteligente y ya no desplaza solo al trabajo rutinario y repetitivo, sino que avanza con creciente vigor sobre áreas cognitivas del proceso laboral, desplazando trabajo que hasta hace poco se consideraba reservado a las capacidades intelectuales del trabajador. Trabajadores calificados son forzados a competir por tareas que demandan pocas habilidades. Los sectores menos calificados incrementan las filas de los excedentes absolutos de población y buscan refugiarse en el trabajo informal y en la prestación de servicios precarios, sin necesidad económica para la acumulación del capital. En esas actividades estos excluidos logran sobrevivir en actividades paralelas a la acumulación y en algunos casos hasta pueden dar forma a actividades de utilidad para la misma, pero difícilmente ocultan su calidad de desechados por la economía dominante.

Para los efectos de determinar perspectivas, resulta crucial definir si estos procesos son o no inevitables en el marco del desenvolvimiento capitalista. Se debe reconocer de inmediato que la extrema concentración del poder económico y político observada en la actualidad en Estados Unidos, pero no solo en ese país, es una expresión de abuso incontrolado al cual los poderosos someten a la sociedad. Pero el capital puede

todavía funcionar sin una apropiación tan extrema de la capacidad económica y del poder político. A su vez, y en sentido contrario, la acumulación no funciona sin los procesos de concentración y centralización. Es decir, de cualquier manera las tendencias del proceso capitalista apuntan a la concreción, más temprano o más tarde, de situaciones que hoy nos parecen que pueden ser frenadas. Debe insistirse en que el control que hoy podría ejercerse sobre las mismas no las elimina, solo posterga sus manifestaciones más extremas. Asimismo, las tendencias hacia la exacerbación de la desigualdad y la exclusión sociales apenas pueden morigerarse por algún periodo, pero no revertirse en el marco de la acumulación.

Así, el desarrollo capitalista, cuyo fundamento mismo es la desigualdad y la explotación, vive un periodo en que se está reencontrando con su esencia anti-democrática. No se puede ignorar que se trata de un signo de su decadencia como sistema capaz de desenvolverse con alguna legitimidad. Por lo mismo, los desafíos que esta situación conlleva no se limitan a la defensa de los derechos civiles y políticos de la sociedad. La lucha contra los niveles exacerbados de explotación laboral, que debe apuntar a la lucha contra toda explotación, mantiene y acrecienta su importancia. Pero es, al mismo tiempo, de primera necesidad apoyar cuanta iniciativa surja de los sectores excluidos con vistas a organizarse productivamente a fin de proveerse de medios de vida. También allí se están gestando nuevas formas de organización productiva y nuevas propuestas para una democracia del trabajo.

.....

*** Víctor Manuel Figueroa Sepúlveda**

Unidad Académica de Ciencia Política. Dependencias de Educación Superior, Ciencias Sociopolíticas, Económicas y Administrativas. Universidad Autónoma de Zacatecas - UACP/UAZ. Zacatecas, México

Resumen de ponencia

EL DESARROLLO JURISPRUDENCIAL DE LA CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA EN MATERIA DE CONSULTAS POPULARES AMBIENTALES: LIMITACIÓN O AMPLIACIÓN AL PRINCIPIO DE DEMOCRACIA DIRECTA.

*Miguel Francisco Contreras Landinez

El 2016 fue el año de la democracia directa en Colombia, en primer lugar, el 2 de octubre por iniciativa del Gobierno Nacional se le pidió al pueblo colombiano que votara si estaba de acuerdo o no con la construcción de una paz estable y duradera, mediante un plebiscito especial, aunque fue por poca diferencia (menos del 1%) ganó el no en aquella jornada electoral.

Sin embargo, el pueblo estaba agotando los mecanismos de participación ciudadana desde febrero de 2016 y consecuentemente hasta septiembre del año 2017, resaltamos a la consulta popular ambiental de origen popular y municipal como la principal herramienta jurídica para definir el futuro del suelo y sub suelo en los territorios, en la mayoría de las consultas se les preguntó a los ciudadanos si estaban de acuerdo si o no con que en el municipio se realizaran actividades de exploración y explotación minero energéticas, en otras consultas se añadía la construcción de hidroeléctricas y termoeléctricas en los ríos de un municipio.

La participación de las personas en las consultas populares ambientales fue arrasadora en comparación con otras jornadas electorales, tal es el caso de la consulta popular ambiental realizada en el municipio santandereano de Jesús María, con 3.259 votantes habilitados convocados el 17 de septiembre de 2017 para decidir si en el territorio se permitía realizar o no actividades del sector extractivista, sorprendentemente el porcentaje de participación fue del 53%, en total 1.728 personas votaron y decidieron que no querían este sector de la industria extractivista por estar demostrado los perjuicios socio ambientales para las generaciones presentes y futuras.

Tan solo en el año 2017 se alcanzaron a realizar 7 consultas populares ambientales en distintos municipios de Colombia, el argumento principal para frenar la convocatoria a la jornada electoral fue dado por el Ministerio de Hacienda diciendo que cada consulta popular debía ser financiada con recursos de cada entidad territorial, es decir, del presupuesto municipal financiar y llevar a cabo los comicios, siendo esto para los juristas un obstáculo a la democracia por cuanto los presupuestos de los municipios tienen limitaciones en recursos si se compara con el presupuesto de la Nación, y también porque los rubros para poder destinar recursos se definen anualmente entre el alcalde y concejo municipal y especialmente se dirigen a financiar obras del plan de desarrollo de la entidad territorial, por lo tanto no está dentro de la voluntad política a nivel nacional dejar que las consultas populares ambientales continúen con votaciones

contundentes en contra de la explotación minera y petrolera en los territorios.

Es importante resaltar que el principal mecanismo para obligar a las autoridades a cumplir con la garantía de derechos fundamentales es la acción de tutela y que el máximo órgano en esta materia es la Corte Constitucional, entidad que en los últimos meses ha venido cambiando drásticamente y con pocos argumentos el precedente jurisprudencial, por estos motivos no se han podido realizar más de 10 consultas populares que ya estaban organizadas en todo el país y las que próximamente se solicitarán.

Debe tenerse en cuenta que en nuestro país se pretende emplear la técnica no convencional de explotación de yacimientos de petróleo más conocida como Fracking o fracturamiento hidráulico de la roca madre lutita, además, la clase dirigente del país ha venido concesionando el suelo dando prevalencia al sector minero, incluso en zonas de páramos, ciénagas, bosques vírgenes, entre otros ecosistemas vulnerables. Ante la falta de herramientas jurídicas y apoyo técnico a las comunidades y conociendo los perjuicios tanto para el ambiente como para las personas la consulta popular ambiental viene siendo la principal arma jurídica que el Gobierno Nacional quiere censurar.

Nuestra investigación utilizará la construcción de una línea jurisprudencial de la Corte Constitucional en cuanto al derecho a utilizar los mecanismos de participación ciudadana, especialmente la consulta popular, y de esta forma descubrir si en Colombia se limitó el principio de democracia directa consagrado en la Constitución Política de 1991.

.....

*** Miguel Francisco Contreras Landinez**

UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA UNAL. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

EL INTERCAMBIO POLÍTICO COMO FORMA DE ARTICULACIÓN ENTRE INDÍGENAS Y CAMPESINOS Y EL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA

*Maria Teresa Zegada

Hace una década, el 22 de enero de 2006, Evo Morales juró ante el Congreso Nacional como presidente de la República de Bolivia. Este acto inauguró un nuevo ciclo político cuyo momento más alto es la institución del Estado Plurinacional, en febrero de 2009. Ningún otro presidente gobernó tanto tiempo en un clima de relativa estabilidad política y de prolongado crecimiento económico. Los sucesivos gobiernos del Movimiento Al Socialismo han concentrado un capital político inédito que se ha expresado en el control absoluto de los poderes del Estado, pero también de los actores estratégicos de la sociedad civil y particularmente de las organizaciones campesinas e indígenas.

¿En qué consiste entonces la rareza del proceso político boliviano? ¿En qué medida el “proceso de cambio” ha inaugurado un ciclo histórico inédito que nada le debe al pasado? ¿Cuál es su genealogía? ¿Cuál es esa trama de causalidades y conexiones que sostiene el “proceso de cambio”? ¿Qué lugar ocupan las organizaciones campesinas e indígenas en la actual estructura de poder?

En *El Espejo de la Sociedad* (Zegada y Komadina 2013) hemos descrito y analizado el sistema institucional y las prácticas de representación política en Bolivia, en el marco de las transformaciones sociales producidas por el nuevo diagrama de fuerzas en el campo político y por efecto de la institución del Estado Plurinacional. Una de las conclusiones relevantes de ese trabajo es la articulación y la tensión entre dos territorios y dos lógicas del quehacer político: uno, es el territorio político institucional representativo, en el cual predominan las instituciones y los partidos políticos y cuyas acciones están reguladas por los procedimientos de la democracia liberal representativa, y en el cual la ciudadanía se expresa a través del voto; otro es el ámbito social|corporativo protagonizado por sindicatos, gremios y corporaciones que a través del Movimiento al Socialismo- Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP) han logrado ocupar espacios de poder en las instancias parlamentarias.

Mostramos en ese estudio cómo ambos territorios se conectan de manera fluida, aunque también afloran entre ellos tensiones y confrontaciones. Los grupos sociales estratégicos (los campesinos y los mineros cooperativistas, entre otros) han adquirido un peso político cada vez más relevante, que a momentos se impone sobre las propias capacidades institucionales del sistema, pero en otros momentos se ven obligados a actuar bajo sus reglas de juego. De hecho, decíamos, Bolivia parece ser la constatación de una simbiosis entre la democracia electoral y la democracia social, entre

instituciones oficiales e instituciones informales o subterráneas.

Esa constatación nos llevó a preguntarnos sobre las estructuras de poder en Bolivia y especialmente sobre la relación entre el Estado y las organizaciones campesinas| indígenas, articulación que parece esconder el secreto del éxito político del presidente Morales. Esta relación está marcada por un doble sello. Por una parte, el MAS-IPSP y sus gobiernos han logrado interpelar eficazmente a los indígenas|campesinos y los ha constituido como actores políticos y sujetos de derechos colectivos. Por otra parte, más allá de la retórica de la descolonización y el “gobierno de los movimientos sociales”, este vínculo está modulado a nuestro juicio por los intercambios de recursos públicos, económicos y materiales, a cambio de una lealtad política expresada por medio del voto masivo, sostenido a lo largo de una década, y por movilizaciones a favor del gobierno y en desmedro de su autonomía política. Esta estrategia no es episódica y aislada, es un habitus político cuyo origen se puede rastrear en el “pacto de reciprocidad” entre las comunidades indígenas y el Estado colonial y, por supuesto, en las interacciones entre los sindicatos y el Estado, en el marco de la revolución de 1952. Sin embargo, las “dos repúblicas” -el Estado y la comunidad indígena- tuvieron también momentos agudos de confrontación y antagonismo durante las sucesivas rebeliones indígenas, como la sublevación emblemática protagonizada en el siglo XVIII por Tupac Katari y Bartolina Sisa contra el dominio español. La sublevación fue la forma de lucha adoptada históricamente por los indígenas contra la dominación española y en defensa de sus comunidades frente a la expansión de las haciendas. Al principio, las rebeliones fueron dispersas y desconectadas, pero luego ellas se conjugaron con otras contradicciones como aquellas entre colonos y hacendados o entre indígenas versus vecinos de los pueblos y buscaron formas de acción simultáneas. En los albores de la revolución del 52, el brote de los “ciclos rebeldes” asumió un cariz violento que fue mitigado por la revolución que reinventó las relaciones de reciprocidad e intercambio político, mediante pactos entre los gobiernos nacionalistas y los sindicatos campesinos. En el capítulo primero analizamos esas oscilaciones entre la sublevación y el pacto tanto en la historia “larga” como en la historia “corta”.

Aquí es importante distinguir el concepto de bloque político respecto al poder del Estado (también llamado “bloque de poder”). El bloque político dominante no es un conjunto homogéneo e involucra la presencia de fracciones y grupos sociales que convergen con un objetivo político común, de ahí que el sujeto político no responde mecánicamente a la composición de clase, sino a otro tipo de articulaciones que hoy monopolizan el poder del Estado. Desde 2006 hay un cambio sustantivo en la composición social y política del bloque político dominante: si el régimen neoliberal ejercía su dominio a través de los partidos políticos (la llamada democracia pactada) y las estructuras empresariales que acumularon poder durante décadas, en el caso de los gobiernos del MAS, esta alianza política (que articula y ocupa los espacios políticos legítimos) estaba originalmente conformado por sectores campesinos e indígenas junto a sectores populares, a él se adhirieron posteriormente otros como los sectores comerciantes, cooperativistas, asalariados. Las corporaciones empresariales de los sectores financiero, productivo, comercial, terrateniente, agroindustrial del oriente, de mediana y gran escala, si bien se benefician del gobierno, no forman parte de este

bloque político de manera directa. En el nuevo escenario, estos últimos no tienen la capacidad de imponer decisiones -salvo referidas a su actividad económica, en las que pueden tener cierta incidencia-; por tanto, no se podría afirmar que forman parte del bloque de poder, del sujeto político o del actual proyecto estatal, y en principio fueron desplazados a espacios regionales como Santa Cruz, Beni, Pando y Tarija.

Para Luis Tapia no es una fracción de clase la que articula el poder estatal (como sostuvo el teórico marxista Nicos Poulantzas), sino el sujeto político (Tapia 2009: 23). Nosotros nos adherimos a esa lectura crítica; de hecho, según este autor, en el MAS-IPSP este sujeto proviene de la composición de núcleos sociales corporativos y culturales campesinos e indígenas, unidos para construir un proyecto nacional (no plurinacional como enuncia el discurso oficialista), que gobierna a través de estructuras de mediación y formas de participación donde predomina la organización sindical, y da cuenta de un vínculo particular entre Estado y sociedad; por tanto los sectores empresariales económicamente dominantes -en palabras de Tapia- no son los articuladores del actual bloque político nacional (: 34).

La noción de intercambio político ocupa un lugar central en el estudio. Definimos esta noción como un sistema de acción colectiva que no solo involucra la transacción de bienes materiales entre los grupos sociales organizados y el Estado, sino también de bienes simbólicos: la identidad, por ejemplo. No obstante, hablamos con mayor precisión de transacciones asimétricas de poder, pues no todos los actores implicados tienen el mismo volumen de poder y la misma capacidad de presión | negociación. Esta asimetría ha dado lugar a nuevas formas de clientelismo político que están revestidas de solidaridad y desinterés.

La contemporaneidad y la vitalidad de las prácticas políticas informales (clientelismo, patrimonialismo, prebendalismo, nepotismo, entre otras) y su fluida conexión con las instituciones oficiales nos han conducido a preguntarnos ¿Dónde radica el poder en el proceso político en curso? Nuestra hipótesis es que la política no puede ser confinada solamente al campo de las instituciones oficiales y la competencia electoral, ella es heterogénea y ocupa varios territorios o esferas que están conectados por múltiples redes. El poder tiene una estructura rizomática, es múltiple e imprevisible, por ello su pertinencia para entender las intrincadas relaciones que sostienen al gobierno del MAS mediante una sólida red social heterogénea pero conectada, que actúa bajo códigos organizativos sindicales e informales. En el capítulo segundo, nuestro trabajo explora tres territorios o lugares del poder: las organizaciones indígenas | campesinas, el Movimiento al Socialismo y las estructuras estatales.

Los intercambios políticos entre estos tres territorios, o en otras palabras, los procesos de reterritorialización política están fuertemente influenciados por la cultura política sindical, no solo por la matriz originaria del Instrumento Político, sino también por la reproducción de prácticas sindicales “informales” que invaden el espacio institucional estatal y dialogan o disputan la impronta del poder constituido. No obstante, dada la estructura rizomática y cambiante del poder, en determinados momentos, como por ejemplo en los eventos electorales, suele imponerse la lógica partidista que opera como una poderosa máquina política. Para objetivar la estructura de poder es preciso

prestar atención a las interfaces entre el MAS, las organizaciones indígenas|campesinas y el Estado.

.....

*** Maria Teresa Zegada**

Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social - CERES - UCB. Cochabamba, Bolivia

Resumen de ponencia

EL POPULISMO COMO RETO EN AMÉRICA LATINA PARA LA PROTECCIÓN DE DERECHOS HUMANOS

*Rosa Stephanie Paredes Rodríguez

Los derechos humanos son inherentes a todas las personas sin excepciones, más allá de su color de piel, nacionalidad, orientación sexual, filiación política, condición migratoria, entre otras condiciones. En base a ello, los Estados deben proteger y respetar los derechos de todas las personas, más aun teniendo en cuenta las obligaciones que han asumido a nivel internacional y la normativa interna que puedan tener en defensa de los derechos humanos.

Dicha expectativa de defensa de derechos humanos se vuelve mucho mayor cuando se trata de sociedades democráticas, puesto que como señala Alexy, las sociedades democráticas no solo implican la realización de elecciones generales (democracias procedimentales), sino que también deben tener un contenido ético- político como lo es la defensa de los derechos humanos y la eliminación de desigualdades entre sectores de la población, generando espacios donde la población pueda aportar a esos cambios (democracia participativa).

En el caso de América Latina, los Estados no siempre se han regido por sistemas democráticos; sin embargo, hoy en día, se ve la tendencia de ir avanzando hacia dicha dirección. A pesar de dicho el avance no ha sido el mismo en todos los Estados Latinoamericanos, sobre todo en materia de Derechos Humanos.

Ante dichas situaciones, las obligaciones internacionales a las cuales se han obligado los Estados se constituyen como estándar para determinar cuándo un Estado estaría vulnerado o no derechos humano. En América Latina, en materia de protección de Derechos Humanos, tenemos el sistema interamericano, que tiene como base la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre y la Convención Americana de Derechos Humanos, cuyos órganos, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y la Corte Interamericana de Derechos Humanos, vienen desarrollando estándares dicha materia. En ese sentido, un Estado que se encuentra dentro del sistema interamericano, no podría alegar normativa interna para desprenderse de sus obligaciones internacionales. Ello, a pesar de tener orientaciones políticas u opiniones dirimentes.

A nivel internacional, los Estados han tenido la tendencia de obligarse a ratificar tratados e incluso han reconocido que existen reglas que, aunque no sean convencionales, se han vuelto obligatorias por las prácticas comunes de los Estados: las normas juscogens. Entre dichas normas están: la prohibición de la tortura, la discriminación racial, la prohibición de esclavitud, entre otros (no se trata de una lista

cerrada).

Hasta este punto, hemos visto que existe un marco bajo el cual las sociedades democráticas se ven obligadas, tanto ética como legalmente, a respetar, proteger y garantizar los Derechos Humanos, constituyéndose como Estados de Derecho. Los Estados de América Latina, que buscan consolidar sus democracias, deben ir hacia dicha dirección; sin embargo, una constante que se ha ido presentado en los últimos años y ha ido cobrando más fuerza ante el avance del reconocimiento de los Derechos Humanos es el llamado “populismo”.

Teniendo en cuenta las diversas acepciones que pueda tener el término populismo, en este texto, se utiliza la palabra populismo para describir la tendencia a apoyar medidas que en base a prejuicios, miedos, estereotipos, creencias propias, cuentan con la aprobación de un gran sector de la población. Ello, teniendo en cuenta que dicha opinión suele ser formada antes situaciones de incertidumbre hacia determinadas situaciones, sentimientos de inseguridad, desconocimiento u otros factores que hacen que dicha opinión no respete necesariamente lo establecido por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos.

Los populismos actuales no tienen como objetivo ir en contra del gobierno, sino que, haciendo uso o desde el propio gobierno que ha sido elegido democráticamente, plantean sus demandas, generando que se paralice la elaboración de políticas públicas con enfoque basado en Derechos humanos, creación de normas para la protección de determinados grupos, reconocimiento de derechos, entre otros. Entonces vemos que los populismos modernos no rompen definitivamente con las instituciones de la democracia representativa, pero mantienen una posición ambigua frente a sus preceptos, como lo es la protección de Derechos Humanos de toda la población sin excepciones.

El fenómeno del populismo no afecta solo a América Latina. En 2017, Human Rights Watch emitió un informe expresando su preocupación por el retroceso a nivel mundial que ha existido en materia de Derechos Humanos, señalando que se tergiversa el contenido de Derechos Humanos cuando los algunos políticos sostienen que estos solo sirven para proteger a presuntos terroristas, migrantes, a expensas de la seguridad, el bienestar económico y las preferencias culturales de una supuesta mayoría. Bajo dicho discurso, grupos de interés generan que la población culpabilice a determinadas minorías sobre problemas que el propio Estado no ha podido manejar, generándose discursos de xenofobia, racismo y/o islamofobia contra aquellos que consideramos una amenaza o no comprendemos.

Actualmente, el punto de apoyo esencial del populismo que se viene desarrollando en América Latina es la existencia de características socioeconómicas que afectan a la población como la pobreza, el analfabetismo, el propio desconocimiento, el desempleo, entre otros factores.

Para ejemplificar el retroceso en materia de Derechos Humanos se analizara como el populismo ha afectado los derechos humanos en los siguientes puntos y los grupos de

interés que impulsan dicha corriente, constituyéndose una constante en los países latinoamericanos:

1) Represión violenta de las protestas: el populismo origina que se deshumanice a las personas partícipes de protestas, tildándolos de revoltosos y creando el imaginario que lo mejor que hacer en esos casos es hacer uso de la fuerza. Este imaginario puede surgir del propio Estado, que apoyándose en los medios de comunicación, tildan de terroristas a los partícipes en protestas, buscando desacreditar su objetivo. Ejm: protestas de estudiantes, protestas contra la impunidad, etc.

2) Derechos de los pueblos indígenas y la defensa de sus territorios: en América Latina existe gran población indígena que continuamente reclama el respeto de su territorio ante el avance de las empresas extractivas. Se desacredita su lucha al difundir estereotipos de que se trataría de personas que están totalmente en contra de la minería y, por ende, en contra del crecimiento económico. Ello genera rechazo por parte de la población y “legitimaría” al Estado a tomar medidas drásticas, además de deslegitimar las motivaciones de las personas que son vistas como “anti mineras”, entre ellos, los defensores de derechos humanos.

3) Derechos de las mujeres y población LGBTI: Los países latinoamericanos tienen una preponderante población católica; en ese sentido, se ha solido restringir los derechos de la mujer sobre su propio cuerpo e ignorar las demandas de la población LGBTI, a pesar de existir un marco de protección de dichos derechos a nivel internacional. En este caso, los Estados no pueden sobreponer las opiniones de sectores de la población, entre los que se encuentran grupos religiosos, sobre los derechos de las y los afectados; sin embargo, lo hace para no generarse conflicto con dichos sectores.

4) Aumento de las penas y regreso a la pena de muerte: La violencia de género persiste en los países latinoamericanos; por ende, cada cierto tiempo un caso sobre violación sexual se vuelve mediático generando el rechazo de la población. Antes de llegar a esas situaciones, lo ideal sería que los Estados promuevan educación en el respeto mutuo de los derechos con enfoque de género para tratar de cambiar las sociedades machistas en las que vivimos; sin embargo, llegados hasta este punto, la primera solución y, probablemente la más sencilla, es que algún político llame a que se introduzca la pena de muerte para violadores, con el fin de ganar adeptos. Se conoce que dicha propuesta es inviable dado que los Estados, al ratificar la Convención Americana de Derechos Humanos, se comprometieron a no crear más supuestos para la aplicación de la pena de muerte (Art.4 CADH) e ir gradualmente eliminándola. Ello genera que cada cierto tiempo voces señalen la necesidad de renunciar a dicho tratado.

¿Cómo combatir dichas situaciones? Si bien la primera respuesta que se nos viene a la mente es la mejora de la educación con el fin de empoderar a los ciudadanos en el respeto de derechos, a continuación se elaboraran propuestas en adición:

- Fortalecer la clase política en los países latinoamericanos: los partidos políticos llegan al poder en base a demandas populistas, perdiéndose de vista la necesidad de realizar cambios estructurales. En este caso el trabajo es del votante y la persona que busca ser elegido.

- Establecer diálogos entre el gobierno y los grupos que pueden ver vulnerados sus derechos: el conflicto entre un sector de la población y el propio Estado se da a causa de que no han existido diálogos previos para tomar en cuenta su opinión. Este diálogo debe tener en cuenta el marco normativo en materia de Derechos Humanos y las obligaciones que los Estados deben cumplir a nivel internacional.
- Empoderar en la defensa de derechos a los grupos en condición de vulnerabilidad: un diálogo entre gobierno y sectores de la población no puede darse propiamente si es que la población afectada no se encuentra empoderada, es decir, conozca y defienda sus derechos.
- Uso de las nuevas tecnologías: los medios de comunicación refuerzan estereotipos hacia ciertos sectores de la población. Sin embargo, hoy en día las redes sociales se han convertido en un espacio donde las personas pueden compartir sus demandas. En ese sentido, el uso de las nuevas tecnología para crear conciencia sobre vulneraciones de derechos puede ayudar a visibilizar su lucha.

.....

*** Rosa Stephanie Paredes Rodríguez**

Pontificia Universidad Católica del Perú PUCP. Lima, Perú

Resumen de ponencia

EL PROCESO DE LA REVOLUCIÓN CIUDADANA: CONSTITUCIÓN-PARTICIPACIÓN Y MOVIMIENTOS SOCIALES

*José Ricardo Carrillo

EL PROCESO DE LA REVOLUCIÓN CIUDADANA: CONSTITUCIÓN-PARTICIPACIÓN Y MOVIMIENTOS SOCIALES

Los procesos políticos de Ecuador durante la historia siempre han contado con la participación protagónica de los movimientos sociales, desde antes de la República el sentido de lucha de los pueblos indígenas, es un legado en la historia del Ecuador. Con el Gobierno de la revolución ciudadana, se marcó un hito importante al incentivar la presencia de los nuevos actores políticos, este proceso, desde su inicio se alimentó del pensamiento político de actores sociales que han buscado sentar las bases para construir una sociedad equitativa y solidaria.

La Asamblea Nacional Constituyente del 2008, es la síntesis de aportes de los movimientos sociales de los últimos años. Tras la aprobación de la constitución, entre las diversas leyes que se elabora está la Ley de Participación Ciudadana, que busca involucramiento directo de los movimientos sociales en los distintos niveles del Estado como son; los consejos ciudadanos sectoriales, que tienen como mandato ser instancias sectoriales de diálogo, deliberación y seguimiento de las políticas públicas de carácter nacional y sectorial; constituyen un mecanismo para la discusión de los lineamientos y seguimiento de la evolución de las políticas ministeriales. Serán impulsadas por la Función Ejecutiva y se desempeñarán como redes de participación de la sociedad civil articuladas a los ministerios sectoriales donde las organizaciones tendrían que acompañar a pensar las políticas públicas y a mejorar la calidad de la gestión.

Este proceso, si bien está institucionalizado, plantea el reto a los movimientos sociales a pensar sus nuevos ámbitos políticos de acción colectiva en la perspectiva del poder popular o la reivindicación sectorial.

Esta ponencia propone interrogar algunos elementos que permanecen inscritos en el campo político post-constitucional, es decir en el período posterior al proceso constituyente 2007-2008 de Montecristi, Manabí. Este trabajo consiste en evidenciar, si hay un conjunto de transformaciones y mutaciones estructurales en el “repertorio de acción colectiva” de las organizaciones y movimientos sociales ecuatorianos, que determinan el sentido mismo de la acción colectiva de ellos tanto como otros contenidos que pueden ser diferenciados y diferenciables de anteriores coyunturas.

La teoría de “de acción colectiva”, de las ciencias sociales, nos permite analizar los cambios de la lucha política de los movimientos sociales y de su nueva búsqueda en lo que podría llamarse formas de participación social y política. La acción colectiva y los significados de la lucha social, en los nuevos momentos de la sociedad ecuatoriana, los desafíos que tienen los movimientos sociales en ser un pilar del poder popular, son los

elementos que trabajaremos en la ponencia.

Tensión constitutiva y constituyente del campo político: la acción colectiva: de los años 2000-2005 cuestionó por primera vez en la historia política ecuatoriana la representación política que hasta ese momento emergía constantemente de las urnas; cuestionó y arrebató la decisión política a los tradicionales decisores que habíamos conocido hasta entonces, es decir, la dominación partidaria, y puso en la mesa de debate el reelaborar un tipo de democracia con características inéditas en el país, la democracia ya no entendida como un sistema político sino como forma de refundación de la esfera política.

El proceso constituyente de Montecristi supo comprender esa tendencia oculta en la sociedad ecuatoriana y expresarla en la Constitución pero con un riesgo implícito: el de su institucionalización. Es preciso hacer el balance retrospectivo de todas estas brechas abiertas entre la acción colectiva y la estructura social.

Los movimientos sociales cambian, no son estructuras estáticas, también tienen retos, crisis, avances. En lo que tiene que ver con el proceso político actual, los movimientos sociales tienen que dar mayor contenido a la democracia.

.....

*** José Ricardo Carrillo**

*Centro de Investigaciones en Ciencias Sociales, Humanidades y Educación. Área de Ciencias Sociales y Humanidades.
Universidad Politécnica Salesiana - CICSHE/UPS. Quito, Ecuador*

Resumen de ponencia

ENMIENDA O REFORMA EN LA CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY PARA LA REELECCIÓN PRESIDENCIAL.

*Daniel Dejesus Gimenez Fleitas

La Constitución Nacional de la República del Paraguay, sancionado por la Convención Nacional Constituyente de 1992, establece en su artículo 229, relacionado con la duración del mandato del Presidente de la Republica: El Presidente de la Republica y el Vicepresidente duraran cinco años improrrogables en el ejercicio de sus funciones, a contar desde el quince de agosto siguiente a las elecciones. No podrán ser reelectos en ningún caso. El Vicepresidente solo podrá ser electo Presidente para el periodo posterior, si hubiese cesado en su cargo seis meses antes de los comicios generales. Quien haya ejercido la presidencia por más de doce meses no podrá ser electo Vicepresidente de la Republica.

El 31 de marzo de 2017, el país fue testigo de las violaciones constitucionales, por parte de unos cuantos legisladores al presentar un proyecto de Enmienda Constitucional con la intención de modificar el artículo 229 de la Constitución; cuyo borrador establecía que el presidente podrá ser electo solo dos veces sea en forma consecutiva o alternada.

La Constitución Nacional en su Artículo 290 ultima parte establece que no se utilizará el procedimiento de la Enmienda sino el de la Reforma, para aquellas disposiciones que afecten el modo de elección, la composición, la duración de mandatos y las atribuciones de cualquiera de los poderes del Estado.

La cuestión en debate es la siguiente: ¿Es constitucional o Inconstitucional enmendar el articulo 290 referente a la duración del mandato y reelección del Presidente de la Republica?

La Enmienda es una figura Constitucional, que consiste en la modificación de la constitución hasta un número limitado de artículos. En la Carta Magna exige que transcurra tres años de haberse promulgado la Constitución, y de habilitada el tiempo, su presentación deberá realizarse a iniciativa de la cuarta parte de cualquiera de las cámaras del Congreso, del Presidente de la Republica o en base al derecho de petición, con la firma de treinta mil electores; el procedimiento se inicia en la Cámara de origen, en donde deberá ser aprobada por mayoría absoluta y luego pasar a la Cámara revisora, en donde deberá imprimirse mismo tratamiento, el rechazo del mismo produce el archivamiento y la imposibilidad de volver a tratarlo por el término de un año. Si se logra la aprobación, el texto de la enmienda se remite al Tribunal Superior de Justicia Electoral, para que convoque a un referéndum en el plazo de ciento ochenta días, si el resultado de este es positivo, entonces la enmienda queda promulgada.

La cuestión que surge es que la Constitución, establece un límite a la enmienda, en la que no se podrá utilizar dicho procedimiento sino de la reforma, relacionado a lo referente al modo de elección, la composición, la duración de mandatos o las

atribuciones de cualquiera de los poderes del Estado.

La Reforma Constitucional consiste en la modificación de la Ley Fundamental, que puede abarcar eventualmente todos los artículos de la misma. La Constitución Nacional establece que luego de diez años de promulgada, se puede llevar a cabo una Reforma, requiriendo la iniciativa del veinticinco por ciento de los legisladores de cualquiera de las Cámaras del Congreso, o del Presidente de la Republica, o treinta mil electores en petición firmada. Una vez aprobado, el Tribunal Superior de Justicia Electoral llama a elección de Convencionales, cuyo número no será superior a los miembros del Congreso, y estos tienen plena libertad de decisión sobre los puntos a ser reformados.

Referente al tema de Reección Presidencial, es evidente que los Convencionales de la Constitución de 1992 le puso un candado jurídico, a las pretensiones antojadizas, motivada por intereses particulares y no generales del gobierno de turno, estableciendo que la única vía para la modificación en cuanto a la duración del mandato y reelección de un Presidente es mediante una Reforma Constitucional. Pero, ¿Vale la pena Reformar la Constitución por un solo artículo? En caso de Reforma, ¿cuáles, además del tema reelección, otros artículos podrían ser objetos de Reforma? La Convención Nacional Constituyente es la máxima autoridad electa mediante sufragio, con facultades de poder diseñar la Constitución Nacional, mediante Principios y valores Republicanos y Democráticos.

En el presente trabajo, expondremos algunas recopilaciones doctrinarias y aportes científicos de juristas paraguayos y extranjeros, quienes dejan en claro que, si se pretende modificar una Carta Magna, debe ser producto de una profunda reflexión y entendimiento en pro del bienestar general como supone la idea de un Estado Social de Derechos.

.....

*** Daniel Dejesus Gimenez Fleitas**

Universidad Nacional de Itapua UNI. Maria Auxiliadora, Tomas Romero Pereira, Paraguay

Resumen de ponencia

ESE FUEGUITO EN EL CUERPO O EL COMPROMISO NECESARIO. DIÁLOGOS CON JÓVENES ESTUDIANTES DE PEDAGOGÍA CON COMPROMISO POLÍTICO

*Marcela Betancourt

“Ese fueguito en el cuerpo o el compromiso necesario. Diálogos con jóvenes estudiantes de pedagogía con compromiso político”

Autora: Marcela Betancourt Sáez

La presente ponencia da cuenta de los resultados de una investigación, que tiene como objetivo central el conocer el significado de la democracia que circula entre los jóvenes estudiantes de pedagogía comprometidos políticamente. Dicho significado se vincula a sus trayectorias biográficas, en la intención de rescatar las representaciones de identidades y subjetividades, restablecer espacialidades y hacer presente sus imágenes y miradas (Skliar 1998). Las trayectorias son desarrolladas en función del concepto que Martucelli (2010) llama de individuación; es decir, aquel camino recorrido por un individuo en busca de su independencia, quien se forma a partir de un periodo socio histórico, en un conjunto de pruebas comunes para los miembros de su colectivo, las que sin embargo, son abordadas desde su propia subjetividad articulando los procesos sociales con las experiencias personales.

La revelación de las vinculaciones entre los significados y la trayectoria de los estudiantes, se reconoce a partir de sus historias familiares, su entorno social, su experiencia educativa tanto en la escuela como la universidad, su militancia y compromiso político, accediendo a estas experiencias mediante entrevistas comprensivas en profundidad, en una aproximación desde un modelo comprensivo interpretativo que permite un diálogo recíproco con los actores relevantes y su cultura, desde la cual se caracteriza el concepto de democracia como participación ciudadana y justicia social (Pizarro 2003), contraria a la limitación de la mera participación en procesos electorarios y posicionada en relación a la conquista de diferentes instancias de decisión de la ciudadanía (Coutinho, 1979) o de aquellos que no tienen más poder que el de ser gobernados (Rancière 2014).

En el diálogo con los estudiantes se evidencia que sus trayectorias se ven marcadas por las permanentes secuelas de la incompletud de la democracia en Chile y la historia contemporánea del país que luego de una dictadura de 17 años consigue hacer un ejercicio de volver a la democracia tras un plebiscito pactado con la dictadura cívico militar que convoca a respetar las reglas constitucionales de la propia dictadura. Desde ahí se levanta una estrategia económica que mantiene un modelo abierto para el exterior, con hegemonía del gran capital. Luego de terminada la dictadura en el plebiscito del año 88 todas las instituciones democráticas y representativas quedan condicionadas, en un conjunto de resguardos de tipo autoritario que permitían limitarlas de manera constitucional. Así la construcción político-económica del país, determina socialmente a sus familias, genera situaciones de endeudamiento

económico para conseguir estudios universitarios y por otro lado, en muchas instancias, condiciona sus razones para estudiar pedagogía, su compromiso político y su férrea convicción en participar de los movimientos estudiantiles que han marcado al país principalmente desde la “revolución pinguina” de 2006, que en muchos casos han significado para ellos situaciones de represión policial. Por otro lado, reconocen a la “democracia chilena”, como una democracia liberal donde, muchas veces, la única libertad pareciera ser la de emprender, con una suerte de ortodoxa eficiencia neoliberal, provocadora de un profundo malestar interior (Salazar 2011), en una lógica de individualismo democrático (Rancière 2014) que conduce a la naturalización de un sistema relacional individualista e injusto, lo que acarrea consigo situaciones de feroz desigualdad, segregación social y derechos básicos que no han podido ser garantizados, además de reproducción de prácticas no democráticas en diferentes esferas de la vida nacional y en diferentes instituciones organizadas como es el caso de la escuela, donde los espacios de participación entran en tensión con la estructura general del currículo y con la necesidad de productividad (Cerde et. Al. 2004). Para estos jóvenes el compromiso político es fundamental para generar espacios democráticos y para el logro de los derechos sociales faltantes en el país. De este modo se confrontan los significados con las expectativas sobre su futura práctica docente para responder a la diversidad y la construcción de la democracia dentro de la escuela. Así se demuestra una convicción de que lo aprendido en la participación política los hará ser profesores democráticos, libertarios y respetuosos de la diversidad.

El grupo humano pesquisado, da cuenta de una forma colectiva y a la vez particular de constituir cultura desde la participación generacional. Atendiendo a las razones del interés en investigar en relación a jóvenes estudiantes de pedagogía, resulta pertinente evidenciar que son esos jóvenes, quienes tendrán -en un tiempo cercano- en sus aulas a la infancia del país, lo que significa un alcance masivo y obligatorio. Entonces, cuando se necesita cuidar y perfeccionar la democracia en Chile, parece indispensable la labor de entregar valores democráticos desde la infancia y asegurar en la escuela que los niños y niñas reconozcan la cultura democrática como un valor fundamental, posicionando al espacio escolar como aporte a la madurez política del país. Aquí entonces hay una responsabilidad desde aquello que entregará a sus estudiantes, esta nueva generación de profesores, que no tiene ese estigma de haber vivido en dictadura y que por lo tanto mantienen una relación más crítica y distendida con la autoridad. En ese sentido resulta fundamental comprender al docente, no como quien debe generar todos los cambios y mejoras en la escuela, sino como un actor central de la comunidad educativa que desarrolla significados y construye una concepción epistemológica consciente e inconsciente, explícita o implícita de la cual se desprende la modalidad de su práctica particular, su intencionalidad educativa, incluso su concepción sobre sus estudiantes (Boggino, De la Vega. 2006), la diversidad y la democracia.

☐ Referencias Bibliográficas

BOGGINO, Norberto, DE LA VEGA, Eduardo. Diversidad, aprendizaje e integración en contextos escolares. Editorial Homo Sapiens. Rosario. Argentina. 2006
CARRANO, Paulo. CERDA, Ana. EGANA, Loreto, et al. El complejo caminho de la formación ciudadana. Editorial LOM. Santiago. Chile. 2004, p 255.

- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira, v. 9, p 33-47, 1979.
- PIZARRO, Marino. Educación Democracia y Participación. Revista Enfoques Educativos 5, 2003, p 101 -105.
- RANCIERE, Jacques. O Ódio à Democracia. Editorial Boitempo, Sao Paulo, Brasil, 2014, p. 125.
- SALAZAR, Gabriel. En el nombre del poder popular constituyente (Chile siglo XXI). Ed. LOM, Chile, 2011, p. 96.
- SKLIAR, Carlos. Alteridades y Pedagogía. O ¿ y si el otro no estuviera ahí? Educação e Sociedade, año XXIII, nº 79. 2002.
- MARTUCELLI, Danilo. La individuación como macrosociología de la sociedad singularista. Universidad Alberto Hurtado, Chile, 2010, p 9- 29.

.....

*** Marcela Betancourt**

Programa de Pós-Graduação em Educação . Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense - ESE/UFF. Niterói - RJ , Brasil

Resumen de ponencia

ESTRUCTURA DE CLASES E IDEOLOGÍA EN LA CIUDAD DE BUENOS AIRES. EXPLORACIONES SOBRE LOS PROCESOS DE POLARIZACION IDEOLÓGICA.

*Ezequiel Ipar

*Jésica Lorena Pla

*Jose Javier Rodriguez De La Fuente

Si toda coyuntura es una síntesis de materialidades sociales y temporalidades heterogéneas, la de la Ciudad de Buenos Aires es especialmente compleja y está atravesada por una crisis estructural del capitalismo que suscita recurrentemente la pregunta: ¿qué está pasando con las clases sociales en estos procesos?

Por diferentes vías esta pregunta enmarca los interrogantes ideológicos por el resurgimiento de la xenofobia y el racismo, la creciente polarización política, el nacionalismo, la movilización del autoritarismo social o las luchas contra la globalización económica. En todos ellos se alude a determinados intereses de clase que estarían sustentando algunas de esas disposiciones o articulaciones ideológicas, marcando obviamente las enormes diferencias que nos separan del cuadro de época que intentaba penetrar la teoría de las clases sociales de Marx. Una de las modulaciones privilegiadas de estos interrogantes pone el foco en las fidelidades de cada clase social a determinadas alternativas políticas o movimientos culturales, en medio de la crisis que se desató a escala global en el año 2008.

En el caso argentino particular, podríamos señalar que el proceso político y cultural que se desata a partir de la crisis del año 2001 se define con especial nitidez por cuatro temas: la legitimación de posiciones enfrentadas en lo que se refiere a la capacidad redistributiva del Estado de Bienestar, la problematización pública del sentido de la política democrática, una intensa revitalización de la querella por el pasado trágico del Estado en materia de autoritarismo y derechos humanos, y la discusión sobre el papel de la deuda pública en las democracias capitalistas contemporáneas.

De este modo, el objetivo de este trabajo será avanzar en la exploración de la relación entre las clases sociales y sus diferentes estratos, con diferentes dimensiones de ideología: autoritarismo (o anti-autoritarismo), igualitarismo (o anti-igualitarismo) y apertura hacia la política (o anti-política).

Utilizaremos una fuente de datos primaria que surge de una encuesta realizada en el año 2012/2013 en el ámbito de la Ciudad de Buenos Aires y que contiene información muy detallada sobre posiciones y trayectorias de los individuos en la estructura social, así como preguntas y escalas actitudinales que nos sirvieron para medir a la opinión pública las dimensiones anteriormente mencionadas.

El universo de análisis estará compuesto por ocupado/as mayores de 30 años que residían en la ciudad al momento del relevamiento.

Para analizar la información se utilizará la técnica de análisis de correspondencias

múltiples ya que permite hacer emerger las dimensiones fundamentales latentes que surgen de la estructura de interrelación existente entre las variables observadas, mediante su combinación y reducción. En este sentido, se planteará análisis separados para cada una de las dimensiones de la ideología.

El instrumento de medición utilizado para analizar la la estructura de clases en relación al mercado de trabajo fue el esquema de clases de Erikson, Goldthorpe y Portocarero (Goldthorpe y Heath, 1992).

En este esquema, las clases distinguen posiciones dentro de los mercados de trabajo y de las unidades de producción en términos de las relaciones de empleo que involucran. En particular, pretenden dar cuenta de dos distinciones: entre aquellos que poseen los medios de producción y aquellos que no y entre estos últimos en cuanto al tipo de relación con su empleador. De este modo, la diferencia central radica entre posiciones que son reguladas por un contrato de trabajo y aquellas que se regulan por una relación de “servicio”. En la primera relación hay un intercambio específico de salarios por un esfuerzo y el trabajador es supervisado en forma relativamente cercana; mientras la relación de servicio involucra un intercambio más difuso. Las dimensiones que permiten diferenciar un tipo de relación de otro son el grado de calificación o expertise, y la dificultad de monitoreo de la actividad. La relación de servicios involucra incentivos hacia los empleados: seguridad laboral, oportunidades de carrera, etc.

.....

*** Ezequiel Ipar**

Instituto Gino Germani - UBA. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina

*** Jérica Lorena Pla**

Instituto Gino Germani - UBA. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina

*** Jose Javier Rodriguez De La Fuente**

Instituto Gino Germani - UBA. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

ÉTICA HACKER E A CULTURA DA TRANSPARÊNCIA: O LABORATÓRIO HACKER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Alane Beatriz Nóbrega Martins

Este trabalho teve por objetivo compreender de que forma o Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, ou LabHacker, contribui com a cultura de transparência, ao mesmo tempo em que alia a ideia de parlamento aberto (accountability) com a ética hacker. Cumpre acrescentar que desde de 2011 o Brasil é membro da Open Government Partnership (OGP), o que tem aumentado o contato com modelos internacionais de governo aberto. Desde a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 2012 - Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 - que tem sido um desafio para os órgãos públicos aliar a política de dados abertos às ferramentas tecnológicas. Dessa forma, em 2013 foi realizada a primeira maratona hacker visando a criação de dispositivos que favorecessem a transparência legislativa, tendo como tema a “Transparência legislativa e participação popular”. Para o evento foram apresentados 183 projetos concebidos por desenvolvedores do país inteiro, o que resultou na criação de 24 aplicativos. Diante da vasta quantidade de dados disponibilizados em sites de diferentes órgãos públicos, muitas vezes o cidadão encontra dificuldade com relação ao acesso e à interpretação das informações. Dessa forma, aplicativos mobiles com temáticas e propósitos específicos podem contribuir com essa questão, já que podem ser facilmente utilizados em dispositivos móveis. No âmbito do governo federal, somente em 2016 que se criou a Política de Dados Abertos, com o intuito de se disponibilizar a base de dados da Administração Pública direta e indireta, de forma centralizada, sem que o cidadão necessite solicitar os dados, não se excluindo tal opção, mas favorecendo a transparência ativa. Passados quase dois anos, conforme o Painel de Monitoramento de Dados Abertos, nota-se que 28% dos órgãos do Executivo ainda não disponibilizaram suas bases. O acesso facilitado às informações pelo cidadão deve estar associado ao efetivo exercício da democracia. Nesse sentido, além da disponibilização dos dados, a possibilidade de participação política em ambientes virtuais também deve estar prevista na cultura da transparência ativa, o que leva ao debate sobre “democracia digital” ou “e-democracia”. Apesar de a discussão do trabalho estar voltada para a relação entre a ética hacker e a cultura da transparência, há que se considerar a participação social, uma vez que o princípio de compartilhamento está relacionado com tal ideia. Com relação à metodologia, para operacionalização do trabalho foram adotadas técnicas de pesquisa qualitativa, como análise documental de projetos, programas, manuais, legislações, além de observação de dispositivos digitais desenvolvidos no contexto do LabHacker, como, por exemplo, aplicativos criados durante a maratona hacker, o portal e-Democracia - que disponibiliza quatro ferramentas com fins distintos de participação política: "Audiências Interativas", "Wikilegis", "Expressão" e "Pauta Participativa" -, sites e páginas de uso do laboratório. Os resultados da pesquisa mostram que apesar de se

ter notado grandes avanços no Brasil, com relação à disponibilização de dados e ao fortalecimento da cultura da transparência, bem como a criação de espaços inovadores como o LabHacker, o que vai além de ambientes virtuais, numa conjuntura geral, percebe-se a necessidade de se criar dispositivos que contribuam com o acesso facilitado ao cidadão, que incluam maior interatividade e que estejam aliados às práticas democráticas. Há que se considerar o problema da fratura digital, pois existe uma significativa parcela da sociedade sem acesso à internet. Sendo assim, as políticas de inclusão devem possibilitar a ampliação desse tipo de participação política, não visando a substituição dos modos tradicionais, mas criando diferentes formas. Com relação ao favorecimento da divulgação da cultura hacker, observou-se uma forte presença na gestão dos dados públicos, além do incentivo contínuo à participação de profissionais de TI no aprimoramento dos dispositivos criados no contexto do laboratório.

.....

*** Alane Beatriz Nóbrega Martins**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da UnB. Universidade de Brasília - PGSOL/UnB. Brasília/ DF, Brasil

Resumen de ponencia

EXPERIENCIAS DE LAS ESTUDIANTES EN LOS ÓRGANOS DE GOBIERNOS DE LA UNIVERSIDAD DE SONORA, MÉXICO

*Ivana Celeste Tadei Arriola

*Ma Guadalupe González Lizárraga

*Rocío Haydee Arreguín Moreno

La segregación de las mujeres profesionistas en la inserción laboral ha sido tema de investigación desde mitad del siglo XX y hasta la actualidad; ello, vinculado al tipo de empleos que ocupan, y la menor remuneración económica que obtienen en relación con los hombres. Sin embargo, este fenómeno se observa desde el ingreso a los estudios universitarios, en donde los grupos de estudiantes con más presencia femenina se encuentran en las áreas de Ciencias Sociales y las Humanidades, mientras que bajan significativamente en las Ciencias Exactas y las Ingenierías.

La interrogante que plantea resolver este estudio se relaciona con la observación de la participación política femenina en estas mismas áreas de estudio, planteando como objetivo explorar la valoración y el tipo de participación que tienen las estudiantes en los órganos de gobierno de la Universidad de Sonora (UNISON), espacio en el cual se posicionan como sujetos políticos, y que se consideran propicios para el ejercicio democrático de la ciudadanía.

La brecha de participación política entre estudiantes hombres y mujeres en órganos de representación formal en la UNISON, es significativa y preocupante, ya que los varones, quienes fungen como consejeros propietarios, duplican en número con respecto a las mujeres; esto, aun cuando la matrícula de estudiantes inscritas es superior.

Con respecto a la preeminencia en actividades de liderazgo político, en los Consejos Divisionales se observa que el 66% de los hombres se encuentran como propietarios, mientras que las mujeres ocupan posiciones de alumnas suplentes, siendo el porcentaje invertido con respecto a la categoría anterior. El problema es que se perpetúa la desigualdad en la participación, donde los hombres son quienes tienen una alta intervención y se mantiene a las mujeres en una condición de discriminación en los distintos ámbitos lo cual representa un tipo de violencia simbólica y discriminación. El estudio se desarrolla a través de entrevistas abiertas, en las cuales se obtuvo información sobre las experiencias que han tenido las estudiantes como propietarias y suplentes dentro de los órganos de gobierno de la universidad; y sobre la forma en que llegaron a ese cargo. A través de la utilización de una estrategia metodológica de turning point (punto de quiebre) se analizaron las entrevistas realizadas, encontrando aspectos nodales importantes, por ejemplo, que la mayoría de las estudiantes refirió haber tenido alguna mentora o mentor (en servicio social o prácticas profesionales); algunas otras habían ocupado algún cargo dentro de la escuela en niveles escolares anteriores; otras más mencionaron haber tenido algún problema dentro de la

institución, el cual las llevó a conocer algunas instancias, autoridades, docentes y a profundizar en los reglamentos y procedimientos de la universidad. De esa forma, las estudiantes mencionaron tener información sobre los puestos de representación estudiantil, y reconocieron lo relevante de establecer vínculos con otras y otros pares; esto, enfatizaron, es un factor importante y de valor que motivó en ellas el interés en participar.

A manera de conclusión se puede decir que el contexto, para el caso de las estudiantes de la UNISON, es un elemento de valor, información y decisión que logra captar el interés en la participación de la vida estudiantil y en puestos de representación.

Lo que interesa es formar personas que sean activas en la acción pública, que, de manera intencional, reflexionada y responsable participen en las decisiones públicas. El andamiaje para conformar las capacidades, las identidades, pero respetando la autonomía, las creencias personales, y las preferencias forma parte del reto de la universidad.

La paridad en los niveles de representación estudiantil es un paso que se tiene que realizar a corto plazo; la promoción de las carreras masculinizadas para las mujeres y la desnaturalizar de este fenómeno, favorece que éstas alcancen oportunidades de ingreso y se visibilice y reconozcan las capacidades en el mismo sentido que se hace con los varones. Es necesario impulsar la sororidad como herramienta y estrategia para el desarrollo de las mujeres.

Plantear los obstáculos y las oportunidades en la participación de las estudiantes universitarias es un reto; sin embargo, es necesario hacer conscientes a las autoridades sobre la distribución equitativa de oportunidades en distintos espacios (como prácticas profesionales, deporte, cultura) y formas de relacionarse entre los actores educativos. Evidenciar que las prácticas de discriminación o segregación dificultan y ponen en riesgo las trayectorias escolares. Promover espacios para la igualdad y fomentar una cultura de civismo contribuye al empoderamiento, principalmente en las mujeres.

.....

*** Ivana Celeste Tadei Arriola**

Universidad de Sonora. Hermosillo, México

*** Ma Guadalupe González Lizárraga**

Universidad de Sonora-UNISON. Hermosillo, México

*** Rocío Haydee Arreguín Moreno**

Universidad de Sonora. Hermosillo, México

Resumen de ponencia

EXPERIENCIAS DE MATERNIDAD Y PATERNIDAD DE PERSONAS QUE ESTABLECEN PAREJAS DEL MISMO SEXO

*Carolina Alday

El interés por estudiar la parentalidad de las personas de la diversidad sexual, inició en los años setenta y tuvo un avance considerable desde fines de los años noventa hasta la actualidad; a pesar de esto, los estudios en materia de parentalidad de parejas conformadas por personas del mismo sexo no se ha constituido como un conjunto teórico articulado, pues se ha ido desarrollando a la par del reconocimiento de las demandas de los colectivos de la diversidad sexual y afectiva -lesbianas, gays, bisexuales, transexuales, travestis, transgénero e intersexuales, LGBTTTI - (Laguna, 2016).

El reconocimiento y la visibilización de los sujetos que establecen parejas con personas del mismo sexo, generan una serie de debates en torno a cuestiones que la sociedad no ha definido aún como resolver: por ejemplo, en Chile, las personas del mismo sexo, no pueden establecer contratos matrimoniales en igualdad de condiciones que las parejas conformadas por personas de distinto sexo, lo cual conlleva, por ejemplo, a que se dificulten temáticas como el ejercicio de la parentalidad y el reconocimiento legal de los hijos e hijas de parejas del mismo sexo (Guzmán, 2017).

Conviene aclarar en este punto que, existen diferentes formas por las cuales las personas que establecen relaciones de pareja del mismo sexo pueden ser madres o padres. Sin embargo, al no existir un sustento legal para el ejercicio de la parentalidad de personas que establecen parejas del mismo sexo, la desprotección social en la cual se encuentran estas madres, padres y sus hijos e hijas, es desolador y -en ocasiones- puede ser fuente para que las personas decidan no tener hijos bajo estas circunstancias (Herrera, 2007).

A pesar de las transformaciones que se han dado a nivel global, en América latina persiste la histórica desigualdad entre hombres y mujeres, la cual ha funcionado en beneficio de los hombres heterosexuales, sosteniéndose en el machismo y el marianismo. El machismo contribuye a la generación de comportamientos homofóbicos que permiten el sostenimiento del orden social en el cual las personas pertenecientes a la diversidad sexual son sometidas y discriminadas; el marianismo promueve la sumisión de la mujer al hombre y las sanciones asociadas a cumplir un rol social asociado a lo femenino, donde las mujeres son discriminadas si se alejan de dicho rol y los hombres son cuestionados si se acercan a él (Sandfort, Meléndez & Díaz, 2007; Barrientos, Cárdenas, 2013).

La religión es un elemento a considerar en cuanto promueve una serie de exigencias explícitas sobre los roles y comportamientos esperados para cada género y considera las transgresiones como un ataque a las creencias sagradas, por lo que las personas que asisten regularmente a servicios religiosos manifiestan actitudes más negativas

hacia lesbianas y gays (Cárdenas y Barrientos, 2008a) y se plantea que el nivel de religiosidad presente en Chile podría obstruir el bienestar y la calidad de vida de personas gays y lesbianas (Barrientos, Cárdenas, Díaz & Muñoz, 2012).

Respecto de los casos de discriminación con causa de la orientación sexual, el de Karen Atala y niñas contra el Estado de Chile, presentado ante la corte Interamericana de Derechos Humanos (Zúñiga, 2012) ha sido uno de los de mayor connotación pública, sin embargo, está lejos de ser un caso aislado. Un estudio realizado en población LGBTI reportó que el 52,7% declaraba haber sido discriminada alguna vez en forma individual y directa (Movimiento de Integración y Liberación Homosexual (MOVILH) y Fundación Progres, 2012). Otro estudio indica que un 75,5% declara haber sido discriminada y un 77,8%, haber sido agredida en diversos contextos (Barrientos et al., 2012). De acuerdo a cifras del MOVILH (2016), en el año 2015 hubo un total de 332 denuncias por homofobia o transfobia, lo cual constituye un aumento del 28,6% en comparación al año 2014. El aumento de los casos y denuncias es relacionado con una intensificación de las acciones de las autoridades ultraconservadoras para boicotear la tramitación de la Ley de Identidad de Género, así como por la intolerancia frente al Acuerdo por la Igualdad sellado entre el Estado y el Movimiento LGBTI.

Si bien diversos estudios demuestran que la población chilena tiene actitudes más positivas hacia las minorías sexuales - el apoyo al matrimonio igualitario oscila entre un 56 a 61% y el apoyo frente a la “adopción homoparental” entre un 42 y 44% - (Fundación Ideas, 1997, 2001, 2003; MOVILH, 2012, 2013, 2016) y las actitudes negativas hacia la homosexualidad han disminuido en los últimos años (MOVILH, 2012, 2013, 2016); la legislación chilena ha avanzado lentamente hacia los cambios que la sociedad civil espera.

Posterior a la sentencia de la CIDH referente al caso Atala, en el año 2016, el Estado chileno asumió el Acuerdo por la Igualdad, en el cual se compromete con una serie de desafíos antidiscriminatorios asociados a leyes y políticas públicas. En este acuerdo, el Estado reconoce que se vulneran los derechos humanos de las personas LGBTI al prohibirse el matrimonio igualitario y se compromete con la aprobación de esta normativa legal, en un acuerdo vinculante que compromete no sólo al Gobierno de la Presidenta Michelle Bachelet, si no a los Gobiernos futuros (MOVILH, 2016).

A partir del caso Atala, se han generado también avances en cuanto a temáticas relativas a las familias conformadas por parejas del mismo sexo, por ejemplo, el Servicio Nacional de Menores (Sename) comprometió informes favorables para la “adopción y filiación homoparental” en caso de ser consultado por el Congreso Nacional, y, por primera vez en Chile, se ha declarado idónea para adoptar a una pareja del mismo sexo, Catalina Franco y Cristina Poblete. Junto con ello, el Juzgado de Familia de San Miguel entregó el cuidado (hasta ahora temporal) de una niña a su madre de crianza, Jacqueline Díaz, pese al rechazo de su ex pareja, (la progenitora), y del padre de la niña; también fue entregada la custodia a Scarlett Tapia, madre de crianza de dos niños/as, en lo que se consideran precedentes claros e inequívocos respecto a que en la crianza de los hijos o hijas no influye la orientación sexual de los padres o madres, siendo sólo relevante el interés superior del niño. Ambos casos abrieron la puerta de los tribunales a la adopción por parte de parejas del mismo sexo, aunque tal derecho aún no es legal y aún persisten problemáticas asociadas a la discriminación de estas familias; según la encuesta CASEN, un 45% de los hogares cuyo/a jefe/a de hogar es gay, lesbiana o bisexual respondió que, en los últimos 12

meses, alguien de la vivienda fue discriminado por alguna razón. El motivo más frecuente de discriminación en los hogares cuyo/a jefe/a es gay, lesbiana o bisexual es la orientación sexual (20.3%), seguida por la apariencia física (9,2%), la edad (8,9%), la ropa (7,6%) y el establecimiento donde se estudió (6,3%) (MOVILH, 2016).

En el año 2016 por primera vez existió un alegato en el Poder Judicial sobre el matrimonio igualitario y se discutió sobre tal ley en el Congreso Nacional. Sin embargo, un fallo de la Corte de Apelaciones de Santiago rechazó un recurso a favor del matrimonio igualitario. La Ley de unión civil y la Ley antidiscriminación, han sido aprobadas; pese a lo anterior, permanece estancada la Ley de matrimonio igualitario, desde hace casi cuatro años en el Congreso Nacional; lo cual demuestra que existe en el país, mucho terreno por avanzar respecto al reconocimiento de la existencia y de los derechos de las familias conformadas por parejas del mismo sexo (MOVILH, 2016). Si bien existen diferencias entre las parejas heterosexuales y no heterosexuales en: los medios para configurar los arreglos parentales, las formas en las que acceden a los hijos e hijas, las maneras de criarlos y criarlas, las ideas acerca de ser madre o padre, las formas en que establecen sus relaciones con los hijos e hijas, entre otros; estas prácticas no constituyen algo que ocurre solamente en parejas conformadas por personas del mismo sexo, si no que aparecen también en las diversas formas de hacer familia de personas heterosexuales, por lo que resulta inapropiado establecer diferencias basadas en la orientación sexual de los miembros componentes del bloque conyugal (Laguna, 2016).

Las funciones parentales de hombres gay, de las madres lesbianas y de las personas de la diversidad sexual y afectiva no son distintas en sus fines a las parentalidades heterosexuales; lo que buscan los padres y las madres comprometidos con el cuidado y crianza de sus hijas e hijos, es el bienestar del infante y su formación como persona capaz de ser parte integrante e integrada a la sociedad. En este sentido las diferencias más identificables en las prácticas de crianza y cuidado son: respuestas al deseo de evitar que los infantes sean afectados o influidos por la homofobia, así como en los medios usados para guiar la subjetivación y socialización de los individuos, por ejemplo, con una mayor apertura con respecto a la educación sexual y el género. (Herrera, 2006; Laguna, 2016).

Chile se encuentra en un punto donde el debate público sobre el reconocimiento de las personas que pertenecen a los colectivos de lesbianas, gay, bisexuales, transexuales, travestis, transgénero e intersexuales (LGBTTTI) ha impulsado la generación de reconocimientos sociales como fue la aprobación del acuerdo de vida en pareja (APV) en el año 2014 - el cual, sin embargo, deja afuera la posibilidad de adopción y no contempla protección hacia hijos o hijas de personas que establecen parejas del mismo sexo-; y la presentación por parte de la presidenta Michelle Bachelet del proyecto de ley de matrimonio igualitario.

Considerando lo anterior, el presente proyecto de investigación se plantea como interrogante principal: ¿Cómo vivencian la experiencia de la maternidad y la paternidad las personas que establecen parejas del mismo sexo?

.....

*** Carolina Alday**

Universidad Católica del Norte UCN. Antofagasta, Chile

Resumen de ponencia

FACÇÕES IMPORTAM: POR QUE ANALISAR A DINÂMICA INTRAPARTIDÁRIA DE COMPETIÇÃO POR PODER? PONDERAÇÕES SOBRE O FACCIONALISMO E PROPOSTAS PARA SEU ESTUDO SISTEMÁTICO.

*Breno André Horta Marisguia

Os estudos sobre partidos políticos, frequentemente, assumem que esses são estruturas monolíticas, atores singulares da competição por poder, cujos objetivos são bem conhecidos e comuns a todos os seus membros (Belloni e Beller, 1978; Moraes, 2008; Boucek, 2009; Ceron, 2012; Dewan e Squintani, 2016). Contudo, essa é uma visão incompleta da organização e dinâmica partidária, pois os partidos são entidades formadas por coletivos heterogêneos, onde disputas, divergências ideológicas e conflitos variados são responsáveis por criar pressões internas, desencadeando a formação de facções (Boucek, 2009). É perfeitamente compreensível que, ao nos debruçarmos sobre instituições, tenhamos que operacionalizar sobre certo grau de abstração e simplificação a fim de apreender fenômenos cuja dedução é infinitamente possível. Portanto, a crítica aqui posta não reside em uma suposta concepção ingênua dos pesquisadores para com os partidos políticos, mas sim na ausência de estudos sistemáticos dedicados aos grupos heterogêneos que compõem as instituições partidárias.

Na Ciência Política, o estudo do faccionalismo ainda é subdesenvolvido e carece de abordagens sistemáticas (Köllner e Basedau, 2005; Verge e Gómez, 2011).

Frequentemente, as atenções da disciplina são voltadas aos partidos políticos, sendo as facções um mero dado remanescente, um resíduo descrito através da ótica do partido como unidade central de análise. Se formos analisar as facções sob o paradigma dos partidos, elas estarão fadadas a serem vistas como instituições menores e subordinadas, que carecem de legitimidade e poder de influência, e a verdadeira dinâmica partidária nunca será completamente desvendada.

Assim, este trabalho tem como objetivo reduzir a atual lacuna no estudo das facções e do faccionalismo, despertar o interesse da Ciência Política nacional ao tema e evidenciar a importância de se estudar os partidos políticos não como objetos singulares, mas como instituições multifacetadas, compostas por coletivos heterogêneos em constante competição. Para tal, ele examina a literatura relevante ao fenômeno e oferece uma ampla gama de abordagens para o estudo sistemático de suas causas, características, dinâmicas e consequências.

Não obstante, ele apresenta e defende o emprego da definição de facções cunhada por Belloni e Beller (1978, p. 419): “We thus define faction as any relatively organized group that exists within the context of some other group and which (as political faction) competes with rivals for power advantages within the larger group of which it is a part”. Tal definição permite a classificação de diferentes tipos de facções em

consonância com os diversos padrões estruturais e contextuais nos quais estão inseridas, as unificando em um esquema pautado pela dinâmica de competição por poder. São viabilizados, assim, estudos comparados no âmbito de suas características organizacionais, suas estratégias de atuação e seus impactos na agenda e na coesão partidária.

De maneira sintética, este trabalho perpassa os seguintes tópicos:

1. Os pontos de vista valorativos sobre a presença das facções nos partidos (faccionalismo como um fenômeno prejudicial versus algo benéfico à instituição partidária).
2. As concorrentes definições do fenômeno e as dificuldades em se estabelecer um campo comum para o avanço de análises comparadas.
3. As possíveis funções das facções para seus partidos.
4. As características estruturais atribuídas aos diferentes grupos intrapartidários.
5. As explicações dadas ao fenômeno (faccionalismo como variável dependente).
6. As consequências do fenômeno (faccionalismo como variável independente).

Ao final dos tópicos 4, 5 e 6 são propostas diferentes abordagens para o estudo do fenômeno, sob o enfoque da dinâmica intrapartidária de competição por poder. O esqueleto que estrutura este trabalho foi inspirado, parcialmente, pelos esforços de Köllner e Basedau (2005) em expandir o estudo do faccionalismo, que à época se encontrava extremamente subdesenvolvido. Desde então, a evolução dessa área de interesse na Ciência Política internacional tem se dado de forma moderada. No âmbito nacional, contudo, ela mal se desenvolveu, e estudos que se debruçam especificamente sobre grupos intrapartidários são escassos.

Se os partidos são os elementos centrais da estruturação de um sistema partidário, as facções são as unidades que os compõem, podendo servir como força de integração ou dissolução. Assim sendo, o faccionalismo pode afetar a estabilidade, institucionalização e legitimidade de partidos e sistemas partidários como um todo (Köllner e Basedau, 2005); os objetivos das facções podem contradizer os objetivos oficiais de seus partidos, e suas atuações moldam os padrões de comportamento das lideranças, impactando a dinâmica partidária (Ceron, 2012); não obstante, elas podem exercer forte influência no comportamento legislativo de seus membros no Congresso (Giannetti e Laver, 2005). Em suma, o faccionalismo estrutura a política partidária e os processos de tomada de decisões, visto que possui ligação direta com a política do partido, sua doutrina, suas lideranças, a alocação de cargos e verbas (Belloni e Beller, 1978). Portanto, as facções são uma característica proeminente da arena política, e sua predominância em diversos sistemas e regimes denotam a importância de se estudar o fenômeno com mais afinco, sendo essa a principal proposta deste trabalho.

Referências bibliográficas:

- BELLONI, Frank P.; BELLER, Dennis C. Party and Faction: Modes of Political Competition. In: _____. *Faction politics: political parties and factionalism in comparative perspective*. Santa Barbara, California: ABC-Clio, 1978, pp. 417-450.
- BOUCEK, Françoise. Rethinking Factionalism: Typologies, Intra-Party Dynamics and Three Faces of Factionalism. *Party Politics*, vol. 15, N.º 3, 2009, pp 1-31.
- CERON, Andrea. Bounded oligarchy: How and When Factions Constrain Leaders in Party Position-Taking. *Electoral Studies*, Volume 31, Issue 4, 2012, pp. 689-701.
- DEWAN, Torun; SQUINTANI, Francesco. In Defense of Factions. *American Journal of Political Science*, Vol. 60, No. 4, 2016, pp. 860-881.

GIANNETTI, Daniela; LAVER, Michael. Party cohesion, party factions and legislative party discipline in Italy. Joint Workshop Sessions of the European Consortium for Political Research: Granada, April 2005.

KÖLLNER, Patrick; BASEDAU, Matthias. Factionalism in Political Parties: An Analytical Framework for Comparative Studies. Working Papers - Global and Area Studies, Nº 12. Deutsches Übersee-Institut/German Overseas Institute, 2005.

MORAES, Juan Andrés. Why Factions? Candidate Selection and Legislative Politics in Uruguay. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (Orgs.). Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2008.

VERGE, Tania; GOMEZ, Raul. Factionalism in Multi-level contexts: When party organization becomes a device. *Party Politics* 18(5), 2012, pp. 667-685.

.....

* Breno André Horta Marisguia

Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Belo Horizonte, Brasil

Resumen de ponencia

FUNCIONALISMO DE ESQUERDA

*Clarisse Gurgel

Em tese acerca de uma espécie de “novo regime democrático liberal”, Felipe Demier sugere a formação e desenvolvimento, no Brasil, do que chama de “democracia blindada”. Demier busca refletir sobre a questão da democracia na contemporaneidade, apontando para um “tipo de dominação político-social”.

Acreditamos que a esquerda contemporânea acompanha, dialeticamente, esta nova conformação que assumiria a democracia a que se refere Demier, em especial na experiência brasileira. O próprio autor reconhece, como aspecto importante do que chama de “crise política brasileira” e que guarda relação com o regime democrático blindado, “a fraqueza político-organizativa da classe trabalhadora”. O que pretendemos é contribuir para as reflexões de Demier, apontando para algumas hipóteses que implicarão do debate sobre a própria noção de democracia. Em termos mais diretos, nossa questão gira em torno de quem estaria blindado, se apenas a democracia liberal ou se a própria esquerda, ao abdicar de disputar de maneira conseqüente a construção da democracia socialista, convertendo, em termos gramscianos, conformismo autoritário em conformismo crítico.

Se Demier trata dos diferentes níveis do Estado e Gramsci o entende como parte de uma noção estendida de sociedade civil, há que se discutir o tempo e o espaço da disputa hegemônica. Passa por esta tarefa enfrentar as tensões existentes entre o ato concreto de assunção da estrutura do Estado e suas conseqüências em termos do que se entende por função. Isto passa por subverter leituras sociológicas clássicas que estabelecem uma dicotomia entre consenso e conflito para, através delas, compreendermos onde estaria um possível desvio funcionalista da esquerda.

Em face de teorias como as de Mobilização de Recursos, que distingue movimentos da esfera do consenso e movimentos da esfera do conflito, sugeriremos que o marco valorativo da esquerda aproxima-se do funcionalismo justamente por ela travestir-se de sujeito do conflito, enquanto consente quando o assunto é o campo das possibilidades. Assim, referenciais teóricos como de autores como Durkheim, Merton, Parsons nos ajudam na tarefa: 1. enquanto método científico, de combatê-las a luz da dialética; 2. enquanto consequência ideológica, compreender como pensa e atua a esquerda.

Nossa pesquisa busca articular a hipótese acima e as reflexões gramscianas acerca da disputa de poder. Gramsci sugere o par “domínio” e “direção” para a compreensão do que é o poder, no âmbito do Estado Integral característico do século XX, em que o Aparato Estatal assume seu caráter coercitivo.

As contribuições de Gramsci são oportunas em face da repercussão que ainda possuem as teses que reivindicam a centralidade da força, ou energia, virtualidade, como recurso para a libertação dos homens, em combate à forma. Todo mecanismo, ademais, de mediação, corresponderia a um entrave na força dos indivíduos, esta sim espontânea e, portanto, autônoma e autêntica.

O artigo pretende explorar a hipótese da influência da teoria funcionalista nas práticas da esquerda contra-hegemônica e seus efeitos para a luta política dos trabalhadores. Sugerimos que haveria uma espécie de dinâmica viciada na esquerda que resulta na sua conversão em uma espécie de autômato: um ator que cumpriria um roteiro de ações, conforme um papel, crédulo de possuir uma função na dinâmica orgânica das tensões sociais. Tais reflexões visam auxiliar na compreensão das formas de ação da esquerda, compreendidas por nós como centradas na resistência, em prejuízo aos debates e ações acerca dos desafios da insurgência. Sugerimos, pois, o vínculo entre esta feição funcional que assumiria a esquerda e sua tendência, ainda que denegada, a se abster da tarefa de pensar como, por ventura, administrar o Estado com vistas à sua extinção. Algo que passaria por forjar um projeto nacional diferenciado, enfrentando as zonas opacas do nacionalismo. Neste sentido, nossa pesquisa reforça as teses que apontam para a relação dialética entre burocratização e abdicação do poder, apontando para a necessidade de recuperarmos o caráter endógeno da luta de classes internacional. Em grande medida, acreditamos que tais questões podem contribuir para explicar a atual correlação de forças e real potencial da esquerda brasileira. Aspectos que nos ajudam a entender dimensões mais estruturais e históricas do golpe de 2016, no Brasil, que resultou no reposicionamento do país na nova divisão internacional do trabalho, aprofundando e consolidando sua dependência.

.....

* Clarisse Gurgel

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Unirio. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

GENERACIÓN POST-TRANSICIÓN: SUBJETIVIDADES POLÍTICAS EN EMERGENCIA. UN ESTUDIO DE CASO CON ESTUDIANTES SECUNDARIOS DE LA COMUNA DE MELIPILLA.

*Raimundo Echeverría Lara

El objetivo de la investigación que se presenta es comprender las subjetividades políticas, de carácter emergente, de los jóvenes estudiantes secundarios habitantes de Melipilla, comuna rural-urbana (Berdegué, et al., 2011) perteneciente a la Región Metropolitana de Chile, en el año 2016. La 'subjetividad política', entendida como un producto histórico, se problematiza a partir de la perspectiva generacional propuesta por Mannheim (1993) y adoptada en clave latinoamericana por autores chilenos tales como Baño & Faletto (1992), Muñoz (2011), o Aguilera (2016), quienes la emplean como una matriz conceptual que permite desindividualizar la experiencia subjetiva, conectando procesos biográficos con transformaciones experimentadas por las sociedades en un ámbito político-histórico.

Los grupos de discusión a partir de los cuales se produjo la información, fueron sostenidos durante el año 2016, en un contexto socio-histórico caracterizado por una incipiente reorganización de la estructura general de poder de la sociedad chilena. El PNUD (2015) habla que vivimos en 'Tiempos de la politización', caracterizados por novedosas posibilidades de discusión sobre los límites de autodeterminación social, a saber, existe una disputa en curso -de final incierto-, sobre los temas que son susceptibles de ser definidos colectivamente.

En perspectiva histórica, Ruíz (2015) se suma al mismo diagnóstico, asumiendo un nuevo 'ciclo histórico-político' determinado fundamentalmente por la organización embrionarios de actores sociales, que impugnan al 'pacto de la transición' con una fuerza tal que ponen en cuestión las posibilidades naturalizadas de reproducción de una política institucional construida desde la exclusión de las elites hacia el resto de la sociedad. En efecto, son los estudiantes, como representantes de los grupos sociales más genuinamente resultantes de la experiencia de modernización neoliberal, quienes protagonizan la apertura de este ciclo desde las movilizaciones del 2006 y 2011 -que deben entenderse en solución de continuidad-, y configuran una emergente arena política, en la que sus marcos interpretativos de la política se alejan progresivamente del clivaje democracia-dictadura.

Son estas formas de posicionarse en la política las que la investigación de la 'subjetividad política' apunta a deshilvanar, analizando el material obtenido a partir del ejercicio de auto-observación reflexiva que implican los grupos de discusión. Éstos fueron compuestos por jóvenes que tenían entre 15 y 18 años al momento de las conversaciones, es decir, nacidos entre el 1998 y el 2001, aproximadamente. En perspectiva generacional, no sólo se puede afirmar que su vida se ha desarrollado en

un sistema con todas las garantías formales de un régimen democrático, sino que también, han experimentado su socialización política en plena emergencia del nuevo ciclo político, marcando un quiebre con quienes lo hicieron en el anterior.

Investigaciones sobre cultura y subjetividad (Nieto, 2008, Urrutia, 2014) han obtenido resultados en este sentido: estaríamos atendiendo al surgimiento de 'nuevas subjetividades políticas', configuradas por relaciones sui generis entre los individuos y su relación con el orden social.

En cuanto al concepto 'subjetividad política' es necesario establecer algunas someras consideraciones. Se la considerará como constitutiva de la subjetividad una vaciedad esencial, entendida como una ausencia de contenido determinado a priori (Angelcos, 2008), lo que significa que no existe una racionalidad trascendente, sino que su construcción tiene un carácter históricamente determinado. Por este motivo es que la subjetividad "es entendida en sí misma como una operatoria política" (Bonvillani, 2012) y será abordada como una categoría "compleja, histórica y cambiante, por tanto, posible de ser transformada" (Martínez y Cubides, 2012)

Así, el estudio del individuo no tiene por objetivo investigarlo en tanto tal, sino que comprender las experiencias personales insertas en sistemas organizados de relaciones sociales, dando cuenta de "fenómenos que se viven como profundamente "íntimos", "subjetivos", "existenciales" y en los cuales, empero, reposa cada vez más una parte creciente de nuestra comprensión de la vida social" (Martuccelli, 2007).

La 'subjetividad política', entonces, tiene una profunda relación con la idea de orden. En efecto, la entenderé como un espacio de representaciones simbólicas de la realidad, definido a partir de una acción de reflexividad que realiza el sujeto sobre sí mismo y el orden social, como cuestionamiento de las estructuras de poder instituidas y como interrogación instituyente sobre la posibilidad de un nuevo buen orden. Para efectos operacionales, descompondré la 'subjetividad política' en dos tipos de representaciones: las relacionadas con 'la política', entendida según la tradición más extendida que la considera como el campo institucional en el que se cristalizan, en un momento determinado, los antagonismos propios de 'lo político' (Garretón, 2007; Muñoz, 2011; PNUD, 2015); y aquellas que tienen por objeto las utopías, en tanto referencias del mañana mejor que puede ser instituido, cuya función es guiar las acciones de los individuos, para así ampliar o reducir los límites de lo que puede ser determinado colectivamente. En definitiva, la 'subjetividad política' se configura como un 'mapa mental' por medio del cual los individuos dan cuenta de 'lo real' y 'lo posible' (Lechner, 2002), orientando las acciones racionalmente concebidas que les permitirían configurarse como sujetos, a través del ejercicio de desidentificación de las pautas culturales dominantes.

Luego, la 'subjetividad política', en tanto producto de las relaciones de poder históricamente determinadas en una sociedad, brinda, en su comprensión, un acercamiento privilegiado a los procesos macrosociales que constituyen el orden social. Si las investigaciones de los individuos y sus vivencias personales son útiles para entender el cambio social (Martuccelli, 2007; Lechner, 1988), es porque la arquitectura específica que adquieren las subjetividades políticas muestra el alcance, la profundidad y las formas heterogéneas que las transformaciones histórico-sociales desarrollan. La relación entre las representaciones de lo real, en cuanto a su fortaleza y densidad; y de lo posible, a través de las sociedades utópicas que los individuos son capaces de imaginar, ilustran el proceso colectivo-conflictivo de transformación del orden que

vivimos (PNUD, 2015; Ruiz, 2015), y configuran emergentes articulaciones subjetivas a partir de las cuales los sujetos políticos desplegarán su novedad histórica.

La investigación actualmente se encuentra en la etapa de análisis, no obstante, es posible dar pistas sobre algunas conclusiones generales. La hipótesis sobre la emergencia de 'nuevas subjetividades políticas' se confirma, surgiendo una interacción entre los individuos y la política que es propia del ciclo político del cual los jóvenes estudiantes son parte, y que los distingue de la subjetividad política propia de los jóvenes de la transición. Es ilustrativo de esta relación que el carácter disputado y contradictorio del proceso de politización de la sociedad chilena estudiado por el PNUD (2015), tiene correspondencia en subjetividades políticas que expresan esa tensión. Se aprecia con notable vigencia un habla que enuncia una necesidad de acceder a la política y transformar el orden, como espacio simbólico y práctico, pese a la significación negativa que carga el sistema y la mayoría de sus representantes, existiendo una crítica generalizada al 'modelo'; desde otra perspectiva, se reconoce la importancia de la política y un deseo de buenas prácticas, no obstante el horizonte transformador se enmarca en una dimensión formal y se afirma el neoliberalismo en tanto sistema de valores, siendo el individuo el lugar privilegiado a proteger y a potenciar. En grupos de estudiantes de nivel socioeconómico más bajo, se observó un discurso anti-política, de corte autoritario y castigador, con referencias explícitas a una restauración del orden pinochetista, marcado emocionalmente por la necesidad de protección frente a un ambiente que se significa al borde del descontrol; cuyo análisis es de especial relevancia en un contexto chileno en el que un candidato de ultra-derecha, como José Antonio Kast, toma fuerza apelando a esa utopía neo-conservadora.

.....

* Raimundo Echeverría Lara

Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales . Universidad de Chile - DS/UCHILE. Ñuñoa, Santiago, Chile

Resumen de ponencia

GRAMSCI E A TRADUÇÃO DO MARXISMO NA AMÉRICA LATINA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS REVISTAS PASADO Y PRESENTE E PRESENÇA

*Camila Góes

Essa pesquisa apresenta como objeto central o periódico argentino *Pasado y Presente* e a revista brasileira *Presença*. Ambos os coletivos editoriais foram formados por intelectuais marxistas, em grande parte oriundos dos partidos comunistas, que estiveram envolvidos com a recepção da obra de Antonio Gramsci em seus países. As iniciativas se dão em meio a contextos de crises políticas que impunham ao pensamento de esquerda uma série de dilemas para a ação política, buscando apresentar respostas para os problemas que a desdemocratização ou democratização conferiam ao pensamento de esquerda. A partir da hipótese de tradução do marxismo, propomos investigar como os dois grupos intelectuais se apropriaram de grandes concepções gerais - do pensamento de Gramsci e do comunismo italiano em especial, mas também das prévias vertentes nacionais marxistas - e produziram análises voltadas às especificidades do ambiente cultural e político do qual participavam. De modo geral, buscamos contribuir para a reflexão a respeito dos dilemas que o marxismo encontra nos contextos nacionais considerados periféricos a partir da recepção da obra gramsciana. A escolha pelas revistas busca explorar os modos possíveis de intervenção política e as vias de resistência para a realização de críticas aos partidos. Partimos da premissa de que essas oferecem um ponto de vista privilegiado para analisar a vida política e cultural dos períodos em questão na medida em que constituem um modo de abordar a trama de relações dentro das quais surgiram e se consolidaram diversos projetos intelectuais e políticos. Ao mesmo tempo, as revistas possuem uma linguagem própria que pode ser interpretada como um modo concreto de intervir na conjuntura.

Propomos, assim, estudar as revistas *Pasado y Presente* e *Presença*, com vistas a destacar o quanto estimularam a conhecer melhor a história argentina e brasileira, mas também a forma como avançaram enquanto instrumentos metodológicos e políticos gerais - o que as possibilitam, portanto, ser comparáveis. Entendemos que a singularidade histórica de cada país não impede a reflexão proposta; bem como a referência comum a Gramsci e a sua obra não expressa uma forma homogênea e linear no modo com que interpretaram os processos históricos pelos quais passaram a Argentina e o Brasil ao longo da segunda metade do século XX. Assim, a partir de uma reflexão de fundo mais ampla a respeito de casos distintos de tentativas de tradução do marxismo para ambientes nacionais periféricos, buscaremos apreender nas revistas *Pasado y Presente* e *Presença* a identidade possível - em que pese as formações sociais e dimensões temporais distintas - e a heterogeneidade com a qual compartilharam problemáticas, objetivos e inspirações comuns.

São muito variados os “usos de Gramsci” - para recorrer à expressão de Juan Carlos

Portantiero (1977) - e também bem diversos seus resultados teóricos e sentidos políticos. Nos interessa destacar, de modo especial, aqueles usos que serviram ao propósito de realizar interpretações voltadas às especificidades das formações nacionais periféricas, a partir de uma visão antidogmática e criativa do marxismo. É nesse sentido que propomos entender a produção dos gramscianos argentinos e brasileiros reunidos em tornos das revistas *Pasado y Presente* e *Presença* como uma tentativa de traduzir o marxismo na América Latina. Em oposição à ideia de “aplicação”, entendemos que há a produção de algo novo. De modo particular, é possível afirmar mesmo que o encontro de Gramsci com essas culturas nacionais tenha possuído como característica geral a criação de novos projetos políticos e uma nova ideia da política (VACCA, 2009, p. 13). Essa hipótese é de Giuseppe Vacca, que afirma ter sido assim “na Itália do pós-guerra”, “na Índia, tanto antes como depois do nascimento dos Subaltern Studies” e também “na América Latina, onde em alguns países, como na Argentina e no Brasil (...) teve um papel fundamental na renovação da história política dos grupos intelectuais, em favor das “revoluções democráticas” (ibid., p.13).

A intenção em desenvolver uma comparação entre ambas as iniciativas editoriais tem em vista que ambos os grupos foram formados por intelectuais marxistas que haviam estabelecido uma relação crítica, em graus diferenciados, com os partidos comunistas de seus países e que se uniram nestas empreitadas como forma de intervir politicamente no debate estabelecido na época. Além disso, procuraram oferecer um espaço de elaboração cultural para interpretações plurais a respeito dos processos específicos de interrupção e retorno à democracia pelos quais passavam a Argentina e o Brasil. Ambas as revistas recorreram ao pensamento de Antonio Gramsci e ao comunismo italiano para formular suas visões, estabelecendo um diálogo a partir deste referencial com as vertentes nacionais de esquerda e enfrentando de modo geral os dilemas da questão democrática para a ação política. Buscaremos lançar luz sobre o pensamento político produzido por estes coletivos, tendo como hipótese se tratar de tentativas de tradução do marxismo que apresentaram como ponto de partida, em maior medida, o pensamento de Gramsci e suas categorias. Com este objetivo, buscaremos no contexto mobilizado pelas revistas as especificidades da história política de seus países e a originalidade de suas intervenções teórico-políticas.

.....

* Camila Góes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas . Pós-Graduação de Filosofia e Ciências Humanas . Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP. Campinas-SP, Brasil

Resumen de ponencia

HEGEMONÍA, SUJETO Y ANTAGONISMO EN EL PROCESO SOBERANISTA CATALÁN (2006-2017)

*Nicolás Rivera Sarmiento

La presente ponencia tendrá como fin abordar los conceptos de Hegemonía, Sujeto y Antagonismo, planteados desde las teorías marxista, psicoanalista y de crítica al liberalismo contemporáneas, para analizar y comprender el Proceso Soberanista catalán (en adelante el Proceso), durante el periodo de 2006 - 2018. Aunque son diversos los orígenes que pueden plantearse al momento de analizar el Proceso, se escoge esta ventana de tiempo, toda vez que es a partir del año 2006 que empiezan a desarrollarse las primeras manifestaciones jurídicas, políticas y sociales que en la época actual reivindican el reconocimiento de Cataluña (en catalán y en adelante: Catalunya) como una nación soberana, en específico se toma como referencia la manifestación que tuvo lugar en Barcelona el 18 de febrero de 2006 y que se desarrolló bajo el nombre “Som una nació i tenim el dret de decidir” (en castellano: “Somos una nación y tenemos el derecho a decidir”), que sucedió mientras el Congreso de los Diputados en Madrid, debatía el Proyecto de Estatuto de Autonomía de Catalunya aprobado por el Parlamento Catalán (en adelante el Parlament) el día 30 de septiembre de 2005. Para fines de la ponencia la ventana temporal de investigación se cierra en el año 2017.

Este estudio, tiene como punto de partida la pregunta de si es posible o no, analizar la irrupción soberanista catalana actual desde los postulados y conceptos propuestos por las teorías marxistas y postmarxistas, psicoanalíticas, contra liberales y de interpretación discursiva y lingüística. La comprobación de dicha hipótesis permitiría poner en evidencia que las herramientas y conceptos de extracción marxista, psicoanalista, de análisis discursivo y contra liberal, pueden ayudarnos a entender el surgimiento y desarrollo de diferentes fenómenos políticos y no solo de los procesos políticos marxistas, en la medida en que nos permiten estudiar el sujeto político como un constructo histórico que en un campo discursivo debe, a través de un proceso de identificación antagónica, luchar por la Hegemonía (de dirección y de dominio) con y en contra de otros sujetos políticos que también han sido contruidos de manera discursiva. Esta tesis pretende comprobar que es posible entender el nacimiento y el desarrollo de “el Proceso”, como la historia de la construcción de un sujeto político “soberanista” que, en un campo discursivo dado, articula demandas sociales y pretende el dominio y la dirección de otros grupos o sujetos políticos.

La base teórica de dicho análisis será la denominada teoría de la “Democracia Radical” o de la “Radicalización Democrática” (en adelante Democracia Radical) que fue propuesta por el filósofo argentino Ernesto Laclau y por la filósofa y politóloga belga Chantal Mouffe, quienes en el año de 1985 publicarían el libro que escribieron juntos:

“Hegemony and Socialist Strategy: Towards and Radical Democratic Politics” (en castellano y en adelante: Hegemonía y estrategia socialista) en el cual quedaría plasmada una especie de hoja de ruta para la izquierda política a través del encuentro y articulación de los nuevos sujetos políticos y movimientos sociales.

Esta tesis plantea, que la teoría de la “Democracia Radical”, en la medida en que teje los postulados marxistas, postmarxistas, psicoanalíticos y de análisis del discurso, no solo ofrece una ruta para las izquierdas democráticas a nivel mundial, como fue teorizado por sus autores, sino que además pone de presente una serie de herramientas teóricas que permiten analizar la irrupción de diferentes fenómenos políticos a nivel global (tal y como el proceso soberanista catalán), a partir de conceptos como: Hegemonía, Sujeto y Agonismo en Chantal Mouffe, o Antagonismo en Carl Schmitt. Tanto así, que los postulados de la Democracia Radical planteados en el libro Hegemonía y estrategia socialista, han permitido el estudio de diversos fenómenos políticos a nivel mundial tales como el movimiento antiglobalización, el feminismo o los movimientos sociales en América Latina.

Lo que pretende el presente trabajo de investigación es precisamente utilizar dichas herramientas teóricas para analizar el Proceso catalán y sobretodo, abordar la pregunta por la posibilidad, -o no-, de entender al sujeto soberanista como un constructo social que ha sabido articular diferentes demandas en un campo discursivo (en términos estructuralistas y postestructuralistas), que ha establecido un enemigo común (en términos antagónicos) y que además se encuentra en una lucha clara por la Hegemonía (en términos marxistas y gramscianos). Sin embargo, el autor del presente estudio deja en claro que aunque bien es cierto que el origen de este estudio es la teoría de la “Democracia Radical”, es necesario también, poner de presente que las herramientas para el estudio de los fenómenos políticos son insuficientes a la hora de entender la dinámica política y además la dinámica jurídica y en últimas, la disputa por el poder, tanto en Catalunya como en las problemáticas actuales planteadas (feminismo, ecologismo, movimiento antiglobalización), por lo que el autor sugiere una nueva lectura o una nueva hermenéutica, de los textos de Marx, Lenin, Schmitt y de Gramsci, entre otros, que permitan ir más allá de los planteamientos de Ernesto Laclau y de Chantal Mouffe, desde el seguimiento de otras perspectivas marxistas como la de la Escuela de Frankfurt o la de la New Left Review, de manera tal que fenómenos políticos como el de “el Proceso” puedan ser no solo entendidos y analizados sino que se pueda a partir de las herramientas propuestas llegar a teorizar sobre una o varias posibles salidas que pueda tener el movimiento soberanista para llevar a cabo su proyecto político en Catalunya.

Los conceptos clave que se tendrán en cuenta para este análisis son los de Hegemonía, Sujeto y Antagonismo. La Hegemonía será estudiada desde la aproximación marxista y postmarxista, con autores como Marx, Lenin y Laclau, Mouffe y sobretodo desde la visión del político italiano Antonio Gramsci, además, el presente trabajo de investigación abordará tendrá en cuenta el análisis historiográfico de Perry Anderson, entre otros autores. El concepto de Sujeto será abordado y expuesto desde los postulados de la escuela psicoanalista de Freud y Lacan, así como los posteriores desarrollos de la escuela francesa del psicoanálisis y del estructuralismo (y también del

postestructuralismo) con autores como Saussure, Levi-Strauss, Walter Benjamin, Derrida, Foucault, Deleuze y Guattari. El concepto de Antagonismo será estudiado a partir de la teoría política de Carl Schmitt, entendida como una dinámica de relación amigo/enemigo, contrastada con el desarrollo ulterior de la denominada teoría agonística de la política de Chantal Mouffe. Es imprescindible para el presente trabajo de investigación, estudiar a fondo la historiografía catalana tales como la Guerra de los Segadores (en catalán y en adelante Guerra dels Segadors), el Sitio de Barcelona y la República Catalana de 1931, entre otros, estudio que debe ser complementado con el desarrollo académico de conceptos claves como los de Nación, Soberanía y autodeterminación de los pueblos.

.....

*** Nicolás Rivera Sarmiento**

Universitat de Barcelona UB. Barcelona, España

Resumen de ponencia

HETERONOMIA E AUTONOMIA- EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS E O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

*Paula Baltar Gonçalves

Este artigo se debruça sobre o movimento de mudança ocorrido durante os anos 2000 na América Latina. A chamada marea rosa, trouxe a vários países a proposta de experiências políticas diferentes das conhecidas pela maioria dos países, com uma guinada à esquerda de forma orgânica. A partir disto, se estabelece um grande esforço, por parte de pesquisadores, em tentar compreender essas novas experiências e explicá-las. Em grande parte utilizando-se das teorias tradicionais de democracia para decifrar estas experiências chamadas de refundadoras.

Ao falar de autonomia e heteronomia estamos trabalhando diretamente com uma relação de dependência intelectual. Nesta situação ocorre o condicionamento da produção de conhecimento de determinada comunidade acadêmica à produção de outras, estabelecendo-se uma relação de sujeição. (ALATAS, 2014). Caracteriza assim o monopólio de determinada comunidade sobre a capacidade de produção e desenvolvimento do conhecimento, relegando outras comunidades a serem reflexo da expansão desta. Isto determina que um esteja condicionado a ser receptor do outro, neste caso receber dos centros, que detêm poder sobre o saber, os métodos e agendas que determinem a produção.

Quando se aborda a heteronomia estabelecida na dinâmica dependência x autonomia no campo científico, estamos abordando a relação estabelecida entre a capacidade de produção de modelos analíticos originais segundo uma agenda de pesquisa própria, por parte da comunidade científica periférica, e as relações de dominação estabelecidas no campo científico, a partir da perspectiva de um sistema acadêmico internacional (BEIGEL, 2009).

Assim, neste trabalho me proponho a utilizar a análise de Gabriel Vitullo sobre democracia na América Latina e de Fabricio Pereira da Silva em seu livro Democracias Errantes de 2015. De forma a observar estas tentativas refundadoras na Venezuela Bolívia e Equador. Utilizando uma abordagem que se funda nas definições contra-hegemonicas da leitura de democracia. Dessa forma podendo se associar a minha crítica sobre a autonomia e heteronomia dentro da academia na América Latina.

Ao utilizar os estudos sobre democracias realizados nos últimos 4 anos pode-se observar uma noção de progresso intrínseca a modernidade, aliado a uma concepção teleológica evolutiva Isso nos leva a questionar quais são os parâmetros utilizados para definir e valorar quais são as melhores democracias. Para definir o que é democracia, e a partir disto, o que seria uma boa democracia, se utiliza apenas um modelo de democracia, e segundo ele são definidos quais os regimes que podem ser considerados democráticos. E a partir disto estabelecer uma escala onde se observam os “melhores” regimes e os “piores”. Essa discussão é necessariamente centrada nas estipulações

feitas por países do centro, que não só controlam a agenda de pesquisa acadêmica, mas o monopólio sobre o conhecimento científico. Por conseguinte, as definições das relações, regimes, e formas sociais.

Ao abordar as referentes democracias como experiências refundadoras dentro do debate acadêmico sobre autonomia x heteronomia, me proponho a analisar como essas experiências democráticas se aproximam ou se afastam de uma realização autônoma. Além disso, quais são as respostas de teorização na academia para se compreender os processos que se dão fora do contexto que tenha como base uma noção de democracia clássica. Atualizar as concepções de democracia através do estudo das democracias refundadoras é ampliar as possibilidades de análise dos acontecimentos na América Latina, ao mesmo tempo que pode contribuir à pesquisa acadêmica latino-americana em si.

Sendo assim, procurarei tecer uma análise sobre as críticas e propostas do autor e como podemos enquadrá-la - bem como as experiências instituídas nestes países - como um produto autônomo da América Latina. Focando em uma discussão que tente demonstrar a organicidade dessas experiências enquanto democráticas, em contraponto ao cânone ocidental da democracia liberal eurocentrada.

.....

* Paula Baltar Gonçalves

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Unirio. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

HIPERPRESIDENCIALISMO Y PRINCIPIO DEMOCRÁTICO

*Jose Chalco-Salgado

El sistema presidencialista marca su estudio y vigencia por la delimitación de al menos las siguientes particularidades: elección popular del presidente, mandato para un período fijo, monismo en la jefatura de gobierno y Estado, libertad del Ejecutivo en la designación de su gabinete de ministros y una celosa delimitación de su poder frente a los otros propios de la república.

Las justificaciones más relevantes a fin de establecer competencias en torno al presidente pero en detrimento del sistema democrático, republicano y constitucional se fundan en la crisis del presidencialismo en la lucha permanente por legitimidad entre el Ejecutivo y Legislativo. Además, en la naturaleza de un electorado que exige sintonización de su gobernante; y la ardua búsqueda por evitar obstrucciones en su plan de trabajo.

Las atribuciones que se han fortalecido a favor del presidente hacen que exista una hegemonía del Ejecutivo; es decir, un hiperpresidencialismo que constituye una degeneración del sistema presidencialista. En este pospresidencialismo o hiperpresidencialismo interesa incrementar las atribuciones con las que cuenta el Ejecutivo para lograr así una especie de personificación del manejo estatal por parte del presidente, quien con sus atribuciones rebasa y se impone sobre los demás poderes del Estado.

La supremacía del Ejecutivo se funda por el sistema denominado hiperpresidencialismo, que es capaz de hacer que se anule el equilibrio de poderes republicano, para convertirse entonces en una configuración que monta un altísimo grado de personalismo en el manejo de la cosa pública. Esto, permite que el presidente se envista de potestades que debilitan al Legislativo y condicionan al Judicial.

Cabe mencionar que el hiperpresidencialismo es auspiciado desde las propias regulaciones constitucionales, y es aquí en donde las mayores críticas deben arraigarse. Pues la constitución perdería su naturaleza como un instrumento de freno al poder político, para ser quien habilita un monismo jurídico que atenta a la democracia, república y principio democrático.

Las características más comunes de este peligroso fenómeno son la obstrucción de iure y, en consecuencia práctica, del juicio político al Ejecutivo tras la obligatoriedad de obtener aprobación de los órganos jurisdiccionales de justicia constitucional, antes de cualquier proceso de fiscalización que se quiera iniciar en contra de este. También, el debilitamiento de la capacidad deliberativa y legislativa del parlamento, con la aparición de mecanismos de rápida aprobación a los textos normativos y un veto presidencial reforzado a favor del presidente, de cara a la imposibilidad que los legisladores puedan mantener el proyecto de ley original. Además, se trasladan los nombramientos de funcionarios de control a entidades distintas al Legislativo y cercanas al Ejecutivo; se permite la potestad que el presidente disuelva al parlamento;

se funda la posibilidad de reelecciones indefinidas del Ejecutivo; también hay un sometimiento de Poder Judicial al poderoso estatal: el presidente, tras la serie de cambios constitucionales que procuran inestabilidad y son de iniciativa de este último. En tal virtud, lo señalado lleva a un profundo análisis sobre el debilitamiento del Estado constitucional, republicano y democrático que garantice los frenos al poder y el equilibrio entre ellos.

En el caso ecuatoriano, hay un hiperpresidencialismo que se origina desde la propia Constitución, por cierto Carta Fundamental que como tal es una construcción normativa que determina el campo de la autoridad y configuración del poder. En este análisis desarrollado, se ha puesto en ejercicio un examen comparativo entre la Constitución de Ecuador de 1998 y la actual del año 2008, para así establecer la existencia de este en el Ecuador.

La regulación normativa que se ha revisado de la Constitución ecuatoriana es respecto a: 1. Posibilidad de reelecciones indefinidas del Ejecutivo. 2. Vigencia de un control previo por parte de la justicia constitucional para iniciar un juicio político desde el Legislativo en contra del presidente. 3. Potestad del Ejecutivo para disolver al parlamento del Estado.

Los resultados determinaron en esta llamada primera medición, que la Constitución del Ecuador asiente las detalladas características del hiperpresidencialismo; así, hay una vigencia de este sistema degenerativo. Pues, se han encontrado disposiciones constitucionales que se ubican al margen del sistema presidencial, y al contrario, desborda su comprensión a establecer atribuciones reforzadas exclusivamente en torno al presidente; en consecuencia, debilitando a los otros poderes internos del Estado, en particular al más representativo y de conformación plural para el principio democrático, el Poder Legislativo.

Es preciso señalar que la acumulación de competencias en el Ejecutivo lleva a un extremo hegemónico que se acompaña de un debilitamiento democrático; como manifiesta Trujillo, “la concentración de todo el poder político en manos de una sola persona o de un solo grupo de personas constituye un peligro inminente para la libertad de los ciudadanos”; dando luz lo anotado, a un peligroso personalismo estatal que atenúa la institucionalidad y rangos de democracia en el país. Luego, efectivamente el hiperpresidencialismo puede convertirse en una disminución significativa de los derechos y libertades de las personas, como de la comprensión de la diversidad social y las propias minorías. Aunque, en un Estado monista organizado con un hipertrófico diseño como el revisado, pierde sentido cualquier alcance a hablar de derechos y garantías, pues todo se concentra en la voluntad presidencial.

.....

* Jose Chalco-Salgado

Universidad del Azuay UDA. CUENCA, Ecuador

Resumen de ponencia

IMPEACHMENT VERSUS GOLPE: A POLÍTICA BRASILEIRA RECENTE TRADUZIDA NUM EMBATE ENTRE NARRATIVAS POLÍTICAS

*Monalisa Soares Lopes

O presente projeto de pesquisa toma como cenário a disputa entre narrativas políticas na conjuntura brasileira pós-impeachment. Traduzida na luta simbólica Impeachment versus Golpe, tal disputa revela as estratégias discursivas acionadas pelos agentes políticos com vistas a conquistar a adesão da população no jogo político regular. Considerando essa conjuntura, objetivo, através dessa investigação, compreender como se estrutura o embate entre narrativas acerca do processo de impedimento de Dilma Rousseff e seus desdobramentos.

Refletir sobre os processos de construção de narrativas políticas coloca ao trabalho investigativo, inevitavelmente, a necessidade de discutir as fronteiras entre a política e o simbólico. Nas palavras de Barreira (1998), a concepção do simbólico como parte das atividades políticas tem como pressuposto o fato de que o real e o simbólico constituem instâncias articuladas de uma mesma totalidade [...] (p. 43). Nesse sentido, compreende-se que a produção de imagens, símbolos e mitos com vistas à legitimação da dominação é uma atividade que pertence ao repertório das tarefas políticas desde longa data. Esse trabalho de produção do simbólico remete à exigência que a ação política tem de se fazer crer. Em outras palavras, tais atividades respondem à necessidade que os grupos e atores políticos têm de formar e administrar uma representação de si junto à população/eleitorado que lhes confira legitimidade. A disputa eleitoral de 2014 foi a mais competitiva desde a redemocratização, fortemente marcada por um anseio de mudança do eleitorado. Apesar de constituída sob uma tônica que favorecia a oposição, a eleição presidencial foi novamente vencida por Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Cabe destacar que as fissuras instituídas no embate eleitoral se desdobraram no segundo mandato da presidenta. O clima de tensão pós-eleitoral somado ao escândalo da Lava Jato e à crise econômica serviram de esteio para o impeachment, num contexto de polarização exacerbada que se desdobrou num clima de terceiro turno eleitoral, os desdobramentos do pós-eleição vistos em retrospectiva parecem indicar “a crônica de uma morte anunciada” (LOPES, 2016. p. 295)

Os desdobramentos do processo de impedimento de Dilma Rousseff definiram, portanto, uma conjuntura propícia para a análise da disputa simbólica entre narrativas políticas. Delimitado como ciclo político inclusivo cujas realizações deveriam ser aprimoradas e ampliadas pelos opositores, como em 2010, o lulismo passou a ser caracterizado, por estes, como um projeto político corrupto, irresponsável e populista, em 2015 (LOPES, 2016. p. 296). A crise que se abateu sob a hegemonia da narrativa lulista abriu flanco para a emergência de uma disputa simbólica cuja mira está voltada para a eleição de 2018.

O jogo político atual comporta doses de imprevisibilidade para os agentes políticos, sobretudo, pelos efeitos da Lava Jato e da agenda de reformas em curso no País. No entanto, o acompanhamento sistemático das movimentações dos agentes políticos nos permitem identificar as estratégias que visam construir as narrativas políticas que serão apresentadas aos eleitores na próxima eleição presidencial.

As experiências governativas do Partido dos Trabalhadores (PT), no âmbito do governo federal, subsidiaram a produção de uma narrativa política estruturada em torno da definição de temporalidades, o lulismo versus o passado, definidas em função da existência ou não de direitos sociais e cidadania para amplas parcelas da população (LOPES, 2016. p. 294). Tal narrativa estruturou os embates políticos nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014. Com o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a narrativa lulista tem perdido parte de sua hegemonia junto à população, mas não ao ponto de ser desconsiderada na escolha eleitoral. Exemplo disso é a crescente liderança de Lula, apesar das condenações em primeira e segunda instâncias, nas pesquisas de intenção de votos.

A hipótese aqui trabalhada é de que a narrativa lulista tem tal enraizamento junto à população que passa a ser incorporada como uma gramática política, a qual os demais agentes do campo político não podem desconsiderar ou mesmo subverter.

Na busca por repostas em torno da hipótese orientamos as reflexões deste trabalho a partir das seguintes questões: quais as narrativas políticas produzidas acerca do impedimento de Dilma Rousseff e seus desdobramentos? Com base nesta indagação primeira, perguntamo-nos também: Como se estrutura a disputa entre tais narrativas? Que agentes estão implicados na produção e visibilidade das narrativas contrapostas? Que aspectos conjunturais favorecem ou embaraçam o desenvolvimento das narrativas?

Partindo do pressuposto de que a luta política é luta simbólica (BOURDIEU, 1989), a análise é desenvolvida buscando revelar os elementos que compõem as narrativas políticas produzidas acerca do impedimento de Dilma Rousseff. O corpus da análise é constituído pelas Propagandas Partidárias Gratuitas (PPGs) dos principais partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no período de 2015 a 2018. A análise dos dados coletados constrói uma categorização que permite compreender marcas discursivas (textos e imagens) que contribuem para a compreensão das narrativas políticas sobre o impeachment de Dilma Rousseff e seus desdobramentos para o pleito eleitoral de 2018.

.....

* Monalisa Soares Lopes

Curso de Ciências Sociais - Universidade Federal do Ceará UFC. Fortaleza, Brasil

Resumen de ponencia

INTERVENCIONES CIUDADANAS EN EL MARCO DE FALLOS CONSTITUCIONALES: ANÁLISIS EN CLAVE DEL DISCURSO DE PARTICIPACIÓN DEMOCRÁTICA.

*Santiago Javier Escandón Delgado

Dentro de la dimensión democrática dual que manifiesta el sistema político colombiano (entiéndase el matiz entre democracia representativa y democracia participativa) surge una tensión equidistante a la eficacia que presenta el mismo dentro de un marco constitucional y reglamentario estructurado en principios de corriente iusnaturalista, esto es, el cambio generado por la entrada de un nuevo margen constitucional posterior a la Asamblea Nacional Constituyente de 1991 en Colombia, cuyos fines enunciados en las Actas del Constituyente apuntan por antonomasia al establecimiento de un orden justo, pero más allá de ello, un orden equitativo y pluralista, incluyente y a todas luces participativo, política, social y económicamente; integral (si se quiere), desde el cual la ciudadanía puede adoptar mecanismos que la misma Constitución Política le otorga para hacer valer sus derechos y legitimar sus decisiones como actor político en la vida del país.

Pues bien, el marco normativo constitucional de plano refiere la reestructuración de un margen anterior estrictamente legalista y determinado por la aplicación exegética de la ley, hacia la labor interpretativa que todo órgano judicial debe realizar para materializar el derecho sustancial bajo la formalidad del derecho procesal. En ese entendido, la Constitución Política de 1991 crea un nuevo tribunal superior autónomo, con potestades específicas para operar dentro de la esfera de la jurisdicción y desde la especificidad de cumplimiento de los principios, valores y derechos fundamentales que le pertenecen inherentemente a todo ciudadano y que propende por la protección de la integridad del marco normativo constitucional y toda disposición legal que de él se emane y surja su naturaleza.

La Corte Constitucional Colombiana, enunciada desde sus artículos 239 a 245 expresa la funcionalidad con la que es creada, siguiendo la línea de los tribunales constitucionales de Occidente y su nueva tendencia en América Latina, la cual refiere la labor garantista que otorga reconocimiento y materialización de los derechos fundamentales para toda la ciudadanía, sin determinación de ningún tipo y buscando el estudio frente a prerrogativas legales que puedan adquirir eficacia y plena aplicabilidad en el plano material. Así pues, las decisiones determinadas bajo las providencias del alto tribunal obligan al cumplimiento y acatamiento inmediato por parte del órgano judicial, que opera dentro de los asuntos que el tribunal constitucional revisa y sobre los cuales se pronuncia al respecto. Es decir, los fallos del tribunal constitucional adquieren tal relevancia que el sustento material de los mismos convoca a la atención integral de las necesidades que bajo el estudio de la corporación

se pretenden resolver.

En ese sentido, la cuestión se especifica en virtud de la labor hermenéutica que la corporación sugiere para la atención de casos que, por su relevancia detentan un estudio especializado por parte del tribunal constitucional. Misma, que dentro de los debates llevados dentro de su marco operativo establecen la incidencia de la ciudadanía en las decisiones que se toman para asuntos en concreto, pudiendo ser estas un argumento central para estructurar la ratio decidendi de las providencias de la corporación o un argumento secundario que se convierte en obiter dicta dentro de los fallos de la Corte Constitucional Colombiana. La eficacia, pues, se mide en términos de la incidencia que poseen las intervenciones propuestas por dichos actores de la ciudadanía para tomar las decisiones de última instancia, que en su mayor o menor grado pueden fijar el valor del sistema de democracia dual o el total desistimiento de los valores de participación que la misma Carta Política otorga y que el tribunal debe procurar defender.

Ahora bien, el juicio de valor otorgado por los actores intervinientes se entiende desde la naturaleza misma de las intervenciones ciudadanas, pero que, bajo la aplicabilidad en el plano real, transita hacia meros dichos de paso dentro de las providencias del alto tribunal constitucional. La cuestión es clara, pues, (Kennedy, citado por Rodríguez, 1999, p. 62) Si el derecho es radicalmente contradictorio, entonces el juez simplemente no tiene forma alguna de ser neutral. El problema no es que los conceptos que se suponen que motivan su decisión -libertad, igualdad, justicia, bienestar- tienen un significado oscuro o no influyen en su conducta. Ellos están fuertemente arraigados en la cultura y para la mayoría de nosotros es imposible entender el mundo sin ellos. El problema es que con base en ellos el mundo se puede entender de dos formas distintas, una individualista y otra altruista.

La resolución adecuada de los casos difíciles, a todas luces, aprecia la existencia de una lógica profundamente objetiva que, al momento de aplicar el derecho se ve obstaculizada por un primer componente subjetivo, la ideología que define la postura del juez que debe resolver el conflicto. Máxime, cuando se refiere a contextos que son revisados por un tribunal constitucional que, formalmente guarda la integridad de la Carta Política contra toda expresión de discriminación y afectación de los derechos fundamentales que en ella se exponen. La concepción ultraindividualista heredada del liberalismo, debe conducir hacia el replanteamiento de la forma en que el tribunal ejerce su labor dentro de un marco constitucional eminentemente axiológico, desde el cual se evidencia la real necesidad de actuar conforme a las necesidades que se plantean dentro de los debates del tribunal, situaciones que se exponen desde la ciudadanía y requieren un análisis contextual más profundo, alejado del interés particular.

La interpretación del derecho contemporáneo y los conflictos suscitados en los actuales contextos sociopolíticos dentro del país, refieren un esfuerzo mayoritario por aplicar el derecho en virtud del reconocimiento de situaciones claramente desiguales, dentro de esferas que son inaccesibles para las minorías sociales y políticas y que, requieren una atención profunda y un análisis holístico de las mismas, todo ello con el

fin de responder a los fines propuestos desde la Constitución Política, esto es, la materialización de un verdadero Estado Social de Derecho, la concurrencia de mandatos legales encaminados a generar equidad y justicia social en todas las esferas de la sociedad.

.....

*** Santiago Javier Escandón Delgado**

Universidad Mariana Unimar. San Juan de Pasto, Colombia

Resumen de ponencia

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICABILIDADE DAS COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE NO BRASIL E ARGENTINA

*Maria Carmen Chaves

O trabalho de pesquisa proposto à Clacso tem como pretensão a realização de um estudo comparado na aplicabilidade da Comissão Nacional da Verdade como mecanismo no processo da Justiça de Transição dos países Brasil e Argentina. O objetivo é identificar de que maneira os elementos que influenciaram na instauração da aplicabilidade das Comissões Nacionais da Verdade (CNV) possibilitaram ações restaurativas ou retributivas nestes dois Estados. Não olvidando pontuar que tais tipificações de Comissões Nacionais da Verdade têm contribuições diferentes para o Direito à memória, à Justiça e à Verdade como caminhos necessários à Justiça de Transição.

É fundamental pontuar de início que a pesquisa está inserida no âmbito científico da Ciência Política, uma vez que a sua principal abordagem está na mudança dos arcabouços institucionais de poder estatal de dois Estados, construídos em momentos de transição entre os regimes autoritários e democráticos. Tal mudança será analisada frente à divergência no resultado da utilização do mecanismo político, denominado de Comissão Nacional da Verdade. Na prática a divergência de sua aplicabilidade conduz a diferentes estruturas democráticas na concessão do direito à memória, à Justiça e à Verdade, bem como na própria condução de poder nas análises dos regimes democráticos em questão.

Entende-se por Justiça de Transição uma justiça específica a ser aplicada num momento de transição de um regime ditatorial para um regime democrático. Neste conceito de justiça, não somente o julgamento está presente, mas outros mecanismos que permitam à sociedade e ao Estado uma reparação pelos crimes cometidos contra humanidade, levando a compreender por meio de Teitel (2000) que este modelo de justiça está pautado numa mudança na ordem política.

Um dos primeiros pontos a ser levantados é esclarecer que os regimes antidemocráticos no Brasil e Argentina se assemelham em sua natureza enquanto regimes políticos. Tais países vivenciaram, entre as décadas de 1960 e 1980, períodos autoritários marcados pelo funcionamento de ditaduras militares, que tiveram amplos poderes institucionais e políticos, fechando Congressos, suprimindo direitos individuais e coletivos e decretando prisões.

Contudo, o que o estudo visa comparar não são os regimes políticos de Brasil e Argentina; e sim a aplicação da Comissão Nacional da Verdade no processo de Justiça

de Transição, investigando os fatores que influenciaram no processo de sua aplicabilidade, na trajetória pela redemocratização para cada um dos casos apontados aqui. Com base em Teitel (2003), o objetivo das citadas comissões era escrever uma história nacional oficial, estabelecendo assim uma identidade política nacional.

Nos países sul americanos em análise, Brasil e Argentina, a instituição de leis de anistias, iniciadas nos anos 80, possibilitou o início das Justiças de Transição. Entretanto, depois dessa etapa, cada país seguiu caminhos diferentes no que se refere à aplicabilidade dessa justiça. A Argentina criou uma comissão, denominada de “Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas” (Conadep), que visava, além da busca por pessoas que desapareceram durante o regime ditatorial, a abertura dos arquivos militares; esta comissão levou o Congresso argentino a revogar a lei de anistia e a julgar os militares que cometeram crimes contra a humanidade.

O Brasil, por sua vez, também instituiu uma Comissão Nacional da Verdade, realizando um levantamento dos desaparecidos políticos. Entretanto a mesma comissão não promoveu - na prática - a troca da confissão e da verdade entre violadores e vítimas, tornando pública a verdadeira história do país.

Desta forma, todos os países apresentados para a proposta deste trabalho utilizaram a Comissão Nacional da Verdade como mecanismos de justiça de transição, mesmo que divergindo em sua forma de aplicabilidade por diferentes fatores que contribuíram para este direito de memória aos indivíduos, bem como, a responsabilização dos que cometeram crimes de violação aos direitos humanos. E são esses mecanismo e fatores que compuseram estes processos de justiça de transição que o este trabalho visa encontrar. Para tal projeto, tanto no caso do Brasil quanto da Argentina, serão considerados documentos oficiais, depoimentos prestados às Comissões da Verdade, legislações e fontes públicas, como jornais, revistas e trabalhos acadêmicos.

O problema central da pesquisa consiste em responder à seguinte pergunta: Como justificar a instauração de tipos diferentes de Comissão Nacional da Verdade e sua relação com direito à Memória, à Verdade e à Justiça no processo de Justiça de Transição no Brasil e Argentina?

O foco deste comparativo é encontrar as diferenças e similaridades no que se refere aos elementos que influenciaram a instauração dos diferentes tipos de Comissões Nacionais da Verdade no Brasil e Argentina, analisando sobretudo como foram criadas e executadas as comissões que possibilitam o direito à Memória, Verdade e Justiça na justiça transicional. A análise será nos agentes e suas estruturas, e os resultados na responsabilização dos crimes de ditadura e o direito de memória concedido ao povo.

O primeiro ponto acerca da metodologia utilizada para a construção da pesquisa é a escolha da abordagem investigativa do neoinstitucionalismo histórico, sob o qual está amparada a ideia de que o indivíduo é um ser social, o qual busca satisfação de seus interesses individuais, considerando o tempo e o espaço no qual este indivíduo está inserido, valendo-se metodologicamente do path dependence (Steimo, 2008). Neste contexto a abordagem permite analisar como os atores fizeram suas escolhas no tipo

de instauração das Comissões Nacionais da Verdade como mecanismo da Justiça de Transição, bem como, a consequência de tais decisões no direito à Memória, à Verdade e à Justiça.

A abordagem no neoinstitucionalismo histórico conduz a possibilidade de uma pesquisa fundamentada epistemologicamente no realismo crítico. Nessa perspectiva, buscam-se as relações causais entre os fenômenos sociais ocorridos e o entendimento a respeito dele. Para tal, o método a ser adotado na pesquisa será o Process Tracing, o qual permite identificar o mecanismo causal das variáveis, sem que essas variáveis sejam intervenientes; mas encontrando o de elo de conexão entre elas a fim da obtenção do resultado. Neste método não há a necessidade da regularidade ou da associação regular entre as partes; mas da influência interativa de causas que estão interligadas para produzirem um resultado (CUNHA; SILVA, 2014, p.169)

A pesquisa tem por meta construir uma explicação quanto ao resultado das Comissões Nacionais da Verdade mediante ao tipo adotado em cada país analisado, utilizando-se assim da variação Explainig outcomes process tracing. O Process Tracing, em sua análise qualitativa, admite a existência de mecanismos incrementais, os quais produzem resultados a longo prazo, dentro de um horizonte temporal; e mecanismos limiares que são feitos de maneira imediata, possibilitando uma análise histórica do processo.

.....

*** Maria Carmen Chaves**

Universidade Federal de Pernambuco UFPE. Recife, Brasil

Resumen de ponencia

JUSTICIA Y DEMOCRACIA RADICAL.

*Angela Niño Castro

Los actuales debates sobre la justicia muestran de manera creciente la imbricación entre justicia y democracia. En sociedades profundamente pluralistas determinar los términos justos en que deben organizarse las relaciones sociales exige encuadrar la justicia en el marco de la comunidad política llamada a debatir y acordar un trato igualitario para todos sus miembros. En este orden de ideas, los requerimientos de justicia que tendrán que ser resultado de procesos políticos y no derivados de esencialismo antropológicos o históricos. En este escenario, la democracia parece la mejor candidata para encontrar los marcos mínimos que orientarán dichos procesos políticos. Bajo esta exigencia, la reflexión sobre la democracia ha tomado un giro incluyente, participativo y deliberante; mostrando que la pregunta por la justicia apunta tanto al qué de la justicia y como al quiénes participan en el terreno político para definir los acuerdos de justicia. De allí que ampliar y profundizar la democracia se muestra como una tarea ineludible para pensar la justicia. En este escrito se muestra, en un primer momento, el giro político de la justicia y sus dimensiones democráticas para mostrar la relevancia que cobra preguntarse por el quién de la justicia y sus modos de participación. Con el propósito de pensar modos democráticos que multipliquen los sujetos y espacios políticos, se asume la propuesta de la democracia radical de Laclau y Mouffe. Desde la perspectiva de la democracia radical se considera que la profundización de la democracia depende crucialmente de las luchas hegemónicas. En primer lugar porque es a través de las luchas por la hegemonía que se desafían las injusticias, dado que ningún sentido transformador de la justicia es posible sin la contestación de las injusticias. En segundo lugar, porque con la construcción hegemónica surgen significantes vacíos, esto es, unos significantes en torno a los que las identidades sociales articulan sus demandas particulares. La justicia es uno de estos significantes vacíos que debe ser articulado permanentemente a través de las demandas particulares. Desde esta perspectiva se muestra que la justicia tendrá que además de sentar unas bases igualitarias abrir el espacio político a nuevos proyectos emancipatorios. El potencial de la democracia radical depende de las articulaciones hegemónicas pero no desde cualquier hegemonía, consideramos que el esfuerzo de democratización proviene desde abajo, desde hegemonías populares que responde a la opresión y la dominación.

La justicia, en un sentido clásico, fue entendida como un problema típicamente moral centrado en la conducta individual. La justicia se referiría a lo que están obligados las personas a reconocerse unas a las otras en virtud de su merecimiento, como lo afirmara Santo Tomás y antes de él Aristóteles. En la actualidad dicha comprensión de la justicia como un asunto puramente moral se ve profundamente cuestionada. Supone por una parte, que los asuntos de justicia se relacionan exclusivamente con ser receptores de justicia y, de otro lado, que los bienes o aspiraciones de justicia están determinados desde los orígenes humanos. Las condiciones sociales modernas exigen

replantear dicho marco bajo el cual pensamos la justicia. Hay dos que, si bien no son las únicas, merecen especial atención, el llamado *factum* del pluralismo, como es llamado por Rawls; y las condiciones neoliberalismo global. Bajo este escenario de sociedades profundamente plurales y globalizadas, que demandan para sí mayor participación y la posibilidad de definir los términos de la justicia; la reflexión sobre la justicia sufre un desplazamiento del terreno puramente moral al terreno político. ¿Qué significa este desplazamiento? y ¿qué consecuencias tiene para la reflexión sobre la justicia? En principio este desplazamiento significó para la filosofía política atender no solo al qué de la justicia, sino al cómo de la justicia, esto es, a los procedimientos que permitirían la participación igualitaria de todos los posibles afectados. Sin embargo, de manera creciente surge la pregunta por el quiénes de la justicia, sobre los procesos de articulación política de sus demandas y la forma en logran hegemonizar sus aspiraciones. La propuesta de la democracia radical atiende a dicha pregunta desde una perspectiva que relaciona democracia y construcción de estándares de justicia.

.....

*** Angela Niño Castro**

Centro de Investigación y Estudios en Ciencias Sociales Fray Dominique Pire O.P.. Universidad Santo Tomas - CIECS/USANTOTOMAS. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

JUSTICIA, DEMOCRACIA RADICAL Y ESTADO: RETOS SOCIOPOLÍTICOS PARA EL CASO COLOMBIANO

*José Gabriel Cristancho Altuzarra

Chantal Mouffe es una pensadora contemporánea que ha llamado la atención en las últimas décadas debido a sus planteamientos en el campo de la filosofía política. Su interés por renovar las apuestas progresistas y de izquierda se ha materializado en publicaciones y conferencias sobre la política agonista y su concepto de democracia radical, lo que ha suscitado diversos comentarios e investigaciones.

Tomando en cuenta esta importancia, se ejecutó una investigación que puso a prueba los planteamientos de Chantal Mouffe sobre la justicia, frente a dos problemas ético-políticos presentes en Colombia: la desigualdad social y el proceso de posconflicto, después de los acuerdos de la Habana entre el gobierno y las FARC y en el marco de la mesa de diálogos entre el gobierno y la guerrilla del ELN en Quito.

En tal sentido, el propósito de esta ponencia es presentar algunos de los resultados que se obtuvieron de dicho proceso investigativo, que tienen que ver con los retos que tienen los sectores progresistas y los movimientos sociales para fortalecer la democracia en Colombia.

Para desarrollar este objetivo, en un primer momento se exponen de forma somera las ideas de Chantal Mouffe acerca de lo político y la propuesta de democracia radical, recurriendo a fuentes primarias de la autora (Laclau y Mouffe, 1987; Mouffe, 1999; 2003; 2011; Errejón y Mouffe, 2015).

En segundo lugar, se presenta cómo esta autora contribuye a comprender la construcción de lo político en Colombia a partir del binomio amigo-enemigo, recurriendo a datos históricos y sociológicos del contexto de este país; se mostrará cómo, aunque se afirma que Colombia tiene la democracia más antigua de América Latina, los procesos de violencia política y del conflicto armado presentes aún hoy pese a los acuerdos de paz (Programa No Gubernamental de Protección a Defensores de Derechos Humanos, 2017; 2018; El Tiempo, 2018), han obstaculizado las posibilidades de la democracia y la construcción del Estado como institución.

En tercer lugar, se muestran las limitaciones de la teoría de Mouffe para repensar el contexto colombiano y, por ello, la necesidad de complementar sus planteamientos; en efecto, se mostrará cómo, el conflicto armado, la escasa participación directa de la ciudadanía (DANE, 2017), la crisis de las instituciones y de la democracia representativa (Pécaut, 2001; López, 2010; Jaramillo-Jassir, 2018), y ser considerado el segundo país más desigual de América Latina (Justo, 2016), exigen un planteamiento

más concreto acerca de cómo construir la propuesta de la democracia radical sugerida por Mouffe.

Así, en la cuarta parte se plantea una ruta analítica para tal fin, compuesta por los siguientes elementos: en primer lugar, la necesidad de identificar las concepciones y los imaginarios de justicia de lo público y de lo privado, y del papel del Estado como sistema institucional en tiempos de la globalización (Díaz, 2011), concepciones e imaginarios presente en la vida social y que hacen parte de la hegemonía y de su disputa.

En segundo lugar, y derivado de lo anterior, se plantea, una tarea clave para sectores progresistas y movimientos sociales, tanto en el ejercicio de la oposición política, como en un eventual acceso al poder de gobierno: hacer un beneficio de inventario de sus estrategias para posicionar en la opinión pública el debate sobre estas cuestiones; se mostrará cómo este beneficio de inventario implica analizar qué tanto las estrategias usadas por estos sectores logran problematizar que dichas concepciones de lo público y de lo privado en tiempos de la globalización están atravesadas por la desigualdad socioeconómica, las desigualdades étnicas, y de género, los derechos de la tierra y del medio ambiente y el papel de los diversos sujetos y sectores a nivel local, regional, nacional e internacional. Y también qué tanto estas problematizaciones logran ir más allá de la denuncia o crítica y si logran construir una concepción alternativa sólida al respecto.

Este beneficio de inventario exige además, examinar si a partir de esa reconceptualización de lo público se ha construido una propuesta alternativa de modelo de gobierno y de administración y del papel del Estado en tiempos de globalización; se mostrará cómo esto implica, no sólo una crítica de los modelos de Estado neoliberal y neoconservador y de la globalización, sino, incluso, una revisión de las limitaciones del modelo socialdemócrata y del Estado de Bienestar que durante mucho tiempo contribuyó a que países del primer mundo se consolidaran, pero gracias al orden colonial y poscolonial o, dicho de otro modo, a la desigualdad geopolítica (Paramio, 2010).

Estos pasos serán decisivos para comprender el caso colombiano y su contexto específico que, a nivel internacional, ha estado marcado, desde la colonia hasta hoy, por el rol exportador de materias primas y la intervención extranjera en las políticas nacionales, la concentración del poder en polos hegemónicos de élites tradicionales y la construcción subalternizante de lo popular, lo indígena, lo afrodescendiente y lo femenino; pero este ejercicio también puede dar luces para pensar el contexto latinoamericano en general, dadas las coyunturas actuales.

Bibliografía

DANE (2017). Encuesta de cultura política 2017. Disponible en <http://www.dane.gov.co/index.php/comunicados-y-boletines/estadisticas-sociales/cultura-politica>

Díaz, J. (2011). Estado, poder y neoliberalismo en Colombia: análisis sociológico a finales del siglo XX. Manizales: Editorial Universidad de Caldas.

El Tiempo (2018). El mapa de la vergüenza. Desde la implementación de los Acuerdos de Paz, 205 líderes sociales fueron asesinados en el país. Recurso multimedia. Disponible en <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/el-mapa-de-los-lideres-sociales-asesinados-en-colombia-184408>

Errejón, I.; Mouffe, C. (2015). Construir pueblo. Hegemonía y radicalización de la democracia. Barcelona: Icaria.

Jaramillo-Jassir, M. (2011). La desilusión democrática en la Región Andina. Criterio Libre, 9 (15), 307-328

Justo, M. (2016). ¿Cuáles son los 6 países más desiguales de América Latina? En: BBC Mundo. 9 de marzo de 2016. Disponible en http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160308_america_latina_economia_de_igualdad_ab

Laclau, E.; Mouffe, C. (1987). Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo Veintiuno.

Leal, F.; Dávila Ladrón, A. (2010). Clientelismo: el sistema político y su expresión regional. Bogotá: Uniandes-Universidad de los Andes.

López, H. (2010). Tributación y falta de legitimidad en Colombia. Cuadernos de Economía. (28), 149-162.

Mouffe, C. (1999). El retorno de lo político. Buenos Aires: Paidós.

Mouffe, C. (2003). La paradoja democrática. Barcelona: Gedisa.

Mouffe, C. (2011). En torno a lo político. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Paramio, L. (2010). La socialdemocracia. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica; Catarata.

Pécaut, D. (2001). Crisis y construcción de lo público. En: Lo Público una pregunta desde la sociedad civil. Marzo 2003. Memorias V Encuentro. Latinoamericano del Tercer Sector Colombia 2000. Bogotá, Quebecor, pp.103-130

Programa No Gubernamental de Protección a Defensores de Derechos Humanos (2017). Contra las cuerdas. Informe Anual SIADDHH 2016. Disponible en <http://somosdefensores.org/index.php/en/publicaciones/informes-siaddhh/144-contras-las-cuerdas>

Programa No Gubernamental de Protección a Defensores de Derechos Humanos

(2018). Piedra en el zapato. Informe Anual SIADDHH 2017. Disponible en <https://somosdefensores.org/index.php/publicaciones/informes-siaddhh/149-piedra-en-el-zapato>

.....

* José Gabriel Cristancho Altuzarra

Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia - UPTC. Boyacá, Colombia

Resumen de ponencia

LA ENCRUCIJADA PARTICIPACIONISTA EN ECUADOR. LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA A 10 AÑOS DE LA CONSTITUCIÓN DE MONTECRISTI

*Vicente Solano

El nuevo constitucionalismo latinoamericano como fenómeno jurídico implica textos normativos, que contienen nuevas instituciones, garantías y derechos. En la Constitución de 2008, el legislador constituyente determinó crear, ampliar derechos y garantías, consagrar la democracia participativa como eje transversal y además formular un modelo político republicano desarrollista centrado en el Estado. Así, en el texto constitucional se configuran tres tendencias: una garantista, una participacionista y un republicanismo desarrollista (Navas, 2014). Cuando se hace referencia a nuevos derechos podemos estar frente a su reconfiguración, como es el caso de los derechos políticos. En la Constitución ecuatoriana se los ha denominado derechos de participación, bajo la influencia de la democracia participativa.

En este sentido, el objetivo de la incorporación de los derechos de participación en la Constitución ecuatoriana de 2008 era la necesidad de establecer una mayor relación entre Estado y sociedad, es decir, que el ciudadano sea parte de la toma de decisiones sobre los asuntos de interés público. Específicamente, Boaventura de Sousa plantea que la democracia participativa viene a ser complementaria de la representativa. Esto con la finalidad de intentar superar la crisis que sufría el modelo representativo liberal (Santos, 2004). Precisamente, el constituyente ecuatoriano instauró nuevos derechos, garantías e instituciones con ese propósito. No obstante, a diez años de esa promesa constituyente, existen muchas críticas y detractores de la misma. En este trabajo, me propongo revisar de manera analítica y crítica los aspectos más controversiales del sistema de participación.

Para ello, me parece pertinente partir de la concepción de Jurgen Habermas (2010) sobre la existencia de un “sistema de derechos”, que contempla a los derechos de participación como uno de cinco tipos existentes. A su vez, el autor alemán hace una distinción entre derechos humanos y derechos fundamentales, los primeros que involucran una noción amplia, a nivel internacional, y los segundos una noción restringida, que implica a los ordenamientos jurídicos internos de orden constitucional (Habermas, 2010). Bajo esta premisa, los derechos de participación, al ser parte del ordenamiento jurídico ecuatoriano, son concebidos como derechos fundamentales. Los derechos, como sabemos, en un Estado constitucional de tipo garantista requieren de ciertas técnicas para efectivizarlos, las que se denominan garantías (Ferrajoli, 2010). Esas garantías pueden ser de diversos tipos, entre ellas: normativas, jurisdiccionales, institucionales. En Ecuador, se establecieron algunas de las ya enunciadas, y se incorporaron otras como las de políticas públicas, participación e institucionales. Adicionalmente, se reconfiguraron y se crearon mecanismos de participación ciudadana, que pueden ser entendidos como: el involucramiento de los ciudadanos

con sus representantes electos en la planeación, gestión e implementación de soluciones sobre las cuestiones de interés público. , Esta puede ser ejercida en distintos niveles de gobierno o incluso en la administración de las empresas públicas e implica corresponsabilidad (Pérez F., Mendonca C., & Luiz C., 2010). Considerando estos conceptos básicos, podemos delimitar su desarrollo normativo.

Específicamente consideraré algunos problemas. En primer lugar, revisaré el desarrollo normativo de los diferentes derechos, garantías e instituciones, encargado a la Asamblea Nacional, a los gobiernos autónomos descentralizados, o si las Altas Cortes han emitido algún criterio jurisprudencial. Asimismo, espero, mediante la presentación de varios datos, establecer el nivel de uso de los diferentes mecanismos de participación ciudadana, entre ellos, la revocatoria del mandato, iniciativa popular normativa, el mecanismo “silla vacía”, observatorios, veedurías, cabildos populares y otros. Finalmente,, en base a las respuestas y a lo descrito sobre la situación del desarrollo normativo, la eficacia de los derechos, garantías y mecanismos de participación, se delimitarán las potencialidades y limitaciones de esta ingeniería constitucional, que permitirá responder si la “promesa” constituyente se está cumpliendo o no.

.....

*** Vicente Solano**

Universidad Católica de Cuenca - UCACUE. Cuenca, Ecuador

Resumen de ponencia

LA ESCUELA SECUNDARIA ENTRE NUEVOS Y VIEJOS SUJETOS DE LA ESFERA PÚBLICA. EL VOTO Y LA CONSTRUCCIÓN DE SENTIDO EN UNA ESCUELA SECUNDARIA DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES.

*Natalia Fernández

Resumen:

El presente artículo es la presentación de los avances sobre una investigación que se realiza en el marco de un trabajo de tesis, en la Maestría en Educación: Pedagogías Críticas y Problemáticas Socioeducativas, dependiente de la Secretaria de Posgrado de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Desde el año 2005 el Estado nacional argentino ha promovido una serie de políticas públicas y leyes en consecuencia, que han transformado el discurso jurídico sobre las niñas, niños y adolescentes. Reconociéndolos como sujetos de derechos con capacidades progresivas. Esto se trata de una transformación sobre el paradigma de la tutela, es decir, dejan de ser considerados sujetos de tutela y sin voz. Asimismo, se han producido reformas sobre el sistema educativo nacional con la sanción de la Ley de Educación Nacional en el año 2006 estableciendo la obligatoriedad del nivel secundario. La escuela secundaria ha sido objeto de reformas en el país. En la provincia de Buenos Aires se ha dictado un nuevo diseño curricular en el año 2007 en consonancia con la entonces reciente Ley de Educación de la Prov. De Buenos Aires, estableciendo como uno de sus tres ejes formativos, la formación ciudadana. Esto ha sido acompañado con una serie de resoluciones ministeriales que han promovido en terreno el desarrollo de espacios de participación, asociación de las y los jóvenes estudiantes, dentro del formato escolar como es el caso de los Centros de Estudiantes, la sanción de acuerdos de convivencia, la elección de delegados de curso, entre otros. Esto ha tenido como premisa reconocer las prácticas culturales, sociales y políticas de las juventudes como parte del proceso pedagógico. Dentro de este abanico de reformas se plantean por un lado, una nueva forma de reconocer a las juventudes en el ámbito social; y por el otro, transformaciones que formulan cambios en la escuela secundaria y formas de pensar lo pedagógico. En este orden, la relación de las juventudes y la política también fue objeto de cambio. No solo a través del rol que asume el Estado promocionando la creación como el desarrollo, de los centros de estudiantes en las escuelas secundarias en las distintas jurisdicciones que finalmente desembocará en una ley nacional, como pensar a la escuela como un espacio de participación recuperando las prácticas juveniles, esto como inicio de una dirección de cambio porque no se ha profundizado en la transformación de lo que Terigi (2008) llama las tres patas de hierro que colaboran a cristalizar patrones culturales, prácticas sobre la escuela, sobre las juventudes y la política. Sino que a nivel nacional, en el año 2012 se sanciona la reforma a la Ley de Ciudadanía Argentina luego de celebrarse una

serie de audiencias públicas con especialistas, jóvenes, juventudes partidarias, de movimientos sociales. Reconociéndose así, derechos políticos a las y los jóvenes de 16 y 17 años de edad bautizado desde los medios de comunicación como en las asambleas públicas como “voto joven”. Así la sociedad Argentina abre la puerta a nuevas juventudes Argentina a la esfera pública y a la condición de ciudadanos. Asimismo, son estos nuevos ciudadanos políticos los habitantes de la escuela secundaria obligatoria, donde en la interacción con los adultos encargados de la transmisión de la cultura, viejos sujetos políticos, producen, reproducen y hasta desechan sentidos sobre las otras prácticas sociales. De este modo, el campo de estudio de esta tesis se desarrolla en el campo escolar donde se va a indagar sobre los procesos ideológicos de las juventudes estudiantes y los docentes como trabajadores de la cultura sobre el sentido que construyen sobre el voto y el llamado “voto joven”. Esta investigación se desarrolla desde un enfoque cualitativo y comprende un diseño flexible, en una propuesta metodológica combinada. Esto fue presupuesto en un análisis desde tres dimensiones que abordan, la estructura objetiva como marco de interpelación subjetivo. Configurado desde las políticas educativas desde el Estado nacional y el ámbito jurisdiccional - específicamente en la provincia de Buenos Aires - y su explicitación normativa. Como así también, la forma histórica de sentido matriz, como reserva de significado del acervo social; y los discursos de los sujetos de la escuela secundaria. Los sentidos como reservorio social se edifican a través de mediaciones que son las relaciones de fuerza existentes en cada campo. Tienen formas específicas de desarrollo, son formas ideales y son tipificaciones sociales. La propuesta de análisis pretende acercarse al problema de estudio desde la complejidad que constituyen las prácticas sociales.

.....

*** Natalia Fernández**

Secretaría de Investigación y Posgrado. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires - SIPFyL/UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

LA EXTENSIÓN DE LOS DERECHOS POLÍTICOS. EL SUFRAGIO EXTRATERRITORIAL

*Luis Palacios

Un fenómeno relativamente nuevo para los regímenes democráticos latinoamericanos, es el ejercicio del derecho al sufragio desde el extranjero. La creciente diáspora, ha generado la progresiva constitución de numerosas comunidades transnacionales que naturalmente inciden política, social y culturalmente en el país receptor, y al mismo tiempo suelen extender demandas de igual naturaleza a sus países de origen. Entre dichas demandas destacan las políticas y el ejercicio extraterritorial de los derechos políticos, específicamente el voto. El voto en el extranjero es una importante forma de articulación y mutación de los vínculos políticos propiciados por la ciudadanía.

La globalización, la vertiginosa evolución tecnológica y el creciente desplazamiento transfronterizo, exige un replanteo del ejercicio de los derechos fundamentales que en el caso del sufragio ha llevado a la redimensión de su ámbito territorial, generando discusiones políticas y teóricas orientadas a la reconstrucción de las categorías conceptuales relacionadas, centrándose en la noción de ciudadanía, comunidad y cultura política, y las implicaciones logísticas y operativas que sobre el proceso electoral tiene dicha expansión. Este dilatado proceso ha permitido la progresiva incorporación en la legislación electoral de la región, del derecho y la garantía de emisión de voto desde el extranjero y en consecuencia su puesta en práctica.

Relevante para la temática propuesta, fue la aprobación en el año 2005 del voto en el extranjero de los ciudadanos mexicanos, esto en virtud del histórico fenómeno migratorio que caracteriza a ese país. Actualmente, la diáspora mexicana solo en los Estados Unidos asciende a 36.4 millones de personas de las cuales unas 12 millones son potenciales electores, cifra que contrasta, por ejemplo, con los padrones de Venezuela (unos 160.000 pueden votar desde el extranjero) o Chile recién estrenado en el voto transnacional (unos 39.000 pueden votar desde el extranjero). En todo caso, la lenta pero progresiva expansión del sufragio, posterior a su consagración en los ordenamientos encuentra algunas dificultades derivadas de los cálculos político partidistas, limitaciones burocráticas y logísticas, abstención, entre otras.

Las genéricas dificultades citadas y el creciente poder de las comunidades transnacionales asentadas en el extranjero, define contemporáneamente la discusión sobre esta materia, la cual se debate entre su progresiva expansión y el reclamo de limitación o regresividad fundado en cuestiones de soberanía, legitimidad política y gobernabilidad. Por ello en este trabajo, será generalmente descrita la progresiva adopción e implementación del sufragio extraterritorial en el contexto electoral Latinoamericano, se revisarán las nociones de ciudadanía tradicional y transnacional y

por último serán analizados los alcances y límites del voto extraterritorial en la legislación electoral de Chile y Venezuela.

Marco de referencia para la discusión

Los derechos políticos son derechos de participación que imponen un conjunto de condiciones positivas para posibilitar que el ciudadano participe en la vida política. Son derechos que representan todos los instrumentos que posee el ciudadano para participar activamente en la vida pública o, si se quiere, el poder político con que él cuenta para participar, configurar, incidir y decidir en la vida política del Estado. Dentro del catálogo de derechos políticos se encuentra el derecho al sufragio, que descansa sobre el principio de soberanía popular, la democracia como forma de gobierno y la representación política.

El sufragio entre otras razones se justifica en la necesidad de conferir a la población un procedimiento organizado de expresión política. En consecuencia, al sufragio se le concibe como un procedimiento institucionalizado mediante el cual el cuerpo electoral se manifiesta políticamente. El cuerpo electoral debe entenderse comprendido por todos los ciudadanos aptos para votar. La integración del cuerpo electoral debe comprenderse a partir de una de las características esenciales del sufragio: la universalidad. Esta característica, reconoce el derecho al sufragio a todos los miembros del cuerpo electoral, sin que pueda hacerse ninguna distinción por razón de raza, sexo, religión o cualquier otro motivo de diferenciación arbitraria.

La garantía para la defensa y promoción del sufragio universal está configurada mediante la prohibición de la discriminación. Y ésta garantía pasa por admitir que el lugar de residencia, en principio, no debe constituir un obstáculo o impedimento para el ejercicio del sufragio. Si este derecho es universal y la residencia no es un criterio objetivo que justifique una diferenciación, entonces el ciudadano es titular del derecho a sufragar donde sea que se encuentre residenciado. El lugar de residencia, dentro o fuera de un Estado, no determina la titularidad ni el ejercicio del derecho en cuestión.

La promoción plena del derecho al sufragio en el exterior, como un derecho humano universal e inalienable, es una herramienta útil para fomentar la vinculación entre el Estado y sus ciudadanos emigrantes. Esto se debe a que el derecho a emitir el voto o a optar a cargos públicos, son parte del núcleo de la comprensión democrática del estatus que confiere la ciudadanía.

Objetivos

1. Describir la progresiva adopción e implementación del sufragio extraterritorial en el contexto electoral Latinoamericano.
2. Revisar las nociones de ciudadanía tradicional y ciudadanía transnacional.
3. Analizar los alcances y límites del sufragio extraterritorial en la legislación electoral de Chile y Venezuela.

.....

*** Luis Palacios**

Universidad Austral de Chile UACH. Valdivia, Chile

Resumen de ponencia

LA LEGITIMACIÓN DE LA DEMOCRACIA A PARTIR DE LA EXTERIORIDAD DE LAS VÍCTIMAS. REFLEXIONES EN PERSPECTIVA DUSSELIANA.

*Guillermo Recanati

Una de las cuestiones fundamentales para el pensador latinoamericano Enrique Dussel, dentro del ámbito político, es la cuestión de la democracia. Dentro de la temática de la democracia, el problema no es el del sostenimiento y la estabilidad de un sistema político, u orden establecido, a través del consenso social; no es tampoco la cuestión de la gobernabilidad; es, en última instancia, la Exterioridad de ese sistema y la invisibilidad de la multitud de víctimas. Este tema no se ha tenido en cuenta en las anteriores discusiones acerca de la democracia, llevadas a cabo, en la mayoría de los casos, en el horizonte del pensamiento “central”; allí la temática tiene que ver sólo con la cuestión de la normatividad de la democracia, de su “consenso democrático”.

El planteo que presenta el latinoamericano va más allá de dicho horizonte. Propone abordar el tema desde la poscolonialidad, desde la normatividad de la lucha por el reconocimiento de nuevos actores, de aquellos que históricamente han sido invisibilizados. Tal invisibilidad ha sido producto de una sutil represión desde un orden “legitimado democráticamente” desde el poder. Tanto la “Exterioridad”, como la “Alteridad” y la “Diferencia”, serán los temas fundamentales de la discusión democrática futura, la cual se caracterizará por ser popular y mundial, dentro del proceso de globalización que pretende estructurarse teniendo como eje central al “ciudadano global” (inexistente), en el marco de un mercado mundial donde sólo cuenta la ley de la competencia y en el que los poderosos excluyen a los débiles. Las víctimas de cualquier orden político son quienes padecen algún tipo de exclusión, a ellas se les niega la condición de “sujetos políticos”, por lo cual, no se las tiene en cuenta en las instituciones políticas, o bien, se las reprime de una u otra manera que se las margina a padecer una “ciudadanía” meramente pasiva y, por lo tanto, sujeta a cualquier tipo de manipulación.

De la propia experiencia de opresión y exclusión (y sólo desde allí) suelen surgir las reflexiones más profundas; en la “noche oscura” de la persecución y la incertidumbre suele brillar la luz de la razón/carne que percibe lo imperceptible en la “claridad del mediodía”. En esa experiencia, y sólo desde allí, Gramsci y Arendt pudieron establecer la distinción entre la “sociedad política” (el Estado) y la “sociedad civil”. Ellos formaron parte de la “Exterioridad” de la sociedad política, es decir del Estado, dicha “Exterioridad” se alzó en defensa de sus derechos dentro de la “sociedad civil” que se estaba gestando. En ella surgieron diferentes frentes de lucha que se fueron organizando en la “Exterioridad” del “orden” o “sistema” impuesto. El objetivo fue luchar por los derechos vulnerados, sean estos políticos, económicos, sociales, etc. Los diferentes “sujetos colectivos” que llevaron adelante dicha lucha, desde los más diversos sectores y con muy variadas causas, se denominaron “Nuevos Movimientos

Sociales". Desde una perspectiva política tales movimientos han logrado que muchos sujetos excluidos, marginados, silenciados y manipulados puedan adquirir una ciudadanía "activa". Estos movimientos han sido capaces de atravesar transversalmente a la sociedad política y civil sobre-determinándose unos con otros. Más allá del optimismo que pueden generar estos logros la tarea continúa. La ciudadanía "pasiva" que está comenzando a ser "activa" es muy diversa en las diferentes regiones (especialmente "periféricas") del mundo. No obstante, el "viento de cola" parece soplar en favor de tantos millones de víctimas que hasta hace poco tiempo no tenían posibilidades de acción política alguna. En cada región y en cada caso particular la participación simétrica institucionalizada de los ciudadanos (antes "pasivos") en el campo político se va dando de diferentes modos.

Es necesario, pues, desarrollar un ámbito de la filosofía política desde donde se pueda justificar la legitimidad y normatividad de tales movimientos que sean capaces de transformar -desde las víctimas- a las instituciones y a las estructuras de dominación política.

En toda la periferia estamos siendo testigos de una progresiva toma de conciencia de la necesidad de la liberación; es decir, del romper los lazos de dependencia dominadora. En la última década, sobre todo, muchos de los pueblos latinoamericanos, o al menos los sectores populares de estos, han ido tomando conciencia de esta necesidad de liberación. Vieron conjuntamente concretarse sus anhelos a través de los gobiernos de tendencia progresista elegidos democráticamente y, en muchos casos, con amplia mayoría. Hoy algunos de esos gobiernos se encuentran en crisis. Ésta no se debe, sin embargo, a un cambio de perspectivas en los principios básicos y comunes en la mayor parte de la población (incluida la clase media) sino, más bien, al desorden económico y a una falta de proyección a largo plazo y de políticas de Estado, que condujeron inevitablemente a caer en crecientes procesos inflacionarios, corroyendo el bolsillo y la paciencia de los ciudadanos. Sin contar aquí con los numerosos casos de corrupción que terminaron manchando los ideales originarios de tan noble proyecto.

Además de la conciencia de liberación, la necesidad de independencia del FMI, el hartazgo de que los que se creen "dueños del mundo" se entrometan en los asuntos internos, la defensa de la soberanía nacional y de lo propio (como es el caso de las Islas Malvinas) aún se mantiene intacto/a en el común de la población; e incluso parece hacerse presente -y estar instalado/a- en la conciencia de muchos jóvenes que deberán dirigir el destino de estos países en las próximas décadas.

La toma de conciencia de la necesidad de liberación es una realidad político nacional y cultural que se está dando no sólo en América Latina sino también en el mundo árabe, en África y Asia. La búsqueda de liberación y la lucha por conseguirla a nivel nacional y popular como continental-cultural implica tener en cuenta la diversidad. No todas las estructuras de dominación son iguales, en consecuencia, los tipos de liberación dependerán de cada circunstancia. Por lo tanto, los modelos de liberación política ante el imperio estadounidense (y el resto de los países del "centro") deberán analizar primero la exterioridad, originalidad y alteridad histórica concreta de cada región y/o nación. Deberá tenerse en cuenta, además, que el dominio por sí solo del centro no define en su totalidad a cada nación dependiente, sino que dicha dependencia es sólo un ámbito de su ser nacional periférico como tal, el cual no incluye a la propia exterioridad nacional.

De todos los modelos de liberación que han surgido, me inclino, junto al pensador argentino/mexicano por los socialismos democráticos populares; considero que son los únicos que manifiestan un modelo real de liberación y de autonomía para la periferia. Ahora bien, señalo junto a él que, si las clases oprimidas no hegemonizan el proceso, el mismo se retrotraerá a la dependencia dominadora de la contrarrevolución y no habrá por lo tanto verdadera liberación.

El proceso político de liberación se lleva a cabo concretamente en la liberación social nacional de los sectores periféricos. Liberación significa, simultáneamente, liberación de las naciones periféricas y toma del poder de las clases populares, para reorganizar concretamente la formación social. Es por eso que el prototipo del político es el político liberador, sobre todo si tenemos en cuenta que en la actualidad las formaciones sociales periféricas tienen la política como última instancia. Los proyectos de liberación de estos políticos niegan la negación de los oprimidos y afirman la exterioridad de estos. La positividad de un proyecto de liberación en la cultura de un pueblo como alteridad es el bien común futuro, es la (difícil, pero posible) utopía real, humana, ético-político/liberadora.

.....

*** Guillermo Recanati**

Universidad Nacional de Córdoba - UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

LAS CONSULTAS POPULARES EN CONTRA DE LA MINERÍA EN COLOMBIA COMO POLÍTICA DE ESCALA. UNA APROXIMACIÓN GEOGRÁFICA DESDE NEIL SMITH

*Nataly Montoya Restrepo

La ponencia tiene por objetivo utilizar como herramientas analíticas los planteamientos de Neil Smith en torno a la escala y la política de escala para interpretar la situación que está atravesando Colombia con la realización y triunfo de Consultas Populares en contra del desarrollo de actividades mineras en el país. Para ello, se hace referencia en un primer momento, al contexto del modelo de desarrollo extractivo minero en Colombia tanto desde la perspectiva institucional como desde una mirada crítica.

Luego, se plantea que el uso de las Consultas Populares, que es un recurso típicamente institucional de participación democrática, debe entenderse también como un modo de actuación de los movimientos sociales en el contexto del posconflicto, es decir, en el contexto de la reciente desestructuración de la principal organización guerrillera del país, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia FARC, quienes a través de una presencia territorial y del enfrentamiento violento con el Estado, resultado del conflicto armado interno, habían mantenido al margen de algunas zonas del país el desarrollo de grandes proyectos mineros o habían hecho prevalecer sus propias lógicas y dinámicas de apropiación de la renta minera. De la misma manera, la desactivación del conflicto armado, ha tenido como efecto, la activación del uso estratégico de mecanismos institucionales, pero también ha permitido que los medios de comunicación y la opinión pública giren su atención a temas como la corrupción y la evaluación y los efectos que el modelo de desarrollo ha traído para el país.

De acuerdo con lo anterior, desde el marco interpretativo anunciado, se propone que las Consultas Populares, al permitir que las poblaciones afectadas se pronuncien, han concretado y han espacializado la discusión, al resaltar y hacer un balance de los impactos territoriales de la minería para poner en cuestión, re-discutir y dotar de materialidad a los intereses involucrados y enfrentados cuando del desarrollo de actividades mineras se trata. Así, han logrado poner en contraste dos escalas espaciales distintas del interés general: el nacional, en el que lo que puede medirse, verse y evaluarse son flujos de capital, ingresos a las finanzas del Estado; y el local, donde aparecen los impactos territoriales del desarrollo de la actividad, una materialidad en la que se evidencian los problemas con los que se ven enfrentados quienes habitan esos territorios y en la que éstos se resisten a ser tratados desde la lógica de los “territorios de sacrificio”.

Ahora bien, la expresión del conflicto en términos de escala o de niveles territoriales

permite, de acuerdo con los desarrollos de Neil Smith, formular un esquema interpretativo en consonancia con los planteamientos de la Geografía. Así, el primer asunto en el que vale la pena llamar la atención es sobre la preferencia de esta interpretación a través de una lógica y concepto típicamente espacial como el de escala y abre entonces la necesidad de preguntarse por el sentido que se le otorga a dicha categoría conceptual para afirmar con toda claridad que la escala, como categoría conceptual, aunque se presente así, no puede simplificarse como dato dado, y por tanto, no es la plataforma espacial fija de las actividades sociales, es decir, no es una jerarquización ontológica inherente al conflicto descrito, sino que paradójica y principalmente es el mismo conflicto quien la produce como resultado de los distintos procesos de igualación y diferenciación territorial (Smith, 1982).

De acuerdo con lo anterior, se concluye que la propuesta conceptual de la construcción social y de la política de escala de Neil Smith, brinda un marco analítico e interpretativo que permite comprender y analizar la situación que está viviendo el país en cuanto a la utilización de los mecanismos de participación democrática, en lo que tiene que ver con el cuestionamiento al modelo de desarrollo extractivista minero, en su plena dinámica, dialéctica y movimiento, ya no en el nivel y la desmaterialización del interés general, sino en la materialización del espacio, de los intereses en juego que ponen el acento en los procesos, las formas y las escalas espaciales que se producen, se reproducen, de deshacen, se recrean, se imaginan y se representan.

.....

*** Nataly Montoya Restrepo**

Pontificia Universidad Católica de Chile, Doctorado en Geografía PUC. Santiago RM, Chile

Resumen de ponencia

LINGUAGEM E DEMOCRACIA EM JÜRGEN HABERMAS E PAULO FREIRE

*Alexsandro Melo Medeiros

Não existe democracia sem diálogo. Com esta frase damos início a esta discussão que julgamos tão importante e necessária nos dias atuais. E é precisamente a partir de um diálogo entre pensadores como Jürgen Habermas e Paulo Freire que iremos colocar em discussão o modelo democrático de organização social a partir da análise das teoria destes dois eminentes pensadores. Como procedimento metodológico adota-se a pesquisa bibliográfica em torno da produção intelectual de ambos os autores, com ênfase nas obras: Teoria do Agir Comunicativo (vol. 1), Direito e Democracia (vol. 2) e Pedagogia do Oprimido, as duas primeiras de Habermas e a última de Paulo Freire. As teorias de Habermas e Freire abarcam uma gama bastante ampla e diversificada de ideias. No que concerne a obra de ambos há conceitos que não deixam dúvidas quanto a possibilidade de convergir suas ideias: linguagem, palavra, diálogo/comunicação, intercomunicação, intersubjetividade, democracia.

Sobre a convergência entre Habermas e Freire a partir da categoria “democracia”, ambos estão de acordo quanto ao ideal maior, que é uma sociedade plenamente democrática. Essa sociedade substantivamente democrática tem como pressuposto básico e essencial o agir comunicativo/diálogo. O Estado Democrático impõe a disponibilidade para o diálogo, a argumentação, a interação entre pelo menos dois indivíduos por meio da linguagem. Eis o ponto fundante de aproximação entre as teorias de Habermas e Freire: o homem é um ser de linguagem e, como ser de linguagem, se relaciona e interage socialmente. Tanto o filósofo alemão quanto o patrono da educação brasileira concordam neste ponto: de que a linguagem é algo constitutivo do ser humano, ou seja, o homem é ontologicamente um ser de linguagem e que as relações sociais são relações intersubjetivas mediadas pela linguagem.

Em decorrência da constituição ontológica do ser humano como ser de linguagem temos o diálogo como algo igualmente constitutivo da própria natureza dos seres humanos. O diálogo possibilita aos seres humanos a reflexão em torno dos problemas da realidade política e social: somos seres comunicativos, que nos comunicamos uns com os outros enquanto nos tornamos capazes de pensar e transformar nossa realidade.

Ao propor uma mudança de paradigma da filosofia da consciência para o paradigma da linguagem, Habermas defende um modelo de racionalidade comunicativa centrado no intercâmbio intersubjetivo e linguístico que visa o entendimento. A linguagem é o ponto de partida da análise do agir comunicativo na teoria habermasiana. É o horizonte pré-estruturante que possibilita as experiências e as ações sobre o mundo a partir do qual os sujeitos podem relacionar-se entre si e sobre o mundo. E a ideia de um intercâmbio intersubjetivo entre o “eu” e o “tu”, o “eu” e o “outro”, está

igualmente presente na obra de Paulo Freire, que defende o diálogo como uma exigência existencial e o homem como um ser de “palavra”. Para ambos os autores a linguagem e a comunicação ocupam um lugar privilegiado na tematização de questões fundamentais da atualidade, dentre as quais podemos situar a questão da democracia. No contexto da ação comunicativa (Habermas) ou dialógica (Freire) é preciso ressaltar que o Ego pressupõe o encontro com o Alter: o outro Ego. O “outro” é um elemento presente necessário à constituição do agir comunicativo e dialógico: o Eu e o Tu, o Eu e o Outro, o Ego e o Alter Ego. O “outro” é a base para se conquistar a liberdade que o oprimido tanto almeja, uma vez que “ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. A ação comunicativa dialógica não anula o “eu”, pois parte das nossas próprias experiências, mas realiza-se na comunhão com o “outro”, que também trazendo sua experiência constrói uma nova visão nessa troca de saberes. Na práxis comunicativa o “eu” e o “outro” estão em constante diálogo para transformação da realidade.

De um lado, na concepção freireana, ressalta-se a importância do diálogo no processo de conscientização que resgata a importância do sujeito de ação em relação dialética com o mundo que busca conhecer e transformar. Por outro lado, na concepção habermasiana, a comunicação linguística implica a importância do consenso intersubjetivo na coordenação da ação dos sujeitos para implementação de proposições políticas ou para a resolução discursiva dos dissensos ou controvérsias públicas na esfera pública. A linguagem (ação comunicativa/diálogo) representa um papel de destaque e assume feições de uma teoria da ação para ambos os autores onde, pela via do diálogo, pela via discursiva e argumentativa, são tematizados e problematizados o mundo da vida, o mundo dos oprimidos, a democracia e aponta-se para a possibilidade de uma sociedade substantivamente democrática e emancipada. Em uma democracia o agir comunicativo e a dialogicidade são a base para que o “sujeito dialógico” possa alcançar uma utópica sociedade emancipada, em torno do qual só pode haver autêntica intercomunicação a partir de um relação horizontal entre sujeitos dialógicos/dialogantes. A experiência democrática tem que se fundar no diálogo.

Conclui-se, enfim, que as teorias de Habermas e Freire, à medida que se baseiam nos conceitos de ação comunicativa e dialogicidade, se impõem como proposta teórico-prática para construir uma nova racionalidade humana de base para uma sociedade substantivamente democrática, pois não existe democracia possível que não esteja fundamentada no uso público da razão e da palavra. Ao pensar no diálogo como característica fundante da democracia nada mais fazemos do que corroborar com as ideias de Paulo Freire e Jürgen Habermas que pensam o ser humano ontologicamente como um ser de linguagem.

.....

* Alexsandro Melo Medeiros

Universidade Federal do Amazonas UFAM. Parintins, Brasil

Resumen de ponencia

LOS ACTORES TERRITORIALES Y SU PARTICIPACIÓN EN LOS PROCESOS DE DESARROLLO. TENSIONES Y DESAFÍOS.

*Cristian Leyton Navarro

El desarrollo de los territorios puede ser entendido como una función de estructuras (entendidas como arreglos sociales y económicos muy arraigados), instituciones (entendidas como arreglos formales o informales estables que estructuran la interacción y organización social) y la capacidad de agencia humana (particularmente de conformar coaliciones de actores transformadoras) (Rimisp, 2012; Berdegú et al, 2012; Berdegú y Modrego, 2012, Rimisp, 2014; 2016; 2018). Esto implica que las posibilidades de que un territorio experimente dinámicas de crecimiento con inclusión social, se encuentran asociada a la forma en que estos elementos se configuren en un territorio específico. Por lo tanto, para comprender una dinámica territorial es fundamental comprender estos tres factores y la forma cómo éstos se relacionan entre sí en cada territorio en particular: i) las instituciones y reglas del juego formales e informales; ii) los actores presentes en el territorio, su capacidad de agencia y de coordinación en pos de un conjunto de objetivos compartidos; y iii) la estructura económico-productiva del territorio, que determina las oportunidades laborales y de trabajo por cuenta propia, pero también incide sobre la sostenibilidad ambiental, las oportunidades para las mujeres, el acceso a bienes y servicios, entre otros factores claves para el desarrollo.

Los actores territoriales adquieren un rol relevante en estos procesos de desarrollo cuando son capaces de articular visiones y coordinar experiencias, conocimientos y actividades, y transformarse en una coalición social, entendida como un conjunto de diferentes actores que realizan acciones convergentes en torno a una dinámica territorial de desarrollo (Fernández y Asensio, 2014). Estos mismos autores, concluyen que el potencial transformador de una coalición social se encuentra en ser socialmente inclusiva y representar una variedad de actores que comparten de forma tácita o explícita algunos objetivos de desarrollo importantes, incluso si sus motivaciones son diferentes y/o hay conflicto o desacuerdo sobre otros temas. Los actores en la coalición participan en una acción colectiva con una perspectiva a largo plazo y tienen suficiente poder para, al menos, refutar la dinámica de desarrollo. Este poder está basado en una combinación de diferentes capitales (económico, político, social, cultural) suministrado por los diferentes miembros, de modo que ninguno está en una posición completamente subordinada respecto de los demás en la coalición (RIMISP, 2018). Finalmente, una coalición transformadora es capaz de socializar y legitimar su visión y estrategia de desarrollo de tal forma que estas sean gradualmente aceptadas e incluso internalizadas por otros actores en el territorio. Es por ello que las formas de movilizar el conocimiento de los actores territoriales e incidir en las políticas públicas y acciones de los privados que promueven la dinámica de desarrollo vigente, genera

tensiones y desafíos que requieren ser analizados y abordados.

En este marco, los procesos de participación ciudadana y su incidencia en los procesos de desarrollo son claves para transformar los modelos de gobernanza predominantes. Ciertamente, no existe un modelo único y óptimo de articulación o entramado social entre actores, como señala Serrano, “sus atributos tendrán relación con las características de los territorios, los desafíos económicos y productivos que enfrentan, las oportunidades que surgen y las capacidades locales. Lo que está claro, sin embargo, es que el impulso para compartir propósitos y sumar ideas, discursos y acciones es un factor que hace la diferencia” (2014:11). Por ello resulta fundamental comprender que la participación y articulación en estos procesos, no es un fin en sí mismo, sino un medio necesario para abordar de manera integral el conjunto de factores que impactan en las dinámicas de desarrollo. En este sentido, la participación y articulación de actores, permite relevar la capacidad que tienen distintas formas de acción colectiva de involucrarse activamente en procesos de desarrollo, y defender la necesidad de avanzar hacia nuevas formas de construcción de políticas públicas que superen la visión estado-centrica, para colaborar con las organizaciones sociales, el sector académico, el sector privado, y todos quienes se sientan llamados a aportar a su propio desarrollo. En este marco, este trabajo pretende -a partir de diversas experiencias y casos de estudios en América Latina- identificar diversas tensiones generadas en estos procesos, señalando al mismo tiempo, algunos de los desafíos que requieren ser abordados para consolidar nuevos modelos de gobernanza territorial, donde los actores territoriales se tornen centrales en la disputa por los proyectos de desarrollo de los territorios en que habitan.

.....

* Cristian Leyton Navarro

RIMISP - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural RIMISP. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO BRASIL DE 1999 A 2015

*Maria Paula Escobar Bins

Introdução

Apesar de ser um campo de pesquisa relativamente recente, a migração partidária no Brasil é um tema sempre presente nas discussões sobre a reforma política no país e nos debates políticos, evidenciando a importância do assunto no atual momento político brasileiro (Diniz, 2000; Freitas, 2008; Melo, 2004; Marengo dos Santos, 2001). Após a aprovação da Emenda Constitucional nº 25, em maio de 1985, que determinou, entre outras medidas, a abolição do instituto da fidelidade partidária que fora introduzido pelo regime militar, a infidelidade partidária passou a ocorrer em escala significativa. Sem se limitar a esses movimentos decorrentes da redemocratização política, os índices de defecção partidária continuariam nas demais legislaturas. Convertida em prática comum, a troca de legenda veio adicionar ao atual período democrático mais uma peculiaridade (Melo, 2000).

Neste trabalho adota-se a definição de migração partidária de André Marengo dos Santos:

“Migração partidária corresponde à estratégia individual de troca de partido, adotada por candidatos ou parlamentares, buscando incrementar suas oportunidades de carreira política. Pode ocorrer durante o mandato para o qual o representante tenha sido eleito ou, ainda, como infidelidade partidária registrada em algum ponto ao longo de sua carreira” (Marengo dos Santos, 2006: 183).

De 1985 a 2007 a legislação não previa qualquer punição aos parlamentares infiéis aos seus partidos. Em 2007 foi aprovada a Resolução-TSE nº 22.610, alterada pela Resolução-TSE 22.733 de 2008. Essa resolução disciplina o processo de perda de cargo eletivo e de justificação de desfiliação partidária sem justa causa.

Posto que a maioria dos regimes políticos contemporâneos é definida como democracias representativas, incluindo-se o Brasil, faz-se necessário analisar o quadro institucional que possibilita e restringe o funcionamento democrático. A representação política, segundo Manuel Meirinho Martins, constitui uma parte fundamental do desenho institucional das democracias contemporâneas. A representação é implementada a partir da eleição, onde os representados autorizam os representantes a agir em seu nome, conformando um modelo com três dimensões que andam juntas: o conjunto dos representados, o conjunto dos representantes e os mecanismos pelos quais a representação política é instituída (Martins, 2008).

Os representantes estão sujeitos a uma responsabilidade política perante os cidadãos que os elegem. Quando há migração partidária, esse princípio é violado e o parlamentar migrante não respeita nem a norma legal nem a escolha feita pelo eleitor na hora em que atribui autoridade àquele.

No período de 1999/2015 as trocas de legenda ocorreram em escala significativa em

todas as legislaturas representadas. Considerando as quatro legislaturas, migraram, em média, 23% dos deputados federais. A principal incógnita das eleições legislativas brasileiras, segundo David Samuels (1997), não é a reeleição, mas a alta taxa de rotatividade dos parlamentares - consequência das regras eleitorais, como a representação proporcional em lista aberta gerando alto nível de competição entre os atores, quanto da ambição política no país.

A estrutura de recompensas e punições existente no âmbito do poder legislativo possibilita a coexistência de dois comportamentos contraditórios no interior dos partidos políticos brasileiros: a precária lealdade às respectivas legendas partidárias e a elevada disciplina em plenário (Marenco dos Santos, 2012). A migração partidária gera certa instabilidade no interior daquele poder, afetando a representatividade do sistema político, dificultando a consolidação e enraizamento do sistema partidário, aumentando o desgaste e minando a credibilidade dos partidos políticos perante a sociedade. Daí a importância do estudo dos reflexos da resolução no sentido de tentativa de coibir a migração partidária no país.

O objetivo principal do trabalho é determinar quais as consequências da Resolução-TSE 22.610/2007 sobre a migração partidária na Câmara dos Deputados no Brasil.

Pressupõem-se, a partir deste ponto, os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar comparativamente os níveis de migração partidária em duas legislaturas anteriores, de 1999/2003 e 2003/2007, e em duas posteriores, de 2007/2011 e 2011/2015, à aprovação da resolução, a fim de verificar se a medida alcançou o objetivo de coibir a migração partidária no país;
- b) analisar os registros de migração partidária, a fim de verificar se os padrões de comportamento e a adoção de estratégias de troca de partido verificados antes de 2007 permanecem os mesmos após a aprovação da nova regra, utilizando o mesmo período temporal, ou seja, as legislaturas compreendidas entre 1999 a 2015. Melo (2004), ao analisar as trocas de partido na Câmara dos Deputados, ressalta que este fenômeno apresenta algumas regularidades relacionadas ao ciclo eleitoral, à popularidade do governo, à ideologia e à reeleição.

Pretendemos também analisar os efeitos perversos provocados pela legislação partidária e eleitoral, ou seja, como a lei criada com o objetivo, neste caso, de coibir a troca de partido e incrementar a fidelidade partidária dos parlamentares acaba por produzir consequências não antecipadas, como estratégias ou ainda novas regras para burlar a legislação.

Mudanças e reformas eleitorais sempre ocorreram na história do Brasil, gerando incertezas, pois é impossível prever os resultados que terão. “O lado perverso surge quando o efeito alcançado contraria o objetivo inicial, gerando uma externalidade negativa” (Rennó, 2008: 20), o que parece ser o caso da Resolução aprovada em 2007 na tentativa de disciplinar a infidelidade partidária no país.

As perguntas que orientam a pesquisa são: “Qual o efeito da Resolução-TSE 22.610/2007 sobre os níveis de migração partidária na Câmara dos Deputados no Brasil?” e “Os padrões verificados na adoção de estratégias de infidelidade partidária antes da aprovação da resolução em estudo permanecem os mesmos após sua implementação?”.

A hipótese de estudo é a seguinte: a Resolução não teve o efeito de coibir a migração

partidária e não foi efetiva no sentido de mudança nos padrões e estratégias adotados por parlamentares infiéis aos seus partidos.

Resultados

A análise dos dados permitiu a conclusão de que os níveis de migração partidária e os padrões de comportamento se repetem antes e depois da aprovação da nova regra em estudo. Apesar de uma leve queda no número de mudanças de legenda logo após 2007, se percebe que este índice volta a aumentar no mandato seguinte (2011/2015). Ou seja, a resolução não teve um efeito positivo no sentido de reduzir os níveis de migração partidária e não foi eficiente ao não refrear a infidelidade partidária dos deputados federais brasileiros. Uma parcela dos parlamentares continuou a utilizar a mudança de partido como uma estratégia de carreira política.

A partir da análise e interpretação dos dados constatamos que a nova regra foi ineficaz no sentido de coibir a troca de legenda. Mesmo após a aprovação da lei, os parlamentares continuaram utilizando a defecção partidária como estratégia de carreira política, seja para obter acesso a recursos valiosos em outra agremiação, seja para diminuir a incerteza decorrente da competição política. Uma consequência clara da Resolução, visto que esta define como justa causa para a desfiliação partidária a criação, fusão ou incorporação de partidos, foi a criação de novos partidos políticos. Somente após 2007 foram criadas oito novas legendas, impactando o sistema partidário do país, causando o aumento o número efetivo de partidos (NEP) e consequentemente a fragmentação partidária.

Bibliografia

- DINIZ, Simone. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, nº 15, p. 31-47, 2000.
- FREITAS, Andréa. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Caderno CRH*, v. 21, nº 52, p. 37-45, 2008.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, nº 45, 2001
- _____. Migração partidária. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____. Quando trocar de partido pode não ser um bom negócio: migrações na Câmara Federal 1987-2002. In: MENEGUELLO, Rachel (Org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação, 2012.
- MARTINS, Manuel Meirinho. *Representação política, eleições e sistemas eleitorais - uma introdução*. Lisboa: ISCSP, 2008.
- MELO, Carlos R. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 43, nº 2, 2000.
- _____. Retirando as cadeiras do lugar. *Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- _____. Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *Dados*, v. 45, nº 2, p. 219-236, 2002.
- RENNÓ, Lúcio R. Reformas políticas no Brasil: realizadas e prováveis. In: MULHOLLAND,

Timothy; RENNÓ, Lúcio (Org.). Reforma política em questão. Brasília: Editora UnB, 2008.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Dados, v. 40, nº 3, 1997.

SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 54, 1999.

SCHNEIDER, Sergio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

.....

*** Maria Paula Escobar Bins**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFRGS PPGPP/UFRGS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

MITOLOGÍAS DE LA DOMINACIÓN Y PROCESOS DEMOCRATIZADORES

*Carlos Javier Asselborn

La ponencia propone pensar parte de los complejos vínculos y tensiones entre democracia y subjetividad social. Nos preguntamos qué formas de la sensibilidad social sostienen y reproducen las actuales democracias formales latinoamericanas. Es decir, cómo se constituyen subjetividades sociales capaces o no de interpelar formatos institucionales y órdenes sociales que cercenan derechos y reproducen desigualdades en nombre de la democracia

Existe un subsuelo subjetivo y carnal que sostiene a las democracias realmente existentes. En ese subsuelo colectivo se aglutinan, cristalizan y emergen construcciones de sentido acerca de la vida en común y formas de ordenamiento que logran eficacia legitimadora y explicativa cuando adquieren forma mitológica, esto es, modos de intervenir o emplazar los imaginarios colectivos a través de la justificación o crítica de las formas sociales de la dominación. En cuanto tales, los mitos pueden ser legitimación de la anulación de los sujetos con capacidad de interpelación de las formas institucionalizadas de relación social o, por el contrario, ensayos históricos de legitimación de procesos y sujetos emancipatorios.

El mito no es sólo propiedad de los dominadores. La emancipación necesita y recurre asiduamente a mitos que la potencian, la racionalizan y la transforman en sentido común bajo la formalidad democrática. Por ello, los mitos configuran una gramática que expresa la dialéctica dominación-emancipación (Cf. José Carlos Mariátegui, *El hombre y el mito* (1925).

Ciertos intelectuales de la tradición crítica latinoamericana han reflexionado en torno a la inusitada capacidad de Occidente para producir ideologías asentadas en formas mitológicas que operan en la subjetividad social.

A lo largo de su obra, Franz Hinkelammert (1931) ha señalado cómo la estrategia capitalista, entendida como uno de los tantos modos en cómo opera la dominación, recurre a la construcción y reorientación siniestra de ciertos mitos que lubrican su lógica de acumulación. Sin embargo, dicha estrategia no es privativa del capitalismo sino que atraviesa a Occidente y que, en la contemporaneidad, es expresión de una crisis civilizatoria. Durante su estadía en Chile estudia las formas en cómo las ideologías económicas recurren a ciertos mitos sociales para llevar a cabo una suerte de estabilización de ciertos valores sociales legitimadores de dichas ideologías (*Economía y Revolución*, 1967). Tal preocupación por la función de los mitos en las formas de legitimación social y en la reflexión acerca de los sujetos históricos será retomada en una crítica a la razón mítica y a los jitos sacrificiales de Occidente (*La fe de Abraham y el Edipo occidental*, 1989; *Hacia una crítica de la razón mítica. El laberinto de la modernidad. Materiales para la discusión*, 2007).

Por su parte, León Rozichtner (1924-2011) ha problematizado la interpretación

freudiana de la configuración histórica de la subjetividad. Para ello llevará a cabo una crítica del mito griego de Edipo, el mito judío de Moisés y el mito cristiano de Cristo con el fin de poner de relieve las formas subjetivas de sujeción sin las cuales el capitalismo occidental no sería posible. Estos complejos parentales históricos expresan las condiciones afectivas que configuran formas de socialización (Freud y los límites del individualismo burgués, 1972; La Cosa y la Cruz. Cristianismo y capitalismo. En torno a las Confesiones de San Agustín, 1996; Escritos psicoanalíticos: matar al padre, matar al hijo, matar a la madre, 2015). Ya en sus primeros escritos Rozitchner señala el error de las izquierdas en abandonar la pregunta por las formas históricas de construcción de la subjetividad. La emancipación supone interpelar no sólo los modos de producción económica sino también, los modos de producción de sujetos vencidos (La izquierda sin sujeto, 1966).

Nuestro estudio se detendrá entonces en estas dos referencias teóricas. Suponemos que los aportes de estos intelectuales pueden ofrecer categorías analíticas para comprender los procesos sociopolíticos por los cuales las orientaciones ideológicas de los nuevos gobiernos neoliberales latinoamericanos alcanzan significativos niveles de legitimación social. En el contexto actual, parece que no habrá posibilidades históricas de praxis colectivas de interpelación a las democracias formales sin revisar los modos como las lógicas de dominación se instalan en la sensibilidad social.

.....

* Carlos Javier Asselborn

*Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales.
Universidad Católica de Córdoba - FCPyRRII. Córdoba, Argentina*

Resumen de ponencia

MITOMANÍA DEMOCRÁTICA MEXICANA

*Minerva Araceli Cortés Acevedo

*Moisés Isaac Islas De Anda

Según la definición del Diccionario de la Lengua Española la mitomanía es la tendencia morbosa a desfigurar, engrandeciendo, la realidad de lo que se dice. Este trabajo está enfocado en mostrar cómo el discurso que ha sido utilizado a lo largo de la historia de México por parte del gobierno a través de los medios de comunicación oficialistas, y específicamente durante el sexenio del presidente Enrique Peña Nieto, hace referencia a la existencia de democracia, y en cómo la historia de nuestro país se encuentra plagada de acciones que dictan lo contrario. Es decir, se busca probar la existencia de una contradicción entre la interpretación del discurso oficial y la realidad mexicana. En México la llamada transición a la democracia ha dejado muchos espacios vacíos en cuanto a la mejora de la vida de los ciudadanos se refiere. Por ello, es necesario comprender cómo es que el discurso oficialista de la democratización en México es amañado por sus representantes. Consideramos también de vital importancia que en la lucha por la construcción de una democracia de calidad sean identificados los elementos que la componen. En otras palabras, esta ponencia tiene como objetivo hacer frente a la imposición hegemónica del concepto, la cual sesga los verdaderos alcances de la vida en democracia, de entender los embates discursivos y sistémicos contra la construcción de una democracia de calidad basada en el empoderamiento del individuo en su categoría de ciudadano pleno.

Para mostrar esta contradicción discursiva y de acciones, demostraremos cómo en México, desde hace décadas, se mantiene convenientemente firme un proyecto de democracia minimalista.

Para efecto de este trabajo, se desarrolla la idea de que el discurso político desde el nacimiento de México como nación ha estado plagado de síntomas mitómanos en lo que a la construcción de la democracia se refiere. Para ello realizamos una disertación teórica en la que se exponen las diferentes acepciones teóricas entorno al concepto de la democracia y la conveniente utilización del término en su sentido más amplio, trasladándonos a un análisis teórico de lo que son la buena democracia y la democracia minimalista.

Luego, a la luz de la revisión teórica y con base en esta disertación, se hace un recorrido de las contradicciones democráticas por las que ha transitado el país con un recuento histórico acerca de cómo el sentido del discurso democrático ha sido contradecido por la realidad del país mexicano, pasando por la dictadura de Porfirio Díaz, los limitados alcances de la Revolución Mexicana, la posterior dictadura del Partido Revolucionario Institucional (PRI) y el periodo de la transición en el año 2000 con el cambio del hasta entonces partido de Estado o partido hegemónico por el Partido Acción Nacional (PAN), suceso denominado como la transición democrática, pero quedando detrás de todo ello la dictadura del concepto hegemónico de democracia minimalista que, como se verá, está en oposición con la ciudadanía plena

y, en cambio, muy acorde con los intereses particulares de los grupos de poder en el país.

En una tercera parte del trabajo nos enfocamos de manera particular en el análisis del sexenio actual presidido por Enrique Peña Nieto que trae consigo el regreso del PRI al poder. Demostramos que en este periodo las contradicciones a la democracia de calidad han sobresalido debido a los ataques por parte del Estado hacia la plena ciudadanía con acciones totalmente reprobables en lo que a un régimen democrático se refiere. Entiéndase aquí como ejemplos el llamado Pacto por México, en el que se unen las tres fuerzas partidistas de mayor importancia en México, eliminando así la figura del conflicto tan importante para la democracia y la política en general; el caso Ayotzinapa, donde 43 estudiantes fueron desaparecidos por parte de las fuerzas armadas del Estado en contubernio con el crimen organizado; la reciente aprobación de la Ley de Seguridad Interior, que faculta el pleno ejercicio de las fuerzas armadas en contra de los propios ciudadanos de la nación en los casos en los que el presidente considere que la acción ciudadana, por ejemplo una manifestación, está poniendo en riesgo la seguridad interna y que no es otra cosa sino un secuestro de los derechos de ciudadanía e inclusive de los derechos humanos. Por otro lado, se hace mención también de cómo, ante este escenario poco democrático, los ciudadanos han reinventado sus formas de participación política y con ello de la acción colectiva. Finalmente presentamos a manera de conclusión los peligros que corre la ciudadanía mexicana en el escenario actual, la reincidencia en el discurso democrático mitómano por parte de los medios de comunicación y las instituciones políticas y una breve proyección de cómo es que todo ello puede influir en el proceso electoral de 2018.

.....

*** Minerva Araceli Cortés Acevedo**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO. Buenos Aires, Argentina

*** Moisés Isaac Islas De Anda**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO. Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

MOVIMENTOS INSURGENTES E CRISE DEMOCRÁTICA: UM OLHAR DESDE O BRASIL

*Valéria Giannella

O golpe que atingiu, em 2016, o governo da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, criou uma ruptura drástica num período marcado por um projeto de democracia participativa que apostava poder materializar a Constituição Cidadã de 1988. A situação que se desencadeou a partir daquele momento, e que vem se desdobrando com rapidez inusitada, configura a entrada do país num estado de exceção democrática e nos pede para reconsiderar os modelos de interação entre Estado e Sociedade que foram se construindo ao longo do período passado, para buscar quais novas formas e gramáticas vem se desenhando para lidar com a nova situação. Objetivo desse trabalho é detectar quais as novas gramáticas participativas e os caminhos que aparecem na cena política, protagonizados por novos sujeitos e subjetividades. Os sinais de esgotamento das formas institucionalizadas de participação que caracterizaram o período dos governos do PT já existiam antes do eclodir da situação aqui descrita. “Para onde vai a democracia?” Essa pergunta abre o último livro de Boaventura Santos, “A difícil democracia” (2016) e, logo em seguida o autor, complementa: “há futuro para a democracia num mundo dominado pelo capital financeiro global, pelo colonialismo e pelo patriarcado nas relações sociais? Em caso afirmativo, a democracia do futuro romperá com o modelo democrático atualmente dominante?” (SANTOS, 2016: 7). O autor vem nos lembrar o período entre 2011 e 2013, quando movimentos de revolta e indignação vieram colocar em pauta, em nível internacional, a questão da “democracia real” ou “democracia já” (Occupy nos EUA, primavera árabe no oriente médio, indignados no sul da Europa, os protestos de junho no Brasil, etc). No caso dos países já formalmente democráticos, a revolta contra o sequestro da democracia pelo capitalismo global, contra a injustiça e desigualdade em termos de distribuição de riqueza e o controle indevido dos grandes poderes econômicos sobre os governos, era o motor das revoltas. Chama atenção que essas reivindicações não surgissem, nem fossem levadas nos lugares próprios da participação institucional, deixando entender que a radicalidade dessas demandas já não era compatível com a natureza própria daquelas instancias, ou, ao menos, com que aquelas instancias tinham se tornado. Nos protestos que surpreenderam a opinião pública brasileira em junho de 2013, uma inteira geração - e não apenas ela - estava avisando que os canais existentes e canonizados de comunicação com o mundo do fazer políticas, apareciam imprestáveis, e mostrando em redes unificadas outros códigos, outras formas de se fazer ouvir. Passados poucos anos, nenhuma das lembradas mobilizações parece ter gerado frutos duradouros e, alias, a crise da democracia parece alcançar níveis ainda mais agudos. Cabem então mais perguntas: quais são hoje os processos que apontam tendências de renovação deste modelo e quem os protagoniza? Qual é a relação da participação com essas tendências? O foco

aqui proposto é em direção de ações insurgentes, de coletivos, teias, grupos mais ou menos estáveis em sua organização, que não apenas reivindicam e sim praticam outras modalidades de ação política; característica dessas experiências é associar à contraposição da ordem social dada a demonstração de uma alternativa possível (Holston, 2016). Há alternativas à homogeneização do mundo inteiro sob os signos da acumulação antes de tudo, seja às custas da natureza, das comunidades humanas e suas culturas, da equidade local e global e das possibilidades de vida digna e plena. Esse caminho não é o único possível e, aliás, outras opções já mostram a cara, tecem suas teias, se articulam, reivindicando o direito à existir através da resistência ao modelo único de vida que o capitalismo global quer impor, através da busca de um mundo onde muitas diversas formas de vida sejam possíveis. Autores como Holston (ibid) e Faranak (2016) chamam a nossa atenção para o que chamam de práticas ou movimentos insurgentes detectando uma das suas principais características na prática do objetivo almejado. Os sujeitos envolvidos não buscam autorização para novas formas de ação ou novos usos dos bens públicos, eles buscam autonomamente as condições para praticar, desde já, novas formas de vida, se apossar de novos espaços, tecer relações baseadas em princípios outros, com relação ao do lucro máximo e do interesse individual. O que me parece muito interessante é que, enquanto os movimentos apontados pelos autores acima são sempre e tipicamente urbanos (confirmando a ideia de que a cidade é o lócus próprio da inovação, inclusive social e política), se afirmam hoje experiências dos povos do campo, dos rios e da floresta, de indígenas e quilombolas, povos de terreiro, pescadores e marisqueiras, unindo forças onde havia antes separação e lutando para afirmar o direito a preservar suas culturas e tradição, saberes e ritos, mas também suas práticas econômicas e organização política. A luta pelo direito de outros mundos existir como alternativa ao capitalismo globalizado se afirma através dessas experiências e nos propõe diversas reflexões: a) como compreender as semelhanças entre movimentos urbanos e do “campo”? O que elas estão nos apontando com relação a um hipotético “espírito do tempo”? b) que relações existem ou poderiam existir entre essas experiências e as práticas participativas institucionalizadas pelos sistemas políticos dominantes? Dito de outra forma, existem ou poderiam existir canais de comunicação, aprendizados possíveis entre umas e outras? E, por fim, c) que espaço podemos esperar que ganhe hoje, no mundo do capitalismo globalizado, o conceito de “Demodiversidade” (HASHIZUME, 2012; SANTOS, 2017)? Esse trabalho buscará aprofundar esse conjunto de perguntas, inclusive se valendo do recurso a casos concretos, além da necessária pesquisa bibliográfica.

Bibliografia

- AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. -1. ed. Disponível online.
- CORONADO, Jaime A.P. La nueva gramática democrática frente a la integración autónoma latinoamericana y caribeña. Dossiê: Desafios da Consolidação Democrática na América Latina. Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 1 Janeiro/Abril 2014.
- HASHIZUME, Maurício. Demodiversidade no século XXI Experiências de democratização da democracia na Bolívia e no Brasil. Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia.

Universidade de Coimbra, 2012.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., Recife, V.18, N.2, P.191-204, Maio-Ago. 2016

MIGNOLO, D. Walter. Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. Dossiê: Desafios da Consolidação Democrática na América Latina. Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 1 Janeiro/Abril 2014. Disponível online.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. (Online), Recife, V.18, N.3, P.363-377, Set.-Dez. 2016.

SANTOS, Boaventura, de Sousa, MENDES José, M.. Demodiversidade. Imaginar Novas Possibilidades Democráticas. Edições 70, Coimbra, 2017.

_____. A difícil democracia. Reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____, (org) Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

_____, AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. Em Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

.....

* Valéria Giannella

Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB. Porto Seguro, Brasil

Resumen de ponencia

MOVIMIENTOS Y PROTESTAS SOCIALES EN EL MÉXICO “DEMOCRÁTICO”

*René Torres-Ruiz

En los últimos lustros, del 2000 al 2017, el llamado periodo de la postransición, con el que se suponía que México había arribado a la democracia una vez que se dio la alternancia en la presidencia de la República en el año 2000, con el triunfo del PAN y la derrota del otrora partido hegemónico, el PRI, han emergido en México movimientos sociales, mostrando una gran capacidad de resistencia, movilización y lucha social y una enorme inventiva y destreza para innovar en lo referente a los repertorios de movilización y a sus estrategias de lucha.

Pero ese enorme caudal de inconformidad y malestar social, esas oleadas de movilización, protesta y rebeldía, se han encontrado de frente con los llamados “poderes fácticos” y con un Estado capaz de resistir con gran fortaleza para impedir una profundización democrática que permita el reconocimiento y pleno ejercicio de los derechos de ciudadanía (políticos, sociales, económicos, culturales, sexuales, medioambientales, etcétera), que en más de una ocasión han sido los detonantes de las distintas movilizaciones y protestas.

Dicho de otra manera, esas movilizaciones y protestas sociales surgidas en México en los tres primeros lustros del siglo XXI (el zapatismo, las protestas antidesafuero del 2005, la APPO, el MPJD, el #YoSoy132, o las jornadas por Ayotzinapa) obedecen a distintas causas; algunas de las cuales son reivindicaciones de la identidad cultural y la lucha por el reconocimiento de los derechos indígenas y su autonomía, otras veces responden a problemas político-electorales, o bien son protestas antisistémicas, unas veces más manifestaciones contra la violencia, o exigencia de derechos para la diversidad sexual, o demandas estudiantiles o de jóvenes insatisfechos con la actuación de algunos poderes fácticos o de políticos en torno a los cuales se construye una imagen ficticia, haciéndolos parecer un “rockstar” y los salvadores y constructores de un nuevo país.

Hoy más que nunca, los movimientos sociales, tanto en México como en muy distintas latitudes de la geografía mundial, se caracterizan por cuestionar abiertamente el poder establecido en un contexto de globalización económica de corte neoliberal que abre cada vez más la brecha entre quienes detentan el poder económico y obtienen grandes beneficios y quienes no tienen nada o muy poco y apenas les alcanza para la sobrevivencia, construyendo así sociedades sumamente inequitativas en donde la pobreza y la extrema pobreza imperan, lacerando a millones de seres humanos; donde la desnutrición infantil es extenuante e impide, o dificulta, pensar en un futuro promisorio para las sociedades que ello experimentan; donde el desempleo crece por

la aplicación de políticas neoliberales inhumanas; y las enfermedades, muchas veces curables, matan a miles o cientos de miles de niños, mujeres, indígenas, ancianos.

Todos estos movimientos sociales, nos dice Holloway, son luchas, son gritos, son rabias, son proyecciones de esperanza desde la desesperación, desde un mundo donde parece que ya no hay esperanza. Todos estos movimientos son gritos al cielo desde la profundidad de la tormenta que estamos viviendo, son movimientos de resistencia y también muchas veces de rebeldía.

Estos movimientos de resistencia son un polo de un antagonismo, son respuestas a una agresión constante y violenta. Esa agresión tiene un nombre. Su nombre es el Capital; esa forma actual de organización social, que tiene su fundamento en la mediación de las relaciones sociales a través del dinero.

No obstante, estos movimientos también representan el inicio de la lucha por fundar un sistema político verdaderamente democrático; son resultado de grupos sociales, jóvenes, indígenas, estudiantes, campesinos, trabajadores de la educación, profesionistas, mujeres, que han intentado imaginar un México sin simulaciones, que se han esforzado por desvelar un sistema autoritario cubierto con un velo democrático. Estas movilizaciones buscan construir un sistema sin autoritarismos, sin represiones ni violencia; intentan, al mismo tiempo, abrir canales democráticos de comunicación e interlocución mucho más horizontales entre gobernantes y gobernados; ampliar el acotado espectro de la participación ciudadana, de la deliberación. Son movimientos que constituyen un fuerte viraje en lo que se refiere a la cultura política.

Sobre todo esto trata la ponencia.

.....

*** René Torres-Ruiz**

Departamento de Ciencias Sociales y Políticas. Universidad Iberoamericana - DCSyP/UIA. México, México

Resumen de ponencia

NEOLIBERALISMO DURÁVEL: O CONSENSO WASHINGTON NAS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 16 PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (2000 A 2015).

*Augusto Nefthali Corte De Oliveira

Enquanto movimento político, o neoliberalismo se consolidou na paisagem ideológica da América Latina a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, especialmente a partir das propostas conhecidas como Consenso de Washington (CW). Existe ampla literatura dedicada a esquadrihar o aparecimento do neoliberalismo como resposta política - mas também de técnica econômica - ao desafio da estaginflação na Europa Ocidental e em outros países ricos. A percepção de que a orientação heterodoxa ou keynesiana, adotada tanto por governos socialdemocratas quanto por conservadores no pós-guerra, não oferecia respostas adequadas ao momento vivido no final da década de 1970, favoreceu a adoção das propostas neoliberais. Os efeitos desta mudança de paradigmas foram importantes não apenas no que concerne à orientação econômica dos governos, mas também sobre a dinâmica de poder entre os atores sociais (em prejuízo daqueles associados aos interesses dos trabalhadores).

Na América Latina, as experiências neoliberais iniciaram em alguns países concomitantemente às dos países ricos. O caso do Chile é paradigmático, considerando sua antecedência, quando as propostas neoliberais manejadas pelos *chicago boys* assumiram papel central na ditadura de Pinochet entre 1974 e 1990. Em países governados democraticamente, chamou a atenção o fato de que o neoliberalismo muitas vezes foi inicialmente adotado de surpresa, isso é, por presidentes que, como candidatos durante as eleições, defendiam propostas diferentes. Stokes (2001, p. 13) encontrou esta situação em oito diferentes países do subcontinente, entre os anos de 1982 e 1995. A defesa de propostas direcionadas à eficiência econômica, sob o potencial custo da segurança social (já bastante limitada) dos eleitores latino-americanos, foi percebida por muitos candidatos presidenciais como impossível de sustentar uma campanha eleitoral vitoriosa.

Com ou sem a aprovação inicial das urnas, a ideologia neoliberal tornou-se central na política da América Latina até ser desafiada, desde o início dos anos 2000, pela ascensão de candidatos críticos às Presidências nacionais. A eleição de Chávez na Venezuela em 1998, Lula no Brasil em 2002, Kirchner na Argentina em 2003, Morales na Bolívia em 2005, Correa no Equador em 2006, Funes em El Salvador em 2009, Humala no Peru em 2011, dentre outros, podem ser consideradas como representativas de um processo político latino-americano que diverge, ou mesmo antagoniza, com a predominância neoliberal da década de 1990. Para autores como Lora e Oliveira (2005) e Baker e Greene (2011), a vitória de candidatos como os ressaltados podem ser compreendidas como expressão da rejeição, por parte dos eleitores, das políticas neoliberais e de seus efeitos sociais e econômicos na América Latina.

Diferentes leituras procuram destacar a existência de similitudes ou influências entre os casos das experiências de governos não aderentes aos pressupostos do neoliberalismo. Os governos da Venezuela, da Bolívia e de Equador são abrangidos sob o título de bolivarianos, com a intenção de inferir a influência seminal da experiência de Hugo Chávez na região andina. Já no Cone Sul, governos de presidentes eleitos por partidos que, em seus contextos nacionais, inserem-se no campo da esquerda, como o Partido Socialista, no Chile, e o Frente Amplo, no Uruguai, são em geral interpretados como mais próximos das experiências socialdemocratas europeias.

Não seria esdrúxulo esperar que os governos progressistas dos anos 2000 assegurassem, na América Latina, um ambiente resistente às iniciativas liberais - a exemplo do período dos Trinta Gloriosos no ocidente. Em certa medida, os processos de inclusão social e ampliação do consumo estiveram conectadas com as soluções políticas, em regular processo eleitoral democrático. Neste contexto, a resiliência das opções por políticas de redistribuição poderia ser o resultado da disputa política, com a aproximação das forças com posição ideológica antagônica.

Contudo, seja como parte do conteúdo discursivo antagônico aos partidos e governos de esquerda da América Latina recente, ou mesmo incorporados nos próprios mandatos dos presidentes progressistas, os paradigmas da política neoliberal continuaram ocupando um espaço na política do subcontinente. Atualmente, quando grupos antagônicos alcançam o poder nacional democraticamente (como na Argentina, com o governo de Mauricio Macri) ou por outras vias (como no Brasil, a partir do impeachment que levou à Presidência Michel Temer), o neoliberalismo rapidamente aparece como opção prioritária na condução da política econômica. Essa pesquisa dedica-se ao papel visível da ideologia neoliberal na política da América Latina, mostrando sua presença nas plataformas programáticas das candidaturas presidenciais lançadas entre 2000 e 2015. A partir de uma estratégia de análise de conteúdo, esquadrinha a presença nos programas de governo eleitorais de noções que compõe o cerne do Consenso de Washington (CW) - espécie de manifesto programático do neoliberalismo. A primeira seção do artigo dedica-se à definição conceitual do objeto (neoliberalismo) e aos aspectos metodológicos relativos à análise dos documentos eleitorais.

A pesquisa envolve 16 países da América Latina, em um total de 62 eleições presidenciais entre 1998 e 2015. Foram analisados 153 programas de governo eleitorais, o que corresponde a igual número de candidaturas à Presidência das nações latino-americanas. Os países analisados são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O fator de seleção foi a disponibilidade dos programas de governo dos candidatos presidenciais. Procurou-se, em cada eleição, incluir os programas dos principais candidatos em disputa conforme o resultado da eleição.

A primeira seção apresenta os fundamentos teóricos da compreensão sobre as categorias discursivas adotadas para identificar a adesão dos programas de governo ao ideário neoliberal e esboça a estratégia metodológica de análise de conteúdo utilizada em sua mensuração. Esta estratégia está mais bem reportada em outro trabalho (Oliveira, 2015, 2016a). Os dados brutos utilizados estão reportados no Banco de Asserções Programáticas (BAP), disponível para download, que também informa os documentos utilizados na análise e os partidos patrocinadores de cada candidatura

(Oliveira, 2016b).

A segunda seção dedica-se a apresentar graficamente o comportamento das diferentes agremiações, em sua adesão às proposições do CW expressa nos programas de governo presidenciais, durante o período de pesquisa. Realiza-se uma análise descritiva dos dados encontrados, destacando quais as proposições mais duradouras em cada contexto nacional, entre os partidos de situação e de oposição.

A terceira seção realiza uma leitura abrangente da presença, manutenção e transformações da ideologia neoliberal na política do subcontinente latino-americano. Identifica os países e partidos que exibem trajetórias semelhantes sobre a adesão ao neoliberalismo. Em conclusão, busca-se destacar elementos da análise dos programas de governo que permitem apresentar explicações sobre a manutenção das opções neoliberais na política da América Latina ao longo dos anos 2000.

O neoliberalismo, interpretado programaticamente a partir das proposições que formam o CW, atravessou os anos de governo de presidentes progressistas na maioria dos países da América Latina, tanto como elemento da identidade dos partidos que lhes fazem oposição, quanto no conteúdo das próprias bases programáticas de seus mandatos. Estudar sua persistência ao longo deste período ajuda a compreender como, em seguida, o neoliberalismo pode voltar a assumir o espectro central da discussão política e viabilizar-se como primeira opção das forças que protagonizam a tomada de decisão nos países da América Latina.

.....

*** Augusto Neftali Corte De Oliveira**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGCS/PUCRS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

O CERCEAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS NO REGIME DITATORIAL NAS CIDADES INTERIOANAS DO BRASIL

*Thamires Viana De Andrade

O artigo tem a intenção de fazer uma viagem ao longo do tempo, ressaltando momentos históricos que foram incisivos para o surgimento dos direitos humanos e para consolidação da democracia; e, a partir disso, compreender melhor o cerceamento dessas garantias no período da ditadura militar no Brasil, mais especificamente nas cidades interioranas, como, Vitória da Conquista. Ademais, destaca-se a aquisição da segurança jurídica para a prevalência da dignidade da pessoa humana através da Constituição Federal de 1988 e da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos Degradantes. Para o presente trabalho foram feitas entrevistas com advogados, políticos e professores que sofreram atos de tortura e foram submetidos a prisão durante o período ditatorial. Faz-se necessário, a princípio, elencar as características fundamentais dos direitos humanos a fim de perceber a sua pertinência. Sabe-se que estes, positivados ou não, têm a finalidade de resguardar a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a liberdade, a solidariedade; e que isso é feito através do controle do poder estatal e da garantia de condições mínimas de desenvolvimento da personalidade do ser humano. É certo, ainda, que essas garantias devem ser universais - legítimas para todas as pessoas. Ou seja, as orientações pessoais dos indivíduos não podem impedir a proteção destas. Dessa forma, depreende-se que os Direitos Humanos são um conjunto de prerrogativas que devem ser atribuídas como essência pura pelo ser humano para que este possa ter uma vida digna. Após decorrido muitos anos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que foi um marco histórico, e seguindo uma linha cronológica de pensamento, percebe-se que mesmo com esses direitos adquiridos e com esses ideais difundidos, ocorreu um período traumático no mundo que foi a Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939 e encerrada em 1945. Com isso, ficou notório a importância de se pensar em um documento de valor universal e assim começou a ser construída a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa que, representa um marco inicial em relação a aquisição de direitos pelos cidadãos e também uma reação contra tratamentos desumanos.

Com o término da Segunda Guerra e após a criação da Organização das Nações Unidas, ambas em 1945, líderes de vários países decidiram buscar um meio de nunca mais ser permitido atrocidades como as que ocorreram na guerra. Dessa forma, assim como foi visto da Revolução Francesa, foi criado um guia com direitos aplicáveis a todos os cidadãos para garantir-lhes a dignidade.

No âmbito brasileiro, percebe-se que a história é marcada pela extrema violação dos direitos humanos. Nesse contexto, destaca-se a ditadura militar, em 1964; quando, sob a aparente prerrogativa de assegurar a segurança nacional e conter o avanço do socialismo, se estabeleceram subseqüentes atos institucionais responsáveis por um

recrudescimento cada vez maior do regime e pela personificação do desrespeito a dignidade da pessoa humana. Com o golpe militar e a instabilidade política iniciou-se um regime de força, comandado pelo governo militar. Então, a constituição de 1946 sofreu várias modificações arbitrárias a partir dos atos institucionais. No final de 1966, por meio do Ato Institucional n. 4, o Congresso Nacional discute, vota, e por fim promulga uma nova Constituição, em 24 de janeiro de 1967. Vê-se que a constituição de 1967 não foi compatível com os direitos humanos pois restringiu a liberdade de opinião, regrediu no âmbito dos direitos sociais e manteve as exclusões políticas decretadas sob a égide dos atos institucionais. Quando se fala no regime de exceção brasileiro, é comum a alusão imediata às capitais e aos grandes centros. Com isso, pouco se aborda sobre as cidades do interior, como Vitória da Conquista, no estado da Bahia. Então, percebe-se a necessidade desse resgate e compreensão; de forma a apontar as arbitrariedades cometidas e a afronta aos direitos humanos nesse período. Após 20 anos de ditadura militar no Brasil, a Constituição Federal de 1988 veio consolidar a democracia do país. Também conhecida como Constituição cidadã, ela garante a dignidade da pessoa humana e assegura garantias e liberdades individuais. A Constituição Federal, após um longo processo de elaboração e votação de seu conteúdo, foi promulgada em 05 de outubro de 1988. E nela no seu art. 1º, V, tem a garantia da dignidade da pessoa humana e no seu art. 5º, III, diz que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Também é no art. 5º que a Constituição garante ao cidadão o direito à propriedade, à liberdade de ir e vir, de se expressar, de escolher a sua religião e de ter garantida a inviolabilidade de seu lar. É evidente a importância estar sempre acompanhando os direitos humanos na seara nacional e internacional, para evitar divergências que possam cercear o direito a dignidade de qualquer indivíduo. A Carta Magna brasileira de 1988, dispôs de forma clara a sua proteção inquestionável aos direitos humanos, definindo a sua proteção ao povo brasileiro. Mas é notório que, embora tenha ocorrido tantos avanços o povo nunca pode deixar de vigiar e lutar pelos seus direitos, principalmente na busca pela igualdade de gêneros, raças e pelas liberdades individuais que por mais que estejam asseguradas na Constituição, diariamente são desrespeitadas.. A proposta deste artigo foi relacionar a evolução dos direitos humanos com a arbitrariedade cometida durante 20 anos na ditadura. Fica nítido a relevância de se fazer estudos desse tipo como forma de resgatar para melhor compreender esse período. E ainda, vale ressaltar o que disse Nudd David de Castro (2014), ex-presos políticos conquistenses “A juventude deve aprender o que foi a história para que não se cometam novos erros”. Este trabalho é também uma ação denunciadora dos casos de violações dos Direitos Humanos cometidos em Vitória da Conquista pelo poder militar. Constata-se a importância de conhecer essas violações a fim de evitar o retrocesso, já que “aqueles que não conhecem a história estão fadados a repeti-la” (Edmund Burke, 1761).

.....

* Thamires Viana De Andrade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Vitória da Conquista, Brasil

Resumen de ponencia

O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO CONSTITUCIONAL: DEMOCRACIA OU MERITOCRACIA?

*Clóvis Marinho De Barros Falcão

*Isabella Bastos Isabella

*Thayse Edith Coimbra Sampaio

1 INTRODUÇÃO

O surgimento dos ideais de direitos humanos se relaciona diretamente ao caminho traçado pela sociedade revestido dos paradigmas estatais de: Estado de Direito Liberal, influência do iluminismo, baseado no respeito à liberdade e à individualidade, e na ideia Estado mínimo; seguido pelo Estado de Direito Social, oriundo dos movimentos sociais coletivos e dos trabalhadores, alicerçado na concepção de Estado interventor ou Estado do Bem-Estar Social; e, na esteira, do Estado Democrático de Direito, representante do momento atual, fundamentado na isonomia entre Estado e Cidadão, no poder de representação e nos ideais de possibilidade, equilíbrio.

Com efeito, ante a necessidade de se resguardar o cidadão frente às ingerências do poder, seja este exercido pelo Estado, ou pelo particular dotado de instrumentos de subordinação do outro, econômicos, culturais, psicológicos, físicos ou sociais, deflagrou-se a busca pelo nivelamento das relações sociais pautada pelas noções de paz e justiça social, e procurou-se estabelecer uma série de garantias e direitos intangíveis, compreendidos como naturais de todo ser humano, que, com o passar do tempo, vieram a ser, a partir do abandono da internalização início do processo de internacionalização, com vistas a alcançar efetividade e em face de seus caracteres universalistas, positivados nos mais elevados meios normativos estatais, a saber, as Constituições Federais.

Nesse sentido, a Carta Magna brasileira de 1988, carro chefe do regime político democrático no país, seguindo a progressiva humanização do ordenamento jurídico, introduziu significativas evoluções na proteção dos direitos fundamentais de tal modo que passou a irradiar seus preceitos para os demais âmbitos do Direito, notadamente para o Direito Processual e, sobretudo, Processual Cível, até então de escopo estritamente privado e individualista, como forma de resultado de um longo caminho iniciado na América por Eduardo Juan Couture Etcheverry, processualista uruguaio, até a concretização doutrinária do ramo conhecido por Processo Constitucional.

Destarte, referido processo de desenvolvimento da Constitucionalização Processual, direcionou-se para a conformidade com os postulados do regime democrático então em voga, ao menos em tese. Diz-se isto, pela observância do início do processo de falência deste regime, ou mesmo sua possível inexistência, no que toca à obediência satisfação de seus ditames, sobretudo, as aspirações isonômicas pregadas pelo mesmo, em virtude da má gestão representativa, bem como da impossibilidade de onipresença e onipotência estatais. Neste ponto, afim de suprir as carências executivas

do mesmo, observa-se uma tendência judicializante das relações sociais no afã de ver satisfeitas respectivas pretensões pelo judiciário, vista seu poder simbólico de efetivador da justiça.

E, assim, nasce e se enraíza paulatinamente a ideia de meritocracia no seio da sociedade, da jurisdição e do processo, em virtude da constitucionalização dos Direitos Humanos e do Direito Processual, representando inúmeras consequências jurídicas, políticas, econômicas e sociais a serem, então, estudadas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo basear-se-á nos Métodos Hipotético-Dedutivo e Dialético, considerando os fatos conhecidos, inseridos no contexto social, político, econômico e jurídico, formulando hipóteses e buscando soluções para as mesmas de forma dinâmica.

Para tanto, a pesquisa utilizará o seguinte material: levantamento bibliográfico de obras doutrinárias e estudos jurídicos e sociológicos sobre os temas analisados; legislação nacional pertinente; jurisprudência dos tribunais relativa aos assuntos em questão; entrevistas e aplicação de questionários para levantamento qualitativo com agentes do poder judiciário e cidadãos comuns; estudo crítico do material bibliográfico e de pesquisa com busca meios e caminhos viabilizadores de melhorias para as problemáticas apresentadas.

3 DISCUSSÃO

Questiona-se no presente trabalho se a influência dos ideais de Direito Constitucional, sobretudo no que toca aos Direitos Humanos e garantias fundamentais, no desenvolvimento dos sistemas processuais cíveis, serve a assegurar os princípios universais e democráticos ou a legitimar posturas elitistas e meritocráticas no seio da sociedade e da própria jurisdição. Com efeito propõem-se os seguintes problemas:

1. Como o ingresso dos Direitos Humanos no plano constitucional repercutiu no plano jurídicosocial?
2. Quais foram as mudanças de paradigmas de Estado e quais suas influências nos ordenamentos jurídicos pátrios?
3. Como surge a necessidade de ingerência do Direito Constitucional no Direito Processual e a tentativa de conciliação destes?
4. Como se opera o equilíbrio entre a relativização dos direitos privados frente ao poder de interpretação judicial?
5. Quais as possíveis falácias jurídicas no regime democrático? Seria este uma utopia?
6. Como a meritocracia influencia o pensamento social e o Processo Constitucional?
7. Como a tendência judicializante pode ser manejada pelos agentes que compõem a jurisdição?
8. Como se dá o embate entre a busca pela justiça social e o monopólio do poder?

4 CONCLUSÕES

Ora, é certo que, nos dias atuais, os Direitos Humanos e garantias fundamentais se encontram inseridos no centro do pensamento jurídico e dos ordenamentos legais, na

Carta Magna, da grande parte dos Estados. Da mesma forma, toda estrutura estatal organizada se baseia em um sistema de normas jurisdicionais com vistas a regular as relações verticais e horizontais existentes no cotidiano da vida em sociedade, logo, o Direito e a Jurisdição são considerados como pilares da vida humana moderna e instrumentalizados por meio do Processo, de acordo com seus ditames e ritos. Por outro lado e ao mesmo tempo em que se fortalecem as ideologias voltadas à justiça social e a sua efetivação, nota-se que seu maior ponto de auxílio se encontra no Poder Judiciário, em face das omissões, liberalidades excessivas e precariedades cometidas pelos Poderes Executivo e Legislativo. E, neste momento que, aliada às noções de possibilidade e proporcionalidade, abre-se espaço para a discricionariedade jurisdicional frente à tendência social judicializante das demandas, nestas inseridas as contendas de direito privado, agora lidas sobre o prisma constitucional humanizado. Deste ponto, inicia-se o fortalecimento do poder simbólico das autoridades e atores institucionais dos órgãos jurisdicionais e endurece-se a visão elitista de meritocracia legitimadora do poder em concorrência aos ideais democráticos de representatividade, representando graves riscos ao pensamento e desenvolvimento social.

Nesse contexto, observa-se que tal processo de Constitucionalização dos Direitos Humanos Fundamentais influenciou o pensamento social, político e jurídico, e os efeitos causados na estrutura e organização institucional, social e estatal atuais, colaborando à reflexão crítica dos sistemas existentes e dos mecanismos de legitimação do poder. Contudo, contribui, por fornecer base ideológica de legitimação, para ingerência de poderes sobre outros e sobre a realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Walber de Moura. Manual de direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais, balanceamento e racionalidade. In: Ratio Juris, v.16, n. 2, jun. Trad. Menelick de Carvalho Netto, 2003.

_____. Justificação e aplicação das normas. In: Ratio Juris, v. 6, n. 2, jul., 1993.

_____. Uma teoria dos direitos constitucionais. In: A theory of constitutional rights. Trad. Julian Rivers. Pósfácio. Oxford/New York: Oxford University Press, 2002.

BARBOSA, Livia. Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 2 ed. São Paulo: Editora, 2010.

BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOTTON, Alain de. Desejo de Status. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires; e MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAMPOS, Benedito de. Constituição de 1988: uma análise Marxista. São Paulo: Alfaomega, 1990.

CARVALHO NETO, Menelick de. A Hermenêutica Constitucional sob o Paradigma do Estado Democrático de Direito. *Notícia do Direito Brasileiro, Nova Série*, n. 6. Brasília: Editora UnB, 2º semestre de 1998, p. 233-250.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DWORKIN, Ronald. O império do direito. cap. 6 e 7. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre a facticidade e a validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997. v. 1.

_____. Direito e democracia: entre a facticidade e a validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997 a. v. 2.

_____. A inclusão do outro: estudos de teoria política. Trad. George Spender; Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Jurisdição Constitucional e tribunais constitucionais. São Paulo: Atlas, 2000.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 3.ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fu

.....

* Clóvis Marinho De Barros Falcão

UFS. Aracaju, Brasil

* Isabella Bastos Isabella

UFS. Aracaju, Brasil

* Thayse Edith Coimbra Sampaio

UFS. São Cristóvão, Brasil

Resumen de ponencia

O PAPEL DOS TRIBUNAIS ELEITORAIS COM RELAÇÃO À CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E EXERCÍCIO DA CIDADANIA DOS JOVENS BRASILEIROS

*Thaís Teixeira Da Silva Cabral

É cediço que a estrutura de poderes no Brasil é tripartida, nos moldes formulados por Montesquieu, já que assim vigora desde a primeira Constituição republicana de 1891. Essa divisão de poderes confere funções estatais, quais sejam, legislativa; executiva e jurisdicional, a órgãos que recebem os respectivos nomes. Assim, ao Poder Legislativo incumbe a função típica de legislar mediante produção de normas gerais e abstratas; ao Poder Executivo cabe a execução das leis e a gestão pública com atribuições políticas e administrativas e, por fim, ao Poder Judiciário restou a função de prestar a atividade jurisdicional de aplicar as leis casuisticamente nas lides. Contudo, a eles é conferida a possibilidade do exercício de funções atípicas no desempenho satisfatório de suas atividades. Todos exercem com independência e harmonia suas funções, porém num sistema de freios e contrapesos (Checks and Balances) para que desvios ou abusos sejam controlados.

A partir dessa compreensão, visualiza-se o mecanismo de funcionamento estatal, onde, através desses poderes manifestados por seus órgãos, que exprimem, nada mais nada menos, do que uma vontade humana de quem os representa, os exerce e os compõe, se realiza a democracia e seus valores essenciais. Por se tratar, portanto, de uma opção de regime em que o poder emana do povo, direta e indiretamente, há que se garantir direitos e condições para o exercício desse poder e, por conseguinte, para a consecução de seu fim último: harmonia social e bem estar geral. Sendo assim, a Constituição de 1988 previu direitos fundamentais e medidas assecuratórias para seu exercício. Mas apenas isso não basta. É preciso participar e para participar é preciso conhecer.

Nessa esteira, e tomando-se por base a cidadania como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e a sua expressão na triangularização dos direitos históricos: civis, políticos e sociais, coadunando-se com o princípio da soberania popular, tem-se o direito à educação como fundamental para o preparo do seu pleno exercício. Diante de tais premissas, pode-se estabelecer um encadeamento lógico entre educação, como corolário do direito à informação e do acesso a cultura, além do tradicional ensino; participação política e cidadania, se perfazendo para a concretude dos valores apregoados no documento de máxima autoridade no país.

Destarte, conscientizando-se a respeito desse silogismo, de sua responsabilidade social e da necessidade de um olhar para o futuro em termos de percepção política e de participação no processo eleitoral, a Justiça Eleitoral desenvolveu programas/projetos visando a alcançar determinado público-alvo, qual seja, crianças e adolescentes, observando a deficiência/carência dessa faixa etária. Relate-se, todavia, que no período de redemocratização do país, pós ditadura militar, o movimento estudantil,

ávido a exercer o direito de voto nas eleições diretas de 1989 e por meio da campanha “Se liga, 16”, reivindicou o direito de votar para os jovens de 16 e 17 anos, direito esse conquistado pela primeira vez na Assembleia Constituinte e preconizado no art. 14 da Constituição Federal de 1988, mesmo que facultativo.

Através das estatísticas constantes no sítio do TSE, é possível medir o nível de interesse dos jovens, podendo-se constatar que o alistamento de jovens nessa faixa etária (16 a 17 anos) oscila bastante, apresentando um leve aumento no ano referente a eleições municipais, mas com um decréscimo considerável a partir de 2012, provavelmente diante do panorama político, social, econômico e cultural negativo dos últimos anos, o que pode ter desencadeado descrença e apatia.

Inicialmente, em 2003, o Tribunal Superior Eleitoral implantou o Programa Eleitor do Futuro, em âmbito nacional, levando, às escolas públicas e particulares e para o ensino fundamental e médio, aulas, palestras, materiais didáticos, simulações de eleições dentre outros recursos, a fim de aproximar os alunos de temas políticos correlacionando-os aos problemas sociais. Contam também, em contrapartida, com o apoio dos diretores e professores mediante a implementação de recursos pedagógicos lúdicos, além de parcerias com órgãos públicos e entidades civis.

Assim, consubstanciados por um movimento que contribua para a efetivação desses programas, os Tribunais Regionais Eleitorais, nos âmbitos estaduais, desenvolveram projetos sociais nesse sentido, adaptando-os às peculiaridades de seu Estado e aplicando-os conforme sua realidade, razão pela qual possuem a liberdade de elegerem os moldes pelos quais e a faixa etária com a qual pretendem trabalhar.

Atualmente, e em consonância com esse ideal, foi instituído também o programa #partiumudar, com a cooperação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ademais, sucumbindo-se à globalização, o Brasil integra, dentre 25 países, a rede mundial de educação para o eleitor veiculada pela voice.net (voter information, communication & education network), por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, em que se compartilha experiências e conhecimentos, constituindo uma importante fonte de amadurecimento no que tange à educação para cidadania.

Frise-se que tais projetos sociais encontram-se isentos de partidarismos e ideologias, onde o Poder Judiciário, em exercício de função atípica, abre suas portas, literalmente, e sai da inércia para levar até os estudantes informação e educação cívica acerca do processo político democrático. É o reconhecimento de que a construção da esfera pública se dá pela possibilidade de participação das pessoas.

Trata-se, portanto, de um processo de democratização voltado ao exercício da cidadania do eleitor. Democratização seria levar ao povo o direito de ser povo na figura de sua soberania, mediante garantia de sua participação. Mas como? Através da educação e da informação, que, ao final, num caráter transversal, fundamentaria/viabilizaria as políticas sociais.

Pode-se concluir, dessa forma, que para votar tem que se educar, inclusive para não se sujeitar ao alvedrio de possíveis manipulações de opinião, sobretudo em tempo de campanhas políticas e de divulgação das pesquisas eleitorais.

Por fim, o que se pretende, por meio de referencial teórico, é demonstrar que os Poderes não apenas devem exercer suas funções típicas, mas, antes de tudo, tem um papel social a cumprir, buscando essa aproximação com seus cidadãos, para atingir o fim a que se destina, já que sem informação e sem educação não há democracia.

.....

*** Thaís Teixeira Da Silva Cabral**

Universidade Federal Fluminense UFF. NITEROI, Brasil

Resumen de ponencia

O PARTIDO DEMOCRÁTICO DO PARANÁ E A CONTESTAÇÃO ÀS OLIGARQUIAS (1927- 1930)

*Natália Cristina Granato

Este trabalho objetiva debater as principais propostas do Partido Democrático, organização política que surgiu no ano de 1926 no estado de São Paulo, Brasil. Tal agremiação se espalhou posteriormente por outros estados da federação no contexto da Primeira República ou “República Velha” (1889-1930). Este período ficou marcado pelo domínio político e econômico exclusivo de oligarquias dominantes nos estados, impossibilitando a participação democrática de amplos setores da sociedade, através do jogo político regional, familismo, fraudes eleitorais e restrições do direito ao voto para a maioria da população brasileira. No presente trabalho, nos deteremos na análise da seção do estado do Paraná, fundada no ano de 1927. Tal organização fazia parte de um plantel de movimentos sociais anti oligárquicos que se intensificaram na década de 1920, que foi caracterizada pelos primeiros passos da urbanização e industrialização, trazendo consigo as inquietações de segmentos sociais como os operários, os comerciários, os profissionais liberais, entre outros. Tais agrupamentos sociais se organizaram em sindicatos, partidos e outras organizações de protesto social como o movimento que ficou conhecido como “Tenentismo” para lutar contra o sistema político e social oligárquico. Nesse contexto, surge o Partido Democrático, uma dissidência dos grupos estaduais oligárquicos hegemônicos, que se auto intitulava como uma organização que defendia os interesses de amplos setores sociais, clamando em prol dos anseios da indústria, do comércio, da classe média e da classe trabalhadora. Identificaremos quais eram as suas críticas ao sistema político oligárquico e as propostas “democráticas” do partido. Investigaremos qual foi a postura tomada pela agremiação na Revolução de 1930, buscando pontos de rupturas e continuidades em relação ao sistema político anterior. Para isso, analisaremos prosopograficamente os perfis dos membros de sua diretoria, coletaremos informações nos periódicos “Diário da Tarde” e “O Dia”, tais como manifestos, atuação política nas eleições, posicionamentos de seus dirigentes, entre outros dados empíricos, objetivando averiguar qual era o sentido da democracia para esta instituição política e alguns dos seus dirigentes. Prosopografia ou biografia coletiva, segundo Lawrence Stone, é uma técnica que investiga características comuns de um grupo de atores através de um estudo coletivo de suas trajetórias de vida. Coletaremos variáveis biográficas como nome, filiação, local de nascimento, cargos políticos ocupados, profissão e partido político de origem dos agentes que faziam parte da direção do Partido Democrático do Paraná. Nosso referencial teórico embasa-se nos estudos de Pierre Bourdieu a respeito do “campo” político permeado de disputas e conflitos. Entendemos os dirigentes do Partido Democrático do Paraná como agentes dotados de determinados habitus. Tal conceito corresponde ao mundo social incorporado pelos indivíduos através da socialização, tornando as práticas e

representações dos indivíduos que compartilham habitus parecidos regradas e regulares. Segundo Bourdieu, o habitus varia segundo a posição que os agentes ocupam em determinado espaço do mundo social. Os espaços sociais são denominados por Bourdieu de campos. Cada campo possui diferentes espécies de capital, como o econômico, o político, o cultural, o social, o simbólico, entre outros. Os campos possuem relativa autonomia entre eles, articulando-os entre si. As diferentes espécies de capitais das quais os agentes são portadores são decisivos para localizar a posição que determinado agente ocupa no campo político. Pensando a política paranaense no contexto pré-Revolução de 1930 a partir das indagações teóricas de Pierre Bourdieu, nos deparamos com os agentes do campo político integrantes de organizações político-partidárias que participaram dos acontecimentos anti-oligárquicos, dotados de determinados habitus. Concentraremos nossas atenções na análise dos atributos e heranças sociais destes agentes, relacionando-a com suas práticas no “jogo político” no qual os mesmos estavam inseridos. Nos debruçaremos sobre a atuação destes dirigentes e seus grupos familiares na Revolução de 1930, verificando se tal acontecimento político potencializou os capitais destas oligarquias não-hegemônicas que estavam insatisfeitas com o jogo político característico da República Velha. Boa parte da literatura sobre a Revolução de 1930 no Brasil caracteriza este processo como “modernização conservadora”. O conceito de Barrington Moore Junior é aplicado ao caso brasileiro para a explicitação de que não houve uma “Revolução” no estilo clássico do termo e sim uma ruptura de estilo conservador. A burguesia brasileira e os interesses urbanos e industriais não conseguem impor totalmente frente às antigas classes dominantes, como é o caso das oligarquias rurais. Refletiremos sobre este fenômeno tendo como referencial a literatura especializada do período que discorre sobre o Estado, os partidos políticos e as formas de participação política no Brasil, com foco na reflexão sobre a democracia e seus desafios de efetivação.

.....

*** Natália Cristina Granato**

Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-graduação em Sociologia - UFPR/PPGSOCIO. Curitiba, Brasil

Resumen de ponencia

O PROCESSO DECISÓRIO NO MERCOSUL E A MOBILIZAÇÃO DA CLÁUSULA DEMOCRÁTICA NO IMPEACHMENT DE FERNANDO LUGO

*Tainá Estanislau Siman Alves

O processo de criação e desenvolvimento do Mercosul se deu desde o primeiro momento com o sistema latino-americano democrático como plano de fundo. Ele se tornou possível e foi construído logo após o processo de redemocratização dos Estados, e tem se fortalecido institucionalmente a partir de valores democráticos, que trouxeram evolução para o bloco a partir do Protocolo de Ushuaia (1998) e o Protocolo de Montevideo (2011). Ao longo do tempo, o Mercosul avança com um sistema decisório intergovernamental e presidencialista, o que justifica-se, segundo alguns autores, nos princípios de reafirmação de soberania estatal latino-americana e barreira contra a intervenção internacional, presente no histórico de muitos países latino-americanos.

Em sua primeira mobilização, o Protocolo de Ushuaia foi utilizado no caso do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, ocorrida em 2012. Lugo sofreu um impeachment que foi julgado pelos países-membros do Mercosul como um processo doméstico não-democrático, já que o presidente não teve o direito à defesa. A Venezuela é incorporada ao bloco logo após a sua suspensão do Paraguai, já que este país constituía o único veto no processo de adesão da Venezuela ao bloco. Assim, o objetivo desse artigo será trazer um reflexão sobre instabilidade democrática, processos decisórios e intervenção na América Latina, e de que maneira essas práticas se refletem nas nossas instituições.

A hipótese é que a Cláusula Democrática do Mercosul é mobilizada exclusivamente pelas dinâmicas de poder dentro do bloco ao invés de um compromisso real com valores democráticos ou respaldo jurídico. Isso significa que a cláusula democrática teria sido mobilizada no caso do impeachment de Fernando Lugo como forma de derrubar o veto do Paraguai na adesão da Venezuela ao bloco.

Esse fator levaria à reflexão sobre os conceitos de democracia na América Latina e como eles são utilizados como ferramenta política: O que significa utilizar-se de uma cláusula democrática para derrubar um veto na instituição? O afastamento de um país-membro como manobra política não enfraquece a confiança dos atores no bloco? É possível afirmar essa instrumentalização como ferramenta de possíveis intervenções? Outra hipótese levantada é a necessidade de trazer debates da adoção de um modelo não necessariamente intergovernamental-presidencialista nas decisões do arranjo da instituição.

A fim de levantar essas reflexões, a primeira sessão do artigo tratará do processo de construção da cláusula democrática do Mercosul e sua justificativa, além de como se dá o processo decisório na instituição (intergovernamental ao invés de supranacional) juntamente com as possíveis justificativas de adoção desse modelo.

A segunda sessão faz uma análise histórica sobre as causas domésticas do impeachment juntamente com se esses atores tinham interesses na incorporação da Venezuela ao bloco. A análise interna será seguida da externa, que contém o posicionamento e os discursos utilizados pelos Estados Membros na mobilização da Cláusula democrática, e se eles são condizentes com os princípios e valores de sua elaboração. Serão pesadas as conexões das causas internas e externas do processo de impeachment e até que ponto elas estariam conectadas.

A terceira sessão irá trazer diferentes reflexões sobre a mobilização da Cláusula Democrática do Mercosul, e serão levadas em conta na construção das conclusões objetivadas nesse artigo: (a) os motivos que levam à criação da cláusula (sua justificativa); (b) a relação entre a participação externa e o processo de impeachment; e (c) a possibilidade de um diferente outcome em um Mercosul supranacional. Por fim, o objetivo do artigo está em provar se existem determinadas ironias no processo político latino-americano: utilizar-se de valores democráticos para burlar um processo decisório pautado na democracia, e utilizar-se do argumento de decisão intergovernamental, pautado na não intervenção, em um processo que poderia ser considerado, até determinada medida, interventório.

.....

* Tainá Estanislau Siman Alves

Universidade Estadual do Rio de Janeiro UERJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

O REFORMISMO REALIZADO NO GOVERNO LULISTA E AS CONDIÇÕES QUE ABRIRAM CAMINHO PARA O GOLPE DE 2016

*Lara Izabella Tosta Arantes

Seria errôneo tentar entender o fenômeno do lulismo desvinculado do cenário político brasileiro que se desenhou desde o golpe militar de 1964 até as eleições de Luís Inácio Lula da Silva em 2002.

A ditadura militar, mesmo conseguindo alcançar um período de grande crescimento da economia conhecido por Milagre Econômico (que trazia, nas palavras de Singer, a expansão do setor dinâmico, porém com o aumento da desigualdade), não refletiu num crescimento que beneficiasse a maior parte da sociedade. Para Maar (2016, p.227), o regime ditatorial iniciou um processo de privatização do Estado objetivando, assim, “torná-lo adequado à sua função de instrumento de dominação de classe, mas também orientado para desfigurar a dimensão pública ainda incipiente em seu sentido universal-popular no Brasil”.

Assim, as políticas econômicas da época induziram a um aumento da concentração de renda, produzindo um abismo entre a classe média e os pobres. Estabeleceu-se, desta maneira, de acordo com Singer e Loureiro (2016) demandas civilizatórias, que culminaram na transição para a democracia e a promulgação da Constituição de 1988 que vieram paulatinamente a lançar-se no lulismo, uma vez que segundo Maar (2016) o processo de privatização iniciado na ditadura persistiu e até foi reforçado nos governos que antecederam ao de Lula.

Para os autores supracitados, com a política econômica adotada por Lula, beneficiada pelo boom das commodities, conseguiu-se, ainda que em mínima escala, uma redução da desigualdade, principalmente pelo aumento do salário mínimo e expansão do emprego, além da implantação de programas como o Bolsa Família, o apoio cedido à pequena agricultura, subsídio à moradia popular, ampliação do acesso à universidade, contudo, sem transformações radicais na relação capital-trabalho, o que caracteriza uma política de reformismo fraco. Os “moinhos satânicos” do capital (conceito ostentado por Karl Polanyi) não eram detidos, embora houvessem medidas para fortalecer as massas populares, que de acordo com Singer e Loureiro (2016) não impediram que o capitalismo predatório fizesse seu curso e pôde ser observada uma sequência de fatores antagônicos combinados, que seria típica do cenário político-econômico historicamente observado no Brasil.

Essa conjuntura de reformismo fraco possibilitou a sobrevivência mútua de contradições como o assalariamento precário com acesso facilitado à universidade; a ampliação do crédito educacional às universidades privadas e o Reuni (Programa de Reestruturação às Universidades Federais), medidas para a agroecologia e ao mesmo tempo fomento ao agronegócio, uma reindustrialização com oposição dos industriais e “autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação

cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas.”

Segundo Singer e Loureiro (2016), tais contradições podem ser vistas com ainda maior clareza no mundo rural: liberação dos alimentos transgênicos em 2009 que tornou o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, além do avanço da fronteira agrícola sobre biomas vulneráveis como a Amazônia, a caatinga e o cerrado, aumentando a concentração fundiária e dos conflitos rurais, o congelamento da reforma agrária e da redistribuição de terras, ao mesmo tempo em que foram ampliadas as verbas e políticas públicas destinadas ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar). O agroextrativismo exportador baseado na monocultura garantiu o superávit da balança comercial. Os projetos de reforma agrária ficaram praticamente inertes e o agronegócio acabou sendo o setor mais beneficiado, em detrimento das comunidades tradicionais, que junto às políticas ambientais não avançaram em suas demandas.

O reformismo fraco matizou todos esses contrassensos que depois voltaram à tona nas eleições de Dilma Rousseff em 2014, levando-nos a uma reflexão do tipo do duplo poder que se cria nessa forma de reformismo, como se tencionam seus atritos e que tipo de cidadão é criado: um sujeito ou um consumidor político?

Para Singer (2012), o caráter ambíguo do lulismo dificulta sua interpretação. A vitória de Lula nas eleições de 2002, de certa maneira ainda trazia marcas de seu passado no movimento operário nos anos de 1980, porém a política econômica adotada quando assume o poder é conservadora e a ordem neoliberal estabelecida nos mandatos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso é mantida concomitantemente à adoção de medidas de combate à pobreza, que ativando o mercado interno, proporcionaram certo grau de crescimento econômico, distribuição de renda e incorporação social de grupos historicamente excluídos.

Há, assim, uma troca de posição social, que se refletirá nas eleições de 2006, período em que já começa a se desenhar uma “eleição de classes”, refletida nas decisões tomadas no primeiro mandato do presidente, que passam a afastar a classe média (afastamento catalisado também pelo escândalo do “mensalão”) e gerar grande identificação por parte do contingente pobre. Importante lembrar que em 1989, Lula foi derrotado pelas intenções de voto justamente dos mais pobres que à época apoiaram Collor. É importante ressaltar que o Partido dos Trabalhadores começa sua história com as camadas mais pobres do Nordeste a partir de 1989, ao passo que o PSDB configurava-se como um partido de classe média.

As medidas adotadas por Lula no primeiro mandato e intensificadas no segundo, somadas ao contexto favorável da economia internacional da época caminharam para a redução da pobreza e fomento do consumo interno no país. Desse modo, Lula optou por um modelo intermediário ao neoliberalismo seguido na década anterior, beneficiando-se da onda de expansão mundial. Singer e Loureiro (2016) apontam que coube a Dilma retomar uma intervenção do Estado mais ativa na economia, quadro que caracterizam como brizolista. Nesse sentido, destacam que aumentou-se o número de greves e houve um movimento de internacionalização dos sindicatos, ao mesmo tempo em que se assistia a um movimento de walmartização forma de trabalho (aumento da produtividade e do lucro às custas de salários reduzidos e aumento do ritmo de trabalho).

Cumpre-nos esclarecer que a vitória de Lula gerou a expectativa de um programa de

fato reformista, que poderia, inclusive, culminar numa radicalização entre proletariado e burguesia; entretanto, o que se seguiu foi uma revolução passiva, que atendia a parte da agenda dos subordinados e em ritmo lento, que para Singer (2012, p.45-46) “cria-se a ilusão de ótica da estagnação para, na realidade, promover modificações em curso.”. Considerando que a desigualdade brasileira é uma das maiores do mundo, esse movimento faz-se vagaroso em favor das mudanças que necessitam ser concretizadas.

Em 2006, um rearranjo das bases sociais delineia o que entendemos pelo fenômeno do lulismo. Nesse ponto, o autor evidencia que nessas eleições o PT não acompanhou Lula na troca de base e o ex-presidente teria saído do foco de um eleitorado urbano e escolarizado para ser acolhido por um popular - movimento esse que partido não seguiu. Singer (2012, p.59) faz uma analogia desse modelo de comportamento político ao que Marx trabalha em O 18 Brumário, que caracteriza a projeção de anseios populares a um personagem vindo de cima “que deriva da necessidade de ser constituído enquanto ator político desde o alto, é típica de classes ou frações de classe que têm dificuldades estruturais para se organizar.”

Seguindo com um projeto de combate à pobreza dentro da ordem capitalista estabelecido, o lulismo formaria sua ideologia própria, unindo forças e bandeiras tidas como incompatíveis. A permanência de uma luta de classes em plena democracia configuraria possibilidades de autodefesa e representação dos trabalhadores formais (com carteira assinada e organização sindical). Os trabalhadores informais e os chamados subproletários (parcela da população que estaria amplamente concentrada no Nordeste), ao contrário, estariam à mercê da crítica da oposição sobre a “bagunça” que estaria se formando mediante às políticas legitimadas.

De alguma maneira, a permanência do quadro chamado de “conservadorismo popular” parece ser a preferência ideológica majoritária no cenário de pós-redemocratização. O PT de hoje não é o mesmo da retomada da República, disposto a revolucionar a sociedade e que inclusive votou contra a Constituição de 1988, apesar da mesma se mostrar progressistas em uma série de quesitos e recusou o apoio do PMDB no segundo turno presidencial em 1989. Hoje, o partido admite fazer as alianças necessárias a uma conquista de um maior número de votos. Os governos seguintes à promulgação da Constituição articularam maneiras de retirar os direitos a ela incorporados, construindo uma democracia neoliberal.

Dando continuidade a um governo que era parte do ciclo do lulismo, Dilma Rousseff defendeu uma intensificação das políticas de distribuição de renda, expansão ao crédito popular, valorização do salário mínimo e expansão do emprego; tudo, porém, sem radicalismo, conforme demonstrado por Singer (2012). Eliminar a pobreza absoluta era uma das grandes metas do novo governo, além da geração de novas vagas de emprego e um aumento de poder de consumo pelos populares.

Quanto ao golpe que tirou Dilma do poder, Singer (2016) esclarece que as forças que o articularam não agiram motivadas por aquilo que o governo concedeu às classes populares, mas pelo não atendimento à demanda dos empresários por um ajuste fiscal mais radical, que alterasse a Constituição promovendo uma reforma previdenciária regressiva e a extinção de proteção trabalhista. Na opinião do autor, o golpe de certa forma ainda fortalecerá o PT, uma vez que Lula lidera as pesquisas presidenciais para 2018, acreditando que haverá intensa resistência popular às medidas antipopulares propostas que afluiria numa inédita radicalização das lutas sociais.

.....

*** Lara Izabella Tosta Arantes**

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais . Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

O VETO POPULAR COMO MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

*Thaiane Cristovam

O veto popular, como classicamente concebido, é mecanismo que permite que a população, por meio de petição, a qual usualmente requer um número determinado de assinaturas, requeira a convocação de um referendo ou plebiscito, no intuito de impedir a elaboração e promulgação de uma Lei pelo Poder Legislativo ou de revogá-la, total ou parcialmente. No Brasil, a Constituição Federal não prevê a possibilidade de utilização deste mecanismo, na medida em que, conforme artigo 49, XV, é de competência exclusiva do Congresso Nacional a convocação para utilização dos instrumentos de exercício de democracia direta.

Considerando as potencialidades do veto popular, no presente trabalho, este, para além de sua concepção clássica relacionada ao trabalho do Poder Legislativo, será apresentado no intuito de facultar uma interação entre a sociedade e as Cortes Constitucionais. Portanto, o mecanismo do veto popular será utilizado no intuito de submeter a plebiscito uma decisão judicial proferida pelo Poder Judiciário, em tendo ela por objeto os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Na doutrina estrangeira, o mecanismo de veto popular é conhecido como recall de decisões judiciais. O ex-Presidente norte-americano Theodore Roosevelt, em discurso proferido perante a Convenção Constitucional do Estado de Ohio em 21 de fevereiro de 1912, advogou pela possibilidade de a população revogar decisões judiciais, afirmando que “quando um juiz decide uma questão constitucional, quando ele decide o que o povo como um todo pode ou não, a população deve ter o direito de vetar [recall] a decisão se achar que ela é errada”.

De outra banda, a instituição de um mecanismo que possibilite a revogação de decisões judiciais pode também ser compreendida na esteira do que Mark Tushnet entende por revisão de constitucionalidade fraca. Isso porque, a forma fraca de revisão judicial tem como objetivo a redução desta tensão entre a democracia e a Constituição, reconhecendo, contudo, que deve haver certos limites à governança democrática. Isto é, a revisão judicial fraca “fornece mecanismos para o povo responder a decisões que ele razoavelmente acredita serem erradas que podem ser utilizados mais rapidamente do que uma Emenda Constitucional ou do que processo de apontamento judicial”. Por conseguinte, esta espécie de revisão judicial parte da premissa de que pode haver desacordos razoáveis sobre o que significam os direitos fundamentais e que nem sempre os juízes serão os únicos a apresentar uma interpretação plausível sobre eles.

No Brasil, uma forma de veto de decisões de inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal foi objeto da Proposta de Emenda à Constituição de nº 33/2011, de autoria do ex-Deputado Federal José Nazareno Cardeal Fonteles, hoje

arquivada. Na Proposta de Emenda à Constituição, além de outras modificações, propunha-se a alteração do artigo 102 da Constituição Federal instituindo-se a possibilidade de submissão ao Congresso Nacional das decisões de inconstitucionalidade de Emendas à Constituição proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

A Proposta de Emenda à Constituição objetivava, assim, que nos casos em que o Congresso Nacional manifestasse contrariedade à declaração de inconstitucionalidade de Emenda Constitucional prolatada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, esta pudesse ser submetida à consulta popular. A proposição ia na esteira da modalidade de veto popular que aqui se quer esboçar. No entanto, para que o veto popular possa promover a deliberação, o diálogo constitucional substancial, a troca real de argumentos, e a interação efetiva da sociedade com os demais poderes, a audiência pública demonstra-se instrumento relevante para a promoção destes valores. Isso porque, o simples fato de que se possa submeter a plebiscito uma decisão proferida por uma Corte Constitucional, sem que haja sobre ela um amplo debate público, para as finalidades aqui propostas, não seria capaz de promover um efetivo diálogo sobre a Constituição que se demonstre autêntico em termos democráticos.

Assim sendo, a proposição do veto popular vem acoplada ao mecanismo da audiência pública na medida em que esta se demonstra como uma espécie de “praça pública” onde o povo pode ir debater, escutar e ser escutado, e, então, votar sobre se a decisão do Supremo Tribunal Federal deve manter-se. A audiência pública, portanto, é vista como essencial ao mecanismo de veto popular, precisamente por ser o meio pelo qual a deliberação e a interação entre a sociedade e os demais poderes pode ocorrer.

Para o desenho de uma concepção de veto popular que se aproxime de um mecanismo dialógico, necessárias algumas considerações. Em primeiro lugar, é imperioso delimitar o objeto que pode ser submetido ao instrumento revogatório. Compreende-se, neste sentido, que devem poder ser submetidas ao veto popular as decisões proferidas por uma Corte Constitucional que digam com os direitos e as garantias fundamentais, por representarem, em geral, questões de maior interesse social.

Crucial, também, refletir sobre a instrumentalização do chamamento do veto popular, isto é, sobre quem teria legitimidade para convocar a realização da consulta. Nesse sentir, compreende-se que, na esteira da já arquivada Proposta de Emenda à Constituição de nº 33/2011, o dever de chamamento da realização do veto popular deve ser atribuído ao Parlamento, e a sua instrumentalização realizada pelo Poder Executivo. Desta forma, a interação e a deliberação sobre a validade da decisão proferida pela Corte Constitucional seria não somente desta com a população, mas também alcançaria todos os Poderes.

Aberto o procedimento, deve ser aprazada data para a realização de audiências públicas sobre a matéria, as quais devem ocorrer em período razoável. Isto é, de forma que não se crie um espaço de tempo demasiado grande entre a decisão e a votação do plebiscito. No mesmo sentido, devem participar das audiências públicas todos os juízes que integram a Corte Constitucional, bem como representantes do Poder Legislativo e o Presidente da República, ou representante por ele apontado. Isso porque, somente assim garante-se que o debate abarque todas as esferas do poder e a sociedade civil. Por fim, após o debate público realizado por meio das audiências públicas, a decisão da

Corte Constitucional deve ser submetida a plebiscito popular. É importante salientar que a pergunta tem relevância, de forma que deve ser formulada da forma mais simples possível, tal como, sugere-se: “Você quer revogar a decisão proferida pela Corte Constitucional no processo X”?

Nestes termos, compreende-se que, ainda que possa apresentar muitas falhas, este procedimento faz-se minimamente satisfatório para o estabelecimento de um diálogo constitucional material, cuja substância e potencial deliberativo são alcançados por meio do procedimento de audiências públicas, nas quais todas as partes interessadas (três poderes e sociedade) sejam ouvidas e troquem argumentos em prol e contra a decisão objeto do processo de veto popular. Com isso, possibilita-se que o significado dos direitos e das garantias fundamentais, bem como dos preceitos constitucionais, seja construído conjuntamente pela sociedade e por suas instituições. Acredita-se, com isto, que seja possível abrir-se a possibilidade para que a sociedade delibere em conjunto com as suas esferas representativas, sobre os valores constitucionais.

.....

* Thaiane Cristovam

Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

ORGANIZAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E COLIGAÇÕES NO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

*Zara Rego De Souza

Neste artigo buscamos contribuir para preencher a lacuna sobre os processos eleitorais municipais a partir de uma análise da atuação das organizações político-partidárias na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais, formada por 146 municípios. Pouco se tem investigado sobre a atuação dos partidos políticos nas pequenas cidades do interior. Geralmente, a literatura destaca a fragilidade das organizações partidárias nas cidades que “rendem pouco voto” como consequência da imersão em contextos marcados fortemente por relações de dependência e fortemente hierarquizadas. Além do fato de serem deixadas à deriva pelas cúpulas nacionais e estaduais nas cidades que apresentam menor ou nenhum potencial estratégico (RIBEIRO, 2013). A análise descritiva dos dados sobre os processos eleitorais nas cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais se justifica, então, ao se inserir neste quadro como uma análise da atuação dos partidos políticos em cidades sem 2º turno. Considera-se ainda o fato dessa mesorregião de Minas Gerais reunir cidades que variam em tamanho entre 1.727 a 152.435 habitantes e em nível de desenvolvimento com IDHMs entre 0,643 e 0,787 (IBGE, 2010).

Os dados analisados foram coletados do site do TSE e dizem respeito às eleições municipais entre os anos de 2000 e 2016. As seguintes questões orientaram a análise: quais partidos políticos ganharam as eleições no sul e sudoeste de Minas Gerais? Como os partidos se comportaram ao formar coligações para o executivo nas 10 maiores cidades da região? Descrevemos o desempenho dos partidos nas eleições analisadas e calculamos o número efetivo de partidos (NEP) que atuaram na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Em seguida, analisamos as redes de coligações nas 10 maiores cidades na região. Examinamos a tendência dos partidos repetirem coligações nos municípios.

Os resultados mostram que de 2000 para 2016 houve o aumento no NEP na mesorregião. Nos legislativos municipais passou-se de 8 para 14 partidos atuando na região, com média de 11 organizações por eleição. Nas eleições para prefeito, o NEP passou de 7 para 10, com média de 8 organizações. Observa-se um ganho aparente em representatividade na região, pois mais organizações alcançaram as arenas formais de exercício da política.

Quando analisamos o desempenho dos partidos, destaca-se que o poder político está concentrado em algumas organizações. Embora o sistema partidário tenha aumentado seu potencial para representar interesses, sua configuração na mesorregião analisada revela a concentração de poder nas mãos dos grandes partidos. Nota-se que a vitória dos grandes partidos nacionais é recorrente na região, como era de se esperar PT, PSDB, PMDB, DEM/PFL e PTB se destacam com as principais forças eleitorais na região. Vale observar a trajetória do PT com seu movimento de ascensão até 2012, quando se

destacou como a terceira maior força nos legislativos municipais e o partido com o maior número de prefeituras na região. Todavia, o desempenho eleitoral do PT nas eleições de 2016 sugere que a votação expressiva de 2012 não se sustentou na identificação entre o partido e seus eleitores na região.

Além destes partidos, os resultados eleitorais revelaram partidos intermediários que contribuíram para o aumento do NEP na região. São eles: PR, PSD, PDT, PSD, PPS, PV. Nas eleições de 2016, chama atenção o desempenho dos pequenos partidos que disputaram as eleições na região pela primeira vez. Neste caso, merece destacar a REDE.

A literatura tem destacado que a possibilidade de formação de coligações favorece a chegada ao poder dos partidos pequenos. É possível observar tal movimento nas coligações da REDE nas eleições municipais para prefeito nas 10 maiores cidades da mesorregião. A legenda estabeleceu sete diferentes coligações, liderando apenas uma delas. Seu candidato recebeu apoio dos seguintes partidos: PT, PSD, PSDC, PTB e PDT. Nota-se que embora não tenha vencido a coligação expressou uma aliança de centro-esquerda. Todavia, a literatura destaca que a dimensão ideológica não é uma variável chave para definir a formação de alianças eleitorais. No caso da REDE, é possível observar que a organização esteve ao lado de partidos de direita e de centro ao apoiar candidatos às prefeituras da região. Nota-se, por exemplo, as relações indiretas com DEM e PSDB na coligação liderada pelo PTB.

A análise descritiva das coligações nas 10 maiores cidades da mesorregião mostra que o número de coligações aumentou. Em 2016 registrou-se 21 alianças eleitorais na região. Observou-se uma menor tendência de repetir coligação em mais de uma cidade. Os dados mostram a tendência de formação de coligações locais, alianças em apenas um município (147 laços de coligação). Este dado sugere uma estratégia diferente nas eleições de 2016 em relação às anteriores, o que é confirmado pelo fato dos partidos participarem, em média, de 7 coligações nas 10 maiores cidades.

Utilizamos gráficos que mostram as coligações, para os dados disponíveis, que ocorreram em mais de uma cidade. O nome das coligações é dado pelo partido do candidato à prefeito. Em 2000, as coligações mobilizaram a cooperação entre 9 e 13 partidos. Nas eleições seguintes estes números passaram para 8 e 19, 8 e 21, e 6 e 24. As menores coligações foram encabeçadas pelos seguintes partidos PT, PPB, PDT, PSL e PSDB que conquistaram, respectivamente, 2, 1, 1, 1 e 3 prefeituras. Já as maiores coligações foram lideradas pelas seguintes organizações: PMDB, PFL/DEM, PSDB e PMDB. Os partidos que puxaram essas coligações venceram as disputas eleitorais em 2, 3, 3 e 2 cidades. O partido que adotou uma estratégia mais autônoma foi o PT. Em 2000, o PT liderou 5 coligações e participou de mais uma. Em 2004 e 2012, o PT liderou coligações em 8 cidades e participou em coligações de outros partidos em dois municípios. As eleições de 2016 oferece outro cenário, os partidos se envolveram em mais coligação lideradas por outros partidos. O PT, por exemplo, esteve em 4 coligações lideradas por outros partidos.

Os dados mostram as principais organizações partidárias que atuam na mesorregião analisada. Embora as eleições de 2016 sugere que o sistema partidário esteja passando por mudanças, a análise temporal mostra que o mesmo alcançou algum grau de institucionalização na região, haja vista a presença constante dos mesmos partidos na disputa eleitoral. Notou-se que o sistema se apresenta como multipartidário e revelou uma tendência ao aumento do NEP sugerindo que mais grupos organizados

fazem-se presente na arena formal da política. Os dados também sugerem que as alianças eleitorais marcam o comportamento dos partidos na região e parecem afetar seu desempenho. Todavia, como sugerido pela literatura, tais alianças não se orientam rigidamente pelo viés ideológico, mas responde aos interesses locais dos partidos. O caso da REDE foi utilizado para ilustrar esse argumento. Embora o apoio ao candidato da legenda em uma das 10 maiores cidades da região tenha se sustentando numa aliança de centro-esquerda, indiretamente o partido encontrou-se lado a lado do DEM e do PSDB ao apoiar um candidato do PTB. O caso do PT, por outro lado, mostra como um partido ao perder capital político tendeu a abrir mão do domínio de coligações e apoiar outros partidos.

.....

* Zara Rego De Souza

Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG. Alfenas, Brasil

Resumen de ponencia

OS JOVENS E A DEMOCRACIA: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA INFLUENCIADO PELAS REDES SOCIAIS

*Camila De Vasconcelos

*João Pedro Da Silva Araujo

Pesquisas de opinião pública, nos últimos anos, já apresentavam indícios de instabilidade política nos regimes democráticos da América Latina, uma vez que os cidadãos apresentam baixa identificação com os partidos políticos, uma crescente desconfiança da população com relação as instituições políticas e um desinteresse dos mesmos com a participação política (MOISÉS, 2002 e 2010; GONZÁLEZ, 2016). Tal instabilidade era argumentada na medida em que se considera que a presença de atitudes políticas que possibilitem o sentido de eficácia dos governos democráticos é fundamental para funcionamento das próprias democracias. O que pode se agravar quando atitudes democráticas de desconfiança, satisfação com os regimes podem diminuir o apoio democrático entre as gerações mais jovens.

Almond e Verba (1965) argumentam que a cultura cívica possui os elementos necessários para o desenvolvimento das democracias. Isso porque sua característica central provém de uma congruência entre as atitudes e os comportamentos dos cidadãos, caracterizado por orientações culturais participativas. Desta forma, a existência desta cultura cívica evidencia atitudes que permitiriam a consolidação de estruturas de mediação política, organizando as reivindicações políticas da população. Nesse sentido, Almond e Verba, destacam que é através do processo de Socialização Política em que ocorre a formação dos componentes que irão definir a cultura política das próximas gerações, entre eles, valores democráticos, atitudes políticas, participação política e sofisticação política (CONVERSE, 1964; CASTRO, 1994; BORBA, 2005; ALMOND e VERBA, 1965; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011). Nesse processo, atuam quatro agências que possibilitam essa transmissão, apontadas como as principais pela teoria clássica de socialização política, a família, a escola, a mídia e os grupos de referências (ALMOND, VERBA, 1963).

Mcleod (2000) alertou que o processo de socialização política atual recebe uma influência muito grande da mídia, o que aponta para a importância de considerar os novos meios de comunicação e as redes de amigos no processo de socialização. Assim, a autora recomenda que sejam pesquisas as combinações de agências de socialização política, e não somente suas ações isoladas. Thompson e Hickey (2005), argumentam que as novas tecnologias agem de forma diferente dos outros meios de socialização terciários - televisão e outros agentes de mídia, como rádio, jornais e etc. -, isto porque as novas tecnologias não favorecem transmissão de informações, pelo contrário isolam ainda mais o indivíduo. Entretanto, ainda pouco se sabe sobre a influências das novas mídias no processo de socialização dos indivíduos jovens.

As pesquisas que introduzem o conceito de socialização política no campo da ciência

política foram produzidas em grande medida nos Estados Unidos dentro da perspectiva culturalista (HYMAN, 1959; EASTON, 1965; DENNIS, 1971, SIEGUEL, 1989, ALMOND et. al, 2008). No Brasil, pesquisas sobre o processo de socialização política são realizadas desde os anos 1990 (BAQUERO, 1997 e 2016; SCHMIDT, 2001, LUCAS, 2003; NAZZARI, 2003; CUNHA, 2005; SILVEIRA, 2005, FUKS, 2012). Tais estudos possuem como foco apenas as agências de socialização políticas tradicionais, e ainda são escassos os conhecimentos a respeito do impacto que tais redes sociais podem gerar na formação das atitudes democráticas dos indivíduos jovens.

Neste trabalho, apresenta-se os resultados de uma pesquisa sobre processo de socialização política em duas regiões bastante distintas economicamente, tendo como parâmetro desigualdades econômicas e sociais presentes no Índice de Desenvolvimento Humano. As análises são comparativas entre as duas regiões, a fim de compreender o processo de socialização política com relação as atitudes políticas desses jovens. Considerando-se, principalmente, o impacto do uso das redes sociais sobre as predisposições políticas democráticas, e tendo como variável interveniente a condição econômica desses jovens.

Apresenta-se como hipótese que as atitudes políticas desses jovens são influenciadas pela condição de vida disponível pela sua condição econômica. Assim, tende a ser de apatia política entre os moradores das cidades mais pobres, enquanto os alunos moradores das cidades mais ricas possuem atitudes políticas mais congruentes com uma cultura política com atitudes em prol da democracia. A fim de atingir os objetivos deste trabalho construiu-se pesquisa amostral entre os alunos do Ensino Médio dessas duas regiões.

.....

*** Camila De Vasconcelos**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Canoas, Brasil

*** João Pedro Da Silva Araujo**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Canoas, Brasil

Resumen de ponencia

PARAGUAY; LA REELECCIÓN PRESIDENCIAL COMO CONFLICTO POLÍTICO (2016-2017)

*Eduardo Tamayo Belda

La ponencia abordará la figura de la reelección presidencial como conflicto mediante el análisis del caso paraguayo de 2016-2017, período en el que el país vivió una fuerte crisis institucional fruto de la insistencia del otrora máximo mandatario paraguayo, Horacio Cartes, por lograr la posibilidad de ser otra vez candidato a la Presidencia del país, para lo cual era necesario aprobar una enmienda, una reforma o una reinterpretación constitucional. Aquel intento de extender el límite del mandato presidencial —la Constitución Nacional paraguaya de 1992 no permite la reelección en ningún caso— devino en uno de los conflictos políticos más graves de la democracia paraguaya (que en 2019 cumplirá tres décadas), y tuvo su principal momento de tensión a finales de marzo de 2017 cuando las protestas de los manifestantes por el intento desesperado de allanar el camino parlamentario a la reelección se saldó con la quema del edificio del Congreso y la muerte de un militante opositor a manos de la policía en las dependencias de su propio partido.

Andando los días, se hizo evidente aquello de que lo urgente no deja ver lo importante, y ese acontecimiento supuso el fin del intento de habilitar la reelección, cerrándose la herida, algo más que conveniente dada la gravedad de los hechos, pero sin haberse producido un verdadero debate político de fondo sobre la problemática subyacente: cómo afecta el fenómeno de la reelección a la democratización de un sistema político.

El trabajo no propone exclusivamente un análisis del proceso del conflicto —aunque sí se describirán los antecedentes, desencadenantes, su coyuntura y sus consecuencias—, sino que encara las circunstancias de aquellos acontecimientos desde la perspectiva de lo que puede representar el conflicto en los confines constitucionales como un escenario de oportunidad para la profundización democrática, abriendo reflexiones teóricas acerca de la cuestión.

La vigencia del estudio se fundamenta en la actual discusión teórica sobre la reelección a la luz de algunos recientes casos latinoamericanos —Paraguay, Bolivia, Ecuador— los cuales demandan una nueva reflexión desde la academia, sin las habituales ataduras coyunturales de la particularidad nacional. Una reflexión que supere el debate jurídico y permita a la academia jugar su verdadero papel: innovar en cuestión de pensamiento, trascender los límites teóricos impuestos por las reglas jurídicas —a las que el paso del tiempo puede dejar obsoletas— y proponer nuevos escenarios políticos que pudieran ser favorables al avance social y la continuidad del proceso de democratización.

Para Nohlen (2007), “en el debate sobre la reelección en América Latina, los argumentos que se imponen son los que se aferran al pasado histórico latinoamericano y aquellos relacionados con enfoques de poder, de proyección

personal o partidista de quienes promueven la idea de permitir la reelección”, un argumento muy habitual en las discusiones mediáticas sobre la cuestión en Paraguay, y aunque no se pretende aquí negar la validez de dichas consideraciones, sí se estima oportuno reevaluarlas, a tres décadas ya del inicio del proceso democrático en el país. No obstante, Nohlen también señala que “no es casual que los presidentes en ejercicio por lo general estén en favor de la reelección, cualesquiera que sea su color político, mientras que la oposición defiende la no reelección”, un juicio que se demostró inexacto para el caso paraguayo [entre otros], y que en este estudio se espera poner a prueba.

Como apuntó Serrafero (2011), la cuestión de la reelección “tiene que ver con varios factores: la duración del cargo, la cantidad de poder que concentra el Ejecutivo y que puede ejercer efectivamente, la existencia o no de reales controles institucionales considerando los mecanismos de limitación del régimen constitucional y los del sistema político, las costumbres y tradiciones políticas de los partidos y sus líderes en cuanto a la alternancia en el poder o el deseo de continuismo”. La discusión sobre reelección no debería circunscribirse con exclusividad a la cuestión de la figura presidencial, dejándose al margen de otros debates, pues hay muchos otros elementos que quedan opacados por la extrema consideración que se le da a la reelección presidencial frente a otros controles también perentorios en el proceso de democratización y en el esfuerzo por la contención de la concentración de poder en las democracias.

Se propone entonces reorientar la cuestión de la reelección para atender su naturaleza conflictiva, la cual suele resolverse circunscrita a mera terminología jurídica, lo que estaría indicando los límites donde la política adquiere un valor sustantivo.

Tilly (1998) explicó el conflicto político a partir de las cuatro ontologías principales en el campo de las ciencias sociales; la primera de éstas [relacionada con la teoría de sistemas] entiende el conflicto político “como una interrupción de los procesos de equilibrio, lo que genera la aparición de reivindicaciones conflictivas, más a menudo denominadas como «protestas» o «disturbios»”. Si esta consideración fuera válida para el caso paraguayo de 2016-2017, y la pretensión de reelección de Cartes [intención que apoyaron también desde otros sectores políticos] habría supuesto la interrupción de un proceso de equilibrio, ¿pero cuál?

Por otra parte, para Mouffe (1999) “la existencia del pluralismo implica la permanencia del conflicto y del antagonismo”, de forma que no puede haber convivencia social sin conflicto, siendo el conflicto un elemento inherente al desarrollo de la política. Con ello, las consideraciones de Mouffe transitan una representación del conflicto en democracia en la que ya no se privilegia la polis (convivencia armónica) frente al pólemos (la confrontación), pues de lo contrario, según Mouffe, “se pierde la posibilidad de aprehender la especificidad de la política democrática”.

En Paraguay, el debate sobre reelección que tuvo lugar entre 2016 y 2017 provocó un proceso de ruptura de los tres principales grupos políticos: el partido de gobierno (ANR), el principal partido de la oposición (PLRA), y entre los distintos partidos y coaliciones de la izquierda ideológica. En los tres grupos, la reelección generó fuertes debates internos y mediáticos que supusieron un quiebre en la concurrencia programática, en la fidelidad política y la lealtad partidaria, originando fuertes tensiones sociales y políticas que acabaron por estallar en el grave conflicto antes señalado de marzo de 2017.

Se propone analizar este proceso como un momento perdido para generar un espacio de oportunidad para el debate político sobre la profundización democrática y sobre los límites a la concentración del poder, momento que, sin embargo, fue instrumentalizado por las fuerzas políticas para su propio beneficio en uno u otro sentido, lo que ocasionó "de nuevo" una resolución inconclusa del conflicto, que deja la discusión abocada a una tensión aún latente en la democracia paraguaya, y en consecuencia aplazada, sin fecha a la vista.

.....

* Eduardo Tamayo Belda

Universidad Autónoma de Madrid UAM. Madrid, España

Resumen de ponencia

PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN LA SOCIEDAD WAYUU: UN ANÁLISIS DE LA INFLUENCIA DEL PROYECTO MINERO CERREJÓN A LA LUZ DEL ENFOQUE DE DESARROLLO HUMANO Y CAPACIDADES.

*Valentina Berardinelli

Participación ciudadana en la sociedad Wayuu: un análisis de la influencia del Proyecto minero Cerrejón a la luz del Enfoque de Desarrollo Humano y capacidades.

La comunidad Wayuu es la comunidad indígena mas numerosa de Colombia. Se encuentran ubicada en el departamento de la Guajira al norte del país. Es una comunidad que vive, en su gran mayoría, en condiciones de pobreza extrema, sin acceso a agua potable. En el departamento de la Guajira se desarrolla el proyecto minero mas grande del país, la empresa que lo desarrolla se llama Cerrejón y ha sido un factor determinante en la configuración de la región.

La presente investigación, que se encuentra en desarrollo, se pregunta por el impacto del proyecto minero Cerrejón en el ejercicio de la capacidad política de participación ciudadana en los miembros de la comunidad Wayuu. Esta investigación se llevara a cabo mediante un estudio de caso del Resguardo Provincial en el municipio de Barrancas- Baja Guajira.

Se trata de un tema que ha sido poco abordado ya que las investigaciones existentes suelen concentrarse en los perjuicios económicos, ambientales o sociales pero no en la afectación a la estructura política y al ejercicio de la ciudadanía en los Wayuu. Por lo tanto, esta investigación aporta información acerca de cómo el proyecto minero ha transformado la manera en que las comunidades pueden organizarse políticamente y hacer reclamos sociales.

Esto puede ser útil para que las instituciones encargadas de dar apoyo a la población Wayuu concentren sus esfuerzos en fortalecer la participación ciudadana como medio principal de reclamo de los derechos de las personas y así otorgar agencia a los directamente afectados y de esta manera generar soluciones desde los actores centrales.

La difícil situación en que se encuentra la comunidad Wayuu en la actualidad no se limita a la falta de recursos económicos, más bien la causa principal de esta problemática es la falta de libertades de la comunidad, y con esto me refiero al hecho de que distintos factores han limitado la capacidad que tienen los Wayuu para decidir sobre su propio destino.

A partir de esta realidad, la presente investigación busca comprender los impactos de este modelo extractivo desde el enfoque del desarrollo humano. Es decir desde una

mirada centrada en la privación de libertades a las que pueden estar sujetas comunidades afectadas. La presente investigación se concentrará en la capacidad política de participación ciudadana de los Wayuu, en la manera como el proyecto minero ha afectado la capacidad de participación activa de la comunidad en la vida política comunitaria y nacional.

La Pregunta de investigación, de esta investigación es : ¿Cuáles es el impacto del proyecto minero Cerrejón en el ejercicio de la capacidad política de participación ciudadana en la comunidad Wayuu?

El objetivo de la investigación es evidenciar la ampliación o reducción de la capacidad de participación ciudadana de los Wayuu que habitan en el resguardo provincial en el municipio de Barrancas a causa de la operación del Cerrejón.

Justificación y pertinencia de la investigación.

La presente investigación busca esclarecer los impactos del proyecto minero cerrejón en las capacidades de los miembros de la comunidad Wayuu. En específico, las consecuencias que éste tiene en el ejercicio de la participación ciudadana en los miembros de la comunidad del resguardo Provincial en el municipio de Barrancas. Se trata de un tema que ha sido poco abordado ya que las investigaciones existentes suelen concentrarse en los perjuicios económicos, ambientales o sociales pero no en la afectación a la estructura política y al ejercicio de la ciudadanía en los Wayuu. Por lo tanto, esta investigación aporta información acerca de cómo el proyecto minero ha transformado la manera en que las comunidades pueden organizarse políticamente y hacer reclamos sociales.

Esto puede ser útil para que las instituciones encargadas de dar apoyo a la población Wayuu concentren sus esfuerzos en fortalecer la participación ciudadana como medio principal de reclamo de los derechos de las personas y así otorgar agencia a los directamente afectados y de esta manera generar soluciones desde los actores centrales.

Hipótesis

La difícil situación en que se encuentra la comunidad Wayuu en la actualidad no se limita a la falta de recursos económicos, más bien la causa principal de esta problemática es la falta de libertades de la comunidad, y con esto me refiero al hecho de que distintos factores han limitado la capacidad que tienen los Wayuu para decidir sobre su propio destino.

Uno de esos factores es el proyecto minero Cerrejón, que ha limitado las capacidades políticas de la comunidad, específicamente la capacidad de participación ciudadana, impidiendo de esta manera que las personas de la comunidad decidan sobre los asuntos públicos que les conciernen para tener el tipo de vida que valoran y tienen razones para valorar.

.....

*** Valentina Berardinelli**

Centro de Investigaciones Sociales, Económicas, Políticas y Antropológicas. Pontificia Universidad Católica del Perú - CISEPA/PUCP. Lima, Perú

Resumen de ponencia

PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE JÓVENES UNIVERSITARIOS MEXICANOS

Universidad de Sonora. División de Ciencias Sociales - DCS (México)

*Ma Guadalupe Gonzalez Lizarraga

*Rocio Lopez Gonzalez

*Rocio Haydee Arreguin Moreno

Se presentan resultados preliminares del proyecto “La formación ciudadana a partir de la educación en la diversidad, desde la equidad y la justicia social en las universidades”, el cual se desarrolla en cuatro universidades, dos mexicanas y dos colombianas. El objetivo central es identificar prácticas de participación política que llevan a cabo los estudiantes para la construcción de una ciudadanía democrática y pacífica, tanto en los espacios físicos como digitales. Estos primeros resultados se han recogido con estudiantes de la Universidad de Sonora (sede del proyecto), y la Universidad Veracruzana, en México.

El modelo teórico utilizado es el de ciudadanía de T.H. Marshall, en el cual se recuperan los tres ejes en la formación de sujetos como ciudadanos: a) civil, referente al conocimiento que tienen los estudiantes sobre la estructura jurídica, derechos que garantizan las libertades que se tienen que asumir como individuos y en grupos colectivos; b) política, relacionada con al grupo que ejerce el poder a través de prácticas en el ejercicio ciudadano y las elecciones; y c) social, enfocada a la búsqueda del bienestar general de los ciudadanos en la sociedad, explorando conocimiento, expectativas y valoraciones que se tiene sobre la igualdad de género, la diversidad sexual, la inclusión y el cuidado del medio ambiente.

En este último eje se integra la perspectiva teórica y analítica de Chaux, Mejía y Mejía (2014), quienes sostienen que la identidad de un individuo se encuentra marcada por aspectos que lo hacen igual a otros individuos dentro de su comunidad, al mismo tiempo que existen aspectos que los diferencian al interior y al exterior de otras comunidades. El respeto a estas diferencias es la base de la ciudadanía, y es lo que determina de manera significativa la configuración de los grupos sociales, lo que da lugar a una identidad plural, reto fundamental de las instituciones educativas.

En este sentido, la población bajo estudio es de jóvenes universitarios que se encuentran formándose no solo en una disciplina o rama del conocimiento, sino además como sujetos que conviven en la sociedad, con todos sus derechos ante el ejercicio de la mayoría de edad, y de los cuales se espera se integren a la participación de la vida democrática de un país, una región y una institución. En este sentido, las instituciones de educación superior, han impulsado en sus lineamientos y objetivos, formar ciudadanos que participen en temas de interés social, para el ejercicio y práctica de una profesión.

Los jóvenes adquieren derechos y responsabilidades sociales que de manera formal les

ha provisto la escuela y su familia en términos de prácticas culturales que los han llevado a integrarse a una sociedad. Sin embargo, el incremento de prácticas fundadas en el desconocimiento de los derechos, comportamientos violentos hacia la solución de conflictos, discriminación de los más vulnerables, poca participación o interés en los problemas sociales y políticos, plantea un reto al conocimiento, comprensión e integración de estos principios a la experiencia de vida de estos sujetos.

No obstante, poco se sabe cuánto conocen los estudiantes sobre la información recibida en años anteriores (a la universitaria) sobre éstas temáticas, prevaleciendo, además, un vacío en el conocimiento de las instituciones de cómo los jóvenes perciben, viven y han integrado a su vida cotidiana estos conocimientos y prácticas que se les han enseñado durante su formación. Tampoco se conoce lo que hacen las instituciones de educación superior para incluirlos como ciudadanos en el ejercicio a la vida democrática en el microcosmos universitario, para integrar principios y valores fundados en la pluralidad.

Además, es importante investigar el papel que tienen las redes sociales digitales en la participación política, pues si bien en el caso de México, las investigaciones muestran cómo estas plataformas se han erigido como espacios idóneos para la expresión juvenil tanto en lo político, como en lo social, aún falta por indagar sobre los motivos que impulsan a los jóvenes a participar dentro de las redes, ya que algunos jóvenes suelen utilizar plataformas como Facebook para manifestarse políticamente, sin embargo, no es un hecho que se presente en toda la población juvenil, y generalmente, las prácticas políticas que manifiestan en redes, suelen quedarse en un nivel superficial (Domínguez, Ortiz y López, 2017; Covi, 2016).

El estudio se desarrolla en dos etapas, la primera es la que corresponde a este reporte, y se ha utilizado la encuesta como estrategia metodológica para recuperar las respuestas de jóvenes inscritos en diversas carreras universitarias a través de un cuestionario diseñado y organizado en cuatro ejes estructurados a partir de las tres dimensiones de la ciudadanía: a) acciones orientadas a la esfera pública -civil, política y social-; b) ejecución de decisiones encaminadas a resolver problemas sociales de forma cooperativa e individual, así como, actividades de protesta; c) Adquisición o posesión de información respecto al conocimiento político del país; y, d) Identidad, actitudes y valores acerca de la igualdad, la justicia y la democracia. Este instrumento ha sido aplicado de manera electrónica y en papel. La segunda etapa se hace bajo técnicas cualitativas de recolección de datos, fundamentalmente bajo la realización de entrevistas con grupos de mujeres.

Los resultados obtenidos en este momento caracterizan a dos poblaciones diversas (norte y sureste de México) respecto a las formas que tienen estos jóvenes de concebirse y concebir al otro como sujeto de derecho, en su relación con la política, y a partir de la identidad y respeto que adquieren por el otro. Aun cuando son capaces de reconocer algunos derechos humanos, no son capaces de identificarse con esas otras realidades en busca del ejercicio pleno de los derechos para todos a partir de la igualdad.

La participación política que ejercen estos estudiantes es limitada con respecto al ejercicio de sus derechos al interior del campus, ya que ya que, si bien logran identificar las acciones de la esfera civil y política, no muestran interés en la participación en la misma. Asimismo, se observó que la participación de los jóvenes para resolver un problema se enfoca más en Internet (redes sociales) que en la las

calles, reuniones y espacios públicos.

Estas primeras caracterizaciones en las dos universidades mexicanas permitirán analizar diversos elementos para identificar estrategias para el fomento o el fortalecimiento de una cultura ciudadana a partir de la diversidad, la participación y la convivencia pacífica entre las y los estudiantes universitarios. Asimismo, contribuye a repensar y rediseñar la formación universitaria, considerando la educación formal, informal y no formal tan necesaria en este contexto de crisis y violencia, en donde las instituciones educativas son perturbadas constantemente por políticas vacías y descontextualizadas y en donde se necesita asumir papeles activos para hacer frente a los desafíos locales y mundiales, actuando de forma colaborativa y responsable para lograr el bien común.

Cabe mencionar que este estudio se encuentra ligado a lo que traza la UNESCO (2016), con relación a la necesidad de replantear la educación, pues en un mundo tan globalizado se requiere que la educación fomente el respeto a la vida, a la dignidad humana, la igualdad de derechos, la justicia social, la diversidad cultural y social, la solidaridad humana y la responsabilidad compartida un futuro común. Se enfatiza que estos valores humanistas deben ser el fundamento principal y la finalidad de la educación, para que, en un mundo caracterizado por la diversidad, logremos convivir en paz y armonía.

Referencias

Chaux, Mejía y Mejía (2014). Formadores de Ciudadanía. ¿Qué es la ciudadanía y cuáles son sus ejes? Material para el curso en líneas de Formación ciudadana de la plataforma de Coursera.

Domínguez, F., Ortiz, G. y López, R. (2017). Redes sociales digitales y participación política de jóvenes universitarios de México y Chile: una revisión de estudios, Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 14 (26), pp. 87-9.

Crovi, D. (2016). Redes Sociales Digitales: Lugar de encuentro, expresión y organización para los jóvenes. México: UNAM/La Biblioteca

UNESCO (2016). Educación 2030. Declaración de Incheon. Hacia una educación inclusiva, equitativa y de calidad y un aprendizaje a lo largo de la vida para todos.

Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002456/245656s.pdf>

.....

*** Ma Guadalupe Gonzalez Lizarraga**

División de Ciencias Sociales. Universidad de Sonora - DCS. Sonora, México

*** Rocío Lopez Gonzalez**

División de Ciencias Sociales. Universidad de Sonora - DCS. Sonora, México

*** Rocío Haydee Arreguin Moreno**

División de Ciencias Sociales. Universidad de Sonora - DCS. Sonora, México

Resumen de ponencia

PARTICIPACIÓN POLÍTICA Y VIOLENCIA DE GÉNERO EN OAXACA, MÉXICO

*Virginia Guadalupe Reyes De La Cruz

La complejidad política-económica y social del Estado de Oaxaca, México; lo hace ser una entidad muy peculiar. Políticamente está dividido en 570 municipios, lo que lo hace la entidad federativa con el mayor número de estos en toda la República Mexicana. De todos ellos, solo 153 municipios eligen a sus autoridades por el Sistema de Partidos Políticos, los 417 restantes se rigen por medio de Sistemas Normativos Internos, según podemos observar en la página del Instituto Estatal Electoral y de Participación Ciudadana de Oaxaca (IEEPCO), y se encuentran vinculados a pueblos originarios que representan a 16 grupos de población hablante de un idioma diferente al español, más sus variantes.

Los pueblos históricamente se han organizado e implementado sus normas sociales, mismas que han constituido regímenes con base en tradiciones y costumbres. En la mayoría de ellos, la participación de las mujeres en la vida política no ha sido considerada, los distintos argumentos utilizados van desde la protección de las mujeres hasta que los votos emitidos en las asambleas donde se eligen autoridades y gobernantes son consensuados al interior de la familia.

Cabe resaltar que no todos los Sistemas Normativos Internos son iguales, quizás son parecidos o se asemejan, pero cada comunidad tiene el propio. En este sentido, no todos los hombres son considerados ciudadanos en algunos lugares y esto se debe a que algunos sistemas se basan en la posesión de tierras o en el matrimonio y no simplemente en cumplir con la mayoría de edad establecida en la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos.

De acuerdo a las tradiciones y costumbres los jóvenes pueden contraer matrimonio a edad temprana, el único requisito es que puedan ser los proveedores de la familia. Acorde a los trabajos de campo que hemos realizado en algunas comunidades de la entidad, encontramos matrimonios a partir de los 14 años. Una vez que se cumplen con los requisitos establecidos por la comunidad, el hombre puede ser ciudadano con voz y voto dentro de la asamblea, pero eso no basta en algunos casos, para ser considerado para ejercer un cargo dentro del ayuntamiento.

Una característica de las comunidades que se rigen por Sistemas Normativos Internos, conocidos también como Usos y Costumbres o Derecho Consuetudinario, es que se encuentra basado en una pirámide de cargos y servicios comunitarios por los que los ciudadanos deben pasar para tener prestigio y poder aspirar al rango más alto. Estos cargos comienzan desde los más bajos y se va escalando, lo que les da a las personas que los cumplen cierto prestigio y les otorga las facilidades para aspirar a ser presidente municipal de su comunidad, al mismo tiempo que lo va preparando y capacitando para servir a la comunidad cuando se le otorgue la máxima investidura. Entonces podemos ver que "la ciudadanía indígena se establece a partir del

cumplimiento de servicios comunitarios en una trayectoria de vida que pasa por un escalafón o jerarquía de cargos públicos" (Dirección Ejecutiva de Sistemas Normativos Internos del Instituto Estatal Electoral y de Participación Ciudadana, 2016. P.11). Y entonces nos podemos dar cuenta que esta se basa en "en marcadores establecidos según el estado civil, los derechos agrarios, la herencia, la edad, los estudios, entre otros aspectos" (Dirección Ejecutiva de Sistemas Normativos Internos del Instituto Estatal Electoral y de Participación Ciudadana, 2016, p.10).

Es aquí donde se da el mayor "problema" puesto que en muchos de estos 417 municipios no se permite la participación de las mujeres en el ámbito político-electoral, debido a que no cumplen con las características requeridas por el derecho consuetudinario de las comunidades en las que residen.

Los Sistemas Normativos dejan a las mujeres otras actividades que se encuentran vinculadas a comités escolares, de salud, de festejos, entre otros; y que no entran en los escalafones que les permiten ganar el prestigio para ocupar cargos en las esferas de toma de decisiones de las comunidades.

De tal manera que no se contempla a las mujeres dentro de las normas de las comunidades para ser postuladas como aspirantes a un cargo dentro del ayuntamiento y en algunos casos tiene que ver con la primogenitura y las herencias, muy comunes y de gran peso en poblaciones rurales, lugares donde se asientan los grupos étnicos y que a su vez no les permiten ser partícipes de los cargos que se tienen en las comunidades para escalar en el ámbito político.

Se observan entonces casos en que las mujeres, aun siendo las primogénitas, no heredaban las tierras de sus padres porque, basados en sus costumbres, la mujer se tenía que casar e ir a vivir a casa de su marido, por esta razón ellas no tenían propiedades y su posibilidad de ejercer sus derechos de ciudadana se veían coartados. A través de la observación de las costumbres de las comunidades podemos darnos cuenta de cuáles son las normas sociales que rigen la vida político-electoral y de las personas que viven en ellas, así como el desarrollo y funcionamiento de sus Sistemas Normativos Internos. Respecto a eso "David Recondo (2007) piensa que estas formas de gobierno suelen ser atrasadas, sexistas, caciquistas y discriminadoras" (Bartra, 2008, párr. 7).

En otras comunidades "podría decirse que las mujeres no necesariamente estarían excluidas del sistema (discriminadas) sino que, en algunos casos, estarían exentas (descargadas) del cumplimiento de servicios básicos obligatorios" (Dirección Ejecutiva de Sistemas Normativos Internos del Instituto Estatal Electoral y de Participación Ciudadana, 2011, p. 12).

Las mujeres mexicanas han ido luchando y ganando batallas para que sus derechos político-electorales sean reconocidos no sólo en papel y se queden como letra muerta, para que se apliquen y se les deje ser escuchadas, ejercer sus votos y ser electas, pero esto no queda hasta ahí, también están peleando para que quienes sean elegidas y ostenten un cargo público puedan ejercerlo sin sufrir de acoso, hostigamiento e incluso agresiones físicas.

Esto quiere decir, que a partir de la publicación de esta reforma las mujeres mexicanas podían participar en los comicios de sus municipios, tanto para votar como para ser electas. Esto sin lugar a dudas fue un gran logro para las mujeres puesto que se consideró en su momento como un gran avance en materia de reconocer los derechos políticos de las mismas. Sin embargo, la Constitución mexicana reconoce también la

libre autodeterminación de los pueblos y esto significa que las mujeres que habitan en comunidades con régimen político de Sistemas Normativos Internos no pueden ejercer este privilegio que ya las leyes les ha otorgado.

Para las mujeres mexicanas desde 1953, año en que se reforma el artículo 34 de la Constitución de nuestra nación y se reconoce en ella el derecho de la ciudadanía y por ende del ejercicio del voto universal femenino ha habido muchos sucesos que han afectado la vida política de nuestro país y de nuestra propia entidad. Las mujeres se han organizado para seguir ocupando espacios en los que anteriormente no tenían presencia alguna y para mostrar sus capacidades en el ámbito de la toma de decisiones y de gobernar.

En este sentido, los temas político-electorales no solo van modificándose debido a las movilizaciones sociales en materia de política que buscan cambiar la normatividad de un país para que favorezca a ciertos grupos vulnerables, hay muchos otros aspectos de índole social que han ido afectando e involucrándose en la participación política de las mujeres en comunidades que se rigen por usos y costumbres.

Uno de estos aspectos que podemos encontrar es la migración y que ha afectado de manera muy amplia a las comunidades no solo en temas relacionados a la organización política, la agricultura o la economía local. El fenómeno de la migración en la que se ven involucrados varones jóvenes y algunos varones adultos tienen como consecuencia que los espacios que antes eran ocupados por ellos dentro de la organización de sus comunidades queden vacantes y sean las mujeres las que tengan que ocuparlos para tomar las riendas no solo en sus hogares, sino ahora también de la vida política de las comunidades.

Este acto contingente, permite visibilizar la capacidad de algunas mujeres para realizar los cargos y que sean reconocidas en sus comunidades, mientras que, en otros contextos, también se ha percibido una situación problemática en la tensión entre hombres y mujeres cuando ocupan el cargo, lo cual ha llevado a que la mujer sea vetada de un derecho que le corresponde por ley.

De tal manera, que los cambios en las normas sociales se dan entonces por la movilización de la población masculina y esto provoca que las comunidades se tengan que adaptar a sus nuevos contextos.

Una de las alternativas es la que le abre las puertas a las mujeres para que participen en las tomas de decisiones dentro de las asambleas con voz y voto, ejerciendo sus derechos político-electorales, y siendo parte de los cabildos municipales de sus poblaciones.

Al día de hoy sigue habiendo, sin embargo, mucho recelo por la participación del sector femenino en temas de política, y no sólo en las comunidades que se rigen por usos y costumbres. Hay muchos sectores opositores a que las mujeres sean partícipes de las decisiones comunales y también de ejercer cargos dentro de los distintos municipios, esto basados en prejuicios y normas que se practican dentro de las distintas comunidades; sin embargo, tienen que cambiar para poder permitir una totalmente libre participación de las mujeres en la vida político-electoral de las féminas en todos los niveles de gobierno, desde el municipal hasta el federal.

Ha habido muchas experiencias negativas en nuestro Estado pluricultural, donde coexisten sistemas políticos y electorales complejos y sui generis que nos hacen reflexionar acerca de hacia dónde se tiene que dirigir el timón de esta embarcación para hacer del terreno político un e

.....

*** Virginia Guadalupe Reyes De La Cruz**

Instituto de Investigaciones Sociológicas - IIS/UABJO. Oaxaca de Juárez, México

Resumen de ponencia

PARTICIPACIÓN SOCIAL Y POTENCIA TRANSFORMADORA EN LA CONSTRUCCIÓN DE PAZ

*Laura María Ligarreto Barrientos

Para entender en la complejidad y relevancia del Acuerdo Final (2016) se debe tener presente que un proceso de paz es un esfuerzo para lograr un acuerdo e implementarlo, que está compuesto por fases o etapas en las que intervienen diferentes actores en un ejercicio colectivo que pretende alcanzar pactos que pongan fin a la violencia física para iniciar, mediante la implementación de los mismos el proceso de superación de las violencias culturales (Fisas, 2010, P. 10).

En ese sentido la implementación del Acuerdo Final (2016), al igual que las fases precedentes, debe entenderse como una disputa por la hegemonía que se desarrolla en el campo político en torno de tres pilares; las representaciones del pasado, la justicia y las reformas políticas (Osorio, 2017), cuya resolución depende de la correlación de fuerzas de los bloques que lo componen al campo político colombiano tanto en función de la implementación del mismo como de sus dinámicas propias. Esta disputa puede llevar a la recomposición y consolidación de largo plazo del poder de clase si el Acuerdo Final (2016) no transforma estructuralmente la correlación de fuerzas imperantes y se produce la simple absorción de la guerrilla en la dinámica política existente; pero también es posible que el Acuerdo (2016) contribuya a desatar por medio de la Participación Social un ciclo de reformas jurídicas, institucionales y de gestión pública que conlleven a la real democratización política, económica y social del país con alcances transformadores aún no predecibles (Estrada, 2014, Pp. 17-18).

En Colombia los bloques del campo político hoy están compuestos principalmente por el gobierno nacional y sus aliados en el congreso -hoy la facción predominante-, la ultraderecha adversa al proceso de paz, la izquierda desinteresada en la paz y la izquierda promotora de la implementación integral del Acuerdo. Las relaciones entre estos bloques se ha complejizado en el proceso de institucionalización del proceso de paz en tanto la correlación de fuerzas alcanzada durante el proceso de negociación se transformó en favor de la ultraderecha y el Gobierno, se abrieron espacios de diferenciación entre los partidos en función de la posibilidad de modificación en el congreso nacional de lo acordado, la pérdida de importancia en la opinión pública del proceso de implementación y los incumplimientos del Gobierno respecto de lo acordado; todo esto ad portas de la próxima coyuntura electoral nacional.

La facción dominante del bloque de poder, ha expuesto su idea de post conflicto como el fin de la confrontación armada, la desmovilización, desarme y reinserción de la guerrilla; una paz sin reformas sustantivas que pasteurice las demandas sociales haciéndolas consumibles por el régimen sin mayores costos fiscales, que dé continuidad, profundice, expanda y estabilice al régimen de dominación en el contexto de acumulación neoliberal que se ha venido adelantando en el país.

La extrema derecha se ha concentrado en la movilización de sectores sociales cercanos

a sus posturas a partir de la denuncia de ilegitimidad del proceso de implementación en tanto las modificaciones hechas al acuerdo luego del 2 de Octubre no fueron a su modo de ver sustanciales, la denuncia internacional del proceso y la preparación de la campaña electoral del 2018 en perspectiva de ‘hacer trizas los acuerdos de paz.’ Mientras que la izquierda desinteresada en la paz ha concentrado sus esfuerzos en la denuncia de otros fenómenos característicos del régimen político como la corrupción y la izquierda promotora de la implementación integral del acuerdo de Paz se ha visto abocada a varias acciones que pese a su importancia para el desarrollo de la vida nacional no han alcanzado el acompañamiento de grandes multitudes, entre ellas se encuentran; el acompañamiento político, social y económico al proceso de reincorporación a la vida civil de los ex combatientes, la reorganización las alianzas y coaliciones en función de las elecciones del 2018, la implementación de lo acordado respecto de reformas sociales y de gestión pública y la incidencia en la institucionalización del Acuerdo Final respetando y profundizando el espíritu democrático que el mismo tiene.

En este contexto, la Participación Social es la única garantía para la construcción de una Paz Estable y Duradera generando capacidad de reacción frente a las amenazas e intentos de ruptura con el espíritu del Acuerdo (2016) (Estrada, 2014, Pp 12-13), por lo que el desarrollo en profundidad de ésta como principio de la implementación en el contexto de una estrategia de democratización nacional cobra especial valor para los sectores sociales interesados en la construcción de una paz más allá del silencio de los fusiles que implica la superación de las violencias estructurales que hacen parte de la vida nacional. Lo anterior implica desarrollar y fortalecer los mecanismos de participación contemplados en el Acuerdo referentes a la solución de problemas específicos y la incidencia en la gestión pública territorial acorde a las necesidades que se establezcan bien sea en relación a las alternativas de intervención emanadas del Acuerdo o de otras que hoy impactan la vida local, regional y nacional.

La democratización de la vida nacional (Estrada, 2015) como parte de la Potencia Transformadora del Acuerdo Final (2016), pasa por la profundización de la Participación Social, entendida como la articulación de los intereses y expectativas capaz de construir un Sujeto Social que cuente con garantías a la vida y la labor de los líderes, que tenga conciencia de clase y esté fortalecido y articulado; cuyas actuaciones tengan un Alcance Político en la medida que reconfigure lo que se considera y cómo se resuelven los problemas públicos, genere incidencia en la gestión pública y fortalezca la vigencia del Estado Social de Derecho.

Democratizar la vida nacional, pasa por reconocer los múltiples y diferentes niveles de afectación del conflicto y el abandono estatal a los diferentes territorios y comunidades, en lo que se ha denominado desde la gestión pública el enfoque de justicia territorial, que implica el desarrollo privilegiado del Acuerdo Final en zonas periféricas del país, bajo lógicas reparadoras, con enfoques étnicos y de géneros diferenciales, formas de gestión que superen las múltiples formas de clientelismo y corrupción asegurando el goce efectivo de derechos y la construcción de formas alternativas de desarrollo por parte de las comunidades más afectadas en diálogo con un proyecto nacional integrador y democratizador.

En ese sentido, el estudio y la reflexión sobre la Potencia Transformadora del Acuerdo Final (2016) y en particular de los Planes de desarrollo con Enfoque Territorial cobra importancia, tanto para las comunidades que convergen en las 16 sub-regiones, como

para quienes han construido experiencias de resistencia y desarrollo alternativo en otros lugares del país, para la izquierda promotora de la paz y para la institucionalidad responsable en parte importante de llevar a buen término los sueños plasmados en el Acuerdo; y por supuesto de la academia que hoy como siempre está llamada a vincularse en el sentido más praxiológico posible a la construcción de paz, de país, de futuro.

La reflexión sobre la Participación desde el enfoque crítico se hace importante en tanto la concepción de la participación y sus alcances en el contexto del Estado capitalista es también un campo en disputa por las miradas académicas, políticas, sociales y culturales que se desarrollan e interactúan con ideologías diferentes e incluso contradictorias. En esa disputa, se plantea la dificultad que tienen las comunidades que participan y más aún de quienes no lo hacen de analizar, debatir, criticar generalizar los procesos, prácticas y avances de la participación entre otras por la falta de teoría y de pensamiento estratégico en relación a este tema y a las formas de democracia (Caruso, 2013, P. 9) subyacentes a estos ejercicios.

En general la literatura es abundante respecto de la participación especialmente en América Latina y Europa donde su producción se ha fortalecido desde la década de los 90 a partir de las crisis de los partidos políticos y la baja legitimidad de la democracia representativa (Massal, 2010, P. 80), es poco el estudio de la Participación Social como ejercicio de construcción capaz de crear condiciones para transformar la sociedad pese a la cantidad de experiencias significativas al respecto y su importante impacto en la transformación de relaciones económicas, políticas y sociales que ha instalado la idea en los imaginarios populares de que la vivencia y profundización de la democracia por esta vía es una posibilidad de acción, que confronte la apuesta neoliberal de sociedades sin sujetos colectivos, en donde la participación se reduce a la legitimación de decisiones tomadas en ámbitos cada día más globales y concentrados y a la capacidad de hacerse parte del mercado desde las lógicas dominantes de consumo. En consecuencia a lo antes expuesto, la pregunta que orienta esta ponencia, como resultado de la investigación para la tesis de maestría en Sociología es ¿Cómo la implementación de los Planes de Desarrollo con Enfoque Territorial pueden contribuir al desarrollo de la Potencia Transformadora del Acuerdo Final? y la hipótesis que se sustenta es que en tanto mecanismos de Participación Social, desarrollados en el contexto de la construcción de paz, los PDET pueden ser un mecanismo privilegiado para la materialización de la Participación Social, lo que en consecuencia puede derivar en la construcción de un sujeto social y nuevas formas de gestión pública en tanto el contexto general de la implementación y del campo político se mantengan favorables a la Paz como eje articulador de la construcción de nuevas formas de relacionamiento y de construcción de país.

.....

*** Laura María Ligarreto Barrientos**

Departamento de Ciencia Política. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Colombia - DCP/UNAL. Bogotá, D.C., Colombia

Resumen de ponencia

PARTICIPACIÓN, CIUDADANÍA Y PAZ: BALANCE DE LOS PRESUPUESTOS PARTICIPATIVOS EN COLOMBIA

*Ricardo Jaramillo Rincón

El presupuesto participativo surgió a finales de la década de 1980 en Brasil, en los municipios brasileiros de Vitoria, Vila Velha y Ubelandia como respuesta a los movimientos sociales de la década del setenta, los cuales reclamaban mejoras en la calidad de vida y el control de los recursos públicos municipales [Gómez Hernández, 2007: 58]. En 1989 el Partido de los Trabajadores ganó las elecciones municipales de Porto Alegre, capital del Estado de Río Grande do Sul, y comenzó a adelantar ejercicios de presupuestación participativa que rápidamente se convirtieron en un referente internacional de prácticas locales de democracia participativa.

La presupuestación participativa consiste en el diseño y aplicación de principios, mecanismos, instituciones e instrumentos que permitan el involucramiento activo de los ciudadanos y ciudadanas en la preparación de los presupuestos locales. Como señalan Velásquez y González, “es un mecanismo de participación ciudadana que tiene como horizonte el mejoramiento de las condiciones de vida de la población de un territorio específico, un espacio de deliberación y concertación en el que participan diversos sectores sociales, gremiales, académicos, culturales y representantes de los gobiernos locales para la definición de programas o proyectos y la asignación de los correspondientes recursos para el desarrollo local” [2012:68].

De acuerdo con Boaventura de Sousa Santos, el presupuesto participativo propicia el surgimiento de formas efectivas de combinación entre elementos de la democracia participativa y de la representativa:

“El presupuesto participativo surge de esa intención [2] que se manifiesta en tres de sus características principales:

1. Participación abierta a todos los ciudadanos sin ningún status especial atribuido a cualquier organización, inclusive las comunitarias;
2. Combinación de democracia directa y representativa, cuya dinámica institucional atribuye a los propios participantes la definición de reglas internas;
3. Colocación de los recursos para inversiones basada en la combinación de criterios generales y técnicos, o sea, compatibilidad de las decisiones y reglas establecidas por los participantes con las exigencias técnicas y legales de la acción gubernamental, respetando también los límites financieros” [Santos & Avritzer, 2004:35].

Colombia fue uno de los primeros países de América Latina en realizar ejercicios de presupuesto participativo. A partir del marco definido en la Constitución Política de 1991, caracterizado por un enfoque de derechos humanos y un gran énfasis en la

participación ciudadana [Lara, 2014: 189-190], desde 1994, con la expedición de la Ley 136 de 1994 “Por la cual se dictan normas tendientes a modernizar la organización y el funcionamiento de los municipios”, se contempló la posibilidad de que los alcaldes diseñaran mecanismos de participación ciudadana a través de los cuales la ciudadanía participara en la solución de sus problemas y necesidades (art.117). Adicionalmente, la Ley 152 del mismo año, “Por la cual se establece la Ley Orgánica del Plan de Desarrollo”, creó los Consejos Territoriales de Planeación, que son dispositivos de participación en la planeación de los municipios y departamentos (art. 34).

A partir de este marco, diferentes municipios comenzaron a realizar ejercicios de presupuesto participativo, el primero de los cuales tuvo lugar en Pasto en 1995. Desde entonces, distintos ejercicios de presupuesto participativo han contado con soporte legislativo (por ejemplo el artículo 40 de la Ley 1551 de 2012 y los artículos 90 a 93 y 100 de la Ley 1757 de 2017) y han sido incluidos en instrumentos locales de política pública, en especial en los planes de desarrollo [Corporación Viva la Ciudadanía, 2016: 8-15]. Además de esta institucionalización formal, en Colombia existen iniciativas ciudadanas de institucionalización informal como la Red Nacional de Planeación Local y Presupuesto Participativo (<http://rednacionalplypp.co/>), que articula ejercicios de planeación y presupuesto participativo de distintos municipios y departamentos, promovidos tanto por organizaciones sociales como por autoridades gubernamentales. Las reflexiones sobre presupuesto participativo no son ajenas a los ejercicios de construcción de paz en el país. El Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera incluye referencias a la planeación y a la presupuestación participativa, en al menos tres niveles: como disposiciones específicas para la formulación e implementación de una política para el fortalecimiento de la planeación democrática y participativa; como enfoque para el diseño y puesta en marcha de dispositivos de paz territorial como los Planes de Acción para la Transformación Regional, Programas de Desarrollo Especial con Enfoque Territorial (PDET) y los Planes Integrales Municipales y Comunitarios de Sustitución y Desarrollo Alternativo, además del componente participativo de los Planes para la Reforma Rural Integral; y como entrada para la construcción de paz territorial.

En relación con la necesidad de formular una política para el fortalecimiento de la planeación democrática y participativa, el numeral 2.2.6 del Acuerdo Final plantea distintas acciones, una de las cuales tiene que ver con fortalecer y promover la construcción de presupuestos participativos sensibles al género y los derechos de las mujeres en el nivel local con el fin de promover la participación de hombres y mujeres en la priorización de una parte del presupuesto de inversión, de tal manera que refleje las conclusiones de los ejercicios de planeación participativa; crear incentivos para la formulación y ejecución de presupuestos participativos; y promover mecanismos de seguimiento y rendición de cuentas a los ejercicios de presupuestos participativos [2016: 50].

Para aportar en el afianzamiento del presupuesto participativo, entendido como un proceso de largo plazo que tiene incidencia en el fortalecimiento de la cultura política y la participación ciudadana, además de un papel central en la construcción de paz, se realizó una investigación que permitió, a través de la cuantificación y caracterización de los ejercicios de presupuestación participativa que se han llevado a cabo en el país hasta la fecha, recoger buenas prácticas, aprendizajes y establecer perspectivas de actuación.

.....

*** Ricardo Jaramillo Rincón**

Corporación Viva la Ciudadanía VLC. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

POLICOTOMÍA LENGUÁJICA DE LA CATEGORÍA “DEBER” Y APLICACIÓN DE LA REGLA DE RECONOCIMIENTO: DISQUISICIÓN DESDE EL “VOTO” EN LAS CONSTITUCIONES DE ARGENTINA Y COLOMBIA

*Tirson Mauricio Duarte Molina

Es de indudable importancia el papel del lenguaje en el quehacer de los hombres, y por tanto responde de diferente manera dependiendo de los significantes que se vean inmersos en los discursos que son usados. Sin embargo, el significado de tales puede variar de acuerdo con los escenarios y modalidades en las cuales se use, afectando el desenvolvimiento del hombre en los diferentes escenarios de su vida.

Como ejemplo de lo anterior se encuentra que el ejercicio del derecho al voto es una de las más, sino el más, importantes mecanismos de participación ciudadana en las democracias modernas, es debido a ello que la importancia de su significado, según las modalidades de uso al crear una polivalencia semántica, cobra un gran valor al momento sea interpretado y aplicado por quienes ostentan como operadores jurídicos.

De acuerdo con lo anterior se establece que es a través de la regla de reconocimiento, planteada por Hart, que los hombres han sabido tomar decisiones al conocer, así sea de manera efímera el contenido de una norma. No obstante, como lo expone el mismo autor: el derecho es lenguajico, y por lo tanto es de vital importancia lo que signifique o pueda significar una palabra en concreto; pues según el escenario puede variar su implementación. Esto es lo que ya se ha mencionado como polivalencia semántica, donde además las reglas de la experiencia son partícipes en tal.

Lo anterior, afecta de manera directa el ejercicio de la democracia, como forma de gobierno y de ejercer el poder, por cuanto la forma en la que un derecho es desplegado no se ve determinado tan solo por los deberes de reconocimiento, garantía y protección, si no que en un sentido amplio: el ejercicio de tal derecho se encuentra como límite el conocimiento mismo de quien lo ejerce por lo que cada quién entienda por él en relación con lo plasmado en su ordenamiento. Donde el Yo lexicográfico de cada uno juega un papel importante, y donde, además, el solipismo del que hablaba Wittgenstein cobra todavía más valor al plantear que el límite del mundo para un hombre es el mismo límite que tiene su lenguaje. Es por lo anterior que se deben tomar elementos desde la teoría pictórica para señalar las cuestiones lógicas de lo decible. Y, en ese sentido, lograr establecer el límite del pensamiento desde los valores y no necesariamente desde la existencia. Es menester realizar una delimitación preliminar, no solo a la hora de ser operador jurídico, sino

que es importante hacerlo desde la función legislativa para evitar dar origen a diferentes variaciones lingüísticas que se disfracen e influyan en el ejercicio.

Con todo, se halla que dentro de ordenamientos como los de Colombia y Argentina cobra protagonismo lo que se entienden por derecho al voto o al sufragio; esto es que, si bien tienen diferentes concepciones respecto al constreñimiento en el ejercicio de ese derecho, al dejar entrever de manera explícita que para el sistema normativo colombiano este implica un deber, y para el argentino, por su parte, implica una obligación. Lo que, a la postre, cuando se logra realizar el análisis desde las teorías expuestas se puede establecer que la polivalencia semántica o policotomía -debido a la contraposición de algunas- ha traído consigo consecuencias que van desde la participación mayoritaria hasta el abstencionismo y crítica a la legitimidad misma de la situación resultado del proceso sometido a tal mecanismo de participación.

Existe entonces la gran posibilidad que la determinación propia del sentido de un significante por parte de los operadores jurídicos y la falta de técnica al establecer contenidos normativos, han enrutado dos naciones a diferentes resultados. Son esos juicios los que han determinado la vida política y el ejercicio del poder.

No obstante, bajo los planteamientos de Nino se puede plantear que esta es en sí una paradoja de la democracia. Por tanto, podría nacer desde el constructivismo epistemológico la manera de solventar tales fallas dentro del ordenamiento jurídico más afectado por la polivalencia semántica y requerir a que el ejercicio del poder y su legitimidad, vista desde el momento de la participación democrática, sea realizado bajo la misma premisa para los ciudadanos.

.....

*** Tirson Mauricio Duarte Molina**

Universidad de San Buenaventura - Cali USB - Cali. Santiago de Cali, Colombia

Resumen de ponencia

POR LA DEMOCRACIA: HACIA UN NUEVO CONTRATO SOCIAL-EDUCATIVO

*Rodrigo Manuel Morales Cruz

Sin ciudadanía la democracia es inviable; ésta simplemente no puede prosperar. Esa es una máxima que los pueblos latinoamericanos no debemos olvidar, pues es fundamento y razón de vida de las garantías universales que permiten que una joven república madure hacia la consagración de un Estado nación independiente, libre y soberano. Todo por la gente, todo para la gente; esto debe ser un concepto vivo en letra y práctica social.

Hoy los estados latinoamericanos vivimos la parte medular de los procesos de consolidación democrática en nuestra región, lo que sin duda nos sitúa en un momento crucial, el del tiempo para elegir el camino correcto en pos de lograr la conformación de países con una verdadera vida democrática, por ende, con conversiones institucionales guiadas por un genuino servicio popular.

Democracia es y debe ser sinónimo de ciudadanía, pues sólo la participación de la gente en los asuntos cruciales del Estado es lo que dará paso a regímenes no autoritarios, a gobiernos organizados e impulsados por el interés público, mismo que es el que otorgará legitimidad al Estado pues será la propia organización ciudadana la que avale la construcción de democracias maduras, efectivas y eficaces.

Es en este punto donde cobran importancia la formación y la educación de las ciudadanías, no como se entendió durante el siglo XX, donde por educación gubernamental se tomó al proceso de estandarización mental, filosófico y hasta espiritual que pretendía despojar a la gente de sus deseos de cambio y emancipación, esto para darles cabida en un mundo funcional, lleno de espejismos de bienestar ficticios e inalcanzables para la mayoría.

Más que brindar una educación que permitiera a los individuos gobernarse a sí mismos, tales sistemas de enseñanza popular se volvieron verdaderas centrales de producción serial, con claro beneficio para la industria comercial neoliberal, todo bajo un esquema de explotación de mercado devenido de la revolución industrial. Se necesitaban personas -o más bien dicho- por los controladores de tales imperios, masas de individuos impávidos ante la injusticia.

La información es poder, y era claro que la amalgama conformada por gobiernos totalitarios, industrias explotadoras, medios corrompidos por el dinero y grupos de poder fáctico, no la iban a compartir con la base popular. En un sistema de injusticia cualquier indicio de luz siembra inestabilidad para el statu quo que domina con

ilegitimidad. La llama a apagar para dichos grupos de control era la de una enseñanza integral, la de una formación humana.

Los ciclos que debían ser comunicativos se conflagraron por informativos, esta era la única manera en la que la gente podría aceptar que se le encajase en un modelo tan desigual, tan discriminatorio, tan inequitativo. Como política pública de un gobierno central que en realidad se vio dictaminada por conjuntos neoliberales, fue que se abanderó la consigna de que con esfuerzo y trabajo duro, todos teníamos las mismas oportunidades de alcanzar el éxito.

Fue en esa caja negra hecha de crisis sociales, políticas y económicas, que se coló el haz aspiracional del bienestar individual. Dicha esperanza, a veces cumplida por algunos miembros provenientes de las clases medias, ha servido por décadas como mera válvula de escape para los usurpadores del poder, a su vez que ha sido un aliciente para el soñador de a pie, ese que por omisión del sistema, no tiene herramientas para alcanzar tales proezas.

La condición impuesta a los triunfadores de esta guerra de guerrillas industrial, la cual ha sido muchas veces consciente e inconscientemente aceptada, ha sido que una vez conquistada la prosperidad económica para los suyos, ya situado en el estrato de riqueza -o en camino a ella- mantengan un perfil alto de evasión social. La idea a reforzar es la indiferencia ante lo que le pasa a otros menos favorecidos, claro, mientras no me pase a mí.

Nuestros sistemas educativos pretenden que desde pequeños nos vayamos insertando aspiracionalmente en la burbuja de la bonanza, para cual depredadores desde la punta de la pirámide en la cadena alimenticia, seamos indiferentes ante las inequidades sociales. Competencia, productividad, homogeneidad, ajuste a tiempos y cero creatividad, eso es lo que se pide al grueso de la población, al menos a la estadística que se pretende domesticar.

Latinoamérica reclama con firmeza un cambio en el paradigma social, requerimos participación ciudadana responsable, gozosa de derechos y que asume sus obligaciones. No pedimos, exigimos una sociedad crítica que cuestione lo que escucha y lo que observa a nivel gobierno y en medios de comunicación. No podemos perder más tiempo, a sabiendas que hacer caso omiso a la consigna, nos traerá una desventaja competitiva a nivel mundial.

Para poder dar un vuelco a los problemas sociales que pasan en la región requerimos un nuevo modelo educativo, la mejor inversión que se puede hacer en una nación es directamente con lo máspreciado que tiene: el capital humano. Corea del Sur e India han demostrado que los mejores réditos son los que se enfocan en la formación de la gente, ahora tienen económicas en expansión producto de la innovación y el conocimiento aplicado.

El lastre central que nuestros planes educativos tienen, es la ineficiencia que se lega al alumnado, desde educación temprana hasta etapas de educación media y superior. Al

sujeto le es complicado transformar ideas, darles un manejo intelectual capaz de producir bienes económicos de valor agregado. En un mundo con regiones entrelazadas en tiempo real, el valor de las ideas capitalizado en innovación, es lo que genera riqueza económica y cultural.

Las deficiencias de los sistemas educativos en nuestras zonas, nos hacen ver la distancia que tenemos con respecto a países que en verdad han invertido en la formación de talento. En esas naciones, la matrícula universitaria una vez que ha acabado la carrera, no desea salir y dar su conocimiento para fortalecer capitales extranjeros. No hay ese interés, porque en sus países encuentran los incentivos laborales y de formación que aseguran su permanencia.

Las pruebas internacionales lo muestran, tenemos un índice bajo de aprovechamiento, conocimiento y dominio en los niveles intermedios de educación, con deficiencias en materias de las ciencias exactas, justo en esas donde hoy se están generando las grandes revoluciones informáticas y digitales. Así el beneficio económico del acorte de brechas digitales, toma a nuestros alumnos sin la preparación suficiente para potenciar su talento.

Estamos interconectados pero sin la capacidad de colaborar en proyectos de gran escala en un de tú a tú con compañeros de otras naciones, no al menos de parte de la mayoría de nuestros jóvenes. En Asia, hay notables avances técnicos sobre el manejo de la información, que en efecto se analiza y sintetiza para proponer soluciones prácticas y específicas hacia el resto del mundo. Su talento está en igualdad de condiciones para solventar la era digital.

De ignorar las deficiencias de formación en nuestra población; de nuestras escuelas egresaran analfabetas digitales, algo que es equivalente a no tener voz y voto en la actualidad, seguiremos a expensas de comprar tecnología extranjera para dar solución a problemas locales. Es vital que los avances tecnológicos se incorporen al fortalecimiento democrático. Dotados de preparación sólida, las nuevas generaciones podrán hacerlo real.

Las políticas públicas educativas deben ser integrales, la digitalización no se alcanza equipando aulas con computadoras o dando tablets a los niños (programas que por cierto en México son muy comunes). Queda claro que nuestros gobernantes carecen del talento para entender lo que implica el verdadero desarrollo humano, pues más vale tener un docente profesional, identificado con metas de formación integral, que 1000 tablets por escuela.

Ignorancia muestran las autoridades al emprender estos “modelos” académicos. Antes que nada, se requieren reformas educativas enfocadas en cuestiones pedagógicas que impacten a nuestros estudiantes, profesores bien pagados que inculquen la importancia del valor y la dignidad humanos, que tengan claro que la imaginación y la creatividad se premian. Estos docentes serán responsables de gestar las nuevas ciudadanías que nuestros países exigen.

Un modelo educativo integral, enfocado en el desarrollo del ser humano, la organización y la solidaridad; el ser maestro debe ser visto como un privilegio excelso que conlleva una gran responsabilidad, compromiso social, preparación y vocación. Se requieren escuelas normalistas de altura, con autoridades preocupadas por el capital humano, no entretenidas en cumplir a sindicatos, en lograr cifras oficiales o inmiscuidas en actos de corrupción.

Un proyecto educativo integral piensa en lograr resultados a largo plazo, con enfoque en la intervención desde edades tempranas (durante los primeros 5 años de vida), momentos definitorios en el desarrollo personal de todo individuo. Sí se le compara con el rédito que deja la inversión en etapas posteriores (básica, media o superior), la inversión para el desarrollo temprano podría tener una efectividad incluso del 80% más favorable en el rendimiento de todo el sistema educativo de una nación.

Desarrollo integral del ser humano dará como herencia la formación de ciudadanos con enfoque en lo sustentable, en lo social, en la organización, que abordarán de manera inteligente los complejos del futuro y serán clave en la transformación de nuestras sociedades. Igualdad de oportunidades no significa justicia, equidad para el desarrollo sí. Desechemos sistemas que no fomentan puentes comunicativos ni crítica; vayamos por un nuevo contrato social-educativo, avancemos hacia una civilización con justicia y bienestar.

.....

*** Rodrigo Manuel Morales Cruz**

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México - FCPyS/UNAM. México D.F., México

Resumen de ponencia

POR UM BRASIL AGROECOLÓGICO: DISCURSO E CONTRA HEGEMONIA.

*Thaís Ponciano Bittencourt

A pesquisa tem como propósito investigar a construção discursiva do campo agroecológico como projeto contra hegemônico para o desenvolvimento rural no Brasil, a partir da análise de discurso de seus principais atores e dos principais marcos da trajetória de sua articulação. Para tal, é importante localizar o discurso agroecológico dentro da trajetória da coalizão da agricultura familiar, e identificar alguns de seus principais marcos, tais como a realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Torna-se imprescindível também identificar alguns dos marcos da construção do discurso do agronegócio, entendido como projeto hegemônico, a partir de alguns de seus principais atores, tal como a bancada ruralista, identificada como principal braço político desta coalizão. Partimos do que consideramos uma tentativa agonística, de conciliação entre ambos os projetos durante os governos petistas (Lula e Dilma, de 2003 à 2016), momento em que há uma expansão do Brasil no mercado agropecuário internacional, impulsionada principalmente através da produção de commodities orientada para a exportação. Corresponde também ao período de consolidação e ampliação do setor da agricultura familiar, com a implementação e a orientação de diversas políticas públicas, considerando sua importância para, além da promoção e garantia da soberania alimentar, a ampliação de direitos com o reconhecimento de sua diversidade (agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, produtores agroextrativistas, assentados da reforma agrária, por exemplo) e a própria superação da pobreza e miséria rural. No entanto, a partir de 2016, com a ruptura democrática no país, o antagonismo latente entre os projetos do agronegócio e da agricultura familiar é exacerbado e se demonstra numa série de ofensivas da coalizão do agronegócio, que reafirmam o poder das elites econômicas e políticas rurais. Neste processo, utilizaremos a Teoria do Discurso (Discourse Theory) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, passando por alguns de seus principais conceitos e noções, tais como: agonismo, antagonismo e hegemonia. Como resultados desta análise, espera-se identificar caminhos e possibilidades de resiliência política e de construção contra hegemônica para a continuidade e fortalecimento da articulação da agroecologia e de seu projeto participativo frente aos desafios que se colocam no atual contexto de desconstrução institucional e simbólica em curso no Brasil.

Assim, a perspectiva de análise deste trabalho está centrada na análise e na construção do discurso, tendo como intuito contribuir para o avanço nos estudos sobre o campo agroecológico e sobre as narrativas em disputa no meio rural brasileiro. Acredita-se que olhar o fenômeno da agroecologia a partir de sua análise discursiva pode trazer elementos para avançar especialmente no sentido de um objetivo político,

sobretudo, para entender a complexa configuração de forças e de poder diante da ampla gama de antagonismos existentes na sociedade, em que “o político” deve ser entendido como próprio da formação das sociedades.

Desta forma, como recorte temático e teórico focaremos na construção do discurso como ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa, baseada na Teoria do Discurso (Discourse Theory), que concebe a realidade social como um campo discursivo. Foi inicialmente desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe com a publicação em 1985 do livro “Hegemonia e estratégia socialista - por uma política democrática radical” - primeira versão espanhola em 1987, e posteriormente aprofundada no que se denominou Escola de Essex, em referência à constituição de um grupo de pesquisa e linha de pós-graduação no curso de ciência política da Universidade de Essex, na Inglaterra.

A teoria do discurso foca nas relações entre discurso, a construção de hegemonia e o estudo das identidades políticas. Há uma reativação da categoria hegemonia para revelar uma lógica política na qual os atores coletivos se constituem pelo antagonismo, na constituição de um “nós” e o “outro”, de onde emerge o conflito, as disputas por hegemonia. Também nos utilizaremos da abordagem dos marcos cognitivos (frame analysis), considerando suas contribuições ao entendimento da produção e reinvenção de significados, tendo os processos discursivos como elemento central.

Tendo em vista o foco para o político, destaco minha atuação na sede política do país, em Brasília, que é o próprio lócus por excelência dos discursos, a arena onde se dão os inúmeros debates e disputas para a constante construção, consolidação e desconstrução de hegemonias e contra hegemonias discursivas. Em 6 anos de trajetória profissional como servidora pública em Brasília, pude participar e acompanhar diversos debates, manifestações, lançamentos públicos, consultas populares, disputas, conflitos, negociações e desenhos institucionais para políticas, em que destaco as atividades relacionadas à CNAPO, que certamente contribuem para a parte empírica desta pesquisa.

Constitui-se também como justificativa deste trabalho o atual momento político pelo o qual passa o Brasil, entendido como uma nova ofensiva neoliberal, também reflexo do que vem acontecendo em todo o mundo sob a égide de que vários autores têm denominado como pós-democracia. Neste contexto pós-democrático, no Brasil em particular, há a rearticulação e o fortalecimento hegemônico de um pacto político, econômico e social, que tem o capital financeiro e o agronegócio em seu cerne, atuando na desconstrução institucional, política e simbólica das condições que sustentam a coalizão agroecológica, foco deste trabalho. Assim, torna-se relevante acompanhar como os discursos irão refletir, reagir e ou colaborar para a intensificação desse processo, com o objetivo de melhor identificarmos os caminhos a seguir para a resiliência e a reconstrução contra hegemônica.

Vamos construir o cenário da grande angular da problemática em questão, contextualizando o modelo conservador de modernização da agricultura imposto no país e o surgimento de resistências e disputas através da emergência do discurso da

chamada agricultura alternativa. Passamos para o momento de disputas em torno da possibilidade de um projeto participativo representado pela abertura democrática e a tomada desta possibilidade pelo projeto neoliberal no país. Em seguida, contextualizamos o que seria a tentativa agonística de conciliar um modelo de desenvolvimento rural dual, ainda que de forma desequilibrada, entre a agricultura familiar e o agronegócio durante os governos petistas de Lula e Dilma. Por fim, buscamos refletir sobre a chamada ruptura democrática, em que o antagonismo se revela latente e imponente, e observa-se uma ofensiva feroz da coalizão do agronegócio avançando sobre as conquistas recentes do projeto participativo, no qual se encontra o movimento agroecológico no Brasil.

.....

*** Thaís Ponciano Bittencourt**

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais . Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO; UMA DISCUSSÃO DESDE A PERSPECTIVA MARXISTA

*André Luiz De Miranda Martins

Pretende-se discutir, a partir de uma abordagem marxista, as possibilidades da democracia na etapa corrente do capitalismo, momento de forte retomada da ofensiva neoliberal, duramente sentida na América Latina. Claro exemplo dessa ofensiva são as destituições ilegítimas de governos nacionais democraticamente eleitos, das quais desponta o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, no Brasil. Para a condução e aprofundamento dessas discussões, as fontes delimitadas compreendem textos de Marx e Engels e de autores selecionados da vasta e diversa tradição marxista, assim como de outros textos de teoria política.

A produção capitalista é despótica; seu controle é essencialmente privado. E no que respeita à democracia, a história da formação social capitalista pode ler-se nas formas pelas quais a relação do capital tem logrado esvaziar a democracia de seu aspecto substantivo. A relação de valor, nexos estrutural do despotismo privado, dá seu arremate na contenção da política: despolitiza a dependência dos trabalhadores assalariados com relação aos capitalistas, desprovê de significação política a possibilidade - essencial a essa relação de valor - aberta aos patrões de dispor da força de trabalho e do emprego de seus contratados. Agora as "regras do jogo" expostas por Schumpeter, sua compreensão "econômica" da democracia - expressão do funcionamento esperado do mercado político, em que todos são cidadãos despidos das posições de classe do processo produtivo - adquirem outro sentido. Com efeito, um momento crucial no progressivo eclipse da Política pela Economia se daria com a publicação, em 1942, do livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, do prestigioso economista austríaco Joseph Alois Schumpeter. Ali se encontraria uma descrição precisa do casamento entre democracias "maduras" e o capitalismo contemporâneo, a ser massificada e propagandeada pelo discurso neoliberal a partir da década de 1980 como a base política necessária e suficiente sob a qual se levantaria o edifício do crescimento econômico.

O neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de práticas políticas e econômicas baseadas na (e chanceladas pela) concepção de que o indivíduo é o fundamento da vida política e econômica - sujeito de direitos, dos quais desponta a liberdade de engajamento em obrigações contratuais em mercados de trabalho, capitais e bens negociáveis (recursos naturais e formas de conhecimento das quais se pode clamar a propriedade). Para possibilitar tal engajamento devem-se criar os arranjos institucionais adequados - sob um alegado império da legislação e do constitucionalismo - ao funcionamento "eficiente" desses mercados, à base da desestatização-privatização e da desregulamentação, sempre que necessário. Livre e sujeito de direitos, ao indivíduo mesmo cabe a melhoria de seu bem-estar e de

seu “capital humano”. Intervenções - na forma de iniciativas externas à individual - no acesso a esses bens são admitidas apenas à medida que o funcionamento dos mercados em que são ofertados apresente falhas tais que excluam possíveis demandantes (em algumas versões da “teoria” neoliberal, admitem-se instituições provedoras das “capacidades” necessárias a que os indivíduos acessem no mercado os mencionados bens; em outros termos, provisão de “cidadania competitiva”). Contemporaneamente, para a “teoria” neoliberal, com sua ênfase nos arranjos institucionais tidos como essenciais à garantia das liberdades individuais - cuja preservação concebe como a via para ganhos de eficiência e, portanto, para o crescimento econômico e a redução da pobreza -, mesmo a democracia representativa é vista com desconfiança e suspeita.

Por essa perspectiva, a maioria das atividades humanas fica fora da área de atuação do Estado - fora da “rendição de contas” a que se referia Wood (op cit.). Ao Estado, nessa perspectiva, caberia, em essência, zelar pela competitividade dos mercados - no contexto de uma economia mundial crescentemente globalizada - e pela estabilidade da moeda nacional através de políticas fiscais e monetárias. As medidas de política econômica derivadas dessas incumbências estatais consistiriam no controle da inflação, na adoção de regimes cambiais flutuantes e na condução de uma política de gastos visando sempre à obtenção de superávits primários de contas públicas. A essas poderiam se associar reformas institucionais, “estruturais”, tais como a liberalização (comercial e da conta de capitais dos balanços de pagamentos), desregulamentação financeira, bem como reformas de cunho microeconômico voltadas à maior eficiência dos mercados - privatização e desregulamentação dos mercados de trabalho e emprego. “Desaconselham-se” políticas acessórias e/ou setoriais (creditícias, industriais, ambientais); ou seja, nada além da ênfase na concorrência, e no que dela se poderia obter. Assume-se, de modo axiomático, que a “racionalidade” dos mercados produz os melhores resultados socioeconômicos. Tal axiomática de certa “racionalidade” dos mercados desdobra-se em uma preferência pela governança da ordem executiva - que, pode, por exemplo, buscar o isolamento dos bancos centrais de qualquer controle democrático. Por sua vez, o favorecimento à governança por experts leva a que se recorra, com certa frequência e sob o eufemismo de “consultorias”, a órgãos supranacionais dispensados de qualquer prestação de contas, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para a tomada de decisões essenciais ao desenvolvimento social e econômico interno. Na medida em que tais instituições reforçam o poder do Estado neoliberal, põe-se uma das tensões entre teoria e prática inerentes ao neoliberalismo.

Contudo, tanto a teoria quanto a prática neoliberal fazem concessões a essa tão temida governança da maioria. Sobre a base de um governo e, mais que isso, uma política “judicializada”, e dispondo de médias-altas classes médias schumpeterianas (e da classe proprietária!) como fiadoras da governabilidade, as instituições coletivas são estimuladas, desde que sejam “fracas” - o padrão de instituição coletiva forte é dado pelos sindicatos, que enfrentam oposição acirrada da desregulamentação - e pautadas pelas filosofias da “cidadania” (por mais sujeita a abstrações que possa ser essa categoria) e da “responsabilidade social”, bem como da advocacia organizada em torno de ONGs, dos direitos humanos (na verdade, a denúncia de violações desses alegados direitos e seu encaminhamento às cortes de justiça, que em alguns casos atuam de modo abertamente desfavorável às “pessoas comuns”, isto é,

descapitalizadas e desqualificadas).

Note-se que, juntamente com os direitos humanos, a mencionada "judicialização" da política (ou seria a 'politização da justiça'?) é um dos temas "quentes" das ciências sociais. Contudo, data de algumas décadas o temor dos efeitos para a democracia a longo prazo de certa hipertrofia do poder judiciário - em particular das cortes constitucionais - ante os braços executivo e legislativo do governo (especialmente este, para o eventual deleite daquele).

Saído apenas "chamuscado" das crises recentes - ao contrário do que previa e esperava parte das esquerdas tradicionais, que tantas vezes aprisionaram a perspectiva marxista para seus interesses políticos imediatos -, o capitalismo contemporâneo reafirma sua compatibilidade com formas pouco intensas de democracia e com uma crescente desigualdade.

.....

* André Luiz De Miranda Martins

Universidade Federal de Pernambuco UFPE. Caruaru, Brasil

Resumen de ponencia

RENDICIÓN DE CUENTAS O AMBICIÓN POLÍTICA: OFICIOS DE FISCALIZACIÓN EN LA CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE, 2006-2015

*Ignacio Antonio Cárcamo Miranda

Si bien el sistema político de Chile es considerado como fuertemente presidencialista, el poder legislativo posee herramientas importantes más allá de sus atribuciones legislativas. La capacidad fiscalizadora del Congreso chileno, en especial de la Cámara de Diputados, permite ampliar la forma en que entendemos el balance de poderes entre el ejecutivo y el legislativo. Si bien el ejecutivo chileno tiene importantes poderes co-legislativos entre los que se incluyen su potestad para enviar una propuesta de presupuesto que solo puede ser parcialmente modificada por el Congreso y la sola potestad de iniciar proyectos de ley que implican gasto público el poder legislativo también posee herramientas de fiscalización al ejecutivo, entre las que destacan la acusación constitucional, comisiones investigadoras, interpelaciones a altas autoridades nombradas y por el ejecutivo y, lo que estudiamos aquí, oficios destinados a recibir información de otras autoridades del país, incluidos el ejecutivo y funcionarios de confianza del ejecutivo. De hecho, uno de los mecanismos más utilizados por legisladores chilenos para ejercer su rol de fiscalizadores de las acciones del ejecutivo son los llamados “oficios legislativos”, peticiones de información a distintas autoridades que emiten los legisladores y que, además, funcionan como herramientas para que ellos se hagan más conocidos a nivel nacional o para interceder en beneficios de intereses locales de sus distritos.

evaluamos los 25.735 emitidos por los miembros de la Cámara de Diputados de Chile entre marzo de 2006 y marzo de 2014, bajo las administraciones centro-izquierdista de Michelle Bachelet (2006-2010) y centro-derechista de Sebastián Piñera (2010-2014). Después de una discusión teórica sobre los mecanismos de pesos y contrapesos entre el ejecutivo y el legislativo y de los determinantes del comportamiento de los legisladores, analizamos el mecanismo de rendición de cuentas conocido en Chile como oficios legislativos. A partir de ello, presentamos 5 hipótesis: Los diputados de oposición ofician más que los diputados de gobierno, Los diputados ofician más durante su primer año y en el último año del periodo que en el resto del periodo (número total de oficios por etapa de gobierno, tasa de oficios), Los diputados ofician más a los ministerios que a los gobiernos locales (número total de oficios y tasa de oficios), El destino de los oficios está determinado por la membresía de los diputados a las distintas comisiones (número y tasa de oficios) y Los diputados que no buscan la re-elección ofician menos que aquellos que se presentan a la re-elección o buscan un escaño en el Senado. Después de explicar la metodología que utilizamos, evaluamos las hipótesis y presentamos nuestro análisis.

Los datos utilizados en este estudio fueron obtenidos a través de una petición a la

Cámara de Diputados de Chile a través del mecanismo de transparencia activa que existe en el Estado de Chile. La base de datos fue solicitada en diciembre de 2015. Aunque cualquier investigador puede solicitar la misma base, estaremos gustosos de compartir la base de datos, entregada por la Cámara de Diputados, de los 25.735 oficios enviados por los diputados en ese periodo.

Recopilamos datos respecto a todos los oficios presentados por cada uno de los diputados en ejercicio—aquellos que fueron electos y aquellos que entraron cuando se produjeron vacantes durante el periodo legislativo—en los dos periodos legislativos, 2006-2010 y 2010-2014. Organizamos los datos tanto como número de oficios presentados por cada legislador y como tasa de cada legislador respecto a todos los oficios que se presentan en un periodo de tiempo. Así, si un legislador presentó 150 oficios en un año en que se presentaron 3000 oficios, evaluamos tanto la producción individual del legislador (150 oficios) como la tasa de oficios que fueron presentados por cada legislador ($150/3000$, 5%).

Esta base incluye los nombres de los diputados, la fecha de presentación del oficio, la fecha de despacho del oficio, la materia del oficio, el destino (que pueden ser ya sea el ejecutivo, en ministerios específicos, empresas públicas, instituciones autónomas o gobiernos locales), la entidad a la que se envió el oficio y si el oficio fue respondido.

Dado que coinciden con los periodos presidenciales, dividimos cada periodo legislativo en luna de miel (primer año), años intermedios (segundo y tercer año) y último año, para evaluar si el calendario electoral tiene un efecto sobre el número de oficios y sobre la tasa de oficios. Las tres primeras hipótesis usan el número de oficios como variable dependiente mientras que las otras tres hipótesis utilizan la tasa de oficios como variable dependiente.

Nuestras variables independientes las obtuvimos codificando información sobre las características y atributos de los legisladores. Para ellos, obtuvimos información públicamente disponible en la página web de la Cámara de Diputados sobre la militancia de cada legislador y el distrito al que representan. A partir de datos utilizados por Bunker y Navia (2015), identificamos el número de periodos que cada diputado llevaba en la Cámara. A partir de datos recopilados por Navia y Saldaña (2017) obtuvimos información sobre las comisiones permanentes a las cuales perteneció cada diputado en cada periodo legislativo. En la siguiente sección describimos nuestros datos.

En los dos periodos, los diputados enviaron 25.735 oficios de fiscalización. 11.236 correspondieron al periodo 2006-2010 y 14.499 al periodo 2010-2014. La Figura 1 muestra el número de oficios que se presentaron en total en cada mes del año. En el mes de febrero, el Congreso toma su receso de verano por lo que no se presentan oficios. Durante el resto del año, la mayor presentación de oficios se da en los meses de otoño e invierno, entre abril y agosto. Hay una disminución evidente en el número de oficios en el mes de septiembre. Esto porque el congreso tiene un receso adicional. Normalmente, el congreso sesiona durante tres semanas cada mes—la cuarta semana es distrital. En septiembre, además de la semana distrital, el Congreso tiene un receso

adicional en la tercera semana, por las celebraciones de la independencia, que los legisladores utilizan como una semana distrital adicional.

Si bien el número de oficios de fiscalización aumenta en octubre, el último trimestre tiene menos oficios en general. Esto posiblemente está relacionado con la discusión de la ley de presupuesto, que se presenta a fines de septiembre y debe ser aprobada antes de fines de noviembre.

.....

*** Ignacio Antonio Cárcamo Miranda**

Universidad Diego Portales UDP. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

REPENSAR LA DEMOCRACIA DESDE LAS RELACIONES ENTRE TIEMPO Y POLÍTICA: UNA MIRADA A LA CUBA ACTUAL

*Diosnara Ortega

El campo político no solo es lo que es, sino también lo que ha sido, y las opciones imaginadas y proyectadas de lo que será. Los futuros imaginados en una sociedad remiten a lo no existente, a las brechas entre lo que “ya no existe” y lo que “todavía no es”. Se vuelven ellos potenciales de la política, en términos de Koselleckianos expresan los horizontes de expectativas con los cuales se orientan los campos de la experiencia de los sujetos, sin prefijarlos pero sí formando parte de sus contenidos (Koselleck, 1993).

La democracia, en su horizonte normativo, nos habla no solo de lo que ha sido o no ha sido un proceso sociopolítico, sino de lo que es a partir de cuáles son esos horizontes que lo limitan o/y posibilitan. La ponencia propuesta tiene como objetivo mostrar mediante un análisis de las relaciones entre tiempo (temporalidades) y política un marco de posibilidades de la democracia cubana.

En este sentido nos proponemos en primer lugar (1) repensar para el caso cubano las dos grandes tradiciones teóricas sobre la democracia desde un enfoque sociotemporal: la concepción liberal-representativa, y la concepción marxista donde esta se vuelve un fin del socialismo y no un medio. A partir de un punteo de elementos que caracterizan a cada una de estas tradiciones, nos interesa mostrar cómo en ambas la cuestión temporal está presente, aunque invisibilizada en cada una de ellas. La cuestión del futuro, ya sea como horizonte normativo, ya sea como política de la incertidumbre; o el ritmo del tránsito entre un régimen hacia otro, del desarrollo de un modo de producción anticapitalista como condición para la democratización, son solo dos indicadores de la dimensión temporal que acompañan las concepciones sobre la democracia, en una y otra tradición, por solo mencionar dos ejemplos. Nuestro objetivo entonces es primeramente proponer un nuevo marco referencial desde donde pensar la democracia: las relaciones tiempo y política, su dimensión sociotemporal. En segundo lugar (2) mostrar mediante el análisis del caso cubano desde el Período Especial hasta la actualidad cómo se expresan estos vínculos entre tiempo y política en la construcción democrática, para ello tomando dos relatos, el de la clase política dirigente como expresión de un relato hegemónico, y el relato cinematográfico como relato sintetizador de imaginarios colectivos y con una función contrahegemónica, o al menos no hegemónica.

Los futuros expresados desde el relato de la clase dirigente, así como otros relatos al margen de dicho grupo, como es el relato cinematográfico, entregan no solo una “imagen” temporalizada de Cuba, sino que a través de ella dan cuenta de las condiciones de posibilidad de la democracia. El futuro, la posibilidad de su expansión, es un indicador para el ejercicio de la democracia, hurgar en esos futuros construidos,

imaginados dentro de la isla desde posiciones de poder y subalternas, son un camino también para repensar la democracia cubana.

La presentación se enfocará en las relaciones de rupturas y continuidades entre pasado, presente y futuro producidas por medio de estos relatos (o representadas en ellos). La democracia remite, como bien postula Norbert Lechner, a una continuidad a futuro (Lechner, 2006). ¿Cuáles con las continuidades que producen estos relatos y entre qué temporalidades, continuidades del pasado sobre el presente o continuidades a futuro? Como bien sostenía Lechner, el futuro siempre contiene muchas más posibilidades de las que pueden ser realizadas (Lechner, 2006). Pero, ¿cuáles son esas posibilidades, cuáles incertidumbres se producen y cuáles son los mecanismos políticos para su producción/control?, ¿cuáles son las expectativas representadas en dichos relatos y de qué horizontes nos hablan dichas expectativas? La ponencia presenta una parte de los resultados de investigación doctoral de la autora “Temporalidades y Regímenes de Temporalidad en la Cuba transicional pos-noventa”, 2018. Se concentra en mostrar las rupturas y continuidades producidas entre el pasado, el presente y el futuro de la transición cubana que ha tenido lugar desde los años noventa y se han refundado a partir del 2006 con el gobierno de Raúl Castro, especialmente a partir del proyecto de “actualización de la economía cubana”. Dichas rupturas y continuidades a nivel de las temporalidades permiten visibilizar las nociones de pasado, presente y futuro representadas en los relatos de la clase política dirigente y el relato cinematográfico como relato contra-hegemónico. Los resultados se sostienen sobre la base de análisis documental y de discurso que integra análisis de documentos programáticos de los últimos cuatro Congresos del PCC, una muestra de discursos de Fidel Castro y Raúl Castro en sus funciones como Presidentes de los Consejos de Estado y de Ministros, libros de texto escolares de lectura de la enseñanza primaria y una selección de filmes y documentales producidos en Cuba desde 1990 hasta 2014.

.....

* Diosnara Ortega

Instituto Cubano de Investigación Cultural . Ministerio de Cultura - ICIC. La Habana, Cuba

Resumen de ponencia

REPUBLICANISMO PARA UNOS MEJORES CONFLICTOS EN COLOMBIA

*María Liliana Castillo Castillo

Esta propuesta tiene la pretensión de abordar los problemas institucionales que han hecho de Colombia una democracia insuficiente, considerando que se tiene por un país en democracia estable de más de doscientos años y a la par, o quizá como sustancia de ello, una sociedad en conflicto que no proporciona la solución a sus demandas sociales en su modelo democrático. Si el horizonte es cumplir la promesa constitucional de una democracia más ambiciosa que la representativa, la idea es que esa democracia colombiana tiene la oportunidad de afinarse para resolver mediante espacios de deliberación, los problemas de corrupción y exclusión, en virtud de una rigurosa procedimentalización de la reflexión transparente de temas de interés público, en el entendido que los escenarios de deliberación ciudadana son en sí mismos, la propuesta a la luz de los diferentes debates teóricos. En ese orden de ideas esta propuesta se propone realizar la revisión de los siguientes temas de análisis:

i: Una aproximación al sistema político colombiano; que revele los profundos vacíos y aporías estructurales que afectan la experiencia de un modelo de Estado de Derecho, que, entre otras cosas, supone un trasplante de institucionalismos extraños o foráneos que no terminan de atemperarse en la legitimidad de un país suramericano. Identificando desequilibrios como el hiperpresidencialismo y los efectos del mismo irrigados en los más de doscientos años de vida nacional. En una primera revisión de los problemas del modelo institucional nos remitimos a los momentos constitucionales previos a la actual y vigente constitución de 1991, con diagnósticos sobre los orígenes de un conflicto de aproximadamente setenta años que, al momento de la investigación coyunturalmente, se pretende conjurar como política de Estado. Para 1991 el modelo institucional promueve la transición a la democracia participativa y hoy con veintisiete años de vigencia, esta carta institucional sortea los retos sociales, los ánimos regresionistas de algunos sectores y la crítica a sus fórmulas de decisión sobre los problemas sociales y de derechos individuales.

ii: Una revisión teórica al Constitucionalismo y la democracia en Colombia, para identificar el papel de las instituciones, específicamente el Tribunal Constitucional, de suerte que se identifica que, si bien la Corte ha solventado y respondido como dispositivo protector de Derechos Fundamentales y la esencia misma del carácter social del Estado, también ha reemplazado el escenario del debate social y democrático. Si bien, su intervención en la solución de demandas sociales y, en particular, de minorías ha sido afortunada, no resulta estructural en tanto el debate de la moral social se ve postergada en las bases de la comunidad nacional. Se confronta la Corte Constitucional en tensión con las modalidades de democracia deliberativa, con los marcos teóricos y análisis de la cuestión. Hecha la confrontación teórica de los elementos de la Democracia Deliberativa y las funciones y efectos que deben irrigar

entre la sociedad y los sistemas del Derecho y la Política en doble sentido, se desarrolla la hipótesis que el Supremo Tribunal Constitucional ha asumido una tarea de urgencia en el país de protección propia de las dinámicas de las sociedades constitucionales, pero ha relevado de la discusión a la sociedad quien no da cuenta de los procesos de argumentación y generación de valores y eticidades consensuadas y responsables, por último

iii: Dada la correlación entre democracia y el conflicto, aventurarse a una versión de republicanismo para una reinterpretación y eventual solución. Se propone como una vuelta de tuerca, visitar el modelo para llegar a las decisiones democráticas, de forma muy oportuna puestas bajo la lupa de los acuerdos suscritos y por suscribirse con grupos insurgentes, al igual que el descontento creciente de una nueva ciudadanía que intenta articularse con modelos nuevos de redes que han reorientado conceptos como los del tiempo, la responsabilidad ciudadana, la asimetría en las discusiones de lo público.

Colombia es un país sui generis en relación con los demás del cono sur, las dinámicas políticas, económicas y en consecuencia jurídicas han sido contra naturales y/o contra flujo y por tanto de inquietante análisis para la correlación entre Derecho y Política en el vórtice de la Legitimidad. Las condiciones de marginación de las decisiones políticas a través de los diferentes modelos constitucionales y una coyuntura especialmente interesante, determinada por los procesos de paz con grupos de vieja tradición en el país, junto con procesos democráticos imperfectos marcados por la corrupción, el clientelismo y unas modalidades de caudillismo y populismo, hacen de la situación actual del país objeto de análisis relevante e inacabado.

.....

* María Liliana Castillo Castillo

Universidad San Buenaventura Cali USB Cali. Cali, Colombia

Resumen de ponencia

RESPONSABILIDADE CIVIL DO MAGISTRADO

*Luiz Gustavo Balla

Resumo: Com o advento da Constituição Federal Brasileira de 1988 iniciamos a conquista de inúmeros direitos, entre eles os fundamentais e os inalienáveis. A responsabilidade civil vem se aprimorando, tanto que o Estado já é penalizado quanto ao erro Judicial por meio de lei. No entanto, a responsabilização do magistrado frente a lei se dá apenas em casos de fraude ou dolo, todavia novos entendimentos surgem no sentido de ampliar esse rol de responsabilização civil do juiz visando igualar-se às demais do ponto de vista da Luta pela Igualdade, pela Justiça Social e pela Democracia de forma a Universalização dos direitos e Responsabilidades social em um momento de Turbulências Jurídicas. O caminho metodológico para realização do trabalho será por meio de pesquisa\ação, com análise dos resultados assim apresentados até a conclusão deste. Também, será feita a fundamentação teórica por meio de comparativos de dados e referências bibliográficas: Código Civil, Código de Processo Civil, Doutrinadores, Magistrados, Tribunais Brasileiros, Constituição Federal de 1988 e alguns civilistas como Maria Helena Diniz e Alexandre Mazza. São poucas as demandas de ações contra o magistrado no Brasil. Este fato, provavelmente, deve-se a dois fatores: desconhecimento da legislação e receio tanto dos advogados quanto dos cidadãos em acionar um juiz. Para tanto, neste trabalho expõe-se uma resolução hipotética de tornar o sistema mais justo e democrático a ambas as partes. Desse modo, tornando o magistrado passivo de punições previstas em lei e consequentemente proporcionar ao cidadão a certeza de que na justiça não há hierarquias. Observa-se que o Código Civil no artigo 186 e 927, o Código de Processo Civil artigo 143 e a Constituição Federal artigo 37 apresentam a necessidade reparar o dano causado a outrem porem em que pese a responsabilidade civil do magistrado pouco ou quase nada se diz se não quando resultando fraude ou dolo, que neste caso queremos justificar a necessidade de tornar mais amplo a reponsabilidade deste. Assim, por meio de uma possível responsabilização legal, diminuir os erros judiciais e o número de reformas de sentença. A presente pesquisa buscara apresentar em seu desenvolvimento a ausência de ações contra os magistrados e seus erros judiciais, o que denota um sentimento de fragilidade do cidadão perante a lei e sua condição como individuo social. Mesmo tendo um alto índice de reformas de sentença o Judiciário e os magistrados acreditam estar realizando um bom trabalho, no entanto é evidente que o número acerca de 40% de reformas em sentença expõe a ineficiência e fragilidade do Sistema como um todo. Portanto, é pertinente questionar: "Porque são poucas as demandas contra o magistrado em face ao erro judicial? ". Desse modo, amplia-se a discussão sobre a responsabilidade civil do magistrado perante seus próprios erros. Os objetivos desta atividade serão apresentados de maneira a demonstrar a viabilidade deste projeto. Para isto subdivididos em objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral desta atividade está diretamente ligado a importância da aplicação da punição ao magistrado pelos erros judiciais cometidos. O

objetivo específico irá possibilitar a análise dos pontos importantes para constatação da ineficiência e fragilidade na qual o Judiciário e o Magistrado estão inseridos, bem como a necessidade de buscar meios legais que minimizem ou eliminem os danos causados por erros Judiciais. Ainda assim, entende-se que o magistrado deveria sim, ser responsabilizado por seus atos. Se assim ocorresse, ele agiria com mais cautela ao decidir, minimizando com isso, os *error in judicando*. Sendo assim considera-se, imprescindível a responsabilização do magistrado por erro judicial, seja qual for a dimensão, buscando além de reparar o dano causado, prover um instrumento a preservar as partes quanto a danos causados pelo julgado ou ainda nas reformas de sentença, haja visto a necessidade de cautela do magistrado em suas decisões, pois, não obstante da humanidade também é passivo de erros.

.....

*** Luiz Gustavo Balla**

Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu CESUFOZ. Foz do Iguaçu - Parana, Brasil

Resumen de ponencia

THE CONSEQUENCES OF POLITICAL POLARIZATION ON DEMOCRATIC VALUES IN CHILE AND VENEZUELA

*Alexandra Panzarelli

Democratic values are often linked to past experiences with democracy and authoritarianism and with present economic and social conditions. As the most developed economy in Latin America, Chile is a consolidated democracy, while Venezuela has experienced economic difficulties in recent years and its democratic institutions have been under strain. In comparing democratic values in both countries, we analyze how recent political and economic experiences in each country—traumatic in Venezuela and less so in Chile—affect those democratic values and account for political polarization. We use the LAPOP 2014 and 2016 polls in both countries for our comparison.

We assess the effect of political polarization on democratic values—particularly on support for democracy as the only legitimate form of government—in Venezuela and Chile, two countries that have experienced divergent democratic trajectories in the past two decades. Democracy has consolidated in Chile while Venezuela it has experienced democratic decay. Similarly, while politics in Chile have become less polarized, polarization in Venezuela has been on the rise. We study the consequences of changing levels of political polarization on democratic values in both countries in 2014-2017. We test three hypotheses: that support for democracy is a function of the quality of democracy in a country, that political polarization affects views on democracy, with those in favor of the government supporting democracy more strongly than those who oppose the government, and that regime legacies affect views on democracy, with those who opposed the polarizing regime supporting democracy more strongly than those in favor of the previous regime (Pinochet in Chile, Chávez in Venezuela). In what follows, we analyze the theory on determinants of democratic values, the consequences of polarization and regimes legacies. After specifying our hypotheses, we discuss our methodological approach of most different cases and then conduct our analyses using the LAPOP 2014 and 2016 surveys for Chile and Venezuela. We then discuss our results and the implications of our findings.

For our study, we use the AmericasBarometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) at www.LapopSurveys.org. Polls were conducted in Chile and Venezuela in 2014.¹ The poll in Chile was conducted between April 16 and May 22, 2014 and consisted of 1571 respondents. The poll in Venezuela was conducted between March 24 and April 26 and it included 1500 respondents. The questionnaire for both countries were almost identical.² We also used the 2016 LAPOP Poll in both countries. The 2016 poll in Chile was conducted between March 17th and May 30th and it included 1625 respondents. In Venezuela, it was conducted between October 3rd, 2016 and January 28, 2017 with 1558 respondents. The questionnaire were also almost identical.

LAPOP polls are widely used in the study of Latin American public opinion trends and political preferences (Carlin, Singer, and Zechmeister 2015, Booth and Seligson 2009). Studies on the evolution of public opinion in Chile have extensively made use of LAPOP polls (Luna et al. 2012, Luna, Zechmeister, and Seligson 2010, Luna 2008, Morales Quiroga 2008). Not surprisingly, as Venezuela has experienced social and political turmoil, studies using LAPOP polls to assess perceptions Venezuelans have of their government, politics and social conflict abound (Handlin 2013, Pérez 2013, Merolla and Zechmeister 2011, Hawkins et al. 2008, Lupu 2010, Camache 2012, 2002). Because LAPOP polls use similar questionnaires in all the countries, the results lend themselves to comparative studies. Analyzing the level of support for democracy and the level of political polarization in Venezuela and Chile and comparing their determinants allows to test how the political conditions influence democratic values in countries that are undergoing very different political, economic and social trajectories. To assess the combined effect of the different variables on support for democracy, we ran OLS regression models.

.....

* Alexandra Panzarelli

THE NEW SCHOOL FOR SOCIAL RESEARCH NSSR. NUEVA YORK, Estados Unidos

Resumen de ponencia

THE ROLE OF PARTICIPATION IN THE NEW POLITICAL PARTIES: LAST CALL TO REKINDLE REPRESENTATIVE DEMOCRACY

*Marco Meloni

What is the role of participation in the new parties? A vast body of research highlights the emergence of new models of political party in the political panorama, characterised by heterogeneity and coexistence of different elements as populism, sovereignty and claim for innovative forms of participation. On the one hand, some of the new party models discourses recognize participation as identity pillar, embracing new forms of mobilization and activism, even if many of the participatory processes promoted remain tokenistic in nature. On the other hand, other new parties discourses are based on top-down communication and they use to promote populist claims within more classical models, including the widespread catch-all-party. To what extent does participation influence the party models in the new parties?

This paper analyses the role of participation in new models of political party in the Spanish political context, starting from the Intra-Party Democracy and the decision-making processes. With a particular attention to the different role that new technologies play in the political and organizational activities of the new parties, according to the twofold use: on the one-side tools for participation, on the other tools for communication.

This research chooses to study the presented topic through the comparison between two new political parties at national level, both in the Spanish political panorama: Podemos (We can) and Ciudadanos - Partido de la Ciudadanía (Citizens - Party of the Citizenry). The first one is a party-movement founded in March 2014 on the wave of the anti-austerity protest movement 15-M. It is self-described as left-wing populist party. Since the beginning, Podemos pinpointed participation as one of the principal features of its identity and declared its commitment to participation and democracy, inside and outside the party. The most significant tools and participatory processes of Podemos are: the Consulta Ciudadana, internal referendum open to party members (the last one has been the Consulta para el sistema de votación on the party voting system); the Citizens' Assembly, with "full sovereignty over the issues most relevant for the whole organisation" (Podemos, 2014) and representative of all members; the primaries elections among the members of the party for the selection of all candidates at the different levels, both national and locals (Vittori, 2017; Podemos, 2014).

Moreover, in many of the municipalities administered by Podemos representatives, they implemented participatory processes, e.g. Participatory Budget, most of them thanks to the support of the open software platform Consul, firstly promoted by the Municipality of Madrid.

The second one, Ciudadanos, is a liberal political party born in Catalonia in July 2006 and become a national actor in the rest of Spain between 2013 and the 2015 general

elections. It is self-defined as post-nationalist and progressive party. At the moment, it is principally recognized as centrist party with a centre-left past and a centre-right programme (Rodon and Hierro, 2016). Ciudadanos claims for honesty, transparency, and competence, underlining the importance of the action of every citizen. Ciudadanos offers the possibility to become member, who accesses to all the activities, voting, and physical meetings, or sympathiser, a form of light support. It is even possible to take part to the Red Naranja (Orange Net), the digital communication team of the party. In general terms, the participation that they tend to promote have the traditional characteristic of the membership and their accurate web communication encourage that dimension (www.ciudadanos-cs.org).

The existing analysis tends to focus on their electoral success in the 2015 general elections, the leadership dimension considering their charismatic leaders Pablo Iglesias (Podemos) and Albert Rivera (Ciudadanos) and the populist and anti-populism discourse. Instead, this paper focuses in the participatory dimension examining the role of participation and its discourse in the new parties, including the coherence between claims and processes, the role of new technologies, and its democratising potential.

.....

* Marco Meloni

Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra - CES/UC. Coimbra, Portugal

Resumen de ponencia

TRES NOCIONES SOBRE RESPONSABILIDAD VIGENTES PARA EL ÁMBITO PÚBLICO

*Adriana Vercellone

Cuando emitimos juicios de valor o reproche sobre los funcionarios públicos que se desempeñan en las instituciones, podemos distinguir tres nociones sobre la responsabilidad bien diferenciadas. El primero, es el de la responsabilidad moral, que se vincula con la justificación de enunciados de reproche o elogio a partir de principios normativos universales. En dicho sentido, las reglas morales que justifican la práctica de responsabilidad son e incondicionadas, en el sentido de que rigen para todo agente y cada situación. O mejor dicho, su cumplimiento e incumplimiento no depende de consideraciones especiales, sino de la aceptabilidad de las razones que puedan esgrimirse en su favor. En esa línea, la teoría moral más difundida sobre la responsabilidad es aquella que entiende que alguien es responsable por algo cuando es su antecedente causal voluntario (sea con intención o por negligencia). Es decir que cuando alguien sostiene que "X es responsable", asume que X es el antecedente causal de un resultado dañino o malo, y que ha obrado con conocimiento, intención y libertad. El segundo nivel es el de la responsabilidad política, que está relacionada con las obligaciones o sanciones que pueden aplicarse a los funcionarios que se desempeñan en las instituciones públicas que organizan a la comunidad política. Estos juicios de valor se justifican a partir de principios de gobierno estatuidos o acuerdos circunstanciales de una comunidad política. Así, alguien es responsable políticamente por haber sido elegido democráticamente por los ciudadanos, por los resultados de un evento, y hasta por un rasgo de carácter que los ciudadanos creen reprochable. Es decir, un funcionario público puede ser responsable por los más variados eventos, de forma independiente a lo que ha causado voluntariamente. El tercero es el nivel de responsabilidad legal. Este se sigue de un acuerdo de voluntades que las personas realizan respecto de las sanciones que cabe aplicar a quien ha cometido algo reprochable o incorrecto. Lo característico de este tipo de responsabilidad es que depende de la legitimidad de la autoridad de la que emana; es decir, un principio legal sobre responsabilidad es válido cuando es dictado por autoridad competente. Los hechos por los que se responde legalmente, y las razones que justifican dicha responsabilidad, depende del tipo especial de responsabilidad legal que se trate, siendo que dentro del cúmulo de sanciones que el ordenamiento jurídico impone al Estado o al servidor del Estado distinguimos fundamentalmente: penales, civiles y administrativas.

Las diferentes formas en las que estos tres sentidos de responsabilidad pueden o no coincidir, o uno ser antecedente para justificación del otro, muestra que ciertamente es relevante distinguirlas. De hecho, muchas veces al emitir enunciados reprobatorios sobre la actividad política no se presta suficiente atención a los presupuestos que se encuentran detrás de dichas acusaciones. ¿Está justificado sancionar penalmente a un

funcionario público? es un interrogante diferente a ¿por qué la actividad del funcionario es reprochable? o ¿qué nos deben los funcionarios públicos en un sistema democrático?

Una de las conclusiones de este trabajo muestra cuán necesario es que el modo en que se distribuyen las cargas de responsabilidad jurídica en el ámbito público esté justificado moralmente. Es decir, que el esquema de sanciones aplicable a funcionarios públicos, o dentro de una institución estatal, se aproxime a los principios morales aceptables para la evaluación de la conducta de las personas en general. Asimismo, que no entre en contradicción con principios políticos que construyen y diseñan nuestras instituciones públicas. Un esquema de sanciones legales apoyado en presupuestos morales y políticos, o al menos en los presupuestos de aquellas teorías que creamos consistentes, ofrece una base mucho más robusta para la responsabilidad y rendición de cuentas por parte de quienes ejercen la autoridad.

.....

*** Adriana Vercellone**

*Centro de Investigaciones Jurídicas y Sociales, Facultad de Derecho, Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) CIJS.
Córdoba, Argentina*

Resumen de ponencia

UN PUEBLO PARA CADA FUERZA. LAS REPRESENTACIONES DEL PUEBLO Y LA DEMOCRACIA EN LOS DISCURSOS DE CIERRE DE CAMPAÑA EN LAS ELECCIONES PRESIDENCIALES 2015.

*Juan Ignacio Motenegro

La contienda electoral del año 2015 marcó un quiebre en el orden político argentino; no sólo por los resultados, que acabaron con 12 años de gobiernos kirchneristas, sino porque a partir de entonces se empieza a vislumbrar el ascenso de otro orden hegemónico con posibilidades de disputar (y después vencer o debilitar) la hegemonía kirchnerista.

El presente trabajo se propone plasmar la representación de los conceptos de democracia y pueblo en los discursos de cierre de campaña en las elecciones presidenciales. A la vez, se expone la construcción del adversario en los diferentes dispositivos de análisis.

Con el devenir de la historia y en diferentes coyunturas, estos términos han demostrado su carácter lábil y contingente. Tanto la democracia como el pueblo son entidades que se encuentran permanentemente en disputa, exponerlas implica abordar las relaciones de hegemonía de determinada época, como así también las luchas que provocaron que ciertos significados sean válidos, o validados, en un momento dado y no en otro.

Por ende, debemos comprender que la construcción del sujeto pueblo por parte de un actor social determinado (en este caso candidatos, representantes de una fuerza política) ha de reflejar no sólo los intereses afines que componen su identidad, sino también, la convergencia de una serie de intereses diferenciales respecto de otros sectores que representan demandas antagónicas para arrojarle la legitimidad del término. Por lo tanto, como sostiene Chantal Mouffe (2003), a la hora de estudiar las democracias es necesario aceptar la existencia de una línea divisoria representada por un nosotros/ellos como base de la constitución de ese pueblo que siempre está siendo disputado y regido por relaciones hegemónicas.

El aporte de Ernesto Laclau (2015), en cuanto a la teoría del discurso político es ineludible para el análisis de procesos como el que intentamos deconstruir y exponer donde hay una interrupción de la cadena equivalencial¹ propia de la construcción hegemónica del kirchnerismo por otra cadena alternativa. En función de esto, es importante la división entre significativo vacío y significantes flotantes; entendido el primero como la construcción de una identidad popular con una frontera que se presenta estable, mientras que flotantes son aquellos que buscan aprehender conceptualmente la lógica de los desplazamientos. La distinción entre estas categorías se realiza solo a los fines analíticos ya que en la práctica se superponen, no se puede escindir una de las otras pero es necesario delimitarlas para determinar las

dimensiones parciales “en cualquier proceso de construcción hegemónica del pueblo” (Laclau, 2005,p.168).

Por otra parte, la historia argentina está llena de ejemplos para ilustrar el carácter polisémico de la democracia y el pueblo. Es preciso mencionar que no fue lo mismo la democracia para Yrigoyen, que introdujo a las masas en la arena política; para Perón que le hablaba a la plaza y obtenía respuestas en una suerte de democracia directa; para las agrupaciones armadas de los 60-70 que entendieron la voluntad del pueblo en términos de lucha; para las dictaduras militares, que cercenaron las libertades de la sociedad; para el “padre de la democracia” Raúl Alfonsín, que restableció el orden democrático y sembró de esperanzas la vida pública; para el neoliberalismo de los 90; y para la versión remozada del peronismo que es el kirchnerismo.

Para la realización del presente artículo partimos de la certeza de que no existe una diferenciación válida entre los aspectos meramente lingüísticos y los referentes al campo de las acciones de cualquier práctica social; o que, como señalan Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, esas diferencias pueden verse enmarcadas como internas a determinada producción social de sentido, pero dentro de totalidades discursivas (Laclau, Mouffe, 2015: 145).

Abordaremos el trabajo utilizando como herramienta metodológica el texto “La palabra adversativa”, de Eliseo Verón, por su pertinencia en el ámbito del discurso político, ya que, como su autor indica, en el análisis del discurso hay “niveles de funcionamiento” de los procesos políticos que se pueden exponer. En cuanto a la teoría, tomaremos algunas aproximaciones teóricas del concepto de pueblo, de la construcción del adversario y de las relaciones hegemónicas que coexisten en una coyuntura abordados mediante la obra de Chantal Mouffe y Ernesto Laclau.

Consideramos pertinentes los aportes para exponer los mecanismos de creación del sujeto pueblo.

.....

*** Juan Ignacio Motenegro**

Centro de Estudios Avanzados . Universidad Nacional de Córdoba - CEA/UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

VACIAMIENTO DE LA DEMOCRACIA. UNA MIRADA DESDE AMÉRICA LATINA

*Cinthia Lara Escalera

*Erik Alfredo Guerrero Márquez

*Manuel Ezequiel Fernández Farnocchia

La noción de Democracia es uno de los conceptos más controvertidos, desde su origen hasta el día de hoy, quizá porque en la práctica la democracia también es un proyecto que nunca se encuentra finalizado. En nuestra América Latina el problema de la democracia ha sido el problema político por excelencia del siglo pasado, y por tanto, en el siglo XXI nos coloca en una coyuntura difícil de articular. Tal si la pensamos desde sus fundamentos endógenos, como en sus justificaciones exógenas.

En todo caso, nos tiene en un borde de imprescindible análisis, pues sus efectos -desde cualquier contenido que se le atribuya- no parece que termine de abarcar aquello que a la voluntad del pueblo corresponde, es decir, ésta no termina de ser el eje rector de ningún gobierno desde nuestras geografías, del Río Bravo hasta la Patagonia, y -por contra- vemos cómo los derechos y libertades se encuentran concentrados para los cúmulos de poder, mientras que la mayoría de la población continúa sin recibir el mínimo básico que requiere para producir, reproducir y desarrollar su vida. Es por esto que, pensando en y desde América Latina, elegimos analizar la crisis democrática o su vaciamiento como el eje de conflicto que nos convoca al estudio, en tanto incide en cada uno de nuestros contextos a diversos niveles. Siguiendo esta línea, la exposición se concentrará en dos puntos de análisis:

1. El campo conceptual, en tanto construcción contemporánea y problematización de la democracia y sus fundamentos teóricos en su constante vinculación al pensamiento liberal.
2. El estudio del campo académico con el fin de relacionar la emergencia conceptual con el desarrollo del trabajo intelectual, desde el contexto político-cultural en el que surge.

Ahora bien, tanto la democracia como el liberalismo son sistemas políticos que no nacieron a la par, les separan siglos y presupuestos, empero, al día de hoy pareciera que la primera no puede existir fuera del pensamiento liberal y éste ha utilizado el discurso democrático para alcanzar alguna clase de legitimidad. Sobre esto, nuestra exposición se propone cuestionar si acaso mucho del vaciamiento de la democracia está vinculado a una falla de origen en tanto se le asuma como democracia liberal y, de manera particular, se encontrará circunscrito al contexto de nuestra América Latina,

no sólo por ser el lugar desde el que se escribe sino también por lo crítico del escenario actual. Si la democracia, por una parte, supone un gobierno inclusivo, en el que toman voz primordial los pueblos y, por otra parte, el liberalismo (como unidad de sus dos vertientes: político y económico -distinción más conceptual que concreta-) ha permitido la expansión de un sistema de exclusión y dominio de una minoría sobre el resto de la humanidad, entonces decir “democracia liberal” pareciera un oxímoron.

Entendemos que en el siglo XX la discusión respecto al término Democracia se dio en dos direcciones. Por un lado, la derivación procedimental, donde la democracia queda restringida a sus funciones institucionales y del juego electoral; mientras una segunda corriente, pretendía revestirla de procesos más complejos y menos instrumentales. Pero, si bien la primer corriente es la que termina por constituirse en el mainstream académico y político, la segunda corriente siguió problematizando respecto a los procesos de democratización y la acción colectiva. Por tanto, vemos una relación y necesidad de explorar ambas trayectorias no sólo por la importancia de ordenar los conceptos y los marcos teóricos, sino también con el fin de entender que dicha preocupación teórica es parte de un contexto particular: la crisis de la democracia y su vaciamiento, a partir de la implementación de las políticas neoliberales.

Y, precisamente, a través del neoliberalismo, el curso de la historia ha ido confirmando, no sólo la interdependencia del carácter político y económico del liberalismo, sino que ha permitido la preeminencia misma de la economía sobre la política. De esta manera, al tomar al liberalismo como calificativo inmanente, la democracia se abrió el camino con el pie izquierdo, puesto que tendría que sortear las dificultades que representaban afirmar, por un lado, un principio ético de igualdad y, por otro, un modelo de mercado competitivo. Además, ante una sociedad de esta naturaleza, surgía la imperiosa necesidad de una estructura de derecho civil y penal para poder gobernar a individuos potencialmente conflictivos y egoístas, con deseos infinitos de satisfacerse a sí mismos. Se concluyó entonces que las leyes deberían garantizar la propiedad individual y la igualdad quedaría subordinada a la seguridad, pero entendiendo que ésta se trata del resguardo de la propiedad o de los propietarios. El principio de la exclusión.

En este proceso, se reafirmó la idea del hombre como un consumidor y la sociedad como una relación entre estos individuos (funcionando análogamente al sistema de mercado) de entre los cuales unos serán los ciudadanos-consumidores y otros los proveedores de la mercadería política. Este modelo se presenta con un carácter descriptivo, explicativo y justificativo; aunque los últimos dos aspectos -las más de las veces- aparecen de forma indistinta. Cuando justificación y explicación aparecen íntimamente vinculadas, este modelo reconoce sus imperfecciones pero apela a que es lo mejor que se puede hacer; o, en su defecto, vuelve a plantear la supuesta soberanía del consumidor. Pero, en la medida en que se empatan analógicamente el mercado político y el mercado económico, se traspasa al campo político el medio de poder definido en el campo económico: el dinero. Por tanto, el dinero en el mercado político resulta en fuente de poder, anulando cualquier tipo de equilibrio o soberanía del consumidor y, de esta manera, se vierten los conflictos económicos en las relaciones políticas. Aumenta la desigualdad, el oligopolio (por no decir, incluso, plutocracia) y la

apatía (al limitar -casi anular- la participación política de la ciudadanía, en general). Por tanto, ante tal modelo, nuestra ponencia busca reconocer -desde el pensamiento crítico- la urgente necesidad de abrir nuevas alternativas, hacia la configuración de una nueva forma de entender la naturaleza humana y la sociedad que integra.

.....

*** Cinthia Lara Escalera**

Seminario de Investigación: Imaginación Política y Calidad de la Democracia - IPOCADE. Ciudad de México, México

*** Erik Alfredo Guerrero Márquez**

Seminario de Investigación: Imaginación Política y Calidad de la Democracia - IPOCADE. Ciudad de México, México

*** Manuel Ezequiel Fernández Farnocchia**

Seminario de Investigación: Imaginación Política y Calidad de la Democracia - IPOCADE. México, México

Resumen de ponencia

VARIABLES EXPLICATIVAS EN LA CONFORMACIÓN DE LAS COMISIONES MIXTAS EN CHILE, 1990-2018

*Nicolás Mimica

La comisión mixta es una institución exclusiva del bicameralismo. En todo el mundo, apenas un tercio de los países tienen legislaturas bicamerales, mientras que en América Latina es la mitad (Tsebelis y Money, 1997). No obstante, en la región sólo Chile y Colombia utilizan comisiones mixtas para zanjar las diferencias bicamerales (Alemán y Pachón, 2008). En Chile, la comisión mixta, como instancia de debate y negociación entre cámaras, juega un rol clave en el proceso de formulación de leyes, ya que pueden modificar el contenido del proyecto al finalizar el proceso legislativo, determinando con ello el sentido y alcance de la normativa.

A modo de definición, la comisión mixta es “una comisión ad hoc conjunta compuesta por diputados y senadores seleccionados por ambas cámaras, con el propósito de resolver diferencias en la legislación aprobada por cada cámara de diferente forma” (Longley y Oleszek, 1989: 2). Luego, las comisiones mixtas son un instrumento determinante en el proceso de formulación de leyes de los países con legislaturas bicamerales. Parte de la importancia de las comisiones mixtas radica en que las cámaras deben aceptar o rechazar en su totalidad el acuerdo alcanzado en la comisión mixta (Tsebelis y Money, 1997; Alemán y Pachón, 2008). Por ello, las comisiones mixtas pueden ser vistas como una forma reducida de unicameralismo (Levmore, 1992; Grossman, 2006). Algunos académicos señalan que la comisión mixta puede actuar de facto como una tercera cámara del poder legislativo (Longley y Oleszek, 1989; Grossman, 2006).

La teoría señala que la comisión mixta (conference committee en Estados Unidos, comité de la conferencia en Colombia) se instala debido a discrepancias entre el Senado y la Cámara de Diputados en la discusión de un proyecto de ley. No obstante, pocos autores han profundizado en las causas del conflicto bicameral que lleva a la constitución de una comisión mixta en Chile. A pesar de su relevancia en el proceso legislativo, al margen del aporte de algunos estudios (Londregan, 2000; Alemán y Pachón, 2008; Alemán y Navia, 2016), la comisión mixta en Chile ha sido objeto de poco interés académico. Esto contrasta con la abundante literatura sobre la composición y los efectos de las comisiones mixtas en Estados Unidos. Estas investigaciones han posibilitado una mejor comprensión de los resultados del proceso legislativo, el rol de los actores en la formulación de leyes y la interacción entre las dos ramas del poder legislativo.

El objetivo general de la investigación es identificar las variables que explican la conformación de una comisión mixta para la tramitación de un proyecto de ley en Chile entre 1990 y 2018. Los objetivos específicos son tres. Primero, determinar cuáles de las variables independientes seleccionadas inciden en la tramitación de un proyecto de ley en comisión mixta. Segundo, construir una base de datos de las leyes publicadas

entre 1990 a 2018. Tercero, realizar modelos estadísticos para determinar la relación causal entre las variables independientes seleccionadas y la tramitación de un proyecto de ley en comisión mixta.

Para cumplir los objetivos de la investigación, utilicé datos de 2088 leyes publicadas desde el retorno a la democracia en Chile, en 1990. Me enfoqué en las variables que explican la conformación de la comisión mixta durante la tramitación de una ley, para comprender qué factores provocan que los proyectos de ley vayan a comisión mixta. Aunque se subraya que las comisiones mixtas se conforman por discrepancias entre las cámaras, no se ha estudiado qué variables causan esas discrepancias. Entender las variables explicativas de las comisiones mixtas ayudará a comprender mejor las dinámicas de poder entre ambas cámaras del Congreso, pero también entre los poderes Ejecutivo y Legislativo, dado el fuerte presidencialismo del sistema político chileno.

Los resultados indican que las comisiones mixtas aumentan en aquellos proyectos de ley iniciados en el Senado, que requieren quórum especial de aprobación, con indicaciones aprobadas, y que recibieron urgencias legislativas durante su tramitación. Adicionalmente, los proyectos revisados por la comisión de Constitución van más frecuentemente a comisión mixta, mientras que aquellos observados por la comisión de Hacienda no muestran resultados significativos. Finalmente, una misma coalición mayoritaria en ambas cámaras provoca una disminución de las comisiones mixtas en el periodo estudiado.

.....

*** Nicolás Mimica**

Universidad Diego Portales UDP. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

¿QUÉ IMPLICACIONES TIENE LA ALTERNANCIA POLÍTICA EN LA CONFIGURACIÓN Y PRÁCTICA DEL ESPACIO DE REPRESENTACIÓN EN EL VALLE DEL MEZQUITAL A PARTIR 1990?

*Juan Carlos Ramirez Lopez

PRESENTACIÓN

El Doctorado en Ciencias Sociales y Políticas, me ha permitido en este breve recorrido, un replanteamiento del Proyecto de Investigación. Uno de los objetivos principales es escribir sobre aquellos sujetos que conforman el binomio representantes-representados, que configuran los espacios de representación política y sobre todo que los practican desde su muy peculiar estilo, es decir, desde su propia trinchera, poniendo en juego un sinnúmero de significaciones, de relaciones e interacciones en la arena política hecha de la cotidianidad, del día a día, de los universos simbólicos que los significan, que les dan vida y color, vida y poder, donde a partir de un proceso de alternancia política ¿o electoral?, que ha sido reiterativa a partir del año 1990, y que ha generado quizá algunos cambios estructurales importantes, para bien o para mal. Estas reflexiones me llevan a plantear la siguiente pregunta de investigación: ¿Qué implicaciones tiene la alternancia política en la configuración y práctica del espacio de representación en el valle del mezquital a partir 1990?

Un lugar en el Estado de Hidalgo, una región cultural con sus propias particularidades, que durante los últimos años ha vivido una serie de conflictos sociales, y que presumiblemente en el plano de lo político se pueda encontrar alguna explicación al respecto, siguiendo una línea del tiempo y principalmente a los presidentes municipales, de quienes mucho se habla, pero poco se escribe. Una mirada sociológica que permita la entrada a las entrañas desconocidas de distintas formas de democracia que ahí se puedan practicar o entender, cada uno a su manera, inherente a la alternancia política. ¿Cómo es ese proceso, que implica, cuáles son los pormenores?, ahí está justo el reto, el objetivo, la mirada.

JUSTIFICACIÓN

La región del Valle del Mezquital es una de las diez que componen al Estado de Hidalgo, se integra por 27 municipios, anclados por una trayectoria común de hermandad e identidad cultural. Históricamente, ha sufrido cambios estructurales y coyunturales, en su organización política, económica, social y cultural, que permiten caracterizarla en un recorte espacio-temporal en las tres últimas décadas, sin que ello impida la recuperación de datos en fechas anteriores para efectos de contextualización o explicación, principalmente en el ámbito de lo político.

Surge el interés de un Proyecto de Investigación en este lugar, por la observación e identificación de varios sucesos que van siendo comunes y poco a poco recurrentes en varios municipios aledaños, mismos que significan la organización de los sujetos en

movimientos sociales de gran magnitud y de alcance nacional que sin duda alguna marcan la vida cotidiana, influenciada por distintos factores económicos, políticos, sociales y culturales-

Tratando de comprender dicho fenómeno, se realiza un recorrido a través de los años, utilizando una línea del tiempo y en un periodo específico, a partir de 1990, para ser exactos, donde se ubican lugares, circunstancias, problemáticas, sujetos; la finalidad, encontrar algún elemento de anclaje que explique o permita entender los distintos sucesos, aunque aparentemente aislados, unidos por intereses comunes, es decir, un breve recorrido histórico, en el entendido de que la Historia no se construye de hechos o acontecimientos aislados, sino que engloba una serie de factores inmersos en el contexto social, una serie de intersticios identificatorios “donde las adversidades vividas en común son un lazo intangible entre los individuos” (Maffesoli, 2010). Tengo interés en realizar la investigación desde un enfoque sociológico, desde el cual se pueda explicar la realidad (Berger y Luckmann, 2015) a través de las múltiples interacciones que ahí se viven, que no es percibida por los sujetos, sino dada en un contexto social específico, es decir, el Valle del Mezquital.

MARCO TEÓRICO

Para la construcción del presente Proyecto de investigación, es necesario es necesario definir categorías teóricas que son inherentes a dicho proceso como transición política, espacios de representación, democracia y por supuesto las reformas político-estructurales de 1977 a 2014.

Ante esta situación se plantean distintas preguntas, ¿Qué es exactamente la política?, ¿por qué ocurre?, ¿cómo ha llegado a tener su forma actual?, ¿cómo debe entenderse?, ¿cuáles son los mejores enfoques para entenderla? Y sobre todo ¿qué tanto se le entiende en realidad?, ¿con qué límites se encuentran los seres humanos para entenderla?, ¿qué recursos tenemos para entenderla? (Dunn, 2015:10)

De entrada, podemos decir que una definición muy general sin llegar a una discusión teórica ya concluida, que democracia es una forma de gobierno, que implica necesariamente un conjunto de reglas que establecen quién está autorizado para tomar decisiones y bajo qué procedimientos Suárez-Iñiguez (2015:23). Pero también es cierto que se tendrán las reglas del juego democráticas, pero si estas no logran impactar en la vida de los ciudadanos, generan frustración y desencanto Torres-Ruiz (2015:9).

El marco teórico será construido con los conceptos de teóricos importantes que escriben sobre las teorías de la democracia, la producción del espacio, espacios de representación, procesos electorales y cultura en la política, entre ellos Robert Dahl, Giovanni Sartori, Charles Tilly, Norberto Bobbio, Chantal Mouffe, Boaventura Dos Santos, Luz María Cruz Parceró, Marcela Bravo Ahuja, John Dunn, Guillermo O'donnell, Mario Ojeda, Henry Lefebvre, Pierre Bourdieu, Gilberto Giménez, Jacques Rancière, Carlo Galli, Jorge Orlando Blanco Suárez, Donatella Della Porta, entre otros posibles autores que se irán incorporando en el desarrollo del proyecto de investigación.

OBJETIVO GENERAL

■ Analizar sociológicamente las implicaciones que tiene la alternancia política en la configuración y práctica del espacio de representación en el Valle del Mezquital, a partir de 1990.

OBJETIVOS PARTICULARES

- ☑ Identificar la relación que existe entre las Reformas político-electorales de 1977 y la alternancia política en el Valle del Mezquital.
- ☑ Reflexionar los principales cambios sociales, económicos, políticos y estructurales que permite la alternancia política en los diferentes municipios del Valle del Mezquital a partir del año 1990.
- ☑ Explicar la construcción y práctica del espacio de representación política desde la perspectiva de los propios actores. (representante-representados)
- ☑ Analizar cuáles son tipos de democracia que se localizan y practican en la región del Valle del Mezquital como parte de un proceso histórico político.

METODOLOGÍA

El enfoque metodológico es de carácter cualitativo, utilizando entrevistas a profundidad con Presidentes Municipales, habitantes de diferentes municipios, y algunos políticos reconocidos en el Estado de Hidalgo, originarios del Valle del Mezquital, observaciones y el posterior análisis de datos estadísticos que sean complementarios al proceso de recolección de datos, todos ellos configurados en una matriz de categorías y su posterior interpretación, de escritura permanente y diálogo conceptual.

Poner en juego habilidades, conocimientos y destrezas vinculadas con saberes prácticos como observar, leer, ver, asombrarse, sorprenderse, admirarse, es decir, conformar la trama y la urdimbre (Sánchez: 58) de este proceso de investigación que apenas comienza. Trascender la explicación desde lo social, para ello requiero de consolidar tres elementos metodológicos de suma importancia, el etnográfico, que tiene el afán de describir y narrar eventos y acontecimientos para mostrar cómo y qué sucede en relación con el objeto de estudio, el fenomenológico, que muestra el punto de vista de los otros en relación con la narración que se construye y el interpretativo, que se sustenta desde la historia cultural, la teoría y los datos. Transitar la investigación por lo interpretativo, un ir y venir del dato empírico a la teoría, un análisis dado a través del círculo hermenéutico en tanto que la interpretación es la inteligencia de doble sentido (Ricoeur, 1999:12) inscrita en un campo hermenéutico.

BIBLIOGRAFÍA BÁSICA

- Berger, Peter L. y Thomas Luckmann (2015). La construcción social de la realidad.
- Bobbio, Norberto. (2001). El futuro de la Democracia. Trad. de José F. Fernández-Santillán- 3ra ed. México: FCE, 2001
- Cruz, Parcero Luz María. (2012). El laberinto de la representación: una mirada desde México. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2012.
- Dunn, John. (2014). Libertad para el pueblo, historia de la democracia. Trad. de Victor Altamirano. México: FCE, 2014
- Gutiérrez Márquez, Enrique, Larrosa Manuel, Sabido Méndez Arcadio, coordinadores (2017). Retos teóricos e históricos de la democracia en México. Ed. Itaca. Ciudad de México. 2017.
- Maffesoli, Michel (2010). El conflicto estructural. En: La tajada del diablo. Compendio de subversión moderna. Siglo XXI Editores. Buenos Aires Argentina.
- O'Donnell, Guillermo (2009). Democracia delegativa.

Ricoeur, Paul (2010). La memoria, la historia, el olvido. 2ª ed. 1ª reimpresión, Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica. 2010.

Sánchez, Puentes Ricardo (2004) La trama y la urdimbre. En: Enseñar a Investigar. Una didáctica nueva de la investigación en Ciencias Sociales y Humanas. Ed. Plaza y Valdez S. A. de C. V. UNAM.

Torres-Varela, Compiladores (2015). Surcando la democracia: México y sus realidades. Instituto Estatal Electoral del Estado de México, Universidad Iberoamericana A. C., Distribuciones Fontamara, S. A.

.....

*** Juan Carlos Ramirez Lopez**

Departamento de Ciencias Sociales y Políticas. Universidad Iberoamericana - DCSyP/UIA. México, México

Resumen de ponencia

“CIUDADANIZACIÓN” DE ORGANISMOS PÚBLICOS: DISEÑO ORGANIZACIONAL Y DEMOCRATIZACIÓN DE LAS DECISIONES PÚBLICAS A PARTIR DE UN CASO

*Victor S. Peña

La persistencia de las organizaciones públicas (o si se prefiere el término extraído de la biología, la vida) es resultado de la concurrencia de dos factores: las características del nacimiento y la dinámica del contexto (Boin, Kuipers, & Steenbergen, 2010).

Por nacimiento, las organizaciones públicas se diseñan para funcionar en ambientes formales, procedimientos definidos y una cadena clara de comunicación-mando. El contexto en fechas recientes, sin embargo, promueve su convivencia con entes que siguen otra lógica (consejos ciudadanos o comités de participación, como ejemplos) que no tendrían por qué constreñirse a la cadena de comunicación-mando o procedimientos formales. Reflexiones y estudios sobre la desburocratización (Meyer 1979; Shariff 1979, Osborne y Plastrik 1997, Koll 2009), la postburocracia (Osborne y Gaebler 1993, Hollings 1996, Barzelay 1998, Muñoz Aravena 2007; Gantman 2014) o la democratización de la burocracia (Meier y Smith 1994; Espeland 2000; Hunold 2001) parecieran reforzar la idea de que la participación de entes “ciudadanizados” incrementa la legitimidad de las decisiones o disminuye errores o vicios. Deben, sin embargo, analizarse a profundidad y a la luz de la experiencia y no solo desde un plano ideal: si bien es consecuencia del paradigma “Estado moderno liberal” incentiva interacciones que obligan la toma de decisiones sobre cómo relacionarse antes de poder avanzar en lo sustantivo y esperado de la relación.

En México, la presencia de un componente ciudadano en la arena pública comienza a verse a mediados de la década de los ochenta del siglo pasado a manera de síntoma que anunciaba el fin de la época posrevolucionaria que estructuró el sistema político nacional (Hevia de la Jara, 2013). A partir de ese momento, la presencia (y peso político) de la sociedad civil (y otras agrupaciones ciudadanas con distinta fisonomía) es esencial para explicar la dinámica y el funcionamiento de las organizaciones públicas. De entre los muchos ejemplos que pueden enumerarse, el de la transparencia resulta de los más significativos.

La presente ponencia, producto de un proyecto de investigación nacional (México) aborda la relación entre organizaciones públicas y sus entes “ciudadanizados” a partir de evidencia empírica de un caso concreto (Oaxaca); identifica un contexto de tensión con respecto a las características de nacimiento y, a partir de su estudio, propone líneas de acción para un eventual diseño. Si bien se aborda un caso particular, se considera que los hallazgos pueden servir de referencia para casos similares donde, por ley, se espera la convivencia entre organizaciones públicas y entidad “ciudadanas”.

La presente ponencia es resultado de una investigación no experimental basada en exploración documental y de campo. En la etapa documental se revisó -a partir del modelo de análisis descrito más adelante- bibliografía sobre decisión pública, burocracia, organización pública y la relación de esto con actores externos. En la etapa de campo se sostuvieron entrevistas en profundidad con actores clave, particularmente los comisionados del órgano garante de la transparencia en Oaxaca (Abraham Isaac Soriano Reyes, Juan Gómez Pérez y Francisco Javier Álvarez Figueroa, comisionado presidente), a tres de cinco integrantes del Consejo Consultivo del órgano garante de la transparencia (Lydia Victorina Sánchez Zárate, presidenta; Xóchitl Jazmín Velásquez Vásquez, ex presidenta; Luis Antonio García Luna).

El caso Oaxaca fue seleccionado por habersele identificado antecedentes claros de tensión entre el órgano garante y el consejo consultivo que no se resolvieron con la renovación de las personas en 2015. En este sentido se trata de un caso interpretativo (Lijphart, 1971) con la variante de poder aportar a la teoría.

La entrevista en profundidad, realizadas durante los meses de febrero y abril de 2017, se eligió como técnica idónea pues permite identificar cuál es la información más relevante para los intereses de la investigación y “qué quieren decir [los entrevistados], y con ello, crear una atmósfera en la cual se expresen libremente” (Robles 2011, 40). Por la naturaleza de la información compartida por los entrevistados, se optó por compartir citas textuales empleando claves (OG y un número consecutivo, para los integrantes del órgano garante de la transparencia; CC y un número consecutivo para el caso de los integrantes del Consejo Consultivo). Lo anterior se ilustra de mejor manera refiriendo que, en el desarrollo de una de las entrevistas a integrante del órgano garante de transparencia, para contestar con mayor libertad, por valoraciones políticas, optó por solicitar “ahora sí apague tantito [la grabadora]” (entrevista OG2).

En el tiempo que se realizaron las entrevistas en profundidad, para tener una mejor comprensión de lo observado y una adecuada valoración de las respuestas obtenidas, se sostuvieron pláticas informativas e informales con periodistas y activistas sociales relacionados con el tema.

El análisis empleado se elaboró a partir de la hipótesis que subyace en la investigación y que sirvió para la construcción del marco teórico: existe, entre los integrantes del órgano garante de la transparencia (organización pública) y del consejo consultivo (externos), una tensión producto de una relación obligatoria (por ley). Dicha tensión, para el caso concreto, puede describirse a partir de cinco factores: 1) Naturaleza política de la designación de instancias técnicas; 2) Costos no considerados y reglas difusas para cubrirlos; 3) Agenda y prioridades del Congreso del Estado; 4) Ausencia de reconocimiento de capacidades de la contraparte; 5) Curva de aprendizaje.

.....

*** Victor S. Peña**

El Colegio de Sonora - COLSON. Hermosillo, Sonora, México

Resumen de ponencia

“CUANDO YA ME EMPIECE A QUEDAR SOLO” EL SINDICALISMO DOCENTE TUCUMANO DE LA POS - DICTADURA, EL FENÓMENO BUSSI Y LA RECONVERSIÓN PERIFÉRICA

*Francisco Emmanuel Montivero

Sin lugar a dudas, el de Antonio Domingo Bussi representa uno de los síntomas de la pos - dictadura en Argentina. Su trayectoria, vinculada a la provincia de Tucumán lo ubica desde el Operativo Independencia en 1975 y posteriormente designado gobernador de facto en el bienio 76-78, retirándose con el cargo de General de División en 1982 y afrontando casi 800 causas de delitos de lesa humanidad en el denominado Juicio a las Juntas, iniciado en 1984. Sin embargo, con la sanción de las leyes de la impunidad (1987) fue sobreseído de sus causas, coincidiendo con el inicio de su carrera política en democracia, junto al tradicional - hoy en día, extinto - partido Defensa Provincial - Bandera Blanca, fundado por Juan Luis Nougués en 1929. Uno de los objetivos que se propone este trabajo es indagar sobre un momento que implicó el reciclaje de viejas referencias oligárquicas y el aluvión de nuevas identidades políticas y sociales en la provincia, además de aquellos discursos y sentidos hegemónicos sobre la dictadura, que construyan un escenario complejo.

Junto con Bussi, el ciclo de agudización de la violencia política y la represión sistemática en la provincia retrocede hasta 1975 con el Operativo Independencia, y su nombramiento como Gobernador de facto de la provincia inicia con el asesinato del Secretario General de la Agrupación Tucumana de Educadores Provinciales (ATEP), Francisco Isauro Arancibia, y su hermano, Arturo Arancibia, en la misma sede gremial. La importancia de la participación de ATEP en la conformación de la CTERA (Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina), su labor gremial dentro de la provincia desde la conquista del Estatuto del Docente en 1958 y la capacidad de aglutinamiento y movilización de la fuerza social y sindical combativa en la provincia, construyeron a ATEP como un elemento “peligroso y extraño” en el ideal social de los sectores militares radicalizados. En sintonía con Eduardo Rosenzvaig (2011), el asesinato de Arancibia en el mismo sindicato representa no sólo la legitimación estatal del oprobio sino el inaugural hito de la imposición de un proyecto económico, político, cultural y educativo por parte de las Fuerzas Armadas y sus aliados del sector empresarial.

Ahora bien, el final de la Dictadura no implica cortes históricos taxativos, sino la continuidad de las lógicas sociales impuestas por la Dictadura y la porosidad de las instituciones del Estado provincial, que resultaron vehículos para aquellos agentes y sectores provenientes del seno del bloque de poder dictatorial en su propia transición hacia la democracia; y al mismo tiempo, construyeron los márgenes de la acción social de la sociedad tucumana. Aquellos sectores involucrados en momentos de

radicalización de las expresiones de resistencias al bloque de poder sufrieron el peso de la violencia estatal y, las reconfiguraciones estructurales de la sociedad tucumana de la pos - dictadura relegaron a sindicatos y partidos políticos al hegemón neoliberal. Las múltiples lecturas sobre la pos - dictadura argentina y enfocando en Tucumán, sobre el fenómeno de emergencia política de Antonio Domingo Bussi, apuntan a interpretaciones sobre los fundamentos políticos e ideológicos del partido “bussista” (Aibar Gaete:2005) (Novaro:2000), a las procedencias sociales y las “modulaciones de la memoria social” sobre su legitimación política y electoral (Crenzel:1999;2001) o bien la indagación sobre los liderazgos autoritarios en la región del noroeste argentino (Marcos:2005). Sin embargo, y tal como se propone esta ponencia, es pertinente indagar sobre la reconversión periférica (Rosenzvaig, E. Lobo, H.:1993) de la pos - dictadura; es decir, el proceso de transformación de las identidades sociales y especialmente en las lógicas de la acción sindical en la política frente a la “conversión” de Antonio Domingo Bussi.

No hay dudas que las huellas de la dictadura y del propio Bussi contornean el presente y el pasado reciente en la provincia. El escenario provincial, pasada la Dictadura, refleja la eficacia de los dispositivos de la represión estatal y la supervivencia de “discursos, figuras y prácticas autoritarias” en contextos formalmente democráticos. Quizás, el sindicalismo tucumano de la pos - dictadura intentaba reconstruirse en un contexto desfavorecedor, tal como epilogaba Eduardo Rosenzvaig su libro “Quimeras y Pesadillas: Bussi - Palito y Menem y la Reconversión Periférica” (Ediciones Buena Letra: 1993), desde aquellas “Quimeras y pesadillas que nos llevan a melancolías por el pasado y mitos cargados de presagios”.

.....

* Francisco Emmanuel Montivero

Universidad Nacional de Tucumán UNT. San Miguel de Tucumán, Argentina

Resumen de ponencia

“LAS VOCES DEL TERRITORIO DESDE SUS PRÁCTICAS. UNA APROXIMACIÓN A LA COMPLEJIDAD DEL ANÁLISIS TERRITORIAL”.

Universidad Nacional de Cuyo. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Secretaría de Investigación y Publicación Científica - SIPUC/FCPyS - UNCUYO (Argentina)

*Alejandro Rios

*Gabriela Fernanda Giménez

*Ines Elida Quinteros

Panel abierto: Campo temático Estudios sobre la Democracia .”Las voces del territorio desde sus prácticas. Una aproximación a la complejidad del análisis territorial”.

Universidad Nacional de Cuyo. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Secretaría de Ciencia y Técnica. F 022. Resolución 3853/2016

Equipo de investigación.

Directora: Magister Gabriela Giménez Caballero.

Co-Directora: Lic. Profesora Inés Quinteros,

Investigadore/as:

Magister Liliana Grissi DNI:16162897, Licenciada: Cuccia Ornella DNI: 33462857,

Licenciada: Ramírez Liliana de las Mercedes DNI:32813285, Licenciado: Matias Dalla

Torre DNI: 28816276

Estudiantes en formación:

Chapini, María Florencia DNI: 3841450, Cuccia Carla DNI:40373051, Cuenca Elsa Beatriz DNI:16125063, Funes Curadelli, Yemina Ashlen DNI:36960849, Lucesoli Barroeta, Pablo Damián DNI: 36859716, Quiroga Sandra Silvana: DNI:18083749, Ríos Alejandro Oscar Milton DNI:24.382.705

Introducción:

Esta indagación se encuentra en proceso de elaboración, de allí que nuestra intención sea poner en cuestión los principales avances, corpus teórico y metodología empleada, de forma de poder enriquecernos en el intercambio diverso y fortalecer nuestra producción. Propósito que se sustenta en la idea de que, sólo compartiendo, abriendo, mostrando y siendo permeables a la crítica e intercambio, es posible crecer, pensar y mantener una base teórico-epistemológica rebelde, en el sentido de no aceptar que el conocimiento posee tránsitos de clausura y es homogéneo y comprensivo de todas y cada una de las complejas circunstancias de la construcción social.

Pensar en Territorio, actualmente, es sin duda un desafío ético, político que debe acompañar la lucha decolonial como proceso de deconstrucción de las narraciones políticas, epistemológicas, económicas que nos han colocado en la subalternidad de los países que diseñan la economía mundial global y la geopolítica de dicha globalidad. Esta orientación perdura y se reinventa continuamente dando lugar a las divisiones

geopolíticas que terminan definiendo la distribución no solo material sino también cultural y simbólica del espacio territorial barrio, zona, asentamiento, residencia, hogar, etc.

La relevancia de la propuesta se asienta en el análisis específico de la expresión del espacio territorial como una forma de renovar la comprensión de los procesos de acción colectiva que sustentan la participación ciudadana. Al mismo tiempo que se busca aportar al cuestionamiento epistemológico de las miradas verticalistas que han prevalecido durante mucho tiempo para entender la gestión política del territorio como una acción unilateral de gobierno.

Se cree que ya no sólo es necesario el saber el porqué de los desequilibrios e impactos improductivos en el territorio sino poder indagar sobre la conjugación y correlación de los elementos socio-políticos coyunturales y estructurales que se entrelazan en la dinámica territorial, tales como: posición de los actores, recursos de poder, valores, intereses, intencionalidad, correlación de fuerzas, movimiento de la problemática y desarrollo tendencial impuesta o deseado. Esta indagación nos dará una mejor delimitación y proyección de estrategias de pensamiento y actuación sobre el territorio.

Los valiosos avances que en el estudio del territorio se han realizado, no alcanzan de forma suficiente, a profundizar en la captación y valoración de las expresiones y manifestaciones de las practicas territoriales. Por ello a la conflictividad del territorio se responde, generalmente, desde la mirada tecnocrática sin el debido correlato de las voces del territorio. Y cuando decimos tecnocrática, no se hace con un sentido minimizante, sino preocupante ya que dichas respuestas no siempre tienen un sustento científico y se apoyan en un marco político partidario. Además, existe una importante tendencia a tautologizar las intervenciones en el territorio. Con el agravante que esto conlleva, ya que se homogenizan visiones y se construyen modelos que no contemplan la diversidad.

En este sentido la investigación “intenta poner en relación, como objeto de conocimiento” preguntas como: ¿Bajo y en qué condiciones e intereses los sujetos tienden a vincularse, en sus espacios de producción cotidiana? ¿Cuál es el papel que juega el territorio en esta vinculación y viceversa? ¿Cómo incide el entramado de vinculación en los procesos de participación en la gestión territorial? ¿Cómo es concebida y practicada la participación en los procesos de gestión territorial? ¿Cómo se generan las prácticas colectivas? ¿En qué puntos de inflexión aparecen los sujetos con sus intereses? ¿Cuáles y cómo podrían distinguirse y analizarse los anclajes de interés y motivación del territorio?

Hipótesis

Existe una brecha escasamente transitada entre las practicas territoriales de los sujetos guiados por el interés que tiene como base un derecho vulnerado (acceso a la vivienda, participación, reparación de las particularidades de sus espacios etc.) y los avances respecto al análisis y gestión gubernamental del territorio.

Objetivo general

Reconocer y valorar, desde un enfoque transdisciplinar expresiones concretas y manifiestas en las prácticas territoriales en que se expresan los sujetos y la relación entre estas y las principales posiciones científicas, tecnológicas y políticas que intentan abarcarlas.

Objetivo específicos

Reconocer y sistematizar las prácticas territoriales efectuadas durante los últimos 10 años en el Departamento de Godoy Cruz y Lavalle que se identifiquen como unidades de análisis.

Caracterizar y definir las bases tecnológicas de dichas prácticas y políticas, en especial las referidas a gobernabilidad, acción colectiva, participación ciudadana, ruralidad-urbanidad, grados de aceptabilidad y construcción social del riesgo.

Reconocer las particularidades de los actores y grupos de acción en cuanto a sus expresiones sobre la participación y el contexto, valoración del marco de los derechos, sostenibilidad y metodologías de vinculación con el estado.

Aportar a una matriz de análisis socio política y tecnológica integral y abarcativa.

Síntesis de la metodología

El universo de estudio está comprendido por los planes programas, proyectos y ordenanzas de los municipios de Godoy Cruz y Lavalle desde los años 2010 al 2016, referidos al uso y distribución del territorio. Las unidades de análisis están compuestas por planes, programas, proyectos y ordenanzas generados a partir de acciones colectivas que comprendan estrategias ambientales, desarrollo regional, mejoramiento estructural e infraestructural, urbanístico y políticas de desarrollo social y cultural vinculadas al uso y distribución del territorio. Las unidades de observación serán aquellas y que tengan por fin todo lo referente al uso y distribución del territorio equitativo y sostenible como finalidad principal. Comprenden las acciones colectivas y decisiones políticas en permanente conflicto y contradicción en cuanto a intereses y marcos de comprensión en la gestión del territorio.

Las fuentes de información provienen del Departamento de Lavalle y el de Godoy Cruz, dado sus características geográficas, poblacionales, económicas y ambientales distintivas. Comprenderán los sujetos que participaron en las experiencias como beneficiarios, responsables de proyectos y las dependencias que poseen los registros y archivos de documentos. Desde esta disposición las unidades de observación serán sometidas a:

- Indagación, reconocimiento, selección y análisis de las prácticas territoriales.
- Análisis de las prácticas territoriales: a nivel teórico revisión de la construcción de la instancia de interés y a nivel práctico análisis narrativo histórico de las experiencias, vivencias, comprensiones, expresiones de los protagonistas centrales y periféricos en las experiencias de los departamentos de Lavalle y Godoy Cruz. Construcción de esquemas conceptuales surgidos de los proyectos de aplicados en las experiencias.
- Análisis teórico de los conceptos de desarrollo sostenible, territorio y población puestos en juego en algunas experiencias locales. Re-construcción de esquemas conceptuales y bases políticas, teóricas y epistemológicas.

Los métodos y técnicas de producción de datos que se utilizarán en esta elaboración responden a una estrategia cualitativa en su base general ya que a los fines de esta investigación y en coincidencia con los supuestos metodológicos propuestos es considerada especialmente pertinente con los objetivos planteados. Esta estrategia cualitativa se articulará con el análisis cuantitativo de datos secundarios y el método de estudio de casos.

Las técnicas de producción de datos correspondientes a los métodos mencionados, que serán utilizadas son entrevistas interpretativas, análisis de documentos (actas, acuerdos, elaboraciones proyectivas, programas, proyectos, planes, ordenanzas) y observación participante y no participante en el territorio, análisis de material visual y

auditivo disponible. En esta línea se inscribe la necesidad las entrevistas interpretativas. En este sentido es posible acercarse a los procesos históricos de generación de significados desde las fuentes de los mismos, develando los puntos tensionales de inteligibilidad en un enfoque individual. (SAUTU, R., 2010: 47). En cuanto a las observaciones participantes y no participantes nos permitirán esclarecer un aspecto que pocas veces es revelado en esta técnica y se refiere a los criterios de participación. La acción no es sinónimo de participación ya que puede estar desmotivada, obligada o también omitida. La participación está configurada por el interés que los participantes implícita y explícitamente construyan y que finalmente determinan los criterios de participación. En función de los mismos es posible valorarla. Este aspecto supone una relación directa con el involucramiento, tema central en el planteamiento de la hipótesis y objetivos de nuestra investigación.

.....

*** Alejandro Rios**

Secretaría de Investigación y Publicación Científica. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Cuyo - SIPUC/FCPyS - UNCUYO. Mendoza, Argentina

*** Gabriela Fernanda Giménez**

Secretaría de Investigación y Publicación Científica. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Cuyo - SIPUC/FCPyS - UNCUYO. Mendoza, Argentina

*** Ines Elida Quinteros**

Secretaría de Investigación y Publicación Científica. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Cuyo - SIPUC/FCPyS - UNCUYO. Mendoza, Argentina

